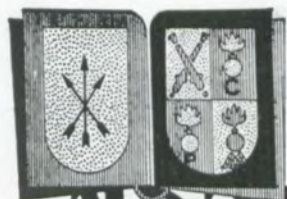




REV. TA DE ARILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO



REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

98.º ANO

2ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83



N.ºs 917 A 919

JANEIRO A MARÇO DE 2002

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte II)	3
<i>Pelo Major General Rodrigues da Costa.</i>	
SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte III)	65
<i>Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Caetano de Sousa.</i>	
AS RESPONSABILIDADES DO EXÉRCITO NA DEFESA AÉREA DO TERRITÓRIO	83
<i>Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo.</i>	
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	99
NOTÍCIAS DA EPA	99
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	103
NOTÍCIAS DO RA 4	108
NOTÍCIAS DO GAC/BAI	110
NOTÍCIAS DO RA 5	113
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, Edifício da Ex-DAA, CAMPO DE SANTA CLARA - 1100 LISBOA".

Dias e Horas de Expediente:

Às Terças, Quartas e Quintas-Feiras entre as 15H00 e as 17H00.

CONTACTAR: SCH António Rato.

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10 - Fax Militar: 421 348

ASSINATURAS PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes - Anual, 1 500\$00; Avulso, 500\$00; Restantes Países: Anual, 3 000\$00; Avulso, 750\$00. Via aérea - O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

ANÚNCIOS: Contrato directo com a administração.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução e qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (EME)

TESOUREIRO

Capitão José Carlos Pinto Mimoso (RAAI)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAAI)

Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)

Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)

Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (AM)

Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

Major Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)

Capitão Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)

Tenente-Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EME)

Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

JANEIRO – FEVEREIRO – MARÇO DE 2002

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte II)

Pelo Major General Ref.
RODRIGUES DA COSTA

II – MISSÕES DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO

1. GENERALIDADES

a. Antes de nos debruçarmos sobre as Missões do Exército na Contra-Subversão, convém recordar, esquematicamente e do ponto de vista militar, as FASES, os PERÍODOS e as FORMAS DE ACTUAÇÃO da Subversão, a fim de ficar estabelecida a terminologia a utilizar neste campo:

PERÍODOS DA SUBVERSÃO

FASES DA SUBVERSÃO

De subversão latente,
pré-insurreccional ou
de incubação

1ª - Fase preparatória: Preparação da subv.
2ª - Fase de agitação: Criação do ambiente

De subversão declarada,
insurreccional ou
de violência

3ª - Fase da guerrilha: Consolidação da org.
4ª - Fase do Estado Subversivo: Criação de
bases e de forças organizadas.
5ª - Fase de guerra convencional: Insurrei-
ção geral.

Alguns autores consideram um “período intermédio” de SUBVERSÃO INCIPIENTE, com acções de guerrilha em pequena escala (Estratégia – IAEM).

FORMAS DE ACTUAÇÃO DA SUBVERSÃO

Acções clandestinas, com a finalidade de:

- montar uma organização político-administrativa e, posteriormente, militar, capaz de enquadrar a população;
- montar um conjunto de redes de informação, de ligação, de obtenção de fundos, de apoio logístico, etc. infiltradas na população.

Acções psicológicas, com finalidade de:

- agir sobre o moral e a mentalidade dos indivíduos, das colectividades e das massas, tanto no interior do território como no estrangeiro, no sentido de influenciar as suas opiniões, os seus sentimentos e as suas crenças e, consequentemente, de modificar convenientemente as suas atitudes e o seu comportamento.

Acções violentas, com a finalidade de:

- por meio de TUMULTOS, provocar a acção repressiva das autoridades, com o consequente descrédito, e afectar o funcionamento de alguns serviços essenciais à vida colectiva.
- por meio de TERRORISMO, criar um generalizado clima de medo e neutralizar os indivíduos que mais se opõem à Subversão.
- por meio de ACÇÕES ARMADAS, entravar algumas actividades e serviços essenciais, contribuir para a criação do clima de medo e obrigar a Contra-Subversão a dispersar as suas forças, a perder liberdade de acção, a desgastar-se física e moralmente e a desacreditar-se perante a população.

b. Convém ainda recordar que, em consequência do carácter total e indirecto da estratégia da Subversão, a Contra-Subversão deve usar a mesma diversidade de meios. Assim, a Contra-Subversão:

- Não deve actuar só ou predominantemente com as forças militares, mas sim também com meios políticos, sociais, económicos, psicológicos e diplomáticos;
- Não deve empregar as forças militares só em acções armadas, mas aproveitar a sua dispersão pelo território e as suas variadas potencialidades para uma estreita cooperação com as autoridades civis e com as polícias na conquista da adesão da população e com os serviços essenciais na garantia do seu funcionamento.

c. Finalmente, parece poder afirmar-se que as FORÇAS MILITARES são um dos meios ao dispor da Contra-Subversão e que a sua actuação armada e não armada visa:

- Contribuir para fazer abortar ou vencer a insurreição subversiva, ou, pelo menos,
- Garantir condições de segurança e de tempo para que o conflito possa ser resolvido, em posição de força e portanto da melhor forma, por outro ou outros dos meios da Contra-Subversão ao dispor do poder político.

A este assunto se referiu o Gen. Loureiro dos Santos, ao tomar posse, em 6 Abril 77, do cargo de Vice-Chefe do EMGFA: "... nos teatros de operações africanos mostraram como são elevadas as virtudes militares dos portugueses ao garantirem prazo mais do que suficiente para que o poder político de então resolvesse o problema do Ultramar, apesar de aquele poder lhes fornecer meios de combate obsoletos e insuficientes."

2. MISSÕES DO EXÉRCITO NO PERÍODO PRÉ-INSURRECCIONAL

Como é natural, a missão das forças militares deverá ser diferente consoante a Subversão já tenha atingido ou não o período insurreccional.

No período de subversão latente ou pré-insurreccional as medidas a tomar devem, em princípio, competir às autoridades civis. A acção militar deve, por isso, ser essencialmente:

- Constituir o quadro em que se inserem os outros meios da Contra-Subversão;
- Exercer uma acção dissuasora;
- Conceder apoio às autoridades civis no controlo da população e na acção psicos-social;
- Conceder apoio às polícias, cooperando ou reforçando-as;
- Preparar-se para um eventual período insurreccional.

Embora neste período de subversão latente as forças militares não sejam um meio predominante da Contra-Subversão, a sua existência e presença proporcionam já e de facto um quadro em que se inserem os outros meios de acção, os quais, assim, gozam de mais credibilidade junto da população e da própria Subversão. (Estratégia – Franco Pinheiro – pág. 113).

Por outro lado, a existência e a presença das forças militares poderão, por si sós, desencorajar o desenvolvimento da Subversão, exercendo, assim, uma valiosa acção dissuasora.

O apoio à autoridades civis neste período incide essencialmente no CONTROLO DA POPULAÇÃO e na ACÇÃO PSICOSSOCIAL.

O Controlo da População pode ser atribuído total ou parcialmente às forças militares, desde que estas disponham de suficientes efectivos e razoável dispersão pelo território para a realização de tarefas como as que são indicadas no guia O Exército na Guerra Subversiva:

- Controlo dos abastecimentos, por forma a impedir que víveres, medicamentos e outros artigos essenciais possam ser cedidos aos elementos subversivos;
- Restrição da livre circulação, limitando-a em cada aglomerado populacional, por exemplo, às imediações;
- Imposição do recolher obrigatório;
- Controlo de armas e meios de transmissão e de transportes;
- Recenseamento da população, distribuindo documentos de identificação;
- Concentração em aglomerados pré-preparados (novos aldeamentos) das populações rurais demasiadamente dispersas, permitindo, assim, uma redução dos efectivos militares necessários para garantir a sua protecção (reagrupamento de populações).

É essencial, contudo, na implementação destas medidas não esquecer, quer na atitude das forças que as impõem quer nos prejuízos que sempre causam à população, que tais medidas não podem ser punitivas para essa população, mas, pelo contrário, exclusivamente destinadas a protegê-la contra a acção dos agentes subversivos.

A atitude das forças que as executam deve, portanto, ser sempre correcta, ter em atenção os costumes e as actividades económicas das populações e reduzir ao indispensável os prejuízos a causar.

As forças militares podem realizar uma *Acção Psicossocial* – Acção Psicológica apoiada numa Acção Social do interesse da população:

- Colaborando na difusão de ideias junto da população;
- Dando à população uma certa assistência com os seus médicos, enfermeiros, capelães e técnicos;
- Fornecendo medicamentos;
- Fornecendo alojamento e alimentação em certas emergências;
- Administrando justiça quando não houver outra autoridade para isso;
- Ministrando ensino escolar e profissional a crianças e adultos.

O *Apoio às Polícias* é geralmente limitado a uma cooperação ou reforço, raramente substituição, em especial em:

- Intercâmbio de informações;
- Dispersão de manifestações populares, motins e sedições;
- Rusgas, vigilância das comunicações e guarda de pontos sensíveis.

A *Preparação das Forças Militares* para a eventualidade de uma insurreição de carácter subversivo deverá incidir especialmente em:

- Estudos sobre a população, o terreno e os recursos das áreas de provável violência subversiva;
- Estudos sobre os países, limítrofes ou não, que concedem ou possam vir a conceder apoio à Subversão ou à Contra-Subversão;
- Montagem de um serviço de informações próprio e cooperação com os outros serviços de informações do território;
- Formar e mentalizar os quadros para a Guerra Subversiva;
- Preparar ou iniciar a ocupação militar do território;
- Estudar e preparar a restante organização militar face à ameaça insurreccional.

3. AS MISSÕES DO EXÉRCITO NO PERÍODO INSURRECCIONAL

a. Generalidades

No período insurreccional a Subversão expande-se e entra abertamente na violência, com realce para as acções de guerrilha destinadas a dispersar e desgastar as forças da Contra-Subversão, paralisar a economia e o Estado e

criar um clima de medo. É, por isso, essencial reprimir estas acções e garantir a segurança de pessoas e bens, o que implica uma maior utilização das forças militares, em especial do Exército, nas suas missões armadas.

Por outro lado, face à natural dificuldade das autoridades civis para acorrerem a todas as solicitações a que ficam sujeitas em consequência do desenvolvimento da Subversão, as forças militares terão que lhes aumentar substancialmente o apoio iniciado no período anterior no concernente ao controlo e conquista da população e ao funcionamento dos serviços considerados essenciais, apoio consentido, e até aconselhado, pela dispersão das forças militares (em contacto permanente com as populações), pelos seus variados recursos em meios humanos e materiais e ainda pela sua natural adaptabilidade às mais diferenciadas missões.

Mas este maior empenhamento das forças militares, embora muito significativo, não pode levar a considerá-las como o meio fundamental da Contra-Subversão. Esta deverá actuar fortemente nos campos político, social, económico, psicológico e diplomático, como ressalta das missões indicadas na Introdução deste artigo, ao tratarmos da Resposta da Contra-Subversão. Será perigoso confundir Contra-Guerrilha, acção essencial das Forças Armadas, com Contra-Subversão, empenhamento total do País.

Finalmente, é neste período que a Subversão vai iniciar a sua tentativa de desgastar física e moralmente as forças militares, as autoridades e até a população. Daí que, neste período, a Contra-Subversão tenha que implantar um conjunto de medidas para resistir a esse desgaste.

Assinalados os mais importantes factos novos surgidos com a passagem ao Período Insurreccional e que vão influenciar a actuação das forças militares – necessidade de repressão, incremento do empenhamento militar e necessidade de resistir ao desgaste – vejamos em que campos e com que tarefas se processa essa actuação de harmonia com os Princípios atrás recomendados, convindo referir sumariamente os particularismos da acção militar:

NO EMPENHAMENTO A FUNDO E O MAIS CEDO POSSÍVEL:

As forças militares, habituadas aos “estudos de situação”, estão especialmente indicadas para, a partir deles, contribuir para a previsão de um eventual surto de insurreição e para serem a primeira organização a preparar-se para o enfrentar e actuar logo que necessário.

NA CONQUISTA DA ADESÃO DA POPULAÇÃO:

As forças militares, dispersas pelo território e com fácil adaptação às mais variadas missões, estão indicadas para um contacto estreito com a população e para o seu controlo e protecção. Interessadas pela psicologia nas

suas fileiras, estão especialmente aptas a exercerem uma Acção Psicológica sobre a população. Dispondo de qualificados meios humanos e materiais, podem colaborar em acções sociais. Finalmente, podem preparar as populações para a sua própria defesa, em auto-defesas e com milícias, e podem ainda absorver muitos elementos como militares ou simples empregados civis.

NA ACÇÃO PSICOLÓGICA:

Além da Acção Psicológica sobre as populações, como acima foi referido, as forças militares exercem-na também sobre os seus próprios membros, com vista ao seu fortalecimento moral, e até sobre o inimigo, para lhe criar uma sensação de insegurança, de irracionalidade da sua luta e de descrença nas possibilidades de êxito.

NA POLÍTICA CONSTRUTIVA:

Neste capítulo, as forças militares poderão ajudar a implementar algumas medidas de carácter social e económico que estão ao seu alcance, tais como:

- Assistência religiosa, médica e medicamentosa;
- Ensino escolar e profissional;
- Ajuda na construção e reparação de habitações;
- Transporte de colheitas.

NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES:

Reconhecida a extraordinária importância das informações neste tipo de conflito e aceite a ideia da existência em sobreposição de mais que um serviço de informações, as forças militares deverão aprofundar e alargar os campos de acção do seu próprio serviço, colaborar com os outros serviços e participar interessadamente na necessária coordenação.

NA DISPOSIÇÃO DOS MEIOS POR ÁREAS:

No cumprimento desta regra, as forças militares fazem a ocupação militar do território, atribuindo áreas de responsabilidade a cada unidade, áreas que, tanto quanto possível, se desejam coincidentes com a divisão administrativa do território, para uma mais fácil coordenação das acções.

NA SEGURANÇA:

Além da sua própria segurança, as forças militares, quer pela sua presença dissuasora quer por medidas activas, contribuem ou garantem a segurança da população, das actividades e dos serviços.

NA PREPARAÇÃO DE FORÇAS MILITARES ADEQUADAS:

Neste capítulo, as forças militares:

- apresentam, aos órgãos governamentais competentes, propostas relativas a missões, organização, recrutamento, equipamento e orçamento;
- recebidos os meios e as autorizações, executam a sua própria preparação.

NA RESISTÊNCIA AO DESGASTE:

As forças militares têm que tomar as medidas necessárias à garantia da sua própria resistência ao desgaste e podem ainda contribuir pelo seu exemplo moralizador e pelo apoio às autoridades civis, para a resistência geral da Contra-Subversão.

NA CONSIDERAÇÃO DA COMPONENTE EXTERNA:

Neste campo, as forças militares têm uma acção restrita, limitando-se, normalmente, à colaboração no estudo dos países e organizações estrangeiras ligados à Subversão, à eventual perseguição de grupos subversivos e a uma acção dissuasora do apoio dos países limítrofes à Subversão. Contudo, podem prever-se acções de retaliação sobre as bases exteriores da Subversão e sobre as estruturas estrangeiras que mais directamente apoiam a Subversão. Dado que estas acções comportam quase sempre riscos de alastramento do conflito, podem ser realizadas mais seguramente de forma indirecta, tipo subversão, no interior do país visado.

(Estratégia – IAEM-CEM 1968/69 – págs. 86 e 87)

b. Enunciado das missões do Exército no período insurreccional

De toda esta vasta possibilidade de intervenção das forças militares na Contra-Subversão, ressaltam quatro tipos de acções, as quais, embora as duas últimas sejam parcelas das duas primeiras, são aqui individualizadas para melhor salientar a sua importância:

OPERAÇÕES MILITARES internas e, eventualmente, externas, para destruição ou, pelo menos, neutralização das forças, agentes e instalações da Subversão, para impedir o apoio externo através das fronteiras e para protecção das instalações, pessoas etc.

APOIO ÀS AUTORIDADES CIVIS, incluindo as polícias (em reforço, cooperação, informações e, raramente, substituição) para manutenção da

ordem pública, funcionamento dos serviços considerados essenciais e controlo, empenhamento, protecção e ajuda às populações, tudo sujeito à coordenação geral dos meios da Contra-Subversão.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES, explorado em proveito das suas actividades específicas e dos outros agentes da Contra-Subversão.

ACÇÃO PSICOLÓGICA:

- sobre a população, para, em conjugação com uma efectiva e diversificada ajuda (acção psicossocial) contribuir para conservar ou conquistar a sua adesão;
- sobre o adversário, para lhe enfraquecer a vontade e, se possível, conquistar sua adesão;
- sobre as próprias tropas, para lhes fortalecer o moral

4. OPERAÇÕES MILITARES

a. Generalidades

Face a uma guerrilha que se encontra por toda a parte e não à retaguarda de uma linha de contacto, surgindo em qualquer momento e lugar para logo desaparecer, há que adoptar uma tática apropriada, diferente da convencional e semelhante à da própria guerrilha no que se refere a rapidez, agressividade, segredo e surpresa.

Assim, a guerra subversiva não comporta, em regra, operações de envergadura executadas por grandes unidades que concentrem grandes efectivos em pequenas frentes. São quase sempre operações de curta duração, executadas por pequenas unidades tipo pelotão ou companhia, actuando ou não dentro duma área de responsabilidade, por vezes com apoio aéreo e/ou de Artilharia, de forma descentralizada, mas sob coordenação bem definida.

Na concepção das acções militares é imprescindível ter presente que nenhuma área ou território submetido à técnicas de organização da Subversão pode ser considerado conquistado enquanto:

- os elementos armados subversivos não forem expulsos da área;
- a estrutura da Subversão e a sua infra-estrutura de apoio não forem neutralizadas ou destruídas;
- as autoridades constituídas não estabelecerem uma nova estrutura que substitua a da Subversão e se apoie na população.

(Estratégia, do IAEM – CEM 1968/69)

Sabendo-se que as operações militares da Contra-Subversão visam essencialmente:

- destruir ou, pelo menos, neutralizar as forças, os agentes e as instalações da Subversão;
- impedir o apoio externo através das fronteiras;
- proteger pessoas, bens e actividades, podemos tipificar estas operações como segue:

Defesa de pontos sensíveis;
 Protecção de itinerários;
 Patrulhamentos e nomadização;
 Batida;
 Cerco e limpeza duma povoação;
 Golpe de mão;
 Emboscada;
 Reacção a uma emboscada;
 Reacção a uma flagelação;
 Reacção a um golpe de mão;
 Atitude perante minas e armadilhas.

b. Defesa de pontos sensíveis

Designam-se por **pontos sensíveis** as povoações e instalações importantes, certos pontos vitais das comunicações e mesmo determinados acidentes do terreno, cuja posse ou destruição por parte dos rebeldes, dada a importância que têm para a vida das tropas e das populações, apresentam inconvenientes de acentuado valor, dos pontos de vista político, militar, económico ou outros.

Podem, portanto, ser considerados pontos sensíveis:

- **POVOAÇÕES** cujos habitantes haja que proteger ou preservar de qualquer contacto com os rebeldes;
- **INSTALAÇÕES** de grande interesse político, administrativo, económico, ou militar;
- **PONTOS VITAIS DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO**, como pontes, túneis, cruzamentos importantes, estações de caminho de ferro, desfiladeiros ou outros.

A unidade encarregada da defesa de um ponto sensível deverá preocupar-se, não só com a segurança imediata desse ponto, mas, muito especialmente, com a segurança próxima, para o que deverá lançar

patrulhas, criar postos de vigilância, montar emboscadas e instalar obstáculos e armadilhas, por forma a não poder ser colhida de surpresa.

Sendo praticamente impossível montar a defesa de um ponto sensível em segredo, é preferível que essa defesa seja montada com um certo cenário que dê ao inimigo e à população uma sensação de eficiência e de força, mantendo, evidentemente, em segredo todos os pormenores de interesse.

No caso particular da defesa de uma povoação, a normal escassez de efectivos militares e o interesse em empenhar a população civil na Contra-Subversão aconselham a inclusão daquela no sistema de vigilância e defesa, se houver suficiente confiança para tal.

A defesa de certos pontos sensíveis pode implicar a criação de "postos militares", instalações isoladas, mais ou menos fortificadas, onde as guarnições podem viver e defender-se e donde podem irradiar patrulhas.

c. Protecção de itinerários

No âmbito da missão genérica de garantir a protecção de pessoas e bens e de contribuir para o regular funcionamento dos serviços, as forças militares devem proteger os itinerários, o que significa a protecção da via e dos seus utentes, isto é:

- impedir que o inimigo destrua pontes, túneis, aterros, etc, faça cortes, obstrua ou armadilhe a via, etc.
- impedir que o inimigo ataque os utentes da via e, em caso de ataque, minimizar os seus efeitos e aproveitar para bater com a máxima eficácia o inimigo que assim se revelar.

A importância desta missão resulta do extraordinário interesse dos itinerários para a manobra, para o apoio logístico das forças militares e para a vida económica do território e ainda porque é aí que se proporciona ao inimigo o conhecimento exacto e prévio de locais de passagem obrigatória.

O inimigo pode, assim, dispor de excelentes oportunidades de iniciativa e êxito e é isso que as forças militares têm de contrariar por todos os meios ao seu alcance. Para tal se conseguir, há que respeitar algumas regras, como as que se indicam:

- Não se oferecer ao inimigo: Evitar a utilização desnecessária dos itinerários, reduzindo o número de colunas que o percorrem e substituindo a via terrestre pela via aérea, sempre que possível.
- Não conceder ao inimigo o conhecimento prévio da utilização do itinerário: Evitar a rotina, os horários fixos, a denúncia dos movimentos, etc.

- Criar insegurança ao inimigo que pretenda actuar sobre o itinerário: Montar emboscadas e realizar patrulhamentos apeados, utilizar guardas de flanco apeadas como segurança das colunas auto, fazer a vigilância e o acompanhamento aéreos, etc. Chama-se a atenção para a extraordinária eficácia das guardas de flanco apeadas na segurança das colunas auto, muitas vezes desprezadas por serem muito morosas e cansativas.
- Neutralizar as possíveis e mais prováveis posições de emboscada do inimigo sobre o itinerário: Limpar as faixas laterais para que o inimigo não se possa aí esconder, desencadear tiros de Artilharia sobre essas prováveis posições, armadilhá-las, etc.
- Dissuadir o inimigo de emboscar as colunas, mostrando-lhe que, do confronto daí resultante, ficará sempre a perder: A coluna, por si e pela sua escolta, deverá dispor de meios para reagir instantaneamente e em força, de forma adequada e com espírito fortemente ofensivo. Eficientes transmissões, rápidas forças de intervenção e perfeito conhecimento do terreno e dos hábitos do inimigo devem permitir o rápido lançamento de uma operação de intercepção do atacante na sua retirada. Em casos especiais, como o de um troço do itinerário que atravessa uma zona de forte implantação do inimigo, as colunas, deslocando-se rapidamente, devem ser acompanhadas por aviões de observação e ataque ao solo.
- Dissuadir o inimigo de implantar minas e armadilhas: Os troços mais propícios a esta actividade do inimigo devem ser convenientemente vigiados e as colunas que os percorrem devem ser precedidas de equipas de detecção, usando detectores eléctricos ou simples varas metálicas de "picar" o terreno. O facto de estas equipas marcharem a pé e, portanto, serem muito lentas não deve levar a coluna a arriscar-se sem elas.
- Minimizar os efeitos das acções do inimigo sobre o itinerário: As colunas devem ser devidamente organizadas, escoltadas e instruídas; as viaturas devem ser apropriadas (modelo, blindagem, armamento, protecção contra minas, etc.); devem estar preparados itinerários de alternativa, como passagens a vau no caso de pontes de possível destruição; etc.

Contrariando algumas ideias expressas em publicações da especialidade, a experiência portuguesa não recomenda a generalização:

- Dos patrulhamentos motorizados dos itinerários, porque, além de serem mais uma oferta ao inimigo, são pouco eficazes, pois nada

- impede que uma emboscada preparada para uma coluna deixe passar a patrulha que a precede e só actue sobre a coluna escolhida;
- Das guardas permanentes às obras de arte dos itinerários, porque, salvo raras excepções, constituem uma condenável dispersão de efectivos: Ou se guardam todas e então não haverá efectivos suficientes, ou apenas se guardam algumas e então o inimigo terá sempre as outras à sua disposição para destruir. Casos haverá em que a importância de uma ponte e a dificuldade em substituí-la por um vau poderá levar à sua guarda permanente.

d. Patrulhamentos

Em Contra-Guerrilha designa-se por *PATRULHAMENTO* a acção levada a efeito por forças militares, geralmente de pequenos efectivos (secção ou pelotão), apeadas ou motorizadas, que percorrem uma região ou itinerário a fim de:

- obter notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e a população (acção de reconhecimento);
- procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível (acção de combate);
- manter contacto com a população, colaborando no seu controlo e na acção psicossocial (contacto com a população).

Designa-se por *NOMADIZAÇÃO* um prolongado patrulhamento de reconhecimento e combate, realizado por forças muito móveis, com grande autonomia e acentuado espirito ofensivo. É uma tarefa difícil, exigindo muito do pessoal, mas é também uma das mais eficazes formas de acção da Contra-Guerrilha, porque ela é, em si, uma autêntica acção de Guerrilha, usufruindo das características positivas desta, sem apresentar as suas vulnerabilidades.

A Nomadização só poderá ter pleno rendimento com pessoal que, além de bem instruído e moralizado, tenha aptidão física e psicológica para "viver" no terreno da guerrilha sem desgaste significativo. A inclusão de elementos do recrutamento local pode melhorar substancialmente a aptidão das patrulhas de nomadização.

Para efeitos de coordenação, de relatórios imediatos e de pedidos de apoio, as patrulhas têm necessidade absoluta de dispor de meios rádio de fácil transporte, capazes de garantirem a ligação com a unidade-mãe, com outras patrulhas e com a Artilharia e os meios aéreos de apoio.

e. Batida

BATIDA DE UMA ZONA é uma operação de pesquisa minuciosa que consiste em fazer percorrer a zona, de um extremo ao outro, por uma linha, tão contínua quanto possível, de forças militares com a finalidade de expulsar, aprisionar ou aniquilar a totalidade dos elementos rebeldes e eventualmente os seus simpatizantes e destruir ou não todas as instalações e meios de combate e de vida aí existentes.

A operação pode ser completada com um cerco contínuo, o que exige grandes efectivos, ou apenas com algumas interdições de itinerários, a fim de evitar a fuga dos rebeldes. Em certos casos, a batida pode ser realizada pelas próprias forças de cerco, que o vão estreitando.

Os resultados obtidos com uma batida são, em geral, efémeros. Se a zona não for ocupada, persistirão as condições para a reinstalação dos rebeldes, a prazo mais ou menos curto.

Além da exigência de grandes efectivos militares, a batida exige também absoluto segredo na sua preparação e convenientes medidas de decepção, sem o que os rebeldes, alertados pelo menos pelos deslocamentos das forças militares para a linha de partida, terão tempo de abandonar temporariamente a zona e a operação cairá no vazio.

Uma operação com esta envergadura deverá contar com o apoio de fogos de Artilharia e com apoio aéreo, este sob a forma de Posto de Comando Volante, observação, ligação, transporte de forças de intervenção, evacuação de feridos, reabastecimento e ataque ao solo.

Em certas zonas, fluviais por exemplo, a Marinha pode ser chamada a colaborar no transporte das unidades de batida em lanchas de desembarque e no cerco da zona com fuzileiros ao longo das vias fluviais limítrofes.

f. Limpeza de uma povoação

Designa-se por **LIMPEZA DE UMA POVOAÇÃO** a operação ofensiva executada contra uma povoação de dimensões relativamente pequenas, onde se sabe que existem elementos rebeldes e seus simpatizantes capazes de reagir violentamente, tendo por finalidade:

- a captura ou aniquilamento dos rebeldes e seus simpatizantes;
- a apreensão ou destruição de documentos, armas, munições e outros materiais;
- a eventual destruição de instalações;
- a intimidação e controlo da população que não reagir contra as nossas forças.

A operação consiste fundamentalmente numa actuação no interior da povoação, com assalto a casa por casa (não é uma simples rusga policial), a coberto de um cerco prévio da povoação.

Esta operação exige uma actuação de surpresa e, consequentemente, uma preparação em absoluto segredo.

g. Golpe de mão

GOLPE DE MÃO é uma operação ofensiva contra elementos rebeldes estacionados, consistindo num ataque fulminante a um pequeno objectivo, após uma aproximação em segredo e tendo por finalidade:

- aniquilar elementos rebeldes, em especial elementos-chave;
- destruir instalações, abastecimentos e quaisquer meios de combate e de vida;
- fazer prisioneiros e apreender documentos ou materiais para colher informações ou outras finalidades.

Os golpes de mão são levados a efeito por pequenas unidades – secção ou pelotão – de Infantaria ou Cavalaria, podendo ser apoiadas por fogos de morteiros, de Artilharia ou da Força Aérea com a finalidade de isolar a zona escolhida e evitar, assim, a fuga ou o reforço do inimigo. Isto mesmo se pode conseguir também com uma conveniente articulação das forças empenhadas, designadamente com a implantação de um cerco a distância conveniente.

Não devem ser executados golpes de mão sem que as informações disponíveis os justifiquem. A realização de frequentes golpes de mão infrutíferos podem conduzir a um sentimento de frustração nas tropas, sempre prejudicial para o seu moral e eficiência.

h. Emboscada

EMBOSCADA é uma operação ofensiva, consistindo num ataque fulminante, lançado de surpresa e a partir de um dispositivo dissimulado em local escolhido, contra elementos rebeldes em movimento, com a finalidade de:

- aniquilá-los;
- impedir ou retardar o seu movimento;
- fazer prisioneiros e apreender documentos e materiais.

As emboscadas são levadas a efeito por pequenas unidades – em regra secção ou pelotão – de Infantaria ou Cavalaria (pág. 2 – Cap. VIII – 2ª Parte

– Vol. II – O Exército na Guerra Subversiva), podendo ser apoiadas por fogos de morteiros, de Artilharia ou da Força Aérea, com vista ao isolamento da zona e, assim, evitar a fuga ou reforço do inimigo.

A normal incerteza sobre o percurso e horário dos movimentos dos rebeldes não permite escolher locais de emboscada com elevada probabilidade de aparecimento do inimigo. A maior parte das emboscadas não resultará, o que pode conduzir a um sentimento de frustração nas tropas. Há que combater esse sentimento, mentalizando os homens para a necessidade de insistir nas emboscadas, as quais só aparentemente são infrutíferas, dado que o inimigo, apercebendo-se da sua existência e caindo nelas uma vez por outra, alimentará um sentimento de insegurança propício aos desígnios da Contra-Subversão.

A pequena unidade encarregada de montar uma emboscada pode ser transportada em helicópteros, nomeadamente quando se pretende interceptar um grupo inimigo em fuga. O grupo poderá, assim, ser ultrapassado discretamente e a emboscada ser montada no local e no momento oportunos, desde que se conheça de antemão o provável itinerário da fuga.

Na Guerra de 1961/74, a escassez de helicópteros e a sua hipoteca a tarefas de maior prioridade – evacuações sanitárias, por exemplo – não permitiu a desejada generalização do seu emprego neste apoio à tática da emboscada. Mas, já no final do conflito – imediatamente após Abril 74 – as tropas paraquedistas usaram-no adequadamente na contenção de grupos de guerrilha que se sabia estarem a infiltrar-se no Norte de Angola, vindos do Zaire.

i. Reacção a uma emboscada

Para impedir a montagem de emboscadas sobre uma força militar que se desloca ao longo de um itinerário ou, pelo menos, para reduzir os seus efeitos e/ou permitir uma reacção eficaz, há que preparar o itinerário, organizar a força e conceder-lhe apoios:

Preparação do itinerário:

- Limpar faixas laterais, retirando árvores, arbustos e abrigos, para que o inimigo não possa montar emboscadas "à queima roupa". Fez-se isto na Guiné, o que era facilitado pela pequena extensão dos itinerários.
- Armadilhar os mais prováveis locais de instalação dos grupos de emboscada. Há que ter em atenção os perigos deste procedimento,

nomeadamente se for desconhecido das outras forças ou de pessoal que ali se desloque.

- Melhorar o piso e o traçado dos itinerários para permitir maiores velocidades de marcha, da ordem dos 50 Km por hora. Principalmente na Guiné e em Angola, as estradas, depois de asfaltadas, tornaram-se mais seguras.

Organização da força que se desloca:

- Preparar o pessoal, por meio de instrução e frequentes ensaios, para reagir instantaneamente a uma emboscada: Armas na mão e prontas a disparar, mas com as devidas cautelas de segurança – bala na câmara e dedo próximo do gatilho – e pessoal pronto a saltar das viaturas para o solo, mesmo ainda em movimento, e a disparar já durante o salto. Uma reacção instantânea pode causar baixas ao inimigo emboscado e dissuadir qualquer intenção de assalto.
- Evitar as colunas muito extensas, talvez 10 viaturas no máximo. Se necessário, dividir a coluna em escalões, separados umas centenas de metros, a fim de evitar que mais de um escalão caia na zona de morte da emboscada.
- Evitar o homem ou viatura isolados e a aglomeração de pessoal nas viaturas. Cada homem ou viatura deve marchar sempre em condições de apoiar quem o antecede ou segue, mas suficientemente afastado para que a “zona de morte” da emboscada não abranja toda a coluna.
- Nas zonas de mais elevada probabilidade de emboscada, a coluna deve marchar com “guardas de flanco” apeadas para “levantar” qualquer emboscada. Isto implica uma marcha muito lenta da coluna, mas muitas vezes compensadora.
- A velocidade concede segurança, pelo que as colunas auto devem deslocar-se depressa, a mais de 50 Km/h, se tal for possível.
- As colunas deverão dispor de adequados meios rádio para comando da força, ligação a outras forças e/ou pedidos de apoio.

Apoios a preparar em proveito da força que se desloca num itinerário:

- As outras forças estacionadas ou em operações na área deverão estar preparadas para, por iniciativa própria ou a pedido, socorrer ou reforçar uma força que caia numa emboscada;
- Desencadear, com antecedência ou a pedido, tiros de Artilharia sobre os locais mais prováveis de emboscada ou sobre os locais onde o inimigo esteja emboscado ou em fuga.

- Apoio imediato aéreo, a pedido;
- Acompanhamento aéreo – vigilância e fogo – em troços de estrada de elevada probabilidade de emboscada. Esta acção foi muito usada e sempre com êxito no Leste de Angola, sobre um troço de estrada de uma dezena de quilómetros.

NOTA – Em Guerra Subversiva designa-se por ESCOLTA a força militar que acompanha pessoas ou materiais em deslocamento a fim de lhes conceder protecção contra possíveis acções dos rebeldes.

Se bem que a sua missão principal seja de protecção, as escoltas, em caso de acção do inimigo, deverão aproveitar o contacto para, sem prejuízo da missão principal e de acordo com as suas possibilidades, desencadear uma acção ofensiva com vista à destruição ou captura dos elementos emboscantes.

Dada a táctica subversiva de "bate e foge", será normalmente um combate curto e de surpresa.

j. Reacção a uma flagelação

Na nossa guerra de 1961/74, as flagelações, por meio de balas ou granadas, poderiam ser desencadeadas a curta distância – menos de 100 metros, quando se tratava de armas ligeiras – ou a distâncias correspondentes aos alcances úteis das armas usadas: 500 m para os morteiros ligeiros, 1 a 2 Km para os morteiros médios e menos de 10 Km para os foguetões de 120 mm.

Em qualquer dos casos, a força militar deverá ter-se organizado e treinado por forma a, simultaneamente:

- reduzir ou anular o efeito do fogo inimigo, com abrigos para pessoal e material e com uma pronta e eficaz reacção pelo fogo ou pelo contra-ataque, por forma a obrigar o inimigo a retirar, a reduzir a intensidade dos fogos ou, pelo menos, a perder a precisão dos seus tiros.
- aproveitar a revelação do inimigo para o localizar e bater de imediato com o máximo poder de fogo e para desencadear uma acção ofensiva própria – contra-ataque – ou de uma força de apoio, para, por meio de fogos, perseguição ou emboscadas, procurar aniquilá-lo ou capturá-lo. No caso de se optar pela emboscada, esta acção poderá ser executada por uma força que se situe próximo do provável itinerário de retirada. O deslocamento em helicóptero poderá ser muito rendoso. Este processo foi muito usado no leste da Guiné durante a nossa guerra de 1961 / 74, por iniciativa do comando do sector, logo que conhecida

existência de uma emboscada. A reacção pelo fogo poderá incluir Artilharia ou Aviação capazes de criar com os seus tiros um clima de insegurança ao inimigo.

k. Reacção a um golpe de mão

A melhor defesa contra um golpe de mão do inimigo tem um carácter essencialmente preventivo. A rapidez fulminante do pequeno efectivo atacante não costuma proporcionar nem objectivo nem tempo para uma reacção eficaz.

Daí que a segurança contra este tipo de acção deva procurar não só impedir a entrada do inimigo – vigilância, obstáculos e armadilhas – mas também, uma vez entrado, impedir a sua saída e aniquilá-lo ali mesmo.

As medidas preventivas aplicam-se a todas as situações de uma tropa estacionada, desde num aquartelamento até num simples “alto” durante um deslocamento apeado ou motorizado e enquadram-se no exigente princípio da Segurança Permanente.

l. Atitude perante minas e armadilhas

Perante a possibilidade da existência de Minas anti-carro ou anti-pessoal e Armadilhas (anti-pessoal), a Contra-Subversão deverá sempre procurar detectá-las, dificultar a sua colocação e minimizar os seus efeitos.

Detecção de minas:

- Uma coluna, mesmo que motorizada, deverá levar à sua frente ou uma viatura rebenta-minas ou uma equipa apeada de detecção de minas, usando detectores eléctricos ou simples varas metálicas de “picar”.
- A aturada observação do piso da via pode mostrar algum indício da existência de uma mina ou armadilha: um arame, uma irregularidade do terreno, etc. Na Guiné, em 1970/72, um piloto, apercebendo-se de uma irregularidade no piso da estrada Nova Lamego/Piche, avisou as tropas de terra, as quais foram ao local e logo encontraram uma mina anti-carro.

Dificultar a colocação de minas

- Consolidação do piso das estradas: Uma estrada asfaltada não permite disfarçar eficientemente a colocação de uma mina;
- Vigilância aérea sobre as estradas.

Minimizar o efeito de uma mina anti-carro

- Uso de sacos de terra no fundo das viaturas, para protecção do pessoal;
- Viaturas altas, com o fundo em V e bem blindado. Assim pode conseguir-se que só o pneu atingido fique danificado.

5. ACÇÃO PSICOLÓGICA**a. Introdução**

A Acção Psicológica, embora sendo um meio de acção utilizável em qualquer conflito, tem tido a sua máxima expressão na Guerra Subversiva, podendo mesmo dizer-se que é um meio específico desse tipo de luta, o que implica que o tema seja tratado, neste capítulo de "A Tática do Exército na Contra Subversão", de forma global não limitada a casos particulares, uma vez que a matéria tem estreita ligação com a Guerra Subversiva.

De qualquer modo, apenas serão focados os conceitos, os princípios e as regras gerais, sem entrar em pormenores técnico próprios dos manuais de instrução e que estão profusamente tratados no Vol.III de O Exército na Guerra Subversiva.

Serão essencialmente curtas transcrições, adaptações ou resumos desse Vol. III com alguns esclarecimentos e alterações de forma resultantes da experiência e de acordo com os Apontamentos de Guerra Subversiva do IAEM-CEM-1968/69.

Apesar de tudo, este capítulo dedicado à Acção Psicológica talvez fique demasiado extenso. Se assim for, isso será o resultado da extraordinária importância desta arma.

Aos interessados nesta matéria, recomenda-se a leitura do referido Vol. III, nomeadamente dos seus Anexos e, para um aprofundamento, o estudo da bibliografia que serviu de base ao Anexo A.

b. Evolução

A acção psicológica é dirigida aos corações, às inteligências e às vontades e destina-se a influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos indivíduos, com vista a modificar as suas atitudes e os seus procedimentos.

Na contínua evolução das armas e das formas de luta entre os povos para imposição da vontade ao adversário, não passou despercebida a importância do MORAL dos combatentes e a possibilidade de o robustecer pela introdução de factores de ordem psicológica. Se tal era possível, também deveria ser viável a acção inversa : Minar o Moral do adversário e a tal ponto que pudesse até ser desnecessário o confronto nos campos de batalha.

A Acção Psicológica, sendo muito antiga, só nos princípios do Séc.XX e pela mão da Alemanha adquiriu foros de arma de emprego generalizado.

O aparecimento das armas nucleares e o receio das consequências de um conflito que as utilize – terror nuclear – tem levado os países a enveredarem de preferência por pequenos conflitos, locais e limitados, para resolverem os litígios internacionais e a privilegiarem o emprego da Acção Psicológica.

O incremento das guerras subversivas como processo de "luta do fraco contra o forte", com o emprego de todos os meios de coacção, concedeu à Acção Psicológica o estatuto de arma predominante.

Surge assim a necessidade e/ou conveniência do emprego de uma arma de carácter psicológico em todos os conflitos, em especial nas Guerras Subversivas, podendo até aparecer como meio de acção exclusivo.

O progresso das Ciências Sociais levou ao aperfeiçoamento dos seus processos de actuação; o extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação social permitiu estender a Acção Psicológica a qualquer ponto do globo e o aumento do nível educacional alargou o número de povos susceptíveis de receberem o impacto psicológico.

Com todas estas condições – necessidade, conveniência, oportunidade e possibilidade – a Acção Psicológica deve interessar a todos sectores da actividade do Estado e constitui presentemente uma valiosa Arma, com todas as características de economia, potência, alcance e precisão, mas exige pessoal especializado para poder ser aplicada com êxito e sem perigo para o utilizador.

Embora a Acção Psicológica, tal como a concebemos e é hoje empregue, tenha surgido na Europa durante a I Grande Guerra – 1914/18 – os países do bloco ocidental não lhe deram de início a importância de que sempre gozou nos países de ideologia comunista, países que, apoiantes dos movimentos subversivos no mundo, promoveram o seu uso intensivo nestes movimentos. É significativo que, há já muitos anos, o dirigente soviético Bulganine tenha dito que "A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as forças armadas servir apenas para deter um ataque armado ou, eventualmente, para ocupar território conquistado por acção psicológica".

Entre nós, imediatamente antes do início da violência subversiva em 1961 em Angola, o interesse pela Acção Psicológica circunscrevia-se às escolas militares e a alguns estudiosos. Com efeito:

- O Ten Cor. Hermes de Oliveira referiu-se-lhe, de forma desenvolvida e convincente, na sua publicação Guerra Revolucionária, de 1960;
- O C.I.O.E. de Lamego dedicava-lhe 4 lições nos estágios de 4 semanas;
- O CEM do IAEM reservava-lhe 1 capítulo, no âmbito da Guerra Subversiva;
- Só em 1963 um regulamento, O Exército na Guerra Subversiva, passou a dedicar-lhe um dos seus volumes.

No decorrer da guerra de 1961/74 a importância da Arma Psicológica foi convencendo cada vez mais responsáveis militares e políticos, mas nunca com a generalidade que merecia. Com efeito, no Curso de Altos Comandos de 1973/74, isto é, nas proximidades do fim da guerra, era reconhecida a escassez de pessoal de acção psicológica nas unidades mobilizadas e era afirmada a necessidade de serem criadas Equipas de Acção Psicológica para atribuir aos comandos de Agrupamento ou aos comandos de Batalhão consoante as necessidades da área e do momento. (Gen. Rebelo de Andrade - CAC 1973/74). Isto porque, ainda nessa altura, com mais de uma dezena de anos de guerra:

- As Companhias de Caçadores não incluíam a acção psicológica na sua missão geral e a sua pequena Equipa de Acção Psicológica era ineficaz, porque o Chefe era um subalterno em acumulação e sem a necessária especialidade; o Auxiliar era o sargento de Armas Pesadas para quem apenas era recomendado um estágio; finalmente tinha um Intérprete, elemento do recrutamento local e sem qualquer preparação;
- O Comando de Batalhão, embora referindo na sua missão a acção psicológica sobre a população e sobre o inimigo, dispunha, só a partir da Orgânica de 1970, de uma Secção de Acção Psicológica muito deficiente: O Chefe era o subalterno de Transmissões, demasiadamente empenhado na sua função principal para poder pensar na acção psicológica; o Auxiliar era um sargento, o único especializado; um outro auxiliar, o do Serviço Religioso, não tinha qualquer preparação; finalmente havia um Intérprete, o qual só seria nomeado se houvesse necessidade.
- O Comando de Agrupamento dispunha de, apenas, um subalterno destinado à acção psicológica e especializado na matéria e incluído na Secção de Informações;

- O Comando-Chefe dispunha de uma 5.^a Repartição dedicada aos Assuntos Cíveis e Acção Psicológica. Em Angola, por exemplo, a Secção de Acção Psicológica previa 4 oficiais;
- Em cada Teatro de Operações foram criados órgãos mistos – militares e civis – especialmente destinados à acção psicológica: Os Conselhos Orientadores da Acção Psicológica, a nível provincial e em ligação com a 5.^a Rep. do Cmd-Chefe; e Grupos de Trabalho de Acção Psicológica, a nível distrital, em ligação com o Comando do Agrupamento da área.

Em contraste com a pobreza das nossas estruturas de acção psicológica, a França, nossa principal fonte de ensinamentos sobre contra-subversão, tinha utilizado na guerra da Argélia 3 unidades de Acção Psicológica – companhias de altifalantes e panfletos. As próprias forças dos E.U.A. na R.F.A. utilizavam, já em 1959, Companhias de Acção Psicológica.

Aliás o guia O Exército na Guerra Subversiva já salientava “a necessidade imperiosa da existência de, pelo menos, um número suficiente de oficiais devidamente instruídos em Acção Psicológica, sem o que o planeamento e a condução dessa acção corriam o risco de apresentar demasiadas deficiências”. Em seguida, o guia apontava, a título de exemplo, “alguns dos meios de aplicação mais necessários na maioria das situações e, portanto de emprego mais frequente”:

- *Repartições ou Secções de Acção Psicológica*, que poderiam ser constituídas por quatro secções e integrar alguns elementos civis especialistas em diversos assuntos, tais como Psicologia, Sociologia, Administração Civil, Imprensa, Rádio, Estatística, etc.
- *Oficiais de Acção Psicológica*, se possível um por cada unidade, até ao escalão Batalhão inclusive, com funções de conselheiros técnicos do comando, organizadores de operações psicológicas e instrutores. Estes oficiais teriam uma missão difícil, devendo estar animados de uma fé inquebrantável na tarefa a realizar e dispor de todos os argumentos válidos para vencer hesitações e destruir objecções.
- *Oficiais de Informação Pública*, se possível um por unidade de escalão batalhão ou superior, podendo ser os Oficiais de Acção Psicológica ou os chefes das repartições ou secções de acção psicológica. Estes oficiais deveriam possuir qualidades de paciência, serenidade, humanidade e ponderação, respeito pelos órgãos de informação e pelos seus correspondentes e um certo sentido daquilo que o público deseja e precisa saber sobre as actividades militares.

- *Unidades especializadas*, tais como equipas de altifalantes, de elaboração e distribuição de panfletos, de cinema, de rádio, etc. e centros de triagem e recuperação de prisioneiros e de apresentados. As equipas poderiam agrupar-se em unidades maiores – Companhias, por exemplo – ou ser integradas em unidades clássicas afins.

A experiência da nossa guerra foi evidenciando a importância da Acção Psicológica e foi decerto por isso que os cursos do IAEM, ao tratarem da guerra subversiva, já se debruçavam sobre o tema, embora só o Curso de Estado Maior dispusesse de tempo para lhe dar a necessária ênfase.

Os Cursos de Oficiais e de Sargentos Milicianos também abordavam a matéria, mas só a partir de meados da década de 60 a preparação dos Oficiais de Acção Psicológica tomou um certo incremento com estágios de especialização a funcionar no IAEM, geralmente em um a três turnos por ano, com a duração de duas semanas.

c. Noções Gerais

(1) *Definições:*

“Designa-se por ACÇÃO PSICOLÓGICA a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros ou adversos com a finalidade de:

- fortalecer a determinação e o espírito combativo dos meios amigos;
- atrair a simpatia activa dos meios neutros;
- esclarecer a opinião de uns e de outros e contrariar a influência adversa sobre eles;
- modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar.”

Podendo ser exercida, como se disse, sobre meios amigos, neutros ou adversos, a Acção Psicológica pode ter como ALVOS:

- a População em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante do adversário;
- o movimento Subversivo;
- as Forças de combate à subversão;
- a Opinião pública Internacional.

Quando houver que actuar psicologicamente sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a Subversão, é possível conquistar simultaneamente o afecto e a confiança dessa população, tornando-a mais sensível à acção psicológica, por meio de uma ACÇÃO SOCIAL ou de assistência dirigida no sentido de diminuir as suas principais deficiências culturais e materiais, acção que deve ser integrada num plano de desenvolvimento social.

O conjunto dessas duas acções – psicológica e social – tem sido designado por ACÇÃO PSICOSSOCIAL.

Nesta conformidade, entende-se por ACÇÃO SOCIAL a acção que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, integradas num plano de desenvolvimento social e devidamente coordenadas, que pretendem melhorar as condições de vida da população e elevar o seu nível cultural, contribuindo para ganhar a confiança dessa população e conquistar-lhe os corações e, assim, torná-la mais receptiva à acção psicológica.

Entende-se por ACÇÃO PSICOSSOCIAL a acção contra-subversiva a exercer sobre a população como Acção Psicológica e Acção Social.

(2) *Campos de Acção Psicológica*

Numa guerra subversiva, a necessidade de obter o apoio da POPULAÇÃO é primordial, constituindo a Conquista da sua Opinião o objectivo principal a atingir. Os esforços, quer da Subversão quer da Contra-Subversão, serão orientados no sentido de conseguir esse apoio e o Exército, portanto, paralelamente à sua acção tipicamente militar, terá de ser chamado a colaborar naquela conquista com um programa adaptado à suas possibilidades na área e no momento considerados.

No campo da Acção Psicológica sobre a População, é de referir que, durante a nossa guerra de 1961/74, se procurou consolidar a adesão da opinião pública na Metrópole com várias acções tais como:

- Programas de rádio e televisão, com documentários sobre a actuação das nossas tropas nos teatros de guerra;
- Transcrição na Imprensa dos louvores e condecorações concedidos;
- Publicação de extractos da História das Unidades regressadas do Ultramar;
- Cerimónias do Dia de Portugal, com desfiles e condecorações.

Relativamente ao ADVERSÁRIO, a acção psicológica destina-se a desmoralizá-lo, dissociá-lo e captá-lo, em especial os seus elementos mais activos, acções em que as forças militares não poderão deixar de participar.

Por outro lado, as forças da CONTRA-SUBVERSÃO têm que estar animadas de um ideal e possuir um moral elevado capaz de as imunizar contra os ataques psicológicos do adversário e contra o efeito de lassidão duma guerra prolongada. No seu âmbito, o Exército deverá realizar sobre os seus próprios elementos uma acção psicológica que atinja estas finalidades. O Exército poderá também, ainda que indirectamente, influir favoravelmente no moral das outras forças da Contra-Subversão, pela eficácia das suas acções ofensivas e de protecção, com o que proporcionará àquelas forças as desejadas condições de tempo e de segurança para melhor actuarem.

Finalmente, no campo externo, a Contra-Subversão deverá desenvolver uma acção psicológica sobre a OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL, captando a sua simpatia, nomeadamente nos países limítrofes, nos grandes blocos constituídos, noutros grupos de pressão, nas organizações internacionais e até nas Organizações Não Governamentais. Nesta acção psicológica externa, o Exército, por princípio, não deverá agir de forma directa, mas a sua actuação, quer operacional quer junto das populações, sempre no respeito pela ética e pelas leis internacionais, poderá contribuir para consolidar a credibilidade da Contra-Subversão na opinião pública externa.

Assim, o Exército exerce a acção psicológica em três campos:

- **POPULAÇÃO** — É uma acção directa e integrada, cujo grau de desenvolvimento depende das atribuições de que tiver sido investido e que será facilitada pelo permanente contacto com essa população. Esta é, simultaneamente, o AMBIENTE em que se desenvolve a luta, o OBJECTIVO dos dois adversários e um dos MEIOS DE ACÇÃO de ambos.
- **ADVERSÁRIO** — É uma acção coordenada, que aproveita os contactos operacionais com a guerrilha, os prisioneiros, os agentes informadores, os elementos apresentados, a população sobre controlo do inimigo, etc.
- **NOSSAS TROPAS** — É uma acção exclusiva, quer sobre os militares do Quadro Permanente quer sobre os do Quadro de Complemento, embora, quanto a estes, dada a sua curta permanência nas fileiras, haja que contar, acima de tudo, com a preparação moral que deve ser feita antes do ingresso nas Forças Armadas.

(3) *Formas de Acção Psicológica*

A acção psicológica pode ser conduzida segundo três formas:

- Propaganda;
- Contrapropaganda;
- Informação.

A *PROPAGANDA* constitui o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública.

As técnicas psicológicas modernas, servidas pelos actuais meios de comunicação social, conferem à Propaganda um papel de tal forma primordial, que pode afirmar-se que toda a acção psicológica é, principalmente, propaganda.

Pode definir-se Propaganda como uma comunicação de notícias, factos, comentários, explicações, apelos, etc., com a intenção de influenciar as opiniões, as emoções, as atitudes e o comportamento dos indivíduos ou dos grupos humanos, no sentido desejado por quem os difunde.

A Propaganda não visa, portanto, o esclarecimento, mas sim a imposição de certas ideias ou doutrinas

CONTRAPROPAGANDA é o termo usado para designar a propaganda feita com a finalidade de rebater e neutralizar a propaganda adversa.

Dentro da obediência aos princípios básicos da acção psicológica que veremos adiante, a propaganda não deverá mentir, nem sequer exagerar e procurará respeitar a moral e as crenças do meio visado, sempre de acordo com os valores da civilização onde se insere.

A *INFORMAÇÃO* é também uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, não apelos, mas a sua finalidade é esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objectivamente a sua opinião – e não impor ideias ou doutrinas – e para criarem argumentos contra a propaganda do In.

Tal como a Propaganda, também a Informação deverá respeitar os princípios básicos da Acção Psicológica, isto é, deverá:

- Ser verdadeira. “Se a verdade não é favorável à Contra-Subversão, há que modificar as coisas de modo a que passe a sê-lo” (Estratégia da Guerra Subversiva, CEM 1968/69, IAEM);
- Basear-se em factos irrefutáveis;
- Polarizar a atenção para os pontos mais importantes dos factos apresentados;
- Não tirar aos indivíduos a capacidade de raciocinar;
- Ser oportuna;
- Ser constantemente adaptada;
- Ser, simultaneamente, objectiva e atraente.

No caso particular das forças militares, a Informação deve funcionar em dois campos, isto é, não só no âmbito da acção psicológica sobre os militares,

como é óbvio, mas também visando a população, para lhe dar a conhecer o que são as forças militares, como vivem e como actuam, quais as suas missões e meios, etc., por forma a obter aceitação e compreensão mútuas, mesmo quando haja que tomar medidas impopulares.

Daí a necessidade de uma larga e oportuna INFORMAÇÃO PÚBLICA dentro das naturais limitações impostas pela segurança.

Esta contribuição das forças militares para a informação geral da população exige pessoal devidamente preparado, criteriosas análises da opinião pública e compreensão pelo trabalho dos jornalistas.

(4) Preparação dos agentes militares da Acção Psicológica

A acção psicológica pode ser exercida por qualquer pessoa, mas, para obter efeito e não ser contraproducente, exige agentes devidamente preparados. Podem distinguir-se três tipos de preparação, correspondentes a outros tantos tipos de agentes :

- Uma "preparação geral", extensiva a todos os elementos da Contra-Subversão e que, no seio das Forças Armadas, se estenderia a todos os militares, uma vez que a todos, sem excepção e permanentemente, compete participar nessa acção;
- Uma "preparação especial", destinada aos encarregados do planeamento e condução da acção psicológica, os quais, nas Forças Armadas, são os oficiais especialistas de acção psicológica e informação pública;
- Uma "preparação também especial" destinada a formar os chamados Operadores Psicológicos, isto é, agentes de contacto directo e permanente, preferencialmente orientados para o trabalho junto das populações.

A preparação geral dos oficiais no campo da Acção Psicológica tem como finalidade fazer educadores, instrutores e condutores de homens e deve compreender o conhecimento:

- do adversário, das suas ideias e dos seus métodos;
- dos meios a influenciar, em todos os aspectos, e dos seus principais problemas políticos, económicos, sociais, religiosos, morais, etc.;
- dos princípios e técnicas das acções psicológica e social, incluindo um pouco de psicologia.

A preparação dos sargentos visa formar monitores eficazes, com conhecimentos sobre o adversário, os meios a influenciar e as técnicas a usar.

A instrução das praças procura prepará-las para enfrentarem a acção psicológica do adversário e para o correcto comportamento junto das populações.

A preparação dos especialistas militares – *Oficiais de Acção Psicológica e Informação Pública* – resulta da necessidade de se dispor de conselheiros técnicos do comando, de organizadores das operações psicológicas e de instrutores e orientadores dos quadros no aspecto psicológico. Estes oficiais deverão estar animados de uma fé inquebrantável na tarefa a realizar e dispor de todos os argumentos válidos para vencer hesitações e destruir objecções.

Os *operadores psicológicos* destinam-se fundamentalmente a actuar junto das populações num contacto directo e contínuo. Para serem bem aceites deverão ser da mesma raça, falar o mesmo dialecto e viver permanentemente no seu meio. Têm por missão esclarecer, informar e aconselhar a população, nada tendo a ver, portanto, com os agentes dos serviços de informações, os quais não devem ser conhecidos como tal pelas populações em que estão inseridos.

O operador psicológico deve ser um voluntário, entusiasta da sua missão, dedicado à causa que apregoa, inteligente, corajoso, suficientemente culto, comunicativo e de fácil argumentação.

As suas selecção e preparação deverão ser muito cuidadas e dirigidas por especialistas competentes, militares ou civis, capazes de, além das técnicas a usar, lhe inculcirem a necessária crença na justiça da causa que vai defender.

(5) *Planeamento da acção psicológica*

A condução de qualquer acção psicológica exige um planeamento prévio minucioso e, em regra, demorado.

Este planeamento concretizar-se-á, em cada escalão, num PLANO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA, documento que poderá ser difundido aos escalões subordinados para execução ou, mais normalmente, dar origem a Directivas ou Ordens a enviar a esses escalões.

Como em qualquer outra situação, o Plano de Acção deriva de um criterioso ESTUDO DE SITUAÇÃO. Entre os Factores de Decisão a considerar neste estudo – missão, meio humano, inimigo e meios disponíveis – salienta-se, pela sua importância e complexidade, o MEIO HUMANO, constituindo o seu estudo o trabalho fundamental de todo o planeamento, estudo que visa obter o conhecimento de:

- o que é uma determinada população;
- a que é que ela reagirá psicologicamente;
- como é que ela reagirá.

Para esse efeito, torna-se necessário analisar fundamentalmente a organização, o espírito e a situação económica da população, isto é:

- organização social e agrupamentos;
- tendências fundamentais;
- tradições mais arraigadas;
- atitudes, opiniões e estado de espírito;
- aspirações e desejos;
- dificuldades e necessidades prementes, etc.

ou seja, todo o conjunto de sentimentos e de factores, inatos ou adquiridos, conscientes ou inconscientes, que influenciam essa população e são, por isso, susceptíveis de ser explorados pela acção psicológica com o fim de produzir determinadas reacções favoráveis aos objectivos que se pretendem alcançar.

São esses sentimentos e factores que se designam por **MOTIVAÇÕES** e relativamente aos quais é preciso conhecer não só o sentido das reacções que podem provocar como a sua intensidade.

O estudo do meio humano implica a colaboração de numerosos especialistas, tais como etnólogos, psicólogos, analistas de opinião pública, sociólogos, economistas e geógrafos e a consulta de publicações e estatísticas existentes.

Na Guiné, onde se foram concentrando, ao longo dos séculos, numerosas etnias vindas do leste do continente, existiam vários estudos da população, destacando-se como pioneiro e impulsionador destes estudos o Comandante Teixeira da Mota, o qual, desde muito novo, se interessou por aquele território e que, em 1946/48, como Chefe do Gabinete do Governador Sarmiento Rodrigues, organizou um trabalho colectivo dos administradores de circunscrição, no qual cada um era solicitado a apresentar o estudo aprofundado de uma etnia. A ideia ficou e foi assim que foram surgindo publicações de autores como: Augusto Lima sobre os Bijagós, José Mendes Moreira sobre os Fulas, António Barbosa Carreira sobre os Manjacos e Mandingas, Passos Marques, do Quadro das Alfândegas, etc.

Mais tarde, o Gen. Spínola, como Governador e Comandante-Chefe, solicitou a colaboração do Dr. Manuel Belchior, da Junta de Investigações do Ultramar, ex-administrador em Moçambique e dedicado estudioso das etnias africanas.

Foi assim possível à Repartição de Informações do Comando-Chefe do TO da Guiné elaborar alguns Supintreps com excelentes estudos sobre as populações do território.

Um ESTUDO DE SITUAÇÃO terá o desenvolvimento que o tempo ou os dados disponíveis permitirem e a situação ou o escalão exigirem.

Pode consistir num rápido estudo mental ou, pelo contrário, num documento ou conjunto de documentos em que deve intervir o Oficial de Acção Psicológica, se existir. Será esta a norma nos mais elevados escalões empenhados numa longa guerra subversiva.

A MISSÃO comporta, quase sempre, dois aspectos que é necessário analisar convenientemente:

- Uma acção psicológica de carácter geral e permanente, expressa em termos genéricos. Por exemplo: neutralizar os efeitos da propaganda adversa;
- Operações psicológicas ou sociais, complementares da acção anterior, impostas superiormente ou decididas pela própria unidade, as quais apresentam um carácter limitado no espaço e no tempo. Por exemplo: levar a efeito uma campanha de rendição dos rebeldes numa determinada região.

As CONCLUSÕES do estudo materializar-se-ão, fundamentalmente, nos seguintes aspectos, que serão parte integrante do Plano de Acção Psicológica:

- impressão sobre o inimigo;
- conceito da operação;
- condições psicológicas a realizar;
- informações a pesquisar;
- colaboração com órgãos estranhos à unidade ou ao comando.

Quanto ao PLANO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA, articulado nos cinco parágrafos clássicos, convém notar que:

- O CONCEITO DE OPERAÇÃO deve referir-se à ideia ou ideias-força escolhidas e incluir, fundamentalmente, uma descrição geral das formas como se pretende actuar sobre a População, sobre o Adversário e sobre as Nossas Tropas, os objectivos a alcançar, prioridades, faseamento, regiões ou grupos humanos sobre os quais se pretende exercer o esforço, etc.

- As **ACÇÕES PSICOLÓGICAS** a realizar podem ser sintetizadas nas seguintes alíneas: Grupos humanos a influenciar; Objectivos a atingir em cada grupo; Motivações a explorar; Temas escolhidos; Estribilhos e Símbolos a usar; Acções psicológicas e sociais a realizar; Processos a utilizar; Meios a empregar; Momento do desencadeamento das acções.

As **INFORMAÇÕES** são indispensáveis, como é óbvio, ao planeamento e à condução de qualquer acção psicológica, informações que não se diferenciam das informações militares clássicas, conquanto caracterizadas pela amplitude da pesquisa e pela natureza específica de algumas das suas fontes e técnicas de trabalho e englobando dois aspectos:

- as Informações de carácter Estático e Permanente relativas ao conhecimento do meio a influenciar e indispensáveis à análise do quadro e das estruturas;
- as Informações de Ocasão, relativas às reacções desse meio e, por isso, indispensáveis não só ao planeamento da acção psicológica, mas também e em especial à sua condução.

d. Princípios Básicos da Acção Psicológica

O objectivo último da acção psicológica é contribuir para alcançar os objectivos da política nacional, em apoio das acções militar e política.

Embora a sua necessidade se faça sentir com maior premência em caso de guerra – subversiva ou não – a acção psicológica deve ser levada a efeito **PERMANENTEMENTE**, com vista a preservar e elevar o moral da população e a consolidar a sua adesão aos ideais da Nação.

Além de outras, a Acção Psicológica tem como **CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS DE SUCESSO** a existência de uma Estratégia política, de Legislação adequada e de uma Organização das massas.

(Vol. III do guia O Exército na Guerra Subversiva)

A **ESTRATÉGIA POLÍTICA** materializar-se-á numa linha de acção a cumprir a nível governamental e definirá os objectivos a alcançar na luta, sem o que não será possível garantir **UNIDADE DE ACÇÃO** em todas as actividades nacionais – políticas, económicas, sociais, militares, etc. – indispensável para evitar decisões parciais divergentes ou acontecimentos que possam contrariar a consecução daqueles objectivos ou ser explorados pelo adversário para esse fim.

Essa unidade de acção é tanto mais importante quanto é certo que qualquer das actividades referidas tem sempre repercussões psicológicas.

(Cap. I / Vol. III / O Exército na Guerra Subversiva)

Uma LEGISLAÇÃO ADEQUADA é exigida pela condução da Acção Psicológica e destina-se essencialmente a conseguir dois objectivos : Unidade de Acção e Reforço da Autoridade .

A Unidade de Acção é imperiosa e, em certos casos, pode implicar não só a existência de uma Estratégia Política, já atrás referida, como também Unidade de Comando , ou seja, a reunião nas mesmas mãos dos poderes civis, — em todos os seus aspectos: políticos, económicos, sociais, administrativos, etc. — e dos poderes militares, melhor forma de utilizar, coordenada e eficazmente, todos os meios disponíveis.

O reforço da autoridade implica a atribuição de PODERES ESPECIAIS a quem tem a responsabilidade de conduzir a acção, favorecendo a repressão imediata e adequada das actividades subversivas, facilitando a resolução urgente de certos problemas administrativos, sociais e económicos e adoptando as medidas julgadas convenientes para controlar os meios de comunicação social. Durante a nossa guerra colonial de 1961/74, estes poderes especiais existiram e foram estabelecidos em lei.

A acção psicológica terá mais efeitos sobre a população quando esta - o alvo — estiver ORGANIZADA em grupos ou aglomerados, cada um com uma ou mais características comuns a todos os elementos, o que torna mais fácil a escolha dos temas a versar e dos argumentos a invocar.

Normalmente, essa organização existirá — povoações, clubes, associações profissionais, agremiações culturais, etc. Muitas vezes, porém, será necessário completá-la ou restabelecê-la por meios civis ou militares ou, até, por meio de quadros da própria população — novas povoações, autodefesas, etc.

A acção psicológica, além de potente e flexível, é uma acção COMPLEXA, tanto na sua preparação como na sua execução, e PERIGOSA, visto ser susceptível, quando mal conduzida, de provocar resultados contrários aos pretendidos ou de oferecer ao inimigo trunfos valiosos para contrariar esses resultados.

Daí a necessidade de respeitar as seguintes EXIGÊNCIAS:

— **INFORMAÇÕES** numerosas e constantes sobre os objectivos nacionais a alcançar, os perigos que ameaçam a Nação, as opiniões, aspirações e necessidades não satisfeitas da população, as reacções desta perante os acontecimentos, os pontos fracos do inimigo e as possibilidades de os provocar, os êxitos obtidos em todos os sectores da vida nacional, etc.

- Sólidos conhecimentos de *PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA*, com vista a determinar a que é que as pessoas são susceptíveis de reagir e como é que reagirão;
 - *VONTADE* de lutar, consciência das responsabilidades e espírito de colaboração da parte de todas as entidades que nela tiverem de participar.
 - *CONFIANÇA* da parte do meio visado, em especial se este for amigo ou neutro. Não pode haver contradições: Ideias, atitudes e factos devem, portanto, ser sem-concordantes.
 - *VERIFICAÇÃO* constante dos resultados obtidos e adaptação constante a esses resultados das medidas a levar a efeito.
- (Cap.I / Vol.III / O Exército na Guerra Subversiva)

Finalmente, a Acção Psicológica deverá respeitar algumas REGRAS BÁSICAS tais como:

- *HONESTIDADE* nos métodos e nas atitudes, com respeito pela verdade e sem exageros, mesmo perante um adversário que não tem essas preocupações. O recurso a notícias tendenciosas só deverá ser feito em raros casos especiais e com as devidas cautelas;
- *RESPEITO* pelos indivíduos sujeitos à acção psicológica, nas suas crenças, moral, amor-próprio, tendências, etc.
- *ADEQUAÇÃO* às motivações do alvo;
- *OPORTUNIDADE* no lançamento e no ritmo da acção;
- *COERÊNCIA* com as outras acções da contra-subversão;
- *PROGRESSIVIDADE*, numa actuação por fases, cada uma com o seu objectivo bem definido e capaz de contribuir para o sucesso da fase seguinte.

e. Papel dos órgãos governamentais e militares

Em obediência ao princípio da Unidade de Acção, a Acção Psicológica tem de ser concebida e dirigida pelo GOVERNO, o qual deverá dispor, para essa finalidade, de órgãos especializados na obtenção de informações e de estudo e planeamento.

Por meio de directivas preparadas por esses órgãos, o Governo definirá as responsabilidades de cada um dos departamentos do Estado na Acção Psicológica, atribuir-lhes-á missões e impulsiona-los-á no sentido de conseguir uma harmonização e uma coordenação perfeitas.

Nos territórios com uma certa autonomia, a Acção Psicológica deverá igualmente ser centralizada nos governos locais.

Os departamentos do Estado que maior interferência têm na Acção Psicológica, directa ou indirectamente, são os que incluem na sua esfera de acção os Meios de Comunicação Social, as Organizações que enquādam a População, a Assistência Social, a Economia e a Defesa Nacional.

Nestes departamentos deverão ser constituídos organismos destinados a estudar e a dirigir a Acção Psicológica ou as actividades que, de qualquer forma, com ela possam ter ligação.

No âmbito MILITAR, compete ao respectivo departamento conceber, dirigir e coordenar todas as actividades das Forças Armadas na Acção Psicológica, difundindo Directivas Gerais sobre a organização, equipamento, instrução e execução, e orientando a pesquisa de Informações dos organismos especializados das referidas forças.

O mesmo departamento deverá, ainda, ser o Conselheiro do Governo em todos os aspectos militares da Acção Psicológica.

Os departamentos de cada um dos ramos das Forças Armadas, através dos respectivos Estados-Maiores, ou os Comando-Chefes, quando constituídos, são os responsáveis pela execução das Directivas anteriormente referidas.

Em certas circunstâncias, poderão ser atribuídos às FORÇAS ARMADAS todos os poderes sobre um território, onde o estado de guerra ou de grande agitação o justifique. Neste caso, a responsabilidade pela condução da acção psicológica competirá inteiramente a essas forças.

Outras vezes, porém, apenas se lhes atribuirá, cumulativamente com as suas funções especificamente militares, a missão de colaborar na acção psicológica. Neste caso, a fim de evitar conflitos de atribuições e de se poder aplicar judiciosamente a totalidade dos meios civis e militares, a responsabilidade pela referida condução é dada à AUTORIDADE CIVIL e as Forças Armadas terão de se subordinar às Directivas emanadas daquela, ou estabelecem-se Comissões Mistas de Acção Psicológica nos vários escalões, que elaborarão e difundirão Directivas Conjuntas.

É evidente que, em qualquer dos casos considerados, aos COMANDOS MILITARES pertence sempre a responsabilidade pela acção psicológica especial a exercer permanentemente sobre as Forças Armadas, embora estas sejam abrangidas pelas acções destinadas à população.

f. O funcionamento de Acção Psicológica do Exército

(1) Generalidades

Qualquer que seja o campo em que se empregue, a acção psicológica incide sempre sobre o psiquismo individual e colectivo e pretende influenciar

atitudes e comportamentos. Contudo, os problemas a encarar e os métodos a empregar são diferentes, consoante se tratar da acção sobre o adversário ou das acções sobre a população e sobre as próprias tropas. Estas últimas, sendo dirigidas a meios amigos, terão de reger-se por princípios próprios, não esquecendo, no entanto, que, quanto à população, podem viver no seu seio alguns elementos do adversário.

Atendendo a que o Exército, em princípio e pelo menos de forma directa, não terá que agir sobre a opinião pública internacional, não será focado aqui esse campo de acção.

(2) *Acção sobre a População*

Como se disse, a População pode ser considerada o AMBIENTE onde se desenvolve a luta, o OBJECTIVO dos dois adversários e um dos MEIOS DE ACÇÃO a utilizar por ambos. Consequentemente, a acção psicológica a conduzir pelas forças militares sobre a população – bem como a acção social – terá por finalidade tornar esse meio favorável à Contra-Subversão, conservar ou reconquistar o seu apoio, privando simultaneamente o adversário de ser apoiado por ela, e procurar, até certo ponto, que pelo menos parte dela intervenha na luta contra esse adversário.

Na acção a exercer pelas forças militares sobre a população podem distinguir-se três aspectos diferentes, embora na prática todos eles se encontrem intimamente relacionados: Acção Psicológica, Acção Social e Presença.

Para conservar ou readquirir a adesão moral da população por ACÇÃO PSICOLÓGICA torna-se necessário:

- Oferecer-lhe um Ideal capaz de a emocionar ou mesmo de a apaixonar: A causa a defender deve ser sempre justificável e ir ao encontro dos sentimentos e das ambições dessa população;
- Agir de acordo com o ideal proposto, caso contrário, surgirão a desconfiança e o descrédito, sinónimos de ineficácia;
- Desacreditar a ideologia adversa, realçando as contradições entre os princípios que apregoa e as acções que realiza, especialmente quando as vítimas se encontram entre a própria população;
- Salvaguardar os interesses da população e elevar o seu nível cultural;
- Explorar o mais possível as ideias e os sentimentos comuns à maioria;
- Proceder de forma a que as reacções da população imprimam, nos seus componentes, ideias e sentimentos estáveis, fornecendo-lhe argumentos que justifiquem, aos seus próprios olhos, aquelas reacções;
- Defender e organizar a população, desenvolvendo a autodefesa, se possível por sua própria iniciativa.

As acções a levar a efeito sobre a população terão que fazer face, muitas vezes, a aspirações e necessidades que, embora despertadas pelo adversário, têm um fundamento real e justo e não podem, portanto, ser rebatidas directamente.

Na realidade, quando dirigida a uma população que o adversário pretende subverter, a acção psicológica tem de ser acompanhada de medidas políticas, económicas, sociais, etc., que provem a veracidade da argumentação e, assim, facilitem a sua aceitação.

As forças militares, não só pelos meios materiais e humanos de que dispõem, mas também pelo dispositivo em superfície que normalmente adoptam na luta contra a Subversão, estão em condições de conduzir, por si próprias ou em colaboração estreita com as autoridades civis, uma eficaz ACÇÃO SOCIAL, principalmente sob as formas de Assistência Sanitária, Educativa, Económica e Religiosa.

A PRESENÇA de forças militares numa determinada área limita a liberdade de acção do adversário e protege a população contra o aliciamento, a coacção ou a represália por parte daquele. Esta Acção de Presença, proporcionando à população um ambiente de segurança e uma sensação de tranquilidade, torna-a, por isso, mais receptiva à acção psicológica.

Por outro lado, o contacto íntimo das forças militares com a população concorre para desenvolver um clima de confiança mútua e até de relações pessoais que conduzem quase sempre à obtenção de proveitosas notícias para os serviços de informações.

(3) *Acção sobre o adversário*

Os antigos países comunistas procuravam utilizar em seu benefício todos os movimentos subversivos, apoiando-os declaradamente com meios humanos e materiais e infiltrando neles, sub-repticiamente, a sua ideologia. O conhecimento dos princípios e das técnicas comunistas de Subversão constituía, por isso, uma preparação básica indispensável para compreender e enfrentar qualquer tipo de acção subversiva.

Para alcançar os seus objectivos psicológicos – conquistar a adesão da População e desmoralizar as forças da Contra-Subversão – o Adversário baseava a sua acção num estudo do meio humano, a partir do qual procurava deduzir quais as Contradições Internas existentes nesse meio, de natureza política, social ou económica, e as suas Características Étnicas, umas e outras susceptíveis de produzirem uma reacção e serem, portanto, exploráveis num sentido favorável. Na condução da acção psicológica sobre o adversário não pode a Contra-Subversão deixar de fazer idêntico ESTUDO DO MEIO HUMANO para deduzir alguns dos temas a empregar nessa acção, em especial na Contrapropaganda.

A Acção Psicológica Sobre o Adversário tem por objectivo desmoralizá-lo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, que leve à rendição e, se possível, à sua posterior colaboração activa com as autoridades legais.

A conquista da adesão dos rebeldes é um dos principais objectivos da Contra-Subversão e deve ser conduzida essencialmente sob as formas de PROPAGANDA E CONTRAPROPAGANDA, convindo, no entanto, salientar que todos os êxitos obtidos na acção psicossocial sobre a população e na acção militar contra a guerrilha exercem sobre os elementos da Subversão um efeito moral fortemente depressivo.

O Gen. Spínola, numa entrevista publicada no Diário de Notícias de 25 Julho 73, dizia que a conquista da adesão dos rebeldes é o verdadeiro objectivo de uma contra-subversão eficaz. Aí se chega provocando primeiro a adesão das populações. Mas é necessário ir mais longe, captando a própria massa combatente e os seus chefes, pois não é só com material e apoio externos que a subversão se mantém. Conquistada a adesão dos rebeldes e, o que não é menos importante, obtida a simpatia das sociedades circunjacentes, a subversão cai por si ou resvala para o mercenarismo externo – o que lhe retira a aparência de legitimidade – ou se converte em simples partido de quadros no exílio.

Sendo o apoio da população essencial à Subversão, é evidente que se devem envidar todos os esforços no sentido de ISOLAR, ou melhor, separar o adversário dessa população, criando entre ambos um verdadeiro vácuo que dê a cada combatente, agente ou simpatizante inimigo a sensação de se encontrar envolvido por um meio hostil, que lhe recusa o apoio indispensável e está convencido da sua derrota.

A acção psicológica deve basear-se num estudo concreto da subversão e dos seus objectivos, do carácter dos chefes que a conduzem e das rivalidades existentes entre eles, das características étnicas dos povos participantes, das suas necessidades, das suas esperanças, das suas frustrações, etc., para o que é fundamental a existência de um sistema eficaz de INFORMAÇÕES que permita saber o que é e o que pretende o inimigo e, conseqüentemente, deduzir as formas de actuar sobre ele.

A Propaganda e a Contrapropaganda devem ser orientadas no sentido de conduzir ao descrédito da Subversão e dos seus chefes e de demonstrar a ilegitimidade e a inutilidade da causa que dizem defender.

Encontrando-se os rebeldes, muitas vezes, misturados com a população, os meios empregados sobre esta atingirão simultaneamente aqueles. Pode-se, assim, influenciá-los indirectamente através de uma propaganda difundida na própria população, ou, directamente, por meio de panfletos e cartazes colocados nas pistas de provável passagem da guerrilha e através de emissões de rádio e notícias nos jornais e que lhe são especialmente destinadas.

Para levar o adversário à rendição, não basta difundir certas ideias que podem tocar os sentimentos e influenciar o seu comportamento; é necessário ainda, em certas circunstâncias, difundir, clara e concretamente, não só as condições dessa rendição, mas também a forma exacta como a apresentação se deve realizar.

Os apresentados devem ser tratados de forma que a sua situação possa constituir um incentivo para a apresentação dos que ainda o não fizeram.

As apresentações criam problemas de protecção, de recuperação, de inserção social e económica, etc.

É importante obter a colaboração voluntária e activa dos apresentados nos campos das informações, da propaganda e contrapropaganda, das operações militares, etc.

(4) *Ação sobre as Nossas Tropas*

A acção psicológica a exercer sobre as forças militares visa:

- Criar, manter e fortalecer no pessoal a vontade de tomar parte activa e eficaz no sector ou sectores da Contra-Subversão em que estiver integrado;
- Imunizar o pessoal contra a acção psicológica do adversário, contra a lassidão da guerra e contra a frustração das acções no vazio.

A consecução destas finalidades exige da parte dos comandos militares, além das medidas normais de carácter social, a realização das seguintes acções:

- Formação moral e cívica, visando criar em cada militar a crença na justiça da causa que defende, o fortalecimento da vontade de lutar e a fé na vitória;
- Informação especial dos quadros e das praças sobre os processos de actuação do inimigo, a longa duração deste tipo de guerra, as razões do pouco êxito da procura do contacto e sobre os principais acontecimentos nacionais e estrangeiros relacionados com o caso decorrente, tudo visando a imunidade contra as ondas de boatos e informações tendenciosas, contra a lassidão e contra a frustração.

g. Acção Social

(1) *Generalidades*

Os valores afectivos desempenham um papel de grande importância na vida intelectual do homem, imprimindo um forte cunho de subjectividade a todos os seus juízos críticos.

Esta influência dos valores afectivos no raciocínio é do conhecimento geral e a sua exploração é facto comum na vida quotidiana. Todos os dias se vê empregar a conquista afectiva como auxiliar da conquista psicológica. A actividade política não o esquece.

Por isso, quando se pretende conseguir ou tornar mais forte a adesão de um meio humano através de uma acção psicológica, é da maior importância a conquista do afecto dos indivíduos que o constituem por meio de uma Acção Social. Esta aparece, portanto, em complemento daquela como uma forma de acção de enorme valor na conquista das populações através da melhoria dos seus níveis material, intelectual, educacional e moral.

A Acção Social tem, assim, uma finalidade indirecta, na medida que pretende facilitar a aceitação da Acção Psicológica. De facto, aquela acção procura, através de uma adesão afectiva, conquistar ou tornar mais sólida a adesão inteligente e consciente do meio visado.

Acção Psicológica e Acção Social estão, portanto, intimamente ligadas quando exercidas sobre a população e constituem no seu conjunto a ACÇÃO PSICOSSOCIAL.

A responsabilidade primária pela Acção Social compete, em principio, às Autoridades Cíveis, à quais as Autoridades Militares deverão prestar a melhor colaboração.

As forças militares, porém, pelas possibilidades próprias, que derivam da sua organização e dos seus meios humanos e materiais, e pelo contacto estreito com as populações, proporcionado pela dispersão do seu dispositivo na ocupação militar do território, constituem um instrumento valioso para a acção social.

Estas circunstâncias e a nossa especial aptidão para o convívio com todos os povos, aliadas à deficiente preparação geral militar para a acção psicológica, levaram a que, na guerra de 1961/74, o Exército se tivesse dedicado preferentemente à acção social e menos à acção psicológica.

A nível militar, a acção social deverá ser planeada, tendo em atenção factores como as necessidades das populações e as possibilidades das unidades e das entidades cíveis, por forma a definir os campos de acção e a natureza e a amplitude das acções e ainda permitir a coordenação com as entidades cíveis.

(2) *Princípios da Acção Social*

A eficácia da Acção Social é, acima de tudo, fruto da Inteligência, da Afectividade, do Bom Senso e da Compreensão humanas e, ainda, da Imaginação dos responsáveis pela sua condução.

Eis alguns dos PRINCÍPIOS GERAIS orientadores de toda a Acção Social:

- As dádivas devem respeitar sempre a dignidade humana;
- Nenhuma ajuda deve ser imposta;
- A conduta militar deve respeitar escrupulosamente a legalidade e a ética;
- A Acção Social deverá ter em atenção o meio visado, com os seus costumes e convencionalismos, como, por exemplo, a consideração pelas crianças e pelos idosos;
- Os auxílios prestados não devem alimentar a ociosidade;
- As dádivas devem ser controladas, a fim de que não venham a ser desviadas para os rebeldes.

(3) *Campos e Meios da Acção Social*

Os CAMPOS DE ACÇÃO normalmente abertos à Acção Social das forças militares são os da assistência de natureza SANITÁRIA, RELIGIOSA, EDUCATIVA e ECONÓMICA, todos proporcionando uma maior compreensão mútua entre as tropas e a população.

Os principais AGENTES da Acção Social nas forças militares são os médicos, os capelães, os militares com certos conhecimentos especializados e, eventualmente, os militares em geral.

Como MEIOS ESPECIALIZADOS de Acção Social encontram-se:

- As Repartições ou Secções de Acção Psicológica e os Oficiais de Acção Psicológica, incluindo os itinerantes, que deverão ter a seu cargo a condução da Acção Social;
- As Equipas de Acção Social, que poderão ser constituídas ao nível de Teatro de Operações ou mesmo em escalões mais baixos.

A ASSISTÊNCIA SANITÁRIA, fixa ou itinerante, pode ser o campo mais propício à assistência social e foi-o no caso particular da nossa guerra de África. Incide directamente sobre as populações, tendo como agentes principais os médicos e enfermeiros das unidades de quadrícula, nela se podendo empenhar também as unidades de intervenção e os meios – terrestres, navais ou aéreos – de evacuação de doentes civis.

Além das consultas e tratamentos, a Assistência Sanitária deve vigiar o estado sanitário das populações, aconselhando medidas de higiene e profilaxia. Havendo fornecimento de medicamentos, devem tomar-se medidas tendentes a impedir que venham a ser desviados para os rebeldes.

- promover a melhoria das condições de vida das populações;
- promover o apoio aos indivíduos carenciados;
- etc.

Compreendem, essencialmente, os Governadores de Distrito, as Autoridades Autárquicas e as Polícias. No caso em estudo, serão apenas consideradas as Autoridades Autárquicas e as Polícias.

O apoio às Autoridades Cíveis no período pré-insurreccional já foi referido, ainda que sumariamente, no nº 2 do Cap. II, pelo que o que aqui se diz respeita apenas ao período insurreccional.

Em Guerra Subversiva as MISSÕES DAS AUTORIDADES CIVIS não serão alteradas, mas serão orientadas, em especial, para:

- Manutenção e Restabelecimento da Ordem;
- Controlo da População e dos Recursos;
- Acção Psicológica;
- Desenvolvimento Sócio-Económico;
- Manutenção dos Serviços Essenciais.

Por diversas razões, entre as quais se salienta a falta de meios face à amplitude e diversidade das tarefas, as Autoridades Cíveis não estão, geralmente, em condições de cumprir todas as suas missões em Contra-Subversão, pelo que deverão ser substancialmente aumentadas e auxiliadas.

Por outro lado, as Forças Militares estão em melhores condições, porque, nomeadamente:

- Dispõem de organização, treino, equipamento e, principalmente, mentalização, para se adaptarem, em curto prazo, a diversas situações ou actividades.
- Dispõem de meios humanos e materiais predispostos para uma intensa colaboração com as Autoridades Cíveis no Controlo das Populações, na Acção Psicossocial, na Segurança das pessoas e bens, e até na cedência de algum Pessoal às instituições e aos serviços essenciais.
- Dispersas, no período insurreccional, por todo o território, mantêm um assíduo contacto com as populações e, por vezes, com as próprias instituições, o que muito facilita essa colaboração e até uma eventual substituição das Autoridades Cíveis em algumas das tarefas da Contra-Subversão.

Conclui-se, assim, que, em Contra-Subversão, as necessidades das Autoridades Cíveis e as possibilidades das Forças Militares apontam para um

efectivo e decidido apoio destas àquelas. Há, contudo, que ter em atenção que o desvio das Forças Militares para o apoio às Autoridades Cíveis pode prejudicar a missão fundamental daquelas – a contra-guerrilha – porque pode:

- amolecer o seu espírito de agressividade, indispensável ao combate, podendo ser morosa uma readaptação;
- diminuir o grau de prontidão e de eficiência para o combate.

Daí que o apoio em apreço só deva ser concedido onde e quando a ameaça subversiva o consinta e a insuficiência das Autoridades Cíveis o exija. De qualquer modo, às forças militares compete, sempre que necessário e no âmbito das suas missões de contra-subversão, conceder às autoridades cíveis a protecção necessária ao livre exercício das suas funções.

Por outro lado, interessa também referir que as Autoridades Cíveis, em especial as Administrativas, já instaladas do antecedente e, por isso, dispondo de alguns meios e conhecendo as instituições, as populações, o terreno e o clima da sua área, poderão conceder algumas facilidades às Forças Militares, como, por exemplo:

- cedência de instalações para aquartelamentos;
- utilização da sua rede de transmissões;
- informações sobre as instituições, as populações, o terreno e o clima;
- cedência de funcionários para servirem de guias ou intérpretes.

Podemos agora apontar algumas REGRAS PARA O APOIO ÀS AUTORIDADES CÍVILIS:

- A boa **cooperação** entre as Forças Militares e as Autoridades Cíveis é indispensável ao êxito da contra-subversão, cooperação que será facilitada pela mútua compreensão dos problemas de cada um, o que, por sua vez, implica uma estreita ligação e entendimento entre umas e outras a todos os níveis.
- Os Comandos de todos os escalões das Forças Militares deverão estar sempre prontos a cooperar estreitamente com as Autoridades Cíveis, concedendo-lhes uma **assistência leal e franca** e tendo sempre em vista a sua dignificação;
- As Forças Militares **colaboram** e, em princípio, **não substituem** as Autoridades Cíveis, salvo quando, por ausência destas, é o Exército a única autoridade capaz de garantir o contacto permanente com as populações.

- No caso particular do apoio à Polícias, sempre que estas sejam assistidas por uma força militar as missões de umas e outras deverão ser **distintas e bem definidas**;
- Em circunstâncias normais é um **erro** utilizar os militares como polícias e, análogamente, empregar os polícias em tarefas militares.

b. Manutenção e Restabelecimento da Ordem

(1) Generalidades

As **perturbações de ordem pública** podem apresentar-se de formas muito variadas, mas são, essencialmente:

- reunião ilícita ou criminosa**: reunião de três ou mais pessoas com razoáveis probabilidades de quebrar a paz pública;
- reunião armada**: duas ou mais pessoas dispõem, claramente, de armas ou de objectos como tal considerados ou usados;
- assuada**: alguns indivíduos juntam-se em lugar público para apupar ou ameaçar um cidadão ou para perturbar o livre exercício dos direitos individuais;
- sedição**: indivíduos, armados ou não, juntam-se e empregam violências ou tentam invadir um edifício público ou residência, para impedir a aplicação da lei ou perturbar a actuação da autoridade.

É indiscutível a dificuldade de uma decisão sobre o emprego da força na supressão das perturbações da ordem pública, mas o conhecimento verdadeiro das causas e finalidades dessa perturbação pode ajudar a decidir o método e o momento mais adequados para actuar.

Ainda que, na previsão da insuficiência dos meios policiais, possa ser prudente tomar medidas oportunas para dispor de tropas a uma distância razoável do local do tumulto, há que ter em consideração que o seu aparecimento, em vez de dissuadir, pode ser extemporâneo e provocar uma excitação nos desordeiros a ponto de agravar a situação.

A sedição, quando armada, é uma perturbação que pode assumir um elevado grau de perigo e violência. Se isso acontecer justifica-se o imediato emprego das armas por parte das forças da ordem.

(2) Intervenção militar

A intervenção militar na manutenção ou restabelecimento da ordem pública deve atender a **princípios** que se podem individualizar da seguinte forma:

- **Responsabilidade:** As Forças Militares estarão “em apoio” e, portanto, sem subordinação à Autoridade Civil, devendo assumir a responsabilidade da actuação e estar sempre em condições de a justificar;
- **Ligação** com a Polícia, inclusive na instrução;
- **Informação:** Procurar o máximo de informações sobre a situação;
- **Planeamento:** Cuidadoso planeamento antes da eclosão dos acontecimentos;
- **Coordenação:** Em certas situações é oportuno o estabelecimento de Comandos Conjuntos (Exército/Polícia);
- **Prevenção:** Deve constituir preocupação constante a adopção de medidas preventivas adequadas, só se recorrendo a medidas de carácter repressivo em casos extremos, mas nunca como punição, devendo, sempre que possível, a actuação ser precedida de aviso;
- **Necessidade:** Cada acção deve ser necessária e perfeitamente justificada;
- **Força mínima:** Empregar apenas a força necessária ao fim em vista;
- **Legalidade:** Actuação imparcial e rigorosamente de acordo com a lei, visando evitar danos físicos, morais ou materiais desnecessários.

A Intervenção Militar procura, em regra, uma ou mais das seguintes finalidades:

- Policiamento de zonas urbanas;
- Dispersão de multidões e supressão de motins;
- Guarda de pontos sensíveis;
- Controlo de movimentos;
- Rusgas;
- Escoltas.

(3) *Policiamento de zonas urbanas*

Este policiamento não é uma função inteiramente desconhecida das forças militares, as quais dispõem, quase sempre, de tropas especializadas ou apenas preparadas para intervenção junto de militares que se portem mal na rua.

O pessoal militar em acções puramente policiais deve empregar as técnicas e usar o equipamento próprios da Polícia, nomeadamente bastões, escudos, gases lacrimogéneos, etc. e estar em ligação permanente com a sua unidade.

Este pessoal deverá receber instrução apropriada e aproveitar a experiência da Polícia.

(4) *Dispersão de Multidões e Supressão de Motins*

O conhecimento das técnicas de organização de motins e da psicologia do indivíduo em grupo pode facultar uma melhor compreensão das reacções das massas participantes nos ajuntamentos e motins, permitindo, portanto, uma melhor actuação. De facto, em regra, os motins não surgem espontaneamente, mas sim após conveniente preparação, adequada escolha dos estribilhos, fabricação de mártires e excitação das multidões, sendo, depois, a sua realização conduzida por vários elementos devidamente "especializados" em missões de comando, ligação, segurança, acção, etc.

Por outro lado, o indivíduo instintivamente dominado por certas pressões básicas, tais como a fome, o sexo, a conservação, etc., vem refreando essas pressões através da educação, do treino e do ambiente. Mas, em ajuntamentos e motins, o indivíduo esquece os travões, liberta o que tem em si de primitivo e passa a ser dominado pela emoção e pelo instinto.

O emprego de forças militares na dispersão de multidões e na supressão de motins deve ser evitado o mais possível, mas, decidido o seu emprego, as tropas deverão ser acompanhadas por um representante da Autoridade Civil e até por um graduado da Polícia. E deverão ser respeitados os princípios referidos nas alíneas anteriores.

Conhecedor da situação, o Comandante da Força deverá, se possível, tentar dispersar a multidão por métodos não violentos, primeiro pela persuasão verbal e, depois, pelo tiro com pontarias altas ou ameaça de emprego da força. Se isto não resultar poderá então recorrer aos gases lacrimogéneos ou empregar os militares para parar, dividir ou empurrar a multidão, recorrendo à abertura de fogo como último recurso.

O emprego de viaturas blindadas pode ser vantajoso, assim como de helicópteros, em missões de observação, comando, acção psicológica, etc.

(5) *Guarda de Pontos Sensíveis*

Trata-se apenas de Pontos Sensíveis existentes nos aglomerados urbanos, já que a defesa de outros pontos sensíveis foi tratada no nº 4.b deste Cap.II.

Dada a normal carência de forças disponíveis, só poderão ser guardados pontos sensíveis considerados vitais, tais como:

- Serviços públicos de gás, água, electricidade, telefones, etc.
- Pontes das vias principais;
- Fábricas e depósitos de combustíveis;
- Centrais produtoras de electricidade;
- Alguns órgãos do Governo, etc.

Compete ao Comandante militar a decisão sobre os efectivos a empregar na guarda de cada ponto sensível, de acordo com as necessidades opostas de economia e segurança (ou eficiência).

Os destacamentos de guarda deverão estar ligados à sua unidade ou comando militar local e serem contactados frequentemente pelas rondas.

A guarda a alguns pontos sensíveis poderá ser intermitente ou irregular, usando, por exemplo, patrulhas de vigilância.

(6) *Controlo de Movimentos*

O controlo de deslocamentos de pessoas, viaturas e mercadorias faz-se através de barragens nas ruas e nas estradas, complementadas com patrulhamentos.

As barragens utilizam materiais como arame farpado, sacos de terra e cancelas e devem ser servidas por aparelhagem de sinalização e de iluminação, assim como de transmissões para ligação ao comando de que dependem e a outras barragens.

O volume e dispositivo da força que garante uma barragem devem ser tais que esta possa enfrentar um ataque dos rebeldes, a fuga de pessoas ou viaturas, etc.

As revistas podem visar todas as pessoas e viaturas ou incidir só sobre algumas por suspeita ou amostragem, sempre com a preocupação de causar o mínimo de transtorno às pessoas e ao fluxo do tráfego.

(7) *Rusgas*

A rusga é uma operação de polícia realizada numa povoação, bairro ou casa, onde se suspeita da existência de amotinados, documentos, víveres, armas ou outros artigos que devem ser apreendidos ou identificados.

A rusga distingue-se da "limpeza de uma povoação" — operação de combate e não de polícia — por não prever uma reacção em força dos elementos que se pretende aprisionar ou identificar.

Se a força empenhada na rusga contar com alguns agentes da polícia, deverão ser estes, de preferência, a revistar as casas.

A rusga deve ser lançada de surpresa, ainda que isso possa limitar os reconhecimentos. Começará, em regra, por um cerco da zona para evitar fugas, o que será mais eficiente se contar com uma vigilância por meios aéreos.

(7) *Escoltas*

As escoltas de carácter militar para protecção de materiais ou de personalidades importantes que se desloquem por estrada, constituem uma

missão normal das Forças Militares e já foram referidas no âmbito da "protecção de itinerários".

Aqui trata-se das escoltas de carácter policial, em regra as que se realizam nas zonas urbanas para segurança de:

- pessoas: personalidades importantes, autoridades em serviço, presos, trabalhadores, etc.
- materiais: certos abastecimentos, dinheiros, valores, etc.

O volume e o armamento da escolta depende da situação na zona e da importância do elemento a escoltar, mas, em regra, será um pelotão com, pelo menos, três viaturas, convindo que uma delas seja blindada.

c. Colaboração do Exército no Controlo da População

Sendo uma missão específica das autoridades civis, o controlo da população só poderá ser feito em toda a sua dimensão com a colaboração do Exército. Este, como se disse, tem especial capacidade para a conceder devido, principalmente, à sua adaptabilidade, aos seus meios e à sua dispersão pelo território.

O controlo da população exige muitos meios e nem sempre tem plena justificação, pelo que, nas circunstâncias da guerra do nosso Ultramar, não foi suficientemente compensador.

Com o controlo da população pretende-se isolá-la das acções da guerrilha e aproximá-la das forças da ordem para:

- impedir que seja submetida à propaganda ou às violências da guerrilha ou que lhe preste algum apoio;
- detectar elementos inimigos infiltrados na população;
- facilitar a Acção Psicológica sobre a população e o seu desenvolvimento sócio-económico e cultural.

Para o controlo da população há que empreender várias tarefas, as quais devem ser coordenadas, não impostas à força para não criarem animosidades e exequíveis para não desacreditar as autoridades. Indicam-se as seguintes tarefas:

- Recenseamento;
- Reagrupamento e enquadramento;
- Controlo dos movimentos, abastecimentos, armas e informações;
- Recolher obrigatório.

O *RECENSEAMENTO* é essencial no controlo da população. Deve fornecer a cada habitante um documento de identificação, sempre actualizado. Na nossa guerra de 1961/74 foi pouco aplicado.

REAGRUPAMENTO foi muito utilizado em algumas regiões dos vários teatros de operações para recolher refugiados e proporcionar uma melhor defesa contra as investidas da Subversão. Facilitava o controlo da população, a acção psicológica e a acção social. Era proporcionado o transporte, quer para o reagrupamento quer para as colheitas nos campos que tiveram que ser abandonados.

Os novos aldeamentos deverão permitir o trabalho dos seus habitantes. A defesa ficará a cargo deles próprios, com ou sem a ajuda de milícias, polícias ou mesmo do Exército.

O *ENQUADRAMENTO* deverá ser feito em todos os reagrupamentos, recorrendo quer a elementos dos próprios habitantes, nomeadamente as autoridades tradicionais, quer a elementos das autoridades administrativa, policial ou mesmo militar.

CONTROLO DOS MOVIMENTOS visa não só contribuir para isolar a população dos rebeldes, mas também para impedir que estes possam obter alimentos, medicamentos, armas ou informações.

RECOLHER OBRIGATÓRIO pretende acentuar a separação entre os rebeldes e as populações e, eventualmente, manter estas afastadas de uma zona de operações militares.

d. Colaboração do Exército no Empenhamento da População

Esta tarefa visa, essencialmente:

- Comprometer a população com as autoridades a fim de tentar evitar que possa passar-se para a Subversão.
- Dar trabalho e o consequente salário justo às pessoas.

A população poderá ser empenhada nas autodefesas, nas milícias, nos serviços administrativos, nos serviços civis das Forças Armadas, etc.

Convém ter em conta que o empenhamento pode facilitar a infiltração de rebeldes ou elementos seus simpatizantes nos serviços empregadores, pelo é necessária cautela no recrutamento.

As *AUTODEFESAS*, reforçadas muitas vezes com milícias, foram implantadas com êxito em muitas aldeias no Leste da Guiné, para constituir uma linha periférica de defesa em volta da área povoada. Esta linha de autodefesas foi capaz de dissuadir os rebeldes de as ultrapassarem para

ataque a outras povoações no interior. As milícias e alguns elementos da população usavam granadas e simples espingardas de repetição (Mauser) e só raramente outras armas mais poderosas.

As autodefesas podiam constituir elas próprias aldeias de reagrupamento e facilitar o enquadramento.

e. Colaboração do Exército na Protecção de Pessoas, Bens e Serviços

Para que a economia de um território sob acção subversiva possa funcionar, o que se considera imprescindível, há que conceder protecção às pessoas, aos seus bens e aos serviços, pelo menos aos serviços considerados essenciais.

Nesta tarefa colaboram, em maior ou menos grau consoante as circunstâncias, as milícias, as polícias e as forças militares.

As autoridades que superintendem no território deverão definir atempadamente quais os serviços, públicos ou privados, considerados essenciais. Em regra, serão, pelo menos, os serviços de água, gás, electricidade, transportes, indústria e agricultura.

As Forças Armadas, em casos de maior necessidade, poderão ser chamadas a superintender em algumas das actividades económicas, sujeitando-as então ao foro militar.

7. INFORMAÇÃO E CONTRA – INFORMAÇÃO

a. Generalidades

Num conflito, qualquer que seja a sua natureza ou amplitude, os condutores das forças em confronto necessitam conhecer, tão bem quanto possível, os seus adversários e o ambiente em que decorre a luta para poderem tomar as suas decisões em tempo oportuno e de forma adequada.

A obtenção desses elementos exige um conjunto de actividades – as **INFORMAÇÕES** – que visam o conhecimento do inimigo provável ou actual e do ambiente operacional, conhecimento obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias.

Este conhecimento deve existir desde antes do início da campanha, isto é, desde o momento em que esta vai ser planeada, o que pressupõe o funcionamento atempado do Serviço de Informações.

A indispensabilidade e importância das Informações assume especial relevo em Guerra Subversiva em consequência das seguintes características deste tipo de conflito:

- Grande *complexidade*, resultante, em especial, do carácter ideológico e clandestino da organização subversiva, da diversidade de meios e de processos emgados por esta e da justaposição em superfície dessa organização, das forças da ordem e da população.
- Importância da *população*, que é, simultâneamente, o “ambiente” em que se desenvolve o conflito, um dos “meios” empregues na luta e um “objectivo” de ambos os contendores. Dela há que conhecer, tão bem quanto possível, raças, línguas, cultura, religiões, costumes, anseios, afinidades, antagonismos, economia e organização.
- Importância do *terreno e do clima*, os outros dois parâmetros da área de operações. A Subversão dispõe, naturalmente, de um bom conhecimento desses parâmetros e de grande capacidade de se lhe adaptar, o que lhe confere significativa vantagem. A Contra-Subversão deverá procurar minimizar essa vantagem por meio de um rápido, correcto e generalizado estudo do meio ambiente e da forma de se lhe adaptar.
- *Apoio externo*, o que torna absolutamente necessária a obtenção de informações sobre os países e organizações que ajudam ou poderão vir a ajudar a Subversão ou a Contra-Subversão: Ideologias dominantes, organizações existentes (políticas, religiosas, sindicais, empresariais, etc.), possibilidades económicas e militares, subordinação a interesses estrangeiros, personalidades influentes (políticos, militares, religiosos, etc.) e prováveis efeitos da guerra subversiva em curso e dos seus possíveis desenlaces.

Ao sublinhar a importância das Informações, o guia O Exército na Guerra Subversiva regista que “conduzir operações de contra-guerrilha sem dispor de informações seguras constitui desperdício de tempo, de material e de esforço das tropas”, asserção que parece excessiva, dado que, como se disse no nº 4 do Cap. I, o desconhecimento da localização e dos movimentos do inimigo, não pode impedir que, de acordo com o espírito ofensivo que deve animar a Contra-Subversão, se faça uma permanente busca daquele, com vista a flagelá-lo e, no mínimo, a criar-lhe um clima de insegurança.

O reconhecimento da importância das Informações não impediu que na nossa passada guerra, tivesse havido queixas sobre a falta de informações, em especial quanto às movimentações da guerrilha, facto que talvez possa atribuir-se a deficiente trabalho dos respectivos serviços ou ao desejo de querer saber mais do que humana e materialmente esses serviços podiam conseguir.

O que seguramente se pode afirmar é que grande parte dos militares a todos os níveis não estava consciente da importância das Informações e da possibilidade da sua participação no esforço da captação de notícias.

Como já se disse, apesar da interdependência do planeamento das “operações militares” e das actividades das “Informações”, optou-se por considerar aqui *em separado* estas duas tarefas do Exército na Contra-Subversão. Pretende-se deste modo realçar, de forma vincada, a extraordinária importância das Informações neste tipo de conflito e, assim, combater a natural tendência para a menosprezar. Isto sem esquecer que a interdependência das “operações” e das “informações” é uma realidade insofismável que determina o trabalho em equipa dos responsáveis pelo planeamento das operações e dos elementos que conduzem as actividades das informações.

Como se compreende, tratando-se de Tática do Exército na Contra-Subversão, este capítulo dedicado à Informação e Contra-Informação limitar-se-á aos aspectos específicos correspondentes e apenas no âmbito dos conceitos, com oportunas referências a um ou outro exemplo da sua aplicação no conflito em que o País esteve envolvido.

b. As Informações em Guerra Subversiva

(1) Os serviços de informações devem ser montados antes de serem necessários. Esta **antecedência** é um princípio a considerar. Com efeito:

- As Informações só começam a obter resultados depois de se ter um bom conhecimento da população, de se ter captado a sua confiança e de se ter recrutado e preparado agentes;
- As Informações começam a ser necessárias logo que se admite a possibilidade de vir a desenvolver-se ou de já estar em curso um processo subversivo;
- A organização do nosso Exército preconiza uma estrutura ou serviço de informações desde o tempo de paz, estrutura que, em tempo de guerra, se estende pelas forças em operações e orienta o seu esforço em conformidade com os interesses da conjuntura.

No entanto, podemos entender que não funcionava um verdadeiro serviço militar de informações no Ultramar antes de deflagrar a violência subversiva em 1961. Um capitão instrutor do CIOE em 1962 dizia que “as informações em Angola parece que falharam”.

Também os militares rodesianos de Ian Smith, que participaram activamente na defesa da barragem de Cabora-Bassa, consideravam maus os nossos serviços de informações, pois não conseguiam conhecer atempadamente os movimentos e localizações dos guerrilheiros (Guerra Colonial, do Diário de Notícias, 1997/98).

Quanto à PIDE (DGS depois de 1969), embora actuando no Ultramar desde a sua reestruturação em 1954, só com a reorganização de 4 Abril 61 criou delegações em Angola e Moçambique e subdelegações nos restantes territórios. Apesar disso, foi a PIDE que, ainda em 1960, detectou um plano de subversão violenta que o MPLA pretendia concretizar em 30 de Março do ano seguinte no Norte de Angola.

- (2) ***Empenhamento generalizado*** – Todos os militares devem ser consciencializados sobre a importância das informações e sobre a necessidade de todos participarem na recolha e comunicação de notícias, tendo em atenção que a obtenção de notícias deve ser acompanhada da preocupação de saber qual a sua origem e que uma notícia negativa pode ser tão importante como qualquer outra.

Esta regra não foi sempre devidamente considerada no nosso conflito, com raras excepções, como a que se descreve: O General Comandante Militar de Angola, ao visitar em 1967 o Batalhão com o comando instalado em Gago Coutinho no Leste do território, tomou como tema principal da sua prelecção aos militares presentes a importância da participação de todos na colheita de notícias.

- (3) ***Permanência do pessoal*** – Os elementos das Informações numa unidade, em especial os encarregados do contacto com as populações, devem permanecer muito tempo na sua área de actuação, pois o seu trabalho só será realmente eficiente após conhecerem bem essas populações e terem conquistado a sua confiança. De facto:

- A população tem uma natural tendência para um comportamento reservado perante desconhecidos;
- A Subversão procurará, pela persuasão ou pela violência, levar a população a um mutismo absoluto, erguendo, assim, o chamado “muro do silêncio”;
- Derrubar o “muro do silêncio” exige muita habilidade, prudência, tempo e bons conhecimentos do meio humano.

- (4) ***Cooperação*** – As estruturas de informações existentes nos diversos níveis de comando devem manter contactos e intercâmbio frequentes e directos com as suas congéneres laterais e imediatamente

Além disso, as Informações, como meio de apoio a todas as outras acções da Contra-Subversão, nomeadamente a Acção Psicossocial, deverão penetrar profundamente nos indivíduos para atingir o que cada um esconde no coração e no pensamento.

- (9) **Rapidez na difusão** – Perante um inimigo fugaz, há que proceder a uma pronta exploração das notícias e informações obtidas e, portanto, também à sua rápida e conveniente difusão, o que pressupõe a existência de eficientes e apertadas redes de transmissões, capazes de servirem os órgãos de pesquisa, as unidades, os comandos e os outros serviços de informações.
- (10) **Agentes especiais** – A dificuldade em conhecer e entender a mentalidade duma população, aconselha o emprego, como órgãos de pesquisa, “de agentes especiais” recrutados nessa população e convenientemente preparados e conquistados:
- INTÉRPRETES – de confiança, capazes de traduzirem fielmente as declarações e interpretar as atitudes;
 - AGENTES INFILTRADOS – na organização subversiva ou, pelo menos, nas populações sob o seu controlo;
 - CAÇADORES – que, fornecidos de armas e munições de caça, penetrem com naturalidade nas regiões onde se pretende conhecer movimentos rebeldes;
 - MILÍCIAS ESPECIAIS – capazes de, em patrulhas, realizarem “reconhecimentos armados” e contactarem populações avessas ao controlo das autoridades;
 - PISTEIROS – que, acompanhando as patrulhas, saibam interpretar os pequenos indícios que o inimigo sempre vai deixando por onde passa.
- (11) **Reconhecimento aéreo** – A invisibilidade do inimigo subversivo aconselha o sistemático e repetido reconhecimento aéreo do terreno, efectuado pelo mesmo observador em cada área, com vista a detectar pequenas alterações no aspecto da superfície, alterações que, bem interpretadas, podem constituir preciosos indícios da presença ou passagem do IN.

Na nossa guerra de 1961/74, salvo em alguns pequenos períodos e em especial na Guiné, este tipo de observação não foi praticado nestes termos, devido, provavelmente, à escassez de meios aéreos trabalhando em proveito directo das forças de terra e à grande extensão das áreas de interesse.

c. Contra-Informação

NOTA – Nesta alínea dedicada à Contra-Informação foram transcritos vários trechos do Cap. V-1ª Parte- Vol.II de O Exército na G.Subversiva.

- (1) A **Contra-Informação** consiste no “conjunto de medidas de segurança destinadas a subtrair do conhecimento do inimigo, actual ou potencial, as nossas actividades, possibilidades ou intenções e neutralizar e destruir as suas actividades de informações, de subversão e de sabotagem”.
- (2) Em Guerra Subversiva a Contra-Informação reveste-se de excepcional **interesse e importância**, porque a Subversão “vale-se essencialmente da surpresa para compensar a superioridade do poder de combate das forças da ordem. Dependendo o grau de surpresa conseguido pelo inimigo, em grande parte, do valor das informações que obtém, devem fazer-se todos os esforços para descobrir e neutralizar ou destruir o seu sistema de informações”.
- (3) A Contra-Informação, na luta contra a Subversão, tem **aspectos peculiares**, devido essencialmente a duas das características da guerra subversiva:
 - Presença clandestina de elementos da Subversão no meio da população e infiltrados em muitas das organizações da Contra-Subversão, daí resultando ter de se considerar que há sempre alguém que nos observa ou escuta.
 - Ser um conflito que, em muitas áreas, se desenrola em ambiente de paz, convidando ao descuido nas conversas e ao desleixo nas medidas de segurança.
- (4) “Em Guerra Subversiva, as **dificuldades** da Contra-Informação são, muitas vezes, maiores do que em guerra convencional, devido à eficiência e clandestinidade da rede de informações dos rebeldes, funcionando, em regra, através da população, e à dificuldade de coordenação entre as acções de segurança militar e civil.

Além disso, a rede de informações inimiga inclui, muitas vezes, agentes treinados nas melhores escolas dos países comunistas, recrutados numa massa que, devido a um falso sentido de ideologia, está preparada para trair o seu país quando surgir a oportunidade”.

Uma outra dificuldade da Contra-Informação em Guerra Subversiva resulta de “todo o pessoal ter tendência para falar

descuidadamente, por inconsciência, ignorância ou vaidade. Esta deficiência natural é agravada ainda por outras numerosas negligências, tais como falta de cuidado na guarda de documentos, nas entradas nas instalações militares, na vigilância, etc."

- (5) "As medidas de **disciplina do segredo** tem de ser consideradas em todos os momentos e em todas as situações, pois que a manutenção do segredo é das mais indispensáveis condições para a segurança dos organismos militares e das tropas, para o bom êxito das operações e, de um modo geral, para a consecução da finalidade da luta anti-subversiva".

Para isso "será muito profícua uma generalizada e cuidadosa instrução que dê a noção exacta da indispensabilidade do segredo" e das medidas a respeitar para o conseguir, instrução que deverá ser continuada no local do conflito, tendo em atenção os seus particularismos.

Durante a nossa guerra de 1961/74 foram distribuídos profusamente e afixados em todas as instalações militares alguns cartazes tendentes a fazer uma permanente chamada de atenção para a necessidade do segredo como medida geral de segurança, em especial da segurança dos próprios militares. Mas não se pode dizer que foram obtidos todos os resultados desejados com essa campanha.

- (6) Uma das mais importantes medidas relativas à disciplina do segredo é a **decepção**, aplicada nas mais diversas situações e em especial no planeamento das operações, com o fim de ocultar as actividades e iludir o inimigo. Há que utilizar a imaginação e o engenho para procurar para cada caso as mais adequadas medidas de decepção.

Na nossa guerra de 1961 / 74 foram frequentes os casos em que, apesar de oportunas e correctas medidas de decepção, muitas operações, com destaque para as de maior envergadura, caíram no vazio, certamente por terem sido detectadas a tempo pela Subversão através de indícios que não respeitaram a disciplina do segredo, tendo sido, geralmente, difícil ou impossível localizar os responsáveis.

Mas também houve operações que, apesar de envolverem grande volume de tropas, foram desencadeadas com elevado grau de segredo, podendo citar-se, como exemplo significativo, o assalto a Conacry em Novembro de 1970.

(7) A **Segurança das informações e dos documentos** deve ser cuidadosamente aplicada nos comandos a todos os níveis, desde o mais pequeno destacamento até ao Q.G. do Comando-Chefe: restringindo a presença de elementos estranhos, limitando o acesso às áreas de maior segredo, ocultando documentos, destruindo indícios, etc. tudo de acordo com as mais rigorosas medidas preconizadas pelos regulamentos.

(8) “As medidas de **censura à correspondência** dos militares constituem outra valiosíssima forma de contribuir para a segurança militar”, quer por causa da tendência para se contar tudo à família a quem se escreve, quer pelos atentados ao moral das tropas através de cartas anónimas com falsas notícias. Trata-se de uma medida pouco simpática, cuja importância deve ser claramente explicada aos militares.

Em 1961/74 esta medida era referida frequentemente, mas nunca chegou a ser implementada como regra geral.

(9) “A **contra-sabotagem** engloba as medidas gerais de tempo de guerra, o controlo especial imposto à população civil e bem assim as medidas especiais destinadas a proteger pontos que, pelo inimigo, possam ser considerados susceptíveis de máximo efeito de destruição com um mínimo esforço”.

Para uma melhor eficácia destas medidas “torna-se necessário:

- Considerar a sabotagem em todos os estudos das possibilidades do inimigo, com maior acuidade, especialmente, nos centros urbanos;
- Orientar o esforço de pesquisa no sentido de detectar agentes ou tentativas de sabotagem;
- Preparar psicologicamente os militares e, sobretudo a população, para reagirem ao choque provocado por actos de sabotagem, que sempre devem considerar possíveis e prováveis por maior que seja a aparente segurança das medidas preventivas militares e policiais”.

Em 1961/74, a subversão não enveredou decididamente pela sabotagem nos teatros de operações, o que permitiu limitar as medidas cautelares, daí resultando apreciável economia de efectivos.

(10) A **segurança de fronteiras**, englobando os postos de fronteira, os portos e aeroportos, tem por finalidade evitar ou detectar a entrada de pessoas não autorizadas, estabelecer medidas de controlo anti-sabotagem, evitar a passagem de informações, propaganda, armas, etc. no âmbito do provável auxílio exterior à Subversão.

Em 1961/74, esta tarefa estava a cargo da PIDE, depois DGS.

SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte III)

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
CAETANO DE SOUSA

UEO – AS LIMITAÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS

A formulação de uma política de defesa e segurança comum europeia «pós-Guerra Fria», pode dizer-se em boa razão, que teve o seu início com a reflexão efectuada pelos ministros europeus em Haia.¹ Concluía-se inequivocamente que a construção da integração europeia ficaria incompleta, se a mesma não incluísse a segurança e defesa, numa altura em que o clima geral das organizações regionais era um clima de incerteza e cada organização de carácter regional procurava o seu lugar num espaço próprio de actuação.

A problemática gerada pela União Europeia aquando do Tratado de Maastricht, permitiu consignar como elemento chave da política europeia a desenvolver, as questões relativas à política externa e de segurança comum entre os seus membros. O Tratado atribui à União, entre outros, o objectivo de ... *afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum.*² A PESC (Política

¹ *Plataforma de Haia*, Assembly of Western European Union, Fortieth Ordinary Session, 27 de Outubro de 1987.

² Título I do artigo B do Tratado sobre a União Europeia.

Externa e de Segurança Comum), constituindo o chamado segundo pilar da União Europeia, visando uma plena afirmação da Europa no contexto internacional, deveria a prazo incluir uma política de defesa comum e quando possível, caminhar no sentido de uma defesa comum.



A construção da integração europeia ficaria incompleta, se a mesma não incluísse a segurança e defesa.

Esta política formulada pelo Tratado, enunciava como princípio básico; o ser compatível com a política de segurança e defesa adoptada pela NATO, de forma a respeitar as obrigações decorrentes de cada Estado membro, pelo facto da sua participação na Aliança, salvaguardando de igual forma o carácter específico e autónomo da política de segurança e defesa de determinados Estados membros. Por sua vez, não deveria obstar ao desenvolvimento de cooperação mais estreita entre dois ou mais Estados membros ao nível bilateral, no âmbito da UEO e da NATO, possibilitando a cooperação mais geral no âmbito da PESC.

Desta forma os Estados membros acordavam nos objectivos gerais de reforçar a sua segurança no contexto internacional, garantir a manutenção da paz e o reforço da cooperação internacional, salvaguardando os valores essenciais da UE. O desenvolvimento de uma política europeia, dotada de maior coerência e partilhando aspirações comuns, dava assim pequenos passos na nova realidade europeia do início dos anos noventa, face às dinâmicas então geradas no contexto internacional.

A questão da perspectiva europeia no campo da segurança, atribuindo-lhe os termos conceituais e doutrinaários geralmente estabelecidos, sugerem numa primeira análise uma aspiração geral da política dos países europeus ocidentais, que passava naturalmente também pela concretização de uma

política externa comum e coerente.³ De facto entre as questões conceptuais e as de natureza institucional, ressalta contudo um vasto conjunto de roturas e indefinições, que a curto e médio prazo pareciam não contribuir para o surgimento e concretização de uma sólida política de defesa consensual e abrangente para a União Europeia.



...um dos objectivos comuns ao espaço europeu
é a manutenção da paz no seu próprio solo.

Embora por vezes com posições ambíguas, um dos objectivos comuns ao espaço europeu é a manutenção da paz no seu próprio solo. A partilha de uma forte identidade regional nesta área é certamente um passo decisivo para a sua consolidação. A PESC então lançada pretendia englobar todo o vasto campo das áreas directamente relacionadas com a política de segurança e de defesa da União, nomeadamente numa primeira fase as questões relativas a missões humanitárias e de evacuação, missões de

³ Sobre este assunto – "Definition d'une politique de défense commune et d'une défense commune", in *Vers une politique de défense commune*, de Laurence Martin e Jonh Roper, pgs 9 a 14.

manutenção de paz e de gestão de crises, cada vez mais na ordem do dia.⁴ A política externa e de segurança comum, surge como uma construção inacabada à procura de uma estrutura sólida de implementação. A estrutura desta política fundamenta-se efectivamente no direito internacional, não decorrendo assim da ordem comunitária geral, sendo os grandes princípios estratégicos e orientações políticas definidos pelo Conselho Europeu, cabendo ao Conselho de Ministros as questões relativas à *definição e execução da política externa e de segurança comum*.⁵ A política europeia resultante de Maastricht, vem confirmar uma vontade de aprofundar a construção europeia nesta matéria tão sensível, e que desde o fracasso da CED se vinha mantendo em completo adormecimento, fruto da situação internacional então vivida na Europa. Como complemento das intenções expressas pela União, o Tratado (artigo J.4) considera a União da Europa Ocidental (UEO) como ... *parte integrante do desenvolvimento da União Europeia*, competindo-lhe em conformidade com o mesmo, desenvolver as questões do âmbito da defesa relativas à União. A inserção no Tratado deste estatuto pode ser interpretado como um progresso extremamente significativo de um ponto de vista de uma defesa integrada no quadro da União Europeia em que a UEO seria desenvolvida como a componente de defesa da União Europeia e como Pilar Europeu da Aliança Atlântica; formularia a política de Defesa Europeia e prosseguiria na sua implementação através do desenvolvimento do seu papel operacional e, finalmente promoveria a criação de posições conjuntas dos seus membros junto dos mecanismos de consulta da Aliança. Os pontos anteriormente referidos consubstanciam a base da Declaração anexa ao Tratado efectuada pelos países da UEO, reflectindo o consenso obtido anteriormente por duas importantes iniciativas bilaterais; a declaração anglo-irlandesa de 4 de Outubro de 1991 e, a carta do Presidente Mitterrand e do Chanceler Kohl, de 14 de Outubro de 1991, propondo a criação do Eurocorpo.

⁴ O artigo J.1, parágrafo 1 do Tratado considera que a PESC cobre todos os domínios da política externa e de segurança da União.

⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano – "A União Europeia como Actor Internacional: A política externa da União Europeia", *Nação e Defesa*, n° 85, p. 129.



O Presidente francês Mitterrand e o Chanceler alemão Kohl reflectiam o consenso na consolidação de uma política europeia de defesa. (NATO Photo).

Em Maastricht os Estados membros da UEO adoptaram também a *Declaração para as relações UEO e os outros Estados Europeus*. Nessa declaração foi proferido um convite aos restantes países da UE para se juntarem à Organização ou serem observadores (Dinamarca, Grécia e Irlanda). Ao mesmo tempo os restantes membros da NATO (Islândia, Noruega e Turquia), foram convidados a serem «Membros Associados», de modo a poderem participar nas actividades da UEO.⁶ Aos países Observadores e Associados, foi possibilitado participarem nas reuniões do Conselho e dos diversos Grupos de Trabalho, só não podendo *bloquear as decisões dos Estados membros*. A diferença de terminologia teve a ver com a diferença de estatuto, dado o facto de os países Observadores serem Membros da Comunidade Europeia, e os Associados, membros da Aliança Atlântica.

Ao dar à UEO um papel reavivado, os signatários do Tratado de Maastricht, criaram condições para incluir no projecto europeu a *Defesa Comum*. O consenso geral existente sobre a afirmação de uma *Identidade Europeia de Segurança e Defesa* e a aceitação a prazo, como considera Severiano Teixeira,⁷ de uma defesa europeia, permanece pacificamente aceite, porque estão teórica e pragmaticamente estabelecidas as diferenças entre *política de defesa comum* e *defesa comum*, e por outro lado esta última

⁶ Nesta cimeira foi decidido transferir a sede da UEO de Londres para Bruxelas.

⁷ *ob.cit.* p. 131.

apresenta um sentido de concretização distante, sem qualquer inquietude política e militar demasiado vinculativa para os interesses imediatos da Europa, pelo menos aparentemente.



Ao dar à UEO um papel reavivado, os signatários do Tratado de Maastricht criaram condições para incluir no projecto europeu a política de defesa comum. (NATO Photo).

Para a maioria dos países da EU tornava-se vital a ligação orgânica entre a UE e a UEO. Os passos iniciados na Conferência Intergovernamental, ainda que muito cautelosos, foram importantes para a implementação desta política. Através da União Europeia, estabelece-se uma relação institucional entre as organizações regionais de segurança e defesa como a NATO e a UEO. As relações entre estas organizações ao nível estrito do direito internacional, passavam apenas pela existência do estatuto de observador junto das Assembleias da NATO ou das UEO. A criação de dispositivos próprios encontrados em Maastricht, relativos à Política Externa e de Segurança Comum, iriam criar um elo de ligação, com uma relação institucionalmente formalizada entre as duas organizações.

Normalmente as relações entre organizações internacionais apresentam-se como relações de cooperação aos diversos níveis, de ligação, de complementaridade ou outras, mas raramente encontramos subjacente relações de participação, ou seja uma organização de objectivos mais específicos, participar numa outra mais vasta. As relações da UEO com a UE passavam agora a ser institucionalizadas, correspondendo a uma expressa vontade política manifestada pelos países europeus. Do desenvolvimento desta política destaca-se: o estabelecimento de contactos calendarizados entre o Conselho e o secretariado geral da UEO e o Conselho e secretariado da UE; a harmonização das presidências e dos métodos de trabalho a implementar; uma maior cooperação política entre os órgãos parlamentares (Assembleia Parlamentar da UEO e o Parlamento europeu). Este avanço em termos de cooperação activa entre ambas as organizações, recolocava a questão de estaremos perante uma evidente relação de participação ou ainda face a uma situação de representação, dado o conteúdo dos assuntos tratados. Apesar de Maastricht, e pelo facto de este Tratado instituir uma clara perspectiva de reforço da identidade europeia, nunca a ligação com a NATO, seria questionada mesmo ao nível dos textos aprovados, nomeadamente na Declaração anexa sobre a UEO, vinculando esta Declaração, a uma posição mais atlântista, como que balanceando o conteúdo expresso pelo corpo do Tratado, tornando-se praticamente consensual descrever a UEO, como o pilar Europeu da Aliança Atlântica.

No início de 1991, a ideia de reforçar os laços que ligam a UEO, a NATO e a Comunidade Europeia, ganharia maior consistência com o apoio dado por Jacques Delors (Presidente da Comissão Europeia), Manfred Wörner (Secretário General da NATO) e Willem van Eekelen (Secretário Geral da UEO).⁸

⁸ Estas ideias tiveram uma expressão maior na reunião do Conselho de Ministros da UEO em Paris, em 22 de Fevereiro de 1991.



Willem van Eekelen visita a NATO (NATO Photo).

A UEO passa a ter dois objectivos primordiais; a constituição de uma base para a defesa comum europeia e a participação no processo da Unificação Europeia, transformando-se num fórum importante para o debate e consulta dos assuntos relacionados com a política de segurança europeia.⁹ A Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), é expressamente reconhecida pelos chefes de Governo da Aliança Atlântica, na reunião de 7 e 8 de Novembro de 1991 em Roma, salientando-se na sua declaração final e em síntese o seguinte: *os arranjos específicos para a Defesa da Europa ajudarão a reforçar a segurança colectiva de todos os Aliados; o funcionamento da UEO e da NATO exige uma absoluta complementaridade entre ambas*. Também a cimeira de Kirchberg¹⁰ traduziria a base do estudo proposto pelo Conselho de Ministros da UEO ao Conselho Permanente, no sentido de ser formulada uma contribuição inicial, para uma política europeia de segurança e defesa. A definição dos objectivos e o âmbito da mesma deveria ter em conta quatro níveis de responsabilidades: os governos dos países da UEO, tem a responsabilidade directa na segurança e defesa do seu próprio território e população; segundo, têm a responsabilidade de projectar a segurança e estabilidade presente da Europa ocidental em toda a Europa; terceiro, os membros da UEO tem interesse em reforçar a segurança e estabilidade nos países do sudeste do

⁹ Ver em *WEU - History, Structures and Prospects*, June 95.

¹⁰ Realizada em 09 de Maio de 1994.

Mediterrâneo. Por fim constata-se a necessidade dos estados puderem partilhar a responsabilidade pela promoção da segurança e estabilidade na preservação dos valores da democracia no mundo, incluindo a execução de operações de peacekeeping e de gestão de crises sob a autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou da CSCE, actuando quer independentemente ou através da UEO ou da NATO.¹¹

A PESC de Maastricht a Amesterdão não sofreria alterações de relevo.¹² A política de segurança e defesa manteve os parâmetros definidores já aceites, sem alterações estratégicas de fundo. No entanto a opção pela política de pequenos passos nesta matéria, viria a permitir acordos em alguns pontos, não alterando a estrutura anterior quanto aos aspectos da sua natureza jurídica e política. São assim introduzidas acções no sentido da simplificação e aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão, nomeadamente *as estratégias comuns* de acordo com o artigo J.3 do capítulo V, garantindo a adopção por consenso, de *estratégias comuns* sobre a política externa da União, e a adopção, por maioria qualificada de *acções comuns* (artigo J.4) e ainda as *posições comuns* (artigo J.5).¹³ Outros desenvolvimentos resultantes do Tratado de Amesterdão, foram a criação da figura institucional do *Alto Representante para a PESC*, assim como a *Célula Política de Planeamento e Alerta Precoce*. Estes dois órgãos poderiam permitir um processo de decisão mais eficaz ao nível da concertação dos Estados membros. As alterações de maior impacto relativas à ligação entre a UEO e a UE, consideram a *UEO como parte integrante do desenvolvimento da União Europeia*, passando a partir daqui, a existir a possibilidade de *acesso a uma capacidade operacional* a que a União poderá recorrer, nomeadamente para as missões de Petersberg (Artigo J.7). As missões referidas incluíam missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção de paz e missões de força de combate para gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.¹⁴ Este tipo de missões enquadram a área de actuação específica da UEO, para a qual esta se encontrava especialmente vocacionada. Perspectivava-se alguma subtilidade,

¹¹ "Preliminary conclusions on the formulation of a common european defence policy" -WEU Council of Ministers, Noordwijk, 14 November 1994. WEU Brussels.

¹² Tratado de Amesterdão, assinado em 02 de Outubro de 1997.

¹³ O Conselho delibera por maioria qualificada sempre que adopte acções comuns ou tome qualquer outra decisão com suporte numa estratégia comum, ou mesmo uma decisão que permita conduzir à execução de uma acção comum ou posição comum. Porém para as matérias de defesa ou de características militares, foram criados diferentes mecanismos que permitiriam a abstenção positiva, a invocação dos interesses vitais e mesmo a exclusão das decisões tomadas no âmbito da defesa.

¹⁴ Artigo J.7, alínea 2 do Tratado de Amesterdão.

que visava aproximar as possíveis áreas de interesse e de intervenção entre as duas organizações, dado não terem sido dados passos concretos para a integração da UEO na UE. O aperfeiçoamento dos mecanismos de decisão, resultaria numa das principais alterações introduzidas, numa área crítica, a exigir respostas rápidas e concertadas entre os Estados membros da UE.

No entanto o espaço de ligação visível entre a PESC e a UEO ao nível da utilização operacional desta última, em proveito de uma política europeia de defesa, foi durante algum tempo praticamente nulo, resumindo-se a duas ou três acções de baixo perfil de actuação e de empenhamento algo reduzido: uma relativa a administração de Mostar, recorrendo-se à UEO como vista à constituição de uma força policial;¹⁵ e outra à decisão do Conselho da União em 12 de Maio de 1995, prevendo uma acção comum sobre minas anti-pessoais, associando a UEO à realização de possíveis acções no campo da desminagem.

No entanto o reforço da política de cooperação com a União Europeia continuava a ser politicamente reafirmado. A aplicação e utilização concreta do Artigo J.4.2 do Tratado de Maastricht, permitia de facto reforçar o papel da UEO na gestão de crises, em especial as que se inserem no contexto de Petersberg. Projectava-se assim o objectivo de *construir por etapas uma componente de defesa da União Europeia*, tal como foi acordado em Amesterdão.

A «funcionalidade» do artigo V do Tratado de Bruxelas, para além do seu valor contratual efectivo entre os Estados membros e do posicionamento «psicológico» de defesa colectiva colocado aos seus membros, não traduz uma estrutura própria que possa actualmente estar em condições de perante a comunidade internacional, mostrar capacidades próprias para articular missões no âmbito do previsto no artigo V. Só o desenvolvimento concertado da PESC e da sua relação com as finalidades e objectivos da UEO poderiam desempenhar essa tarefas, reequacionadas as estratégias da Aliança e mesmo de outras organizações internacionais.

A UEO e a União Europeia são como considerava nesta altura Luís Maria de Puig ... *dois instrumentos destinados a permitir à Europa existir, assegurar a prosperidade dos cidadãos dos Estados membros e contribuir através disso para a manutenção da paz na Europa e no Mundo* e não sendo preciso esperar por um maior desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia ou *por novos instrumentos de engenharia institucional* como expressa o Secretário Geral da UEO,

¹⁵ Decisão do Conselho da União, em 16 de Maio de 1994.

bastando que os membros da União Europeia decidam intervir numa crise e que exija para a sua gestão um instrumento político-militar.¹⁶

A procura de uma progressiva aproximação entre a UE e a UEO, levou à institucionalização de um esquema rotacional das presidências da UEO, diferente do até agora seguido. As presidências da UEO eram exercidas pelos Estados membros, seguindo uma ordem alfabética (em inglês). A nova ordem de rotação foi aprovada pelo Conselho da UEO em Setembro de 1997, vindo este método a ser acordado com a UE aquando da Conferência Intergovernamental e constando inclusivamente da Declaração da UEO de 22 de Julho de 1997.



Cimeira UEO-NATO em 1996.

Na Cimeira da NATO realizada em Washington (Abril de 1999) e na Cimeira de Colónia (Junho de 1999), foi considerado que ... a UE deveria ter uma capacidade autónoma, numa base de forças militares credíveis, mantendo-se todo o processo de interacção entre a EU e a UEO ainda envolto em grandes incertezas políticas. A concretização efectiva das políticas da PESC e da ESDI, pareciam de igual forma de concretização difícil a curto prazo, para além do campo das boas intenções de natureza política. O esforço das potências europeias apontava agora para factores diferenciados (e por vezes divergentes) na acção e concretização destas políticas, como é o caso do conceito de aplicação de critérios de convergência um pouco à semelhança dos critérios de conver-

¹⁶ Presidente da Assembleia da UEO, - «Cinquenta anos de defesa europeia» *Jornal Público*, de 17 de Março de 1998.

gência para a política monetária. *The need for some convergence criterias for military structure of individually nations (not has stringent as these that aply to the euro) has also been make some headway lately, to encourage harmonization and convergence, rather than create impositions or discriminations.*¹⁷

ASSEMBLEIA DA UEO

A formalização deste órgão político europeu prioritariamente vocacionado para debate de assuntos do âmbito da defesa e da segurança na Europa, surgiu como resultante da necessidade de integrar a então recém surgida UEO no panorama europeu, e ao mesmo tempo contribuir para afirmar os primeiros passos de uma identidade europeia neste campo.

Consignada pelo artigo IX do Tratado de Bruxelas Modificado, esta Assembleia Parlamentar, composta por representantes parlamentares dos Estados membros, foi durante algum tempo o único órgão com relevo na estrutura geral da UEO. Composta por 115¹⁸ membros, reunindo-se duas vezes por ano em sessão plenária realizada em Paris, constitui um fórum de debate livre e amplo sobre os mais variados temas que preocupam a segurança europeia.

Os seis comités permanentes que compõem esta assembleia, permitiram realizar e preparar os temas para debate e os documentos a serem divulgados. As actividades relacionadas com o controlo de armamentos, defesa e desarmamento, foram durante a *Guerra Fria* algumas das áreas a merecerem um maior contributo, pelos comités de defesa. O Comité *Technological and Aerospace Committee* activado após 1965, que só adquiriu a actual designação após 1989, destacou-se em questões fundamentais do estudo científico da tecnologia espacial, aeronáutica, computadores e oceanografia, centrando os seus esforços no objectivo da cooperação. Também o interesse pela observação satélite e a defesa anti-missil foram objecto de contributos da Assembleia. Apesar da sua ligação estatutária com o Conselho da UEO, o seu campo de acção podia ultrapassar a mera acção de supervisão, alargando-se à sugestão de temas e de

¹⁷ LENZI, Guido – *CFSP from theory to practice*, Institute for Security Studies, September 1999, p.3.

¹⁸ A distribuição dos lugares a preencher pelos países membros é a seguinte: Bélgica (7), França (18), Alemanha (18), Grécia (7), Itália (18), Luxemburgo (3), Holanda (7), Portugal (7), Espanha (12), Reino Unido (18).

iniciativas diversas.¹⁹ Sendo o único fórum parlamentar para debate destas matérias, o estabelecimento de uma maior interligação entre os parlamentos dos países membros e mesmo com o Parlamento Europeu, deveria ter contribuído para uma maior sintonia de posições entre os diferentes parlamentos.

A ligação institucional decorrente do Tratado de Bruxelas Modificado, entre o Conselho e a Assembleia não correspondeu na prática diária às expectativas iniciais. O facto de muitos assuntos em discussão no Conselho apresentarem uma natureza confidencial, «inibiu» a sua transcrição pública para um órgão por natureza mais aberto aos temas em debate, e acima de tudo sem poderes de decisão. A rapidez das decisões a tomar e o melindre de algumas delas poderam consubstanciar algum afastamento do órgão parlamentar da UEO.

As relações entre o Conselho e a Assembleia passavam globalmente pela apresentação do relatório anual do Conselho. Este documento na prática conceituava a descrição sumariada das principais actividades realizadas no período em questão, pelos órgãos da UEO, e grupos de trabalho permanentes. Também o facto da União Europeia estender a sua política de intervenção ao campo da PESC, absorve algumas áreas específicas de trabalho é competência da Assembleia. O encorajamento de uma cooperação mais estreita entre ambos os parlamentos, constava já da Declaração anexa ao Tratado de Maastricht. Algumas das actividades do Parlamento da UEO, resultaram numa mais valia para a concretização política do alargamento da UEO aos países do Centro e Leste Europeu, no estabelecimento de contactos com países não membros, destacando-se as relações com a Rússia e a Ucrânia, e ainda nos problemas colocados pela situação instável do Mediterrâneo. A Islândia, Noruega e Turquia como Membros Associados, participam regularmente nas actividades desta Assembleia ao nível dos trabalhos dos diferentes comités. Por sua vez a Áustria, Dinamarca, Finlândia e Suécia participam apenas na qualidade de observadores.²⁰

¹⁹ O discurso de apresentação da 1ª reunião magna desta Assembleia efectuado por Spaak em 5 de Julho de 1995, traduzia já uma vontade de deixar à componente puramente política e parlamentar da UEO, um campo alargado de trabalho: *We (the Council of WEU) have been determined to leave you the greatest possible freedom, relying upon your experienced and your wisdom... We consider that the organization and working methods of the Assembly... are matters for its own decision... The Assembly of Western European Union is to be independent of all other assemblies, and will have its own Clerk.* ASSEMBLY OF WESTERN EUROPEAN, Fortieth ordinary session (second part), March 1995, p. 47.

²⁰ WEU TODAY, Secretariat General 1997, pgs 40 e 41.

Ao nível da própria estrutura as questões ligadas à cooperação e segurança europeia e nomeadamente ao armamento, a instalação da Célula de Planeamento e o estabelecimento da Organização de Armamento da Europa Ocidental (OAEU)²¹ mereceram do Parlamento, propostas concretas para a sua efectivação.

As ligações entre a UE e UEO resumiam-se à complexidade das reformas institucionais, enquanto não for clarificada a política de defesa e segurança europeia. As divergências naturalmente subsistem entre órgãos, no entanto as acções a estabelecer entre os dois parlamentos europeus, pode evoluir atendendo ao tipo de relatórios como o adoptado pelo Parlamento Europeu a 23 de Fevereiro de 1994,²² onde se preconizava como modalidade a ser seguida no futuro, que este parlamento possa elaborar as suas proposições em matéria política de segurança e de defesa e simultaneamente examinar as decisões do Conselho da UEO nesta matéria (prevendo-se já um quadro institucional único, requerendo uma aproximação progressiva por fases entre as duas organizações internacionais). Numa segunda fase o Parlamento Europeu e a Assembleia da UEO poderão realizar sessões conjuntas, e as diferentes comissões reunirem-se em conjunto. Numa fase posterior, o Parlamento Europeu poderia absorver por completo a Assembleia da UEO, quer ao nível das sessões plenárias, quer ao nível dos trabalhos em comissão. Diversas outras situações e perspectivas de análise têm surgido, tendo por base a problemática da própria eleição da Assembleia da UEO, representada por membros dos parlamentos nacionais à Assembleia do Conselho Europeu, ao contrário dos deputados eleitos para o Parlamento Europeu por sufrágio universal.

Em conclusão podemos constatar que a Assembleia da UEO, dispôs ao longo da sua história de poderes muito reduzidos nos diversos domínios da sua actuação. Paradigmaticamente teve uma actividade de maior relevância aquando do período de «adormecimento» da estrutura decisória e operacional da UEO. Fruto da política mais activa do Parlamento Europeu, na procura de maiores e mais alargadas competências, e também da política geral de aproximação entre a UEO e a UE, perspectiva-se um esvaziamento completo deste estrutura parlamentar e política da UEO.

²¹ WEAO (West European Armaments Organization).

²² Relatório citado por Karel de Gucht, deputado belga ao Parlamento Europeu, em a "UEO et la politique européenne de défense", de André Dumoulin, p. 62.

O INSTITUTO DA UEO PARA ESTUDOS DE SEGURANÇA

As actividades de estudos estratégicos e de investigação sobre segurança na Europa representam a principal temática de trabalho deste Instituto subsidiário da UEO. Com uma representatividade ainda limitada, as suas actividades tem por objectivo básico estimular e alargar o debate sobre segurança, criando elos de ligação entre entidades e pessoas dedicados ao desenvolvimento e aconselhamento destas matérias. Este Instituto foi criado através da recomendação 467 de 16 de Março de 1989, com base no artigo VIII, parágrafo 2 do Tratado de Bruxelas Modificado, e constituindo parte de esforço político de reactivação da UEO. Os seus objectivos fixados pelo Conselho consagravam para o novo Instituto *a promoção da identidade de segurança Europeia e apoiar a UEO no alcançar dos objectivos expostos na plataforma sobre os interesses da segurança Europeia adoptados em Haia em 26 de Outubro de 1987*.²³

Por sugestão do então Presidente Francês Mitterrand e do chanceler alemão Kohl, surgia a vontade de transformar este Instituto de Estudos de Segurança sediado em Paris, numa instituição mais alargada, nomeadamente numa *Academia Europeia de Segurança e Defesa*. Esta intenção não concretizada, permitiria um maior alcance atribuído aos estudos estratégico sobre defesa e segurança europeia, por outro lado parecia visar um objectivo mais concreto ao pretender dotar a Alemanha, de uma área de estudos em que ainda subsistem alguns complexos porventura resultantes da II Guerra Mundial.

A DECLARAÇÃO FRANCO-BRITÂNICA DE SAINT-MALO

A declaração sobre a Defesa Europeia, resultante da cimeira franco-britânica, realizada em 03 e 04 de Dezembro de 1998, constituiu um passo decisivo para a formulação da nova política europeia de defesa. Na sequência dos contactos realizados entre a França e a Alemanha, sobre os desenvolvimentos necessários à evolução das bases estratégicas da NATO e, em especial da UEO no seu relacionamento com a UE, o encontro entre a França e a Grã-Bretanha ao mais alto nível proporcionou resultados que

²³ ASSEMBLY OF WESTERN EUROPEAN, *Fortieth ordinary session (second part)*, March 1995, p. 57.

viriam a causar alguma surpresa.²⁴ De facto a França e Inglaterra, potências preponderantes no seio da UEO – ainda que com posições por vezes antagónicas –, procuraram conjugar esforços para obter uma solução, para o impasse registado na política de defesa europeia. Desta forma Paris e Londres pela primeira vez convergem em considerar como imperativo para a Europa, esta ser dotada de uma capacidade de defesa militar autónoma, como contraponto à incapacidade europeia de resolver alguns problemas europeus, nomeadamente o mais recente no Kosovo. O reforço desta desejada política europeia autónoma entendia-se ser baseada *nos instrumentos que já dispõe, e aqueles dos quais disporá após a ratificação do Tratado de Amesterdão*. Ambos os países lançaram um convite à reflexão dos restantes parceiros europeus.

A realização desta cimeira e as conclusões produzidas, devem também ser analisadas, no que foi a contribuição das potências ocidentais, para a clarificação do conceito estratégico da Aliança. Da declaração conjunta sobressai o entendimento expresso sobre a UEO e a UE, que não sendo propriamente uma novidade, representa pelo menos uma nova «postura» demonstrada pela Grã-Bretanha. O comunicado final explicitava que nos casos em que a Aliança não esteja envolvida, a União Europeia para poder tomar as suas decisões e para aprovar as acções militares indispensáveis, deve ser dotada de estruturas apropriadas. Deverá dispor igualmente de uma capacidade de avaliação das situações, das fontes de informações e de uma capacidade de planeamento estratégico, sem duplicações inúteis e tendo em conta os meios actuais da UEO. A este nível a União Europeia deverá poder recorrer aos meios militares adaptados, ou seja a meios europeus pré-identificados no seio do pilar europeu da NATO, ou meios nacionais e multinacionais exteriores ao quadro da NATO. *The new European defence initiative launched in the second half of 1998 by Prime Minister Blair and President Chirac has received green light it needed – if in a subtil qualified form – from NATO's Washington Summit.*²⁵

A declaração de Saint-Malo, destaca ainda com clareza a necessidade da Europa ser reforçada com forças armadas capazes de fazer face aos novos desafios e riscos, apoiando-se numa base industrial e tecnológica de defesa, competitiva e forte. Pode considerar-se esta cimeira como o primeiro grande passo, ao qual se seguiria a cimeira ministerial de Colónia da UE já durante

²⁴ Foram nesta cimeira assinados três documentos: declaração de defesa comum; declaração sob a cooperação no continente africano, e o acordo com vista ao reforço das políticas externas, nomeadamente no que diz respeito à gestão de crises.

²⁵ BAILES, Alyson – *European defence: what are the «convergence criteria»*, RUSI Journal, June 1999, p. 60

a fase final da guerra na Jugoslávia, onde claramente surge o reconhecimento da imperiosa necessidade de dotar a Europa de uma capacidade credível de defesa autónoma.

Estavam agora criadas as bases para o estabelecimento de uma estrutura militar no seio da EU e que objectivamente remete a UEO para um irreversível adormecimento.

AS RESPONSABILIDADES DO EXÉRCITO NA DEFESA AÉREA DO TERRITÓRIO

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
MANUEL SEQUEIRA REBELO



Este artigo, já parcialmente publicado no Boletim de Artilharia Anti-aérea (Nº 1 - II Série, Out01), tem por objectivo apresentar, agora sob uma forma mais exaustiva, uma reflexão de âmbito alargado, sobre as missões do Exército relativas à Defesa Aérea, com particular incidência na protecção de Pontos e Áreas Sensíveis do Território Nacional, e a consequente atribuição ao Ramo das responsabilidades de operação de missões de médio e longo alcance.

AS RESPONSABILIDADES DO EXÉRCITO NA DEFESA AÉREA DO TERRITÓRIO

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
RAUL MANUEL SEQUEIRA REBELO



PREÂMBULO

Este artigo, já parcialmente publicado no Boletim de Artilharia Antiaérea (Nº1 – II Série, Out01), tem por objectivo apresentar, agora sob uma forma mais exaustiva, uma reflexão de âmbito alargado, sobre as missões do Exército relativas à Defesa Aérea, com particular incidência na protecção de Pontos e Áreas Sensíveis do Território Nacional, e a consequente atribuição ao Ramo das responsabilidades de operação de mísseis de médio e longo alcance.

ANTECEDENTES

DIRECTIVA 1/84

A Directiva 1/84 do EMGFA, aprovada pelo CEMGFA, General Melo Egídio, em 31Jul84, estabelece as responsabilidades dos Ramos das Forças Armadas e dos respectivos Comandos-Chefes nas Regiões Autónomas.

Esta Directiva aborda os conceitos de Defesa Aérea para o espaço aéreo nacional, define os Elementos da Defesa Aérea Nacional, onde se incluem os Mísseis Superfície-Ar de longo e médio alcance, e atribui as competências e responsabilidades aos Ramos das Forças Armadas, referindo nomeadamente, no seu parágrafo 7.b.(3)(c), que o Exército é responsável por “... *Assegurar a protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país, segundo as suas possibilidades, e as prioridades que vierem a ser atribuídas pelo Governo da República. Para o efeito, executar o pré-posicionamento dos meios e providenciar pela implantação de infra-estruturas, incluindo abrigos para o pessoal ...*”.¹

SISTEMA DE FORÇAS DE MÉDIO PRAZO

Em 12Jul91, em reunião extraordinária do CSDN, foi aprovado o Sistema de Forças Nacional (SFN) e definido o Sistema de Forças necessário ao cumprimento das missões das Forças Armadas, a implementar no período de vigência da 2ª LPM (1992/96, e posteriormente diferida para 1993/97 com o nome de LPM), designado por Sistema de Forças de Médio Prazo (SFMP), onde estava consignado para o Exército, no âmbito das Forças e Meios para a Defesa Aérea, uma Bateria de mísseis antimíssil de médio alcance.

1.º PROJECTO DE DIRECTIVA DE DEFESA AÉREA (1995).

Contrariando as disposições anteriores, este projecto atribui à Força Aérea a responsabilidade da “... *protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país ...*”,² bem como de “... *estabelecer as unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores ...*”,³ contrariando assim, frontalmente o conteúdo do SFMP e deixando apenas ao Exército a

¹ Directiva 1/84, EMGFA, 31Jul84, p. 14.

² Directiva de Defesa Aérea Integrada de Portugal (1º Projecto), 1995, p. 18.

³ Ibidem.

responsabilidade de “... dotar as suas unidades e instalações com meios de defesa antiaérea e as unidades de manobra com os sistemas orgânicos de armas AA de curto alcance ...”.⁴

2.º PROJECTO DE DIRECTIVA DE DEFESA AÉREA (1996)

Na sequência da reacção do Exército ao 1º Projecto, o EMGFA preparou uma nova versão, 2º Projecto, onde mantém a responsabilidade da Força Aérea de “... assegurar a protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país ...”,⁵ e de “... estabelecer as unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores ...”,⁶ mas atribuindo também, ao Exército, a responsabilidade de “... estabelecer as unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores ...”,⁷ como forma de satisfazer os reparos colocados e de tornar o documento coerente com o conteúdo do SFMP. Não obstante, torna-se importante salientar que nesta versão já não é referido que estes meios se destinavam à protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país, deixando esta missão exclusivamente para a Força Aérea.

3.º PROJECTO DE DIRECTIVA DE DEFESA AÉREA (1996)

No 3º Projecto, a Força Aérea mantém a missão de “... assegurar a protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país ...”,⁸ e de “... estabelecer as unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores ...”,⁹ e nas responsabilidades atribuídas ao Exército, já só consta “... Assegurar a defesa antiaérea das suas unidades e instalações com os meios orgânicos SHORAD e SAM de médio e curto alcance ...”.¹⁰ O Ramo Terrestre, que na versão anterior já não era contemplado na sua missão, com a protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do país – tendo mantido apenas os mísseis de médio e longo alcance – fica agora neste 3º projecto, reduzido aos meios antiaéreos de curto e médio alcance, tendo-lhe sido retirado os SAM de longo alcance.

⁴ Ibidem, p. 20.

⁵ Directiva de Defesa Aérea (2º Projecto), 1996, p. 17.

⁶ Ibidem, p. 18.

⁷ Ibidem, p. 19.

⁸ Directiva de Defesa Aérea (3º Projecto), 1996, Pag 18.

⁹ Ibidem, p. 19.

¹⁰ Ibidem, p. 20.

4.º PROJECTO DE DIRECTIVA DE DEFESA AÉREA (1996)

A 4ª e última versão não apresenta alterações significativas em relação à anterior, no âmbito das responsabilidades de Defesa Aérea atribuídas a cada um dos Ramos. Este projecto foi aprovadô em reunião de CCEM, em 01Ago96, com a designação de "Directiva Operacional 5/96, Defesa Aérea".

SITUAÇÃO PRESENTE

DIRECTIVA OPERACIONAL 5/96, DEFESA AÉREA

A Directiva Operacional 5/96, Defesa Aérea, promulgada pelo CEMGFA, Almirante Fuzeta da Ponte, em 01Ago96, atribui definitivamente à Força Aérea a responsabilidade de "... Assegurar a protecção antiaérea dos pontos ou zonas sensíveis do País, segundo as sua possibilidades e as prioridades que vierem a ser atribuídas ...",¹¹ e de "... estabelecer as unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores, bem como as unidades de antiaérea, com sistemas de curto alcance ...".¹²

O Exército via assim, substancialmente reduzida as suas missões, no âmbito da Defesa Aérea, ficando confinado "... a assegurar a defesa antiaérea das suas unidades e instalações com os meios orgânicos SHORAD e SAM, de médio e curto alcance ...".¹³

O EMGFA conseguia desta forma, com êxito, atribuir à Força Aérea as responsabilidades de protecção dos pontos ou zonas sensíveis do país bem como o estabelecimento de unidades de mísseis de médio e longo alcance e respectivos sensores naquele Ramo, sem contrariar, na sua perspectiva, o conteúdo do SFMP, referente à Bateria SAM de médio alcance, destinada ao Exército.

A consagração de sistemas SHORAD e SAM para o Ramo Terrestre, ainda que só de curto e médio alcance, permitia-lhe tal desiderato, pese embora estes estivessem agora, designados para missões completamente diferentes daquelas para as quais tinham inicialmente sido indicados, pelo conteúdo da Directiva 1/84, e com os meios consignados no SFMP.

¹¹ Directiva Operacional 5/96, EMGFA, Defesa Aérea, 01Ago96, p. 17.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p. 18.

QUADRO CONCEPTUAL DO PLANEAMENTO DE DEFESA

No âmbito das orientações para o planeamento de defesa resultantes da Directiva Ministerial de Defesa Militar de 08Abr97, e em coerência com o conteúdo do Conceito Estratégico Militar (CEM97), foram definidos pelo CSDN, em 08Jan98, as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA97), e o Sistema de Forças Nacional (SFN97).

Estabelecem as MIFA97, referentes às Missões Específicas dos Ramos, que cabe ao Exército “... colaborar na defesa antiaérea de muito baixa e baixa altitude, de áreas e pontos sensíveis do TN ...”,¹⁴ e que compete à Força Aérea “... Aprontar e manter as forças necessárias à defesa antiaérea de áreas e pontos sensíveis do TN ...”.¹⁵

Por outro lado, no SFN97, e referente às missões acima enunciadas, no anexo respeitante ao Exército, encontra-se mencionado uma “... capacidade limitada de protecção antiaérea às baixas e muito baixas altitudes das áreas e pontos sensíveis do TN ...”,¹⁶ enquanto que no anexo dedicado à Força Aérea consta apenas a “... inexistência de meios para contrariar ataques de mísseis ...”.¹⁷

Assim, o MIFA97 consigna de novo ao Exército, a missão de colaborar na defesa antiaérea de áreas e pontos sensíveis do TN, embora limitada às baixas e muito baixas altitudes, reconhecendo desta forma, a apetência que o Ramo sempre evidenciou para o cumprimento dessas tarefas, decorrente e por extrapolação da missão que lhe é inerente, de defesa antiaérea das suas unidades orgânicas e instalações.

Por outro lado, o SFN97 enumera as unidades de artilharia antiaérea do Exército já levantadas ou em formação, atestando assim, o contributo que o Ramo tem vindo a prover para esta defesa, dando continuidade a uma tarefa que sempre esteve cometida ao Exército. No que à Força Aérea diz respeito, o SFN97 não apresenta qualquer unidade terrestre de defesa aérea, tipo SAM, porque não existe nem se perspectiva que tal venha a acontecer a curto ou a médio prazos, conforme se deduz da análise dos documentos relativos ao Planeamento de Forças NATO e Nacional, em vigor.

¹⁴ Missões Específicas das Forças Armadas – MIFA97, 08Jan98, p. 8.

¹⁵ Ibidem, p.10.

¹⁶ Sistema de Forças Nacional – SFN97, 08Jan98, p. B-2.

¹⁷ Ibidem, p. C-1.

PLANEAMENTO DE FORÇAS 2000

No âmbito do Ciclo Bienal de Planeamento de Forças NATO 1999/2000, que se projectavam para o período 2001-2006, foram endereçadas a Portugal, relacionadas com a Defesa Aérea, quatro Propostas/Objectivos de Força, não sendo contudo, nenhum deles orientado para o levantamento de unidades SAM de médio e longo alcance, cabendo apenas ao Exército uma "Force Goal", destinada a melhorar a capacidade de defesa aérea do Exército Português. Às Forças Armadas Portuguesas são solicitadas unidades SHORAD/MANPAD, mas com vista ao equipamento das Forças de Reacção (Aéreas), a projectar. O EMGFA atribuiu tal responsabilidade à Força Aérea.

O "Force Goal" referido ao Exército teve correspondência, para o mesmo período, no Ciclo de Planeamento de Forças Nacional, através de dois Objectivos de Força que, se dirigem respectivamente à BMI e BAI, e têm por objectivo melhorar a capacidade de defesa antiaérea daquelas Brigadas.

Constata-se assim, de novo, que nenhum sistema de armas de protecção de pontos e áreas sensíveis do TN é pedido pela Aliança à Força Aérea e que esta, ao nível do planeamento nacional, não faz qualquer menção ao tema, emergindo aparentemente, um vazio absoluto neste domínio, se não apresentasse o Exército uma capacidade mínima quer ao nível dos sistemas de armas, embora exíguos, quer fundamentalmente no patamar dos recursos humanos, da sua formação e da doutrina, a que se vem dedicando, desde há várias décadas.

"DEFENCE CAPABILITIES INITIATIVE"

A Cimeira de Washington, em Abril de 1999, confrontou a Aliança Atlântica e os Estados-Membros com um conjunto de propostas, que ficou conhecido pela "Defence Capabilities Initiative (DCI)", com vista a reforçar a capacidade militar da NATO e a dar resposta aos desafios de segurança que no século XXI, se colocam à organização, abrangendo todo o espectro das missões que poderão ser levadas a efeito. Neste âmbito, são apresentadas a Portugal quatro "Decisions", com o objectivo de solicitar a participação das nossas Forças Armadas na Defesa Aérea Integrada (e Alargada) da Aliança.

No depoimento do EMGFA, é interessante notar de novo, que apenas o Exército contribui com sistemas de armas antiaéreas para aquela finalidade, não havendo qualquer referência a alguma intenção da Força Aérea de se dotar com recursos humanos, materiais ou doutrinários para esse fim.

APRECIACÃO

AMEAÇA AÉREA ACTUAL E EMERGENTE

A ameaça aérea clássica constituída por caças de incursão e aeronaves de ataque ao solo, ainda se mantém válida, no quadro da Aliança Atlântica, isto apesar da decrescente probabilidade de um ataque de larga escala na área de responsabilidade da NATO. Aperfeiçoamentos tecnológicos das aeronaves, do armamento e do "targeting" causam tal receio, e aconselham eficazes medidas de alerta e prevenção nas Forças Aliadas.

Adicionalmente, novas ameaças começam a emergir, onde se destacam os mísseis balísticos tácticos, os mísseis de cruzeiro e os UAVs¹⁸, potencialmente sistemas mais perigosos e letais, cujo alcance, velocidade e poder destrutivo alteram radicalmente o espectro da ameaça aérea, e que vêm naturalmente exigir sofisticadas capacidades integradas, no âmbito da detecção, identificação e empenhamento, por parte do Pacto do Atlântico.

Portugal não se poderá de forma alguma, alhear ou deixar de partilhar estas preocupações com os seus parceiros da NATO, tanto mais que, pela sua posição e localização geográfica, constitui um dos Estados-Membros mais expostos e vulneráveis.

DOCTRINA

No sentido de fazer face às ameaças que se perspectivam, torna-se necessária e imperiosa a implementação de modernos meios de comando e controlo e de sistemas de armas, quer no âmbito restrito do NATINADS¹⁹ com os seus três elementos principais nomeadamente, Comando e Controlo, Vigilância e Identificação, e Sistemas de Armas, quer ainda no plano do EAD²⁰ com os seus quatro pilares a saber, BMC3I,²¹ Defesa Activa, Luta Aérea Convencional e Defesa Passiva.

É precisamente na componente da Defesa Aérea Activa em ambos os campos e cuja complementaridade se ensaiará futuramente, sob a

¹⁸ "Unmanned Aerial Vehicles".

¹⁹ "NATO Integrated Air Defence System". Ver parágrafo 14.

²⁰ "EAD – Extended Air Defence". Expressão que designa a defesa contra os "Tactical Ballistic Missiles (TBM)", cujo âmbito está para além do conceito de "Integrated Air Defence (IAD)", ou defesa aérea no seu sentido estrito. A integração do EAD com a IAD toma a designação de "EIAD – Extended Integrated Air Defence", caracterizando esta, a defesa aérea no seu sentido lato e abrangendo globalmente, a protecção contra os TBM e contra os meios aéreos convencionais.

²¹ "Battle Management, Command, Control, Communications and Information".

designação de EIAD,²² que se integram as aeronaves – caças interceptores e caças patrulhas – e os SAMs de curto, médio e longo alcance, essenciais a uma postura defensiva coerente e sólida.

Efectivamente, os SAMs são a coluna dorsal e os sistemas de primeira linha na protecção permanente de áreas e meios de elevada prioridade. Estes mísseis são normalmente empregues em formações mistas designadas por “clusters”, tendo em conta que a acção inimiga contra um único tipo ou sistema teria uma muito maior probabilidade de sucesso. Esta utilização conjunta garante deste modo, uma maior eficácia e capacidade de sobrevivência, desde que suportada por uma estrutura de comando e controlo moderna e funcional.

Parece importante aqui referir as grandes características e capacidades dos sistemas de armas SAM, desde que apoiados por meios SHORAD, cuja completa integração se revela absolutamente insubstituível:

- Grande poder de fogo, dada a facilidade de carregamento, associado a uma elevada capacidade de empenhamentos múltiplos;
- Sustentação prolongada no tempo, e sob quaisquer condições meteorológicas;
- Capacidade, ainda que actualmente limitada, contra a ameaça TBM;
- Mobilidade táctica adequada.

Para terminar, não se deve deixar de mencionar que estas possibilidades conferem aos sistemas SAM elevadas potencialidades e enormes mais-valias, quando comparadas com as limitações inerentes às aeronaves, cujos subsistemas de apoio e sobrevivência muito restringem a sua actuação.

Verifica-se assim, ao nível doutrinário, que não existem condicionamentos de qualquer ordem, que obriguem ou aconselhem a operação dos sistemas SAM de protecção de pontos e áreas sensíveis territoriais pelas Forças Aéreas. Fica certificada apenas, a exigência de um sistema de comando e controlo integrado, inserido no Ramo da Aeronáutica, dada a absoluta necessidade da vigilância e gestão alargada do espaço aéreo, onde transitam uma profusão alargada de meios aéreos militares e civis de toda a natureza.

²² “Extended Integrated Air Defence”.

NATINADS

Uma aproximação integrada desde o tempo de paz, no que respeita à defesa aérea, é absolutamente vital dada a escassez de tempo, face ao muito reduzido período de pré-aviso das ameaças aéreas e à complexidade dos sistemas de comando e controlo em presença.

O NATINADS (NATO Integrated Air Defence System) vem precisamente dar resposta a esta necessidade, tratando-se por isso, do único SDP²³ da NATO, e que tem por propósito a manutenção da integridade do espaço aéreo do território da Aliança, em tempo de paz, crise e conflito.

A eficácia deste sistema é assegurada pela integração de todos os meios disponíveis e inerentes à defesa aérea, ou seja, unidades de vigilância, de comando e controlo, caças, SAMs, e artilharia antiaérea, sendo a essência dessa integração a atribuição ao SACEUR das forças necessárias, assim como da responsabilidade e autoridade para a defesa das nações europeias aliadas, contra um ataque aéreo.

No que respeita ao comando e controlo, o SACEUR que detém o comando operacional, delega o controlo operacional nos níveis de comando intermédios que, por sua vez, delegam o comando táctico nos CAOCs,²⁴ Centros de Operações Aéreas Combinadas, que constituem o último nível desta estrutura de comando e do qual estão dependentes as unidades combatentes – caças, SAMs e SHORADs – e de vigilância e controlo.

O CAOC é responsável pelo exercício do comando e controlo táctico sobre todos os meios disponibilizados, pela atribuição de tarefas aéreas (tasking), e ainda pela coordenação com todos os Comandos ou Quartéis Gerais de qualquer das componentes que tenham a missão de “tasking” de meios aéreos. Subordinados ao CAOC, através do Centro de Controlo Aéreo (ACC),²⁵ existem uma série de outros centros com a finalidade de controlar as missões aéreas, entre as quais se destacam:

- O Centro de Operações de SAM (SAMOC),²⁶ responsável pelo controlo, preparação e atribuição de alvos às unidades de SAMs;
- O Centro de Operações de SHORAD (SHORADOC),²⁷ entidade de comando e controlo das operações de SHORAD.

²³ “Standing Defence Plan”.

²⁴ “Combined Air Operation Centre”.

²⁵ “Air Control Centre”. Responsável pelo controlo de todos os tipos de missões aéreas pilotadas, e pelos mísseis ar-superfície (SAM), na área que lhe vier a ser atribuída.

²⁶ “SAM Operations Centre”.

²⁷ “SHORAD Operations Centre”.

- O Centro de Operações de Base Aérea (WOC),²⁸ que controla a globalidade das operações efectuadas pelas bases aéreas, efectuando também, a preparação local de missões aéreas.

Importa referir ainda nesta articulação, no âmbito dos sistemas de armas e na subordinação directa ao SAMOCs, as Unidades de Fogo de SAMs (SAMFU),²⁹ que são entidades de comando e controlo das operações de cada unidade de combate SAM, a nível bateria.

Da mesma forma que os sistemas SHORAD e SAM de defesa de instalações e das unidades orgânicas do Exército e das bases da Força Aérea deverão estar ligadas ao CAOC, através do ACC, também as unidades SHORAD e SAM de protecção de pontos e áreas sensíveis têm de estabelecer idêntica conexão, por forma a se conseguir uma gestão integrada dos meios.

A modularidade dos sistemas não exige nem requer a permanência dos mesmos especificamente nos Ramos Terrestre ou Aéreo, constatando-se assim, que a sua gestão como também a de todos os recursos a eles ligados pode ser atribuída a qualquer dos Ramos mencionados. A ponderação e avaliação da sua subordinação não está deste modo, sujeita a algum requisito técnico ou doutrinário desta natureza, no âmbito do NATINADS.

CAOC DE MONSANTO

Portugal contribui para o NATINADS com uma Esquadra de F-16 e com o Sistema de Comando e Controlo Aéreo Português, designado por POACCS,³⁰ consubstanciando este, o CAOC de Monsanto. A cadeia de comando para a defesa aérea de Portugal Continental³¹ é assim, do SACEUR para o CINCSOUTH e deste para o COMAIRSOUTH, de onde para efeitos do NATINADS depende o CAOC de Monsanto. Para as restantes operações aéreas, ou no exterior do POADS, este CAOC reporta ao CINCSOUTHLANT.

O POACCS, no desempenho de CAOC nacional, à semelhança de outros CAOCs, é responsável pelo exercício de comando e controlo tático sobre todos os meios disponibilizados nomeadamente, os WOC, SAMOCs e SHORADOCS, tal como estabelece o NATINADS, já anteriormente

²⁸ "Wing Operations Centre".

²⁹ "SAM Fire Unit".

³⁰ "Portuguese Air Command and Control System".

³¹ Na actual estrutura de comando da NATO, todo o território nacional encontra-se inserido na AOR do SACLANT, estando no entanto, para efeitos de defesa aérea, a área do POADS (Portuguese Air Defence Sector) sob a responsabilidade do SACEUR.

analisado. O POACCS não apresenta especificações próprias, para além daquelas doutrinarmente já descritas para qualquer CAOC, que obriguem à atribuição dos sistemas SAM de curto, médio ou longo alcance à Força Aérea, Ramo que opera aquele Centro de Operações Aéreas Combinadas.

O estabelecimento dos sistemas SAM de protecção de pontos e áreas sensíveis do TN no Ramo Aeronáutico não está suportado por qualquer característica intrínseca de "hardware" ou "software" do CAOC Português, pelo que o critério da sua atribuição à Força Aérea ou ao Exército deverá obedecer a outras questões de importância essencial que importa analisar, e não especificamente a algum requisito de carácter técnico do POACCS.

FORÇA AÉREA PORTUGUESA

A responsabilidade de protecção de pontos e áreas sensíveis do TN cometida à Força Aérea Portuguesa (FAP), conforme a Directiva Operacional 5/96, Defesa Aérea, de 01Ago96, não parece estar implementada, por diversas razões, muitas das quais já foram atrás inferidas e que importa explicar.

Este Ramo não dispõe de mísseis SAM de curto, médio ou longo alcance, nem se prevê que tal venha a acontecer, a curto ou a médio prazo, pela análise já efectuada, quer no âmbito do Planeamento de Forças NATO e Nacional, quer ainda no conteúdo das respostas do EMGFA às DCI formuladas aos Estados-Membros.

No CAOC de Monsanto não se encontra implementada a função de controlo das plataformas SAM, porque não existem, mas também porque julga-se não haver o conhecimento doutrinar relativo ao seu emprego e operação. De resto, desde 1996, ano de aprovação da actual Directiva de Defesa Aérea, não tem ainda a Força Aérea implementada a formação dos seus quadros, na Academia do Ramo ou na respectiva Escola de Sargentos (desconhece-se qualquer intenção na sua prossecução) nomeadamente, de Oficiais e Sargentos de Mísseis que, à semelhança dos Pilotos Aviadores, é outra das armas de eleição das Forças Aéreas congéneres Europeias que operam sistemas SAM, em paralelo com o emprego de aeronaves.

A metodologia de educação de quadros da Arma de Mísseis, nas Forças Aéreas, será em tudo idêntica àquela que os Exércitos seguem para a preparação dos Oficiais e Sargentos de Artilharia Antiaérea, o que naturalmente é dispendioso e se estende ao longo de toda a carreira e que, no caso particular da Força Aérea Portuguesa, seria substancialmente agravado pela ausência de escola prévia no Ramo.

Parece assim, verificar-se uma lacuna nesta área, dos sistemas terrestres de defesa aérea, pelas razões apresentadas, e também pela

aparente ausência de intenção em a preencher, tanto mais que nos planos de reequipamento da FAP não se vislumbra alguma alusão a este tema, como de igual forma nos campos da formação, geral e técnica especializada (manutenção e sustentação), da doutrina ou ainda dos procedimentos.

EXÉRCITO

O Exército Português tem vindo, desde há várias décadas, a estudar e a operar a Artilharia Antiaérea, possuindo quadros e tropas aos mesmos níveis dos restantes Exércitos da Aliança Atlântica. A formação dos Oficiais e Sargentos desta Arma tem merecido uma particular atenção e preocupação, tanto mais que se trata de uma área em permanente evolução e cujo desenvolvimento técnico, tático e dos procedimentos acompanha a constante dinâmica imposta pela contínua e acelerada sofisticação dos meios.

A deslocação periódica de Oficiais e Sargentos ao estrangeiro para formação, especialmente aos Estados Unidos da América, permite à Arma uma contínua actualização de conhecimentos que muito enriquece o Exército. Também, a participação em diferentes Painéis³² e Seminários da NATO sobre este tema, alargado aos sistemas SAM de curto, médio e longo alcance, incluindo a defesa contra os mísseis balísticos, muito valorizam os quadros de Artilharia.

Ainda, no que ao Exército diz respeito, é de extrema importância salientar que são as Forças Terrestres que conhecem o terreno e que estão muito mais aptas a recomendar o levantamento dos pontos e áreas sensíveis do Território Nacional, assim como a estabelecer a respectiva arquitectura de defesa, tanto mais que a mesma tem que ser integrada com os sistemas SHORAD e SAM de protecção antiaérea das suas instalações e unidades orgânicas, onde quer que estas se encontrem e em conformidade com o dispositivo e missão que assumirem, em diferentes momentos e lugares.

Adicionalmente, a exiguidade de meios exigirá certamente, que a mesma unidade esteja a proteger formações em campanha e simultaneamente áreas críticas ou nevralgias nacionais, podendo tal missão ser cabalmente desempenhada por sistemas do Exército, não se podendo afirmar o mesmo se os meios estiverem dependentes da Força Aérea, vocacionados exclusivamente para a protecção de pontos ou áreas sensíveis.

³² "Panel on Air Defence Weapons/NATO Air Defence Committee" e "Land Group 5/NATO Army Armaments Group".

Outros argumentos aconselham ainda a permanência daqueles sistemas no Exército. A sustentação das unidades necessita de um considerável apoio logístico substancialmente oneroso se o mesmo estiver atribuído à Força Aérea, duplicando-se os canais de reabastecimento e manutenção, bem como os quadros e tropas a eles dedicados. Um dispositivo disperso e distribuído por todo o Território Nacional, como certamente exigirá a missão acima referida, não deixará de constituir um pesado encargo, porventura difícil de satisfazer, a menos que a Força Aérea crie uma outra estrutura territorial, a par daquela que o Exército mantém, o que não parece verosímil.

Finalmente, importa mencionar a questão da instrução. Área primordial, ela constitui-se no suporte indispensável à organização, sustentação, manutenção e operação dos sistemas. Eminentemente ligada aos recursos humanos, como já atrás foi referido, a instrução engloba também um vasto conjunto de infra-estruturas, equipamentos e outros meios que enquadram a educação e formação dos quadros e tropas.

Numas Forças Armadas de reduzida dimensão, como é o caso nacional, a afectação de recursos materiais e financeiros aos dois Ramos para a instrução de operação de sistemas em tudo idênticos, não parece conferir à gestão dos mesmos a racionalidade e a coerência que a escassez de meios vem exigindo. Não podendo o Exército prescindir da defesa antiaérea das suas instalações e unidades orgânicas, como se encontra reconhecido em todos os documentos já mencionados, e consequentemente dispensar a instrução dos seus recursos humanos nesta área, afigura-se lógico que o Ramo Terrestre deva assumir também, os encargos de instrução relativa aos meios mais vocacionados para a protecção de pontos e áreas sensíveis do TN, sendo este mais um motivo de peso para que o Exército assuma esta missão na sua totalidade.

CONCLUSÕES

A Directiva Operacional 5/96, Defesa Aérea, promulgada pelo CEMGFA, Almirante Fuzeta da Ponte, em 01Ago96, encerra um longo e demorado processo, em que consideráveis alterações são introduzidas em relação ao documento anterior, com especial relevo para a transferência das responsabilidades relativas à protecção aérea dos pontos e áreas sensíveis do Território Nacional, agora cometidas à Força Aérea que assume o compromisso de estabelecer para o efeito, unidades de mísseis de curto, médio e longo alcance. Ao Exército fica reservada apenas, a defesa antiaérea das suas unidades e instalações, com os meios orgânicos SHORAD e SAM de curto e médio alcance.

Contudo, e no que se refere ao Quadro Conceptual do Planeamento de Defesa, as MIFA97 e o SFN97, definidos pelo CSDN, em 08Abr97, estabelecem respectivamente, que cabe ao Exército colaborar na defesa aérea de áreas e pontos sensíveis do TN às baixas e muito baixas altitudes, e que o Ramo possui uma capacidade limitada de protecção antiaérea com a mesma finalidade. Ambos os títulos reconhecem assim, ao Exército a sua natural vocação para esta missão, pese embora a delimitação às baixas e muito baixas altitudes, porventura resultante e como corolário da carência de recursos e das limitações dos meios disponíveis. À luz do conteúdo daqueles documentos ressalta sem dúvida, a premente necessidade de revisão das orientações previstas na actual Directiva Operacional 5/96, sobre a Defesa Aérea, que atribui exclusivamente à Força Aérea tal responsabilidade.

No âmbito do Planeamento de Forças 2000, apenas ao Exército é solicitada uma melhoria da capacidade de defesa aérea; da mesma forma, e no campo das "Defence Capabilities Initiative", as respostas às "Decisions" colocadas a Portugal, apresentam exclusivamente os sistemas de armas antiaéreas do Exército como o contributo possível aos pedidos de participação formulados. A Força Aérea não é aqui alguma vez mencionada sempre que são referidos quaisquer sistemas de armas terrestres de defesa aérea, sejam eles de curto, médio ou longo alcance, aparentemente porque os não possui e porventura porque não dispõe de qualquer plano de apetrechamento conhecido, que acarretaria necessariamente encargos financeiros e organizacionais consideráveis.

No contexto da Aliança Atlântica, a presente ameaça aérea assume contornos preocupantes, tanto mais que as tecnologias emergentes desenham já um conjunto de desafios que ultrapassam largamente a ameaça convencional, e se posicionam ao nível da proliferação de armas de destruição maciça nomeadamente, mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro e UAVs, a que Portugal deverá ser particularmente sensível, dada a sua posição geográfica e o espaço na Europa política em que se insere. Colocar-se-ão assim, a curto prazo, preocupações acrescidas que exigem uma cuidada reflexão sobre a arquitectura de defesa aérea dos pontos e áreas sensíveis do TN, a implementar, por forma a garantir uma elevada eficácia, e uma imprescindível economia de meios.

Deste modo, torna-se extremamente importante, o estabelecimento da componente de Defesa Aérea Activa, porventura a vertente mais importante no âmbito dos conceitos já expressos de IAD e de EIAD, dando cumprimento às recomendações superiormente formuladas pela Aliança. É precisamente com vista a uma efectiva integração dos recursos destinados para o efeito,

que a NATO vem actualizando o NATINADS, como forma de garantir uma maior eficácia e uma rigorosa gestão dos mesmos. Compete então aos CAOCs, o exercício do comando e controlo táctico sobre todos os sistemas disponibilizados, onde se incluem, entre outros, as unidades SAM, quer sejam elas de defesa de pontos ou áreas sensíveis, quer sejam de protecção do corpo de batalha, não havendo assim, quaisquer restrições que condicionem a sua operação exclusiva por um Ramo específico. O CAOC de Monsanto, à semelhança dos seus congéneres Europeus, está configurado para receber as ligações dos SAMOCs e SHORADOCs, e exercer o comando e controlo táctico sobre os mesmos, independentemente da sua dependência administrativo-logística de qualquer um dos Ramos.

Assim, em termos organizacionais, e no que respeita ao Exército, um comando com responsabilidades administrativo-logísticas, de instrução, e operacionais de âmbito limitado, designado por "Comando das Forças Terrestres de Defesa Aérea (CFTDA)", subordinado ao COFT – assumindo o figurino e a estrutura vigente – e abrangendo a totalidade dos sistemas SHORAD e SAM, de defesa antiaérea das unidades orgânicas e de protecção dos pontos e áreas sensíveis do TN, permitiria a optimização dos meios e um aproveitamento de sinergias, cuja escassez de recursos naturalmente aconselha e recomenda. No que ao emprego dos mísseis terrestres diz respeito, a ligação ao CAOC dos diferentes "clusters" – SHORADOCs e SAMOCs – através do ACC, sob comando e controlo táctico (mantendo contudo, a sua dependência administrativo-logística do CFTDA), possibilitaria a necessária centralização do controlo e descentralização da execução, condições essenciais para uma eficiente operação dos sistemas SHORAD e SAM disponíveis.

Presentemente, a Força Aérea, no quadro do Planeamento de Defesa e mais propriamente, no âmbito do Planeamento de Forças NATO e Nacional, não parece manifestar qualquer intenção de implementar as acções relativas às responsabilidades assumidas pela Directiva Operacional 5/96, no que diz respeito à defesa de pontos e áreas sensíveis do TN, transparecendo pelo menos aparentemente, um vazio na formulação e consecução de projectos de equipamento, factor indispensável para a execução de tais funções. Adicionalmente, não se conhecem diligências que visem a formação de quadros da Arma de Mísseis que seria suposto o Ramo Aeronáutico levantar, com vista à execução das tarefas acima referidas, nem tão pouco o estudo e a preparação de planos, a elaboração de doutrina, ou o estabelecimento de procedimentos adequados. Finalmente, a Força Aérea não dispõe de qualquer dispositivo territorial, ou experiência de acções terrestres, que permitam um conhecimento específico e detalhado do TN, ou ainda que

apoiem a sustentação das unidades SAM a implantar no TN, condições imprescindíveis ao cumprimento da missão em título.

Outros argumentos de peso aconselham a afectação dos sistemas SAM de curto, médio e longo alcance para a protecção de pontos e áreas sensíveis do TN, ao Exército. É este o único Ramo das Forças Armadas que tem vindo a assumir responsabilidades no âmbito dos sistemas terrestres de defesa aérea, tanto mais que apresenta uma natural vocação para o efeito, decorrente do conhecimento pormenorizado do TN, do dispositivo territorial implantado, e da imprescindibilidade da defesa antiaérea das suas instalações e unidades orgânicas, constituindo a protecção de pontos e áreas sensíveis uma tarefa complementar que não acarreta um acréscimo de custos substancial (exceptuando os sistemas de armas adicionais), quando comparado com o seu desempenho por outros Ramos.

Por outro lado, o Exército dispõe de um corpo de Oficiais e Sargentos de Artilharia que, pela sua formação e experiência, está inteiramente habilitado ao desenvolvimento das tarefas decorrentes das responsabilidades mencionadas. Recursos humanos, infra-estruturas, doutrina, procedimentos e equipamentos já ao serviço, são outros tantos factores primordiais e decisivos para a atribuição da missão em epígrafe ao Exército, sendo que este é o único Ramo que deverá assumir tal encargo, tanto mais que a optimização dos recursos, a maximização de sinergias e a natureza da sua missão, assim o recomendam.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA



NOTÍCIAS DA EPA

DIA DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA

04 DE Dezembro de 2001



No passado dia 04 de Dezembro de 2001, celebrou-se uma vez mais, o Dia da Artilharia e da sua Padroeira, Santa Bárbara, e também o aniversário de Escola Prática mais antiga do Exército português, com mais de um século de história e tradição.

As comemorações, na Escola Prática de Artilharia, foram presididas pelo Excelentíssimo General Comandante da Região Militar do Sul e abrangeram, para além das tradicionais cerimónias militares, um conjunto de actividades que se inscrevem na responsabilidade permanente da Escola em aprofundar e partilhar o SABER artilheiro.

Como corolário do trabalho desenvolvido ao longo do ano no âmbito da investigação, da reflexão e do debate sobre os assuntos relativos à técnica e à táctica da arma, a Escola Prática de Artilharia fez coincidir com as comemorações deste Dia Festivo, a divulgação de um CD Multimédia sobre a Artilharia de Campanha e a publicação do seu tradicional Boletim, a par da realização de uma palestra subordinada ao tema "Artilharia e as Operações de apoio à Paz".

O CD, agora disponível para todos os interessados, constitui um meio privilegiado de divulgação da história da artilharia de Campanha, dos sistemas de artilharia que equipam o Exército português na actualidade e perspectivas de evolução futuras e dar a conhecer a Escola Prática de Artilharia e o seu acervo histórico.

JANTAR CONVÍVIO ENTRE O TIROCÍNIO PARA OFICIAIS TPOA 51/52 E TPO01/02

Cinquenta anos mais tarde volata-se a fazer história.

Em 15NOV 2001, realizou-se na escola Prática de artilharia mais um jantar Confraternização, desta feita entre os oficiais do TPO 51/52 e os oficiais do TPO 01/02.

Estiveram presentes todos os oficiais oriundos da Academia Militar que servem presentemente na escola prática de artilharia, num evento, que pode ser considerado um dos melhores testemunhos vivos da nossa "História Artilheira". É criada a oportunidade de num pequeno lapso de tempo, desenrolar cinquenta anos de vida e experiências, e misturar tudo, num são e riquíssimo convívio.

Reunimos, num mesmo grupo, gerações tão afastada no tempo, entrelaçando recordações do passado e mais recentes, com os sonhos, para uns os possíveis, e para outros os ambicionados. É a possibilidade de alimentar a nossa sempre viva juventude, numa amalgama de sentimentos

que são génese da nossa razão de existir, enquanto Artilheiros e Homens valorosos, que a esta Arma a este Exército e a esta Nação, um dia juraram servir.



Os jovens oficiais tirocinantes viram desta forma enriquecida a sua curta carreira com esta salutar troca de experiências.

No fim foi descerrada uma placa colocada no edifício de Comando, junto à biblioteca, alusiva ao evento.

ARTIGO PARA REVISTA DE ARTILHARIA

No passado dia 30 de Janeiro realizou-se, na Escola Prática de Artilharia, mais uma reunião de trabalho no âmbito da artilharia, com o seu Director Honorário, Exmo TGEN Abrantes dos Santos.

Participaram na reunião, todos os Comandantes das Unidades de Artilharia, bem como oficiais da Arma delegados da DAMP, DO/EME, DL/EME e dos Gabinetes de Artilharia do IAEM e da AM.

Após a prestação das honras militares regulamentares e da apresentação de cumprimentos realizada no salão nobre, deu-se início à reunião de trabalhos que se prolongou até cerca das 16H00. Conforme previsto na agenda da reunião, foram abordados temas relevantes para a Arma, desde a situação das unidades ao reequipamento da artilharia,

passando pelas problemáticas do ensino, da doutrina, do pessoal e da logística e da prontidão dos encargos operacionais.

Os aspectos mais relevantes resultados da reunião foram apresentados superiormente para tomada de decisão com vista à sua resolução.

Após o final dos trabalhos os participantes assistiram a uma demonstração, na Parada D. Pedro V, sobre as capacidades da nova estação Meteorológica Automática MARWIN 121, recebida recentemente na Unidade, bem como dos demais equipamentos que integram o pelotão de Aquisição de Objectivos da EPA.

O General Director Honorário da Arma de Artilharia assinou, por fim o livro de Honra da EPA.



NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

ANTOLOGIA DA ARTILHARIA ANTIAÉREA
EM PORTUGAL

O Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, no âmbito da recuperação e da manutenção dos materiais e equipamentos que compõem o espólio museológico da Artilharia Antiaérea Portuguesa e que estão à sua guarda, realizou, no dia 22 de Fevereiro do corrente ano, uma Antologia da Artilharia Antiaérea em Portugal.

Nesta retrospectiva, desfilaram e entraram em posição os sistemas de armas e os meios de detecção e aquisição de objectivos que, ao longo dos últimos 60 anos, estiveram ao serviço do nosso Exército.

Seguidamente, estes materiais e equipamentos ficaram em exposição com as respectivas Guarnições, fardadas com os uniformes da época.

No evento, em que participaram cerca de 120 militares do Regimento, todos os materiais e equipamentos estavam em perfeito estado de operacionalidade e de funcionamento, sendo, inclusivé, operados pelos visitantes que, deste modo, puderam avaliar, *"In Loco"*, as possibilidades dos mesmos, os quais, para a época, apresentavam um índice tecnológico apreciável.

Estiveram presentes, entre outros Oficiais Gerais e muitos Oficiais da Arma convidados, os Ex.mos TGen António Abrantes dos Santos e TGen Alexandre Maria de Sousa Pinto, respectivamente, Director Honorário da Arma de Artilharia e Governador Militar de Lisboa.

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DE ARTILHARIA PARTE ANTIAÉREA

Iniciou-se em, 06Jan02, no Regimento Artilharia Antiaérea n.º 1, o Tirocínio para Oficiais de Artilharia (TPOA), parte de Antiaérea, frequentado por oito Aspirantes Tirocinantes, com finalização prevista em 22Mar02.



Esta parte do TPOA tem como objectivo final, complementar a instrução ministrada na Academia Militar, de forma a melhorar a capacidade física, psíquica e de liderança, proporcionando os conhecimentos indispensáveis aos alunos do Curso, por forma a habilitá-los a desempenhar, no âmbito da Artilharia Antiaérea, as funções de:

- Comandante Pelotão AAA;
- Adjunto de Comandante da Bateria de Artilharia Antiaérea, no Posto de Comando da Bateria;

- Instrutor dos Sistemas de Armas de Artilharia Antiaérea que equipam o Exército Português;
- Adjunto do Oficial de Operações, para a Coordenação do Espaço Aéreo.

Para atingir o objectivo final citado, esta parte do TPOA incluiu instruções de Tática, Material e Tiro de Artilharia Antiaérea, Topografia, Tática de Radar, Reconhecimento de Aeronaves, Transmissões e Treino Físico, para além de uma visita ao Centro de Operações Aéreas Complementar 10 (CAOC 10) e ao Comando de Tropas Aerotransportadas.

De salientar, ainda, um exercício tático, a realizar no final do Curso.

REUNIÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS DOS BIÊNIOS 2000/2001 E 2002/2003, DA REVISTA DE ARTILHARIA

Em 17 de Janeiro do corrente ano, no Regimento de Artilharia Antiaérea N°1, teve lugar a transmissão do testemunho entre a comissão executiva da Revista de Artilharia, 2000-2001 e a nova comissão, eleita para o biênio 2002-2003.



Tratou-se de uma cerimónia simples, mas plena de significado, dizendo respeito a uma revista centenária que ao longo da sua existência tem privilegiado a divulgação dos conhecimentos nos domínios dos equipamentos, dos sistemas de armas e da doutrina, assumindo-se, igualmente como um espaço aberto à discussão de assuntos de interesse, no âmbito da Arma.

Estiveram presentes, além dos Oficiais que integravam as referidas comissões, os Exmos TGenerais Samuel Matias do Amaral e António Abrantes dos Santos, presidentes das respectivas comissões.

Do programa, destacaram-se as reuniões de trabalho da comissão cessante e da que, entretanto, iniciou funções.

Seguidamente, já com a presença do Exmo Comandante do Regimento, CorArt Joaquim Formeiro Monteiro, teve lugar um jantar promovido pela Revista de Artilharia, na messe de Oficiais do Regimento.

RAAA1 – VENCEDOR ABSOLUTO DO CAMPEONATO DE VOLEIBOL DO GML

No período de 28 de Janeiro a 08 de Fevereiro de 2002 teve lugar o Campeonato de Voleibol do Governo Militar de Lisboa, cuja responsabilidade pelo planeamento e organização esteve a cargo do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1.

Durante duas semanas, este evento desportivo decorreu com um grande sentido desportivo, constituindo-se como uma excelente oportunidade para cultivar o espírito de camaradagem e de corpo entre todos os militares participantes.

O Campeonato foi encerrado oficialmente pelo Exmo TGen Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto, Governador Militar de Lisboa, tendo estado presentes os Comandantes, Directores e Chefes das U/E/O participantes.

Na altura, o Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia Joaquim Formeiro Monteiro, dirigiu uma breve alocução, na qual se congratulou com os objectivos atingidos, agradecendo a entusiástica participação de todas as equipas, e realçando o grande sentido ético e desportivo demonstrados.

Seguidamente, foi atribuída a Taça do GML à equipa do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 que se sagrou vencedor absoluto do Campeonato, bem como a distribuição de medalhas às equipas melhor classificadas.



Antes do encerramento, o Exmo TGen GML, referiu a excelente organização do campeonato e felicitou todos os participantes pelo espírito desportivo e pela sã camaradagem demonstrados no decorrer do campeonato.

Na competição estiveram envolvidos cerca de 200 atletas (masculinos e femininos), em representação das diversas U/E/O do GML, fornecendo os seguintes resultados e classificações:

MASC

- 1º Lugar – RAAA1
- 2º Lugar – CIE
- 3º Lugar – RL2

FEM

- 1º Lugar – CIE
- 2º Lugar – RAAA1
- 3º Lugar – EPI

NOTÍCIAS DO RA 4

EXERCÍCIO “PLUTÃO”

O Regimento participou com uma equipa de 3 oficiais superiores, 2 oficiais capitães, 3 sargentos e 5 praças na 2ª fase do Exercício Plutão 2001. Este exercício realizou-se no período de 12 a 16 de Novembro no GML e destinou-se a exercitar a BDTC no planeamento, controlo e condução de operações de Defesa Directa do Território em ambiente convencional.

Na semana anterior, 05 a 08NOV, uma equipa de 1 oficial superior, 2 oficiais capitães, 1 oficial subalterno, 2 sargentos e 1 praça tinha participado no exercício Frente Norte 01. Este exercício, que decorreu na RMN, nas instalações do RI13, visou preparar e exercitar a BDTN, cabendo ao RA4 a responsabilidade de guarnecer a célula de resposta da BtrAA 4 para além do desempenho de funções no EM da BDTN.

DIA DE FINADOS

Uma força do RA4 participou em 02NOV01 nas cerimónias do dia de Finados realizando a Guarda de Honra junto do talhão dos combatentes nos cemitérios da Batalha e de Leiria, no monumento aos mortos na Unidade e no Túmulo do Soldado Desconhecido na Sala do Capítulo do Mosteiro de Sta Maria da Vitória – Batalha. O Regimento mantém, diariamente, a Guarda

NOTÍCIAS DO GAC/BAI

EXERCÍCIO “TANGO 021”

Decorreu nos dias 30 e 31 de Janeiro, no Campo Militar de Santa Margarida, o exercício “TANGO 021”, cuja responsabilidade de planeamento e execução pertenceu ao GAC/BAI. O exercício teve como finalidade o cumprimento do que se encontra determinado no Plano Geral de Tiro do Exército (Plano Delta, – Instrução de tiro de Artilharia, “Programa TANGO 3”).

Os objectivos específicos propostos foram:

- execução de fogos reais de artilharia de campanha;
- tiro de manutenção de armas portáteis.

Esta actividade contou com a participação de 113 militares do GAC/BAI.

- Oficiais	12
- Sargentos	25
- Praças	83



Coluna de viaturas

O exercício desenvolveu-se em 2 fases:

1ª fase – (dia 30) Deslocamento e instalação das unidades e tiro de armas portáteis (Esp. Aut G3 e Esp Aut Gallil).



Tiro de armas portateis

2ª fase – (dia 31) Exercício de fogos reais – teve lugar a sessão de fogos reais com o material orgânico do GAC/BAI, o óbus M119 “Light Gun”, pela 1ª Bateria de bocas de fogo comandada pelo Cap Art Adelino Jacinto, efectuando-se na referida sessão os tiros que abaixo se descriminam:

- Granada explosiva TNT M1 105 mm	80
- Granada explosiva T TNT M1 105 mm	39
- Granada fumo WP ESP P 105 mm	15
- Granada fumo HC ESP / MTSQ	30

Durante o exercício o Posto de Comando (PC) do GAC/BAI foi visitado em 31JAN02 pelo 2º Cmdt da BAI, Cor Inf Pára Hugo Borges, pelo CMDT do RA4, Cor Art Peixoto Apolónia e pelo CEM BAI, TCor Inf Para Passos Gonçalves, onde foi exposta a situação pelo Cmdt do GAC/BAI, TCor Art Caetano de Sousa, tendo os convidados posteriormente assistido à realização dos fogos reais.

VISITA DO TIROCÍNIO PARA OFICIAL DE ARTILHARIA (TPOA) AO CTAT/BAI

No passado dia 24 de Janeiro de 2002, o TPOA efectuou uma visita ao CTAT/BAI; do programa da visita constou, entre outros eventos, a entrada em posição da 1ªBBF/GAC/BAI e execução de tiros de salva. Esta entrada em posição efectuou-se com o helideslocamento (Aloutte III) de uma equipa que montou segurança à ZA/ZL e seguidamente dois obuses foram helideslocados (2 Puma SA 330) para a posição da bateria de tiro.

De seguida, visitaram uma exposição estática de material representativo que equipa as sub-unidades da BAI.



NOTÍCIAS DO RA 5

EXERCÍCIO “POLACO 012”

Nos dias 23 e 24 de Outubro de 2001 realizou-se na região da Serra da Lousada o exercício de Fogos Reais “Polaco 012” no âmbito do treino do Encargo Operacional do Regimento.

Participou no exercício a 2ª Bateria de Bocas de Fogo do GAC/BLI com 07 oficiais, 14 Sargentos e 42 praças.

O exercício iniciou-se no dia 23 de Outubro com o helitransporte da Bateria de Tiro a 4 Bocas de fogo (Obus OM 105 mm/14), respectivas guarnições e o destacamento de reconhecimento. Assistiu a esta sessão o 2º Comandante da RMN, Major-General Pinto Ferreira. A sessão de Fogos Reais realizou-se no dia 24 de Outubro com o material orgânico, o Obus OM 105 mm/14.





PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Ministérios da Defesa Nacional

Decreto – Lei n.º 279/ 2001

Regula os efeitos de licença especial concedida a militares das Forças Armadas para o exercício de mandatos electivos, nos termos do artigo 31º - F da Lei de defesa Nacional e das Forças Armadas.

(OE n.º 10/31 OUT01 - 1ª SÉRIE)

Portaria n.º 1195/2001:

Altera a Portaria n.º 790/99, de 7 de Setembro (aprova tabelas gerais de inaptidão e de incapacidade para prestação de serviços de militares e militarizados nas Forças Armadas e para a prestação de serviço na Polícia Marítima)

(OE n.º 10/31 OUT01 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART 01424366 Mário Ribeiro Batista

(OE n.º 12/31 DEZ01 - 2ª SÉRIE)

TCOR ART 08623075 José Caetano de Almeida e Sousa

(OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

TCOR ART 01234982 Maurício Simão Tendeiro Raleiras

(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe

COR ART 06584465 Vitor Manuel Barata
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

MAJ ART 00267186 José Carlos Levy Varela Benrós
(OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART 01687088 João Manuel dos Prazeres Mota Pereira
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 2ª Classe

COR ART 13078471 José António Machado Alves de Matos
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)
MAJ ART 10836685 José Manuel Vinhas Nunes
(OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 3ª Classe

CAP ART 08369887 José Carlos Ribeiro Tomás
(OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

Medalha das Nato / OTAN "Kosovo"

CAP ART 16932187 Paulo da Silva Marques
CAP ART 005562983 António Orlando Leal Correia
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da Nato / OTAN - "Ex - jugoslávia "

CAP ART 18099686 Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha ONU/UNTET

CAP ART 18099686 Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da Missão de monitorização da Comunidade Europeia

CAP ART 04821085 Carlos José Barradas Fernandes
(OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA (RECTIFICAÇÃO)

TGEN 51085411 António Gabriel Albuquerque Gonçalves
 MGEN 50448411 Fernando Nunes Canha da Silva
 COR ART 50756411 Eduardo da Conceição Santos
 COR ART 43451661 António Victorino Gonçalves da Costa
 COR ART 37319062 José Ribeiro Salgueiro
 COR ART 08009365 Fausto de Almeida Pereira
 (OE n.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)
 COR ART 50449411 Manuel Eugénio Duarte Correia
 (OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

COR ART 51126011 António A. Brandão de P. Monteiro
 COR ART 50590911 Miguel Fernandes Pinto
 (OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

4. PROMOÇÕES

Ao posto de Coronel

TCOR ART REF 45588555 Jorge Silva Veríssimo
 TCOR ART 36033256 José Carlos da Silva Fernandes
 TCOR ART 50447411 Manuel Rodrigues dos Santos
 TCOR ART REF 50520611 João Eduardo Amores Centeno
 (OE n.º 12/31 DEZ01 - 2ª SÉRIE)
 MAJ ART REF 31159752 Orlando Ventura Mendonça
 MAJ ART REF 51373111 José Bernado Dias
 CAP ART REF 41388051 Artur Olímpio de Sá Nunes
 (OE n.º 10/31 OUT01 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Alferes (ingresso no QP)

ASP OF AL 02337795 Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues
 ASP OF AL 08096595 Henrique Manuel Mota de Azevedo
 ASP OF AL 15683195 António Costa Macedo Sousa Franco
 ASP OF AL 13124096 Rodolfo Luís Carvalho Martins Gomes
 ASP OF AL 08197896 Paulo Jorge Silva Póvoa
 ASP OF AL 13782296 Artur Jorge Mendes Ribeiro de Sousa
 ASP OF AL 04908095 João Paulo Pata Serpa
 ASP OF AL 149952096 João Miguel de Oliveira Capitulino
 ASP OF AL 14237795 Cláudia Isabel Carvalho Vinhas
 ASP OF AL 17158895 José Miguel Sequeira Maldonado
 ASP OF AL 14574194 António Rogério Afonso Lopes
 ASP OF AL 12688495 Ricardo Jorge Cardoso Martins da Assunção
 (OE n.º 11/30 NOV01 - 2ª SÉRIE)





REV. TA DE ARILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte III)	117
<i>Pelo Major General Rodrigues da Costa.</i>	
REAVIVAR O ESPÍRITO ARTILHEIRO	153
<i>Pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo.</i>	
METODOLOGIA DA INSTRUÇÃO	159
<i>Pelo Tenente de Artilharia João Paulo Catrola Martins e pelos Aspirantes de Artilharia Sérgio Manuel Oliveira da Rocha; Daniel Lage de Oliveira Pegado e Rui Manuel da Silva Almeida Soares.</i>	
ANTOLOGIA DA ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL	171
<i>Pelo RAAI.</i>	
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	189
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	189
NOTÍCIAS DA EPA	195
NOTÍCIAS DO GAC/BAI/RA 4	202
NOTÍCIAS DO RA 5	207
NOTÍCIAS DO GAC/BLI/RA5	208
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 - 1100-471 LISBOA".

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

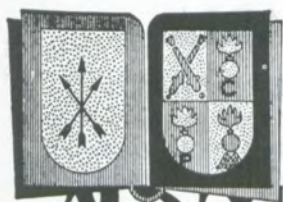
PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes - Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea - O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.



REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

98.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83



N.ºs 920 A 922

ABRIL A JUNHO DE 2002

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General Antônio Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão José Carlos Pinto Mimoso (RAA1)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAA1)

Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)

Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)

Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)

Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

Major Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)

Capitão Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)

Tenente-Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EME)

Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

ABRIL – MAIO – JUNHO DE 2002

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte III)

Pelo Major General Ref.
RODRIGUES DA COSTA

III - MEIOS DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO

1. AS FORÇAS A EMPREGAR

a. Características das forças

Se a táctica da contra-guerrilha exige uma actuação semelhante à da própria guerrilha, caracterizada pela rapidez, agressividade e surpresa, as forças do combate próximo a empregar, normalmente em terreno difícil, deverão:

- ser altamente móveis : Pequenas unidades, tipo companhia e suas subunidades, dotadas de armamento e equipamento ligeiros, com possibilidades físicas de rápidos e longos percursos a pé e preparadas para deslocamentos táticos em viaturas e em meios aéreos ou aquáticos;
- dispor de grande autonomia: Algumas possibilidades logísticas e de sapadores, suficientes meios de transporte automóvel, eficientes transmissões, etc.
- ser organizadas com a flexibilidade necessária à fácil adaptação a qualquer das missões da contra-subversão;
- ser bem instruídas para este tipo de conflito: Grande aptidão para o combate próximo, em especial de noite, e , em princípio, sem o apoio das outras armas;
- estar bem moralizadas, de modo a enfrentarem com êxito a dureza do combate, a inclemência do clima, as situações de isolamento, a lassidão de uma guerra longa, o sentimento de frustração pelas muitas acções no vazio e a acção psicológica do inimigo;
- ter capacidade de actuação nos terrenos e climas onde se desenrola o conflito: Treino, fardamento, equipamento e rações.

Estas características e a fraqueza militar do inimigo apontam para **ESQUADRÕES DE RECONHECIMENTO** e para **COMPANHIAS DE CAÇADORES**, depois de devidamente organizados, reforçados, aligeirados, equipados, instruídos e moralizados, orientando prioritariamente os Esquadrões para os itinerários e as Companhias para todo-o-terreno e concedendo-lhes adequado e pronto apoio logístico e de fogos.

Naturalmente que estas pequenas unidades básicas da contra-guerrilha deverão integrar-se em Batalhões para efeitos de coordenação operacional, subordinação administrativa e, eventualmente, apoio logístico.

Directamente ou por intermédio do escalão hierárquico superior, as pequenas unidades de contra-guerrilha pedem e recebem apoio de fogos dos morteiros, da Artilharia e da Força Aérea, ainda que a frequência e volume desses fogos não atinjam, em regra, o nível próprio da guerra convencional, dados a fluidez da guerrilha, as pequenas dimensões dos objectivos a bater e a finalidade, muitas vezes mais psicológica do que material, desses fogos.

A necessidade de garantir um elevado rendimento operacional por parte das pequenas unidades da contra-guerrilha aconselha a respeitar-se o princípio do "impulso da frente para a retaguarda" no tocante ao apoio logístico.

Contudo:

- o número de órgãos logísticos é escasso perante a normal insuficiência das vias de comunicação e a vastidão das áreas ocupadas militarmente;
- a necessidade de segurança das colunas logísticas obriga a escoltas concedidas, em princípio, pelas unidades operacionais das áreas percorridas.

Em consequência, serão as pequenas unidades da contra-guerrilha que tratarão da maior parte das suas necessidades logísticas, com sério prejuízo para a sua actividade operacional.

Não são só as forças de combate a terem de enfrentar a guerrilha. Esta, sem frentes nem retaguardas e actuando em qualquer momento e lugar e de qualquer direcção, obriga a generalizadas e permanentes medidas de segurança e, portanto, a que todos os elementos das diversas Armas e Serviços estejam preparados para o combate próximo, pelo menos no âmbito da segurança própria e das suas instalações.

As características da guerrilha e ainda a necessidade de garantir a segurança de certas instalações, serviços e populações obrigam a uma grande dispersão das forças da contra-subversão na ocupação militar do território.

Estas forças, em princípio, não deverão criar situações de inferioridade crítica em qualquer lugar ou momento, sob pena de insucessos de perniciosos efeitos psicológicos em benefício da subversão. Daqui resulta a necessidade de se dispor de efectivos militares muito superiores aos que poderão estimar-se por uma análise superficial das forças em confronto.

Por outro lado, como medida de resistência ao desgaste físico e psicológico provocado pela subversão, deve-se procurar *limitar o volume dos efectivos militares* empenhados no conflito, mas sem afectar as suas possibilidades de domínio da situação:

- Actuando a fundo e o mais cedo possível, cientes de que, em regra, o tempo trabalha a favor da subversão;
- Interceptando, tanto quanto possível, os apoios externo e da população aos rebeldes;
- Melhorando a qualidade das forças: Organização, equipamento, instrução e moral;
- Utilizando voluntários da população local, quer em missões operacionais (carregadores, autodefesas, milícias, forças regulares, tropas especiais, etc.) quer em trabalhos braçais (higiene das instalações, organização do terreno), por forma a libertar combatentes dessas missões e trabalhos;

- Organizando o terreno, com redes de arame, campos de tiro, minas e armadilhas, etc. a fim de melhorar as possibilidades de defesa sem aumento de efectivos militares;
- Melhorando as vias de comunicação, por forma a aumentar a mobilidade táctica das forças e, portanto, o seu rendimento.

A preocupação em fazer a ocupação militar do território com uma malha apertada não deve levar à criação de destacamentos tão pequenos (pelotão, por exemplo) que o seu pessoal não possa fazer mais do que tratar da sua própria sobrevivência. Com efeito, cada destacamento tem de empenhar parte dos seus efectivos na segurança e serviços do aquartelamento e no seu próprio reabastecimento, quer em recursos locais, quer em artigos da cadeia de reabastecimentos. Só os efectivos restantes, se os houver, poderão ser destinados à actividade operacional.

A adopção de destacamentos de nível Companhia, Companhia reforçada, Comando de Batalhão com uma companhia, etc. constitui uma aceitável solução de compromisso entre as exigências antagónicas de destacamentos de grandes efectivos (para uma maior actividade operacional) e uma rede militar de pequena malha (para um mais íntimo contacto com a população).

b. Dispositivo militar

- (1) Admitida a existência de subversão (latente ou já violenta) num dado território, a decisão de a combater será tomada a nível político, após um estudo em que os factores humanos serão primordiais. Esta decisão especificará os meios a empregar – diplomáticos, económicos, administrativos, psicológicos, militares, etc. – e as missões a atribuir-lhes.

No que se refere às forças militares, o Comandante-Chefe do território em questão receberá uma Directiva, onde serão atribuídas forças e definidas missões, estas englobando o apoio às autoridades civis e algumas prescrições de ordem económica, política, etc.

Do correspondente Estudo de Situação no Comando-Chefe, estudo de que a População deverá ser um dos factores mais importantes, resultarão missões a atribuir às unidades militares e o seu dispositivo inicial, com o qual se fará a **ocupação militar** do território.

Naturalmente que o dispositivo das forças militares numa guerra subversiva não poderá assemelhar-se ao de uma guerra convencional.

De resto, tratando-se de uma guerra em superfície, em que os dois adversários se encontram misturados ou justapostos e não frente a frente e em que o problema fundamental é o da conquista das populações, cujo apoio é indispensável, é evidente que todo o território em subversão tem de ser guarnecido e nele há que manter um contacto íntimo com a população.

A cada unidade será atribuída uma **área de responsabilidade** definida, não por dois limites laterais, mas por um **limite contínuo**: o da **ocupação em superfície**. O traçado deste limite atenderá não só aos acidentes do terreno, vias de comunicação e dispositivo inimigo, mas também à divisão territorial administrativa, para uma melhor coordenação militar/civil, e à distribuição etnográfica da população, para facilitar a conquista da sua adesão.

- (2) As MISSÕES FUNDAMENTAIS a atribuir às unidades poderão ser classificadas como segue:

OPERAÇÕES MILITARES:

- *Segurança*: Defesa de pontos sensíveis (povoações, instalações, serviços, etc.) e segurança do tráfego das vias de comunicação (segurança fixa, patrulhas e escoltas).
- *Interdição de fronteiras*: com tropas, obstáculos, meios de detecção e, eventualmente, faixas interditas para impedir ou, pelo menos, dificultar a ajuda exterior aos rebeldes e a livre circulação destes.
- *Flagelação*, por meio de patrulhas, emboscadas, armadilhas e fogos, a fim de remeter o inimigo à defensiva e abater-lhe o moral.
- *Aniquilamento*, por meio de ataques violentos a forças e instalações, precedidos ou não duma procura sistemática.
- *Operação externa*: Acção eventual, dadas as suas implicações de ordem internacional, com vista a destruir bases do inimigo instaladas em território estrangeiro ou a intervir na política de um país, limítrofe ou não, declaradamente apoiante dos rebeldes.

ACÇÃO PSICOLÓGICA:

- *Acção psicológica sobre os rebeldes*, quer directamente, pela propaganda e contrapropaganda, quer indirectamente, pelos resultados positivos das operações militares e da conquista da adesão das populações.

- *Acção psicossocial* sobre a população: Acção psicológica complementada com uma acção social, destinadas a conservar ou conquistar o apoio dessa população, em estreita coordenação com as autoridades civis.

APOIO ÀS AUTORIDADES CIVIS:

- *Colaboração* com as autoridades civis no *controlo da população*, isto é, no controlo da circulação de pessoas, reabastecimentos e materiais e no *recenseamento e reagrupamento* da população, com vista a impedir ou, pelo menos dificultar, o apoio, voluntário ou forçado, da população aos rebeldes.
- Eventual *apoio à polícia* na manutenção da ordem.
- Eventual participação na manutenção da actividade de *serviços essenciais*.

INFORMAÇÕES:

- *Pesquisa e tratamento de notícias* sobre os rebeldes, população e terreno.

(3) Não é aconselhável que uma tal variedade de missões (defensivas e ofensivas, civis e militares, etc.) seja atribuída a uma mesma tropa, o que aponta para a criação de forças especialmente preparadas para uma ou para algumas delas. Por outro lado, não é conveniente a existência de grande diversidade de tropas. Como solução de compromisso, parece suficiente preparar:

- *Forças de quadrícula*, que guarnecem o território em missões de segurança, contacto com as populações, apoio às autoridades civis e flagelação dos rebeldes.
- *Forças de intervenção* - Forças especiais, servidas por rápidos meios de transporte e preparadas para procurar e aniquilar o inimigo e as suas instalações e, eventualmente, actuarem fora do território.

A *Interdição de Fronteiras*, se for decidido realizá-la com verdadeira eficiência, poderá também exigir um corpo de tropas especialmente preparadas para o efeito.

Qualquer destas forças deverá, cumulativamente, proceder à pesquisa de notícias sobre o inimigo e recolher dados sobre a população e o terreno e poderá receber indicações sobre procedimentos ou atitudes enquadrados na acção psicológica sobre os rebeldes.

Quando uma unidade, uma povoação ou uma instalação forem atacadas pelo inimigo, devem ser imediatamente socorridas, por exigências de ordem psicológica, se outras não houver. É uma missão própria de uma unidade de intervenção, mas o seu carácter urgente leva a atribuí-la, normalmente, a uma unidade de quadrícula, por estar mais próxima e, assim, chegar com mais prontidão.

(4) As forças da ocupação militar do território poderão permanecer ou não todo o tempo da sua “comissão” no mesmo sector. A decisão deverá atender:

- à possibilidade de esgotamento físico e/ou psicológico do pessoal em sector de guerrilha muito activa;
- ao interesse em distribuir, de forma tão equitativa quanto possível, o esforço de guerra das unidades ocupando sectores de grau subversivo muito diferentes;
- às vantagens de uma longa permanência no mesmo sector, por permitir uma progressiva melhoria no conhecimento da população, do inimigo, do terreno e do clima, com benéficos reflexos nos contactos com a população, (informações e acção psicossocial), na coordenação militar/civil, na actividade operacional e na defesa contra as agruras do clima.

Esta última consideração diz respeito a todos os militares e unidades e é tanto mais importante quanto maior o escalão de comando e o grau hierárquico, assumindo aspectos determinantes pelo menos a partir do comando de Batalhão e daí para cima.

A “rotação” de Companhias e de Comandos de Batalhão e de Agrupamento fazia-se em Angola de forma quase generalizada. Na Guiné isso só acontecia esporadicamente, para descanso de uma unidade esgotada ou para remodelação do dispositivo.

c. Princípios básicos do emprego das F. Militares em Contra-Subversão

(Ampliação do Cap. IV do IIº Vol. de O Exército na Guerra Subversiva)

Do que se tem dito, podemos extrair um conjunto de princípios básicos que devem orientar o emprego das forças militares em contra-subversão. Diremos então que, neste âmbito, a Contra-Subversão:

- (1) Prepara e emprega *forças militares adequadas*: Preparação moral, organização, quadros, instrução e equipamento de pequenas unidades ligeiras, com grande mobilidade e autonomia e elevado espírito ofensivo.
- (2) *Procede à ocupação militar do território*, por áreas e de forma a facilitar a coordenação militar/civil e entre unidades e a conquista e o controlo da população, com:

- Forças suficientes para guarnecer todo o território;
- Limites contínuos delimitando uma área de responsabilidade para cada unidade;
- Judicioso traçado dos limites, de acordo, não só com os acidentes do terreno, vias de comunicação e dispositivo do inimigo, mas também com a divisão territorial administrativa e com a distribuição etnográfica da população;
- Continuidade de permanência de comandos e unidades (tanto quanto possível) para lhes proporcionar a familiarização com a população, o terreno e o clima e um bom conhecimento do inimigo, tudo indispensável à acção psicossocial, às informações e ao rendimento operacional;
- Eficientes redes de transmissões, capazes de permitirem uma pronta ligação dos vários postos militares, quer entre si, quer com as patrulhas e forças em operações, quer ainda com os escalões de comando, meios em apoio e autoridades civis da área. Isto exige adequados equipamentos de transmissões, distribuídos sem restrições, boa preparação dos operadores e uma generalizada preparação dos oficiais e sargentos para poderem operar com os equipamentos de campanha em caso de necessidade.

Nem sempre estas condições se verificaram ao longo da nossa guerra.

Com efeito, os operadores só atingiam o desejado nível de competência após alguns meses de actividade e os equipamentos eram, em geral, em reduzida quantidade. Casos houve em que uma coluna tinha de fazer um extenso percurso em zona de guerrilha sem um aparelho de transmissões capaz de a ligar aos postos militares de partida e de chegada (Coluna, de Gago Coutinho para Ninda, 90 Km, em 1967).

Outras vezes um pequeno destacamento militar ficava algum tempo sem equipamento de transmissões, por não haver substituto do que se tinha avariado. (Mussuma em 1967, na fronteira com a Zâmbia).

- Vias de comunicação entre os postos militares, com destaque para as estradas e pistas de aviação, por forma a proporcionar a indispensável grande mobilidade das tropas.

Foi notável e muito benéfico sob todos os aspectos o desenvolvimento e melhoria da rede de estradas em Angola e na Guiné no período da guerra.

- (3) Organiza um adequado e *eficiente apoio logístico* e operacional às forças em operações e aos postos da ocupação militar do território, por forma a contribuir para o moral e vigor físico dos militares, o bom estado operacional dos materiais, a mobilidade e poder de fogo das unidades, a observação, as informações, as transmissões, a acção de comando, etc.

- (4) Aplica os *Princípios de Guerra* de forma adequada a este tipo de conflito, com destaque para:

- *Objectivo* - Procura conquistar a adesão da população, neutralizar a guerrilha e dar segurança às actividades gerais do território.
- *Unidade de Acção* - É indispensável, dada a diversidade de meios e a sua actuação descentralizada.
- *Segurança* - Permanente em todas as direcções e a todos os níveis, face a um inimigo que actua "em superfície", de surpresa e com grande rapidez, atacando em qualquer momento, de qualquer direcção e sobre qualquer objectivo. Um inimigo que se dilui na população, vive na clandestinidade e se refugia em terreno difícil.
- *Ofensiva* - Constante busca e flagelação do inimigo, passando imediatamente ao ataque sempre que este se revelar.
- *Manobra* - É indispensável à consecução da ofensiva e da surpresa.
- *Surpresa* - É a única forma de alcançar um inimigo extraordinariamente fluido.

- (5) Actua segundo uma *táctica de combate adaptada* a este tipo de inimigo, táctica caracterizada por rapidez, surpresa e prontidão nas respostas. E materializada em emboscadas, golpes de mão, batidas, etc., numa permanente busca e flagelação dos rebeldes.

(6) Explora intensamente eficientes *serviços de informações*:

- montando esses serviços o mais cedo possível;
- orientados para o interior (população e inimigo) e para o exterior ("santuários" da Subversão e países apoiantes);
- mentalizando todo o pessoal para uma permanente e cuidada atenção a tudo o que possa interessar às informações;
- Fazendo intercâmbio de notícias e informações com os outros serviços afins.

(7) Mantém um *estreito contacto com a população*, com vista a:

- Acção psicológica para conquista da sua adesão voluntária;
- Acção social de ajuda, orientada para as carências mais sentidas: Assistência sanitária, veterinária e agrícola, abastecimento de água, construção de habitações, transporte de colheitas, ensino escolar e profissional, etc.
- Empenhamento da população na contra-subversão;
- Absoluto respeito pela moral e pelo direito estabelecidos.

(8) *Resiste ao desgaste humano e material*:

- combatendo a acção psicológica do inimigo;
- fortalecendo o moral das tropas;
- organizando-se para uma guerra de longa duração;
- economizando meios;
- evitando a excessiva dispersão das forças.

(9) Considera a *componente externa da Subversão*:

- montando uma eficiente interdição de fronteiras onde necessário e possível;
- prevendo acções armadas em território estrangeiro para perseguição dos rebeldes, destruição dos seus "santuários" e/ou intervenção na política dos países visados;
- orientando o esforço de pesquisa dos serviços de informações para os "santuários" da Subversão e para os países apoiantes ou potencialmente apoiantes.

c. Preparação das forças militares

Se, como se tem dito, as forças militares da Contra-Subversão deverão obedecer a determinados requisitos, a sua preparação deverá tê-los em atenção, nomeadamente nos campos da organização, instrução, moral, quadros e equipamento.

As unidades de combate deverão ter uma **organização** de acordo com as características deduzidas nas três alíneas anteriores: Ligeireza, Mobilidade, Autonomia e Adaptabilidade ao terreno, ao clima e à diversidade das missões. A posterior integração de elementos de recrutamento local poderá melhorar algumas destas características, dada a capacidade da maioria destes elementos para sobreviverem no seu ambiente natural.

A **instrução** deverá visar a familiarização do pessoal com a ideologia da Subversão e com as características da População e do Inimigo e, acima de tudo, *criar a capacidade de não ser surpreendido, antes surpreender* um adversário fluido, extremamente rápido e bem adaptado ao ambiente.

É uma finalidade demasiadamente exigente para que a instrução possa decorrer nos moldes clássicos. A escola de recrutas, embora muito minuciosa e devidamente orientada para a guerra subversiva, deverá ser complementada com um aperfeiçoamento operacional no próprio ambiente da guerrilha. Depois, já em sector e atendendo à natural alteração da tática do inimigo local e à necessidade de corrigir defeitos de actuação, as tropas deverão submeter-se a um regime de instrução permanente.

Finalmente, para certas operações, os seus intervenientes ainda deverão proceder a um treino específico, como, por exemplo: desembarque de um meio aéreo ou naval, passagem de um vau, golpe de mão a um local de topografia conhecida, etc.

Ainda no capítulo da instrução, há a necessidade de imbuir todo o pessoal da ideia de que a guerra subversiva é essencialmente uma guerra pela população, o que exige o conhecimento da população em causa e da forma de lidar com ela.

Quanto aos **instrutores**, tudo deverá ser feito para os preparar convenientemente:

- Deverão ter prática como instrutores, isto é, deverão ser, em princípio, dos quadros permanentes e ter um tempo mínimo de permanência na função;
- Deverão ter prática de combate, se o conflito subversivo já estiver em curso. Aliás a sua mobilização para as zonas subvertidas deverá visar, acima de tudo, prepará-los para a função de instrutores; a guerra deve ser feita por toda a Nação e não apenas ou principalmente pelo militares profissionais.
- Não deverão ser retirados no decorrer de um período de instrução.

Sem necessidade de recorrer à opinião de alguns dos mais autorizados escritores militares, peritos na matéria, pode afirmar-se que, de entre os diversos factores pelos quais se pode aferir o valor de uma tropa – organização, instrução, equipamento, quadros e **moral** – é este último o

mais significativo. Se isto é verdade em termos gerais, com mais forte razão o será em Guerra Subversiva, onde o reduzido efectivo e o normal isolamento das patrulhas que realizam a maior parte das acções militares criam frequentes situações críticas face a um inimigo fluido, rápido e impiedoso ou a um ambiente quase sempre hostil.

Nestas situações, o moral não pode fraquejar, sob pena de uma destruição, de efeitos psicológicos muito perniciosos para as outras tropas.

E como se isto não bastasse para evidenciar a importância do moral em Guerra Subversiva, acresce que um dos mais importantes objectivos do inimigo é a lassidão, à qual há que opor uma forte resistência moral.

Cientes da importância do factor moral em Guerra Subversiva e da lentidão com que pode ser criado ou robustecido, temos de convir que a chamada **preparação moral da Nação para a guerra** se deve fazer a longo prazo, isto é, não poderá limitar-se ao escasso tempo do serviço militar, mas sim começar bem mais cedo, na família e na escola, para o que é necessário **começar já** a formação cívica dos professores.

Para completar e reforçar este conceito, podemos, passando da tática à estratégia, recordar que "a contra-subversão é uma aventura nacional de dimensão total, que tem de alimentar-se de um **ideal** que terá de ser claramente definido pelo Governo, robustecido com factos e comunicado e aceite através de uma eficiente e intensa **acção psicológica**" (Estratégia da Guerra Subversiva – IAEM 1968/69).

Estreitamente ligado ao moral e à organização das tropas estão o espírito de corpo e o enquadramento.

A necessidade de criação do **espírito de corpo** nas unidades de combate aconselha:

- a formação do pessoal numa subunidade numa mesma unidade territorial, o que contraria a formação em centros de instrução básica e de especialidades;
- uma instrução de aperfeiçoamento operacional ministrada já pelos quadros da própria subunidade;
- o não desmembramento numa subunidade.

Aqui levanta-se a questão de saber qual o nível desta subunidade indivisível. Não pode ser muito elevado, isto é superior ao Batalhão, sob pena de se perder flexibilidade nas indispensáveis remodelações do dispositivo, nem muito pequeno, isto é, inferior à Companhia, por desvirtuar o conceito de espírito de corpo e complicar a formação da unidade e as rendições do pessoal.

Face a estas exigências antagónicas, uma das possíveis soluções de compromisso poderá assentar no *Batalhão* como unidade fundamental

permanente, rendido por companhias, com rendições individuais dos elementos do seu estado-maior, tudo isto constituindo um encargo permanente de uma mesma unidade mobilizadora. Deste modo:

- Cada unidade mobilizadora estará empenhada na campanha através do seu ou dos seus batalhões destacados em permanência num dado teatro de operações;
- O Espírito de Corpo do Batalhão beneficiará da origem comum de todos seus elementos;
- Haverá alguma continuidade no conhecimento da área de operações por parte do pessoal do Batalhão

O Enquadramento deverá ser feito em quantidade e qualidade, dadas a grande dispersão da ocupação militar do território, a pequenez das patrulhas de combate, as situações críticas possíveis, etc. Um oficial de baixa patente, um capitão por exemplo, comanda um aquartelamento e é responsável por uma área operacional quase sempre longe do conselho, do apoio e da responsabilidade de um superior hierárquico. Um alferes ou sargento milicianos comandam uma patrulha susceptível de se encontrar isolada em situações extremamente perigosas perante o inimigo ou o ambiente. Só quadros bem preparados moral, física, tática e tecnicamente poderão enfrentar tais situações sem uma contagiosa desmoralização.

A Guerra Subversiva tem objectivos e procedimentos tão diversos dos da Guerra Clássica que os quadros militares profissionais deverão estar perfeitamente compenetrados da diferença. Mas será difícil, para quem está imbuído dos conceitos próprios da Guerra Clássica, adaptar-se de imediato a um conflito onde:

- há que respeitar os VALORES MORAIS de que se reclama, mesmo perante um adversário que não costuma ter preocupações dessa ordem;
- a POPULAÇÃO, mesmo que afecta ao inimigo, nunca deverá ser tratada como inimigo e tudo se fará para captar a sua simpatia;
- as acções armadas são APENAS UM DOS MEIOS da luta e nem sempre o mais importante;
- NÃO HÁ ENCONTROS MILITARES DECISIVOS, porque o inimigo a eles se furtará sistematicamente até ter a certeza de que sairá vencedor.

A Contra-Subversão exige, portanto, uma conveniente mentalização dos seus quadros. Conhecida a natural lentidão com que se processa a alteração das mentalidades, fãcilmente se conclui ser necessário fazer com larga antecedência a preparação dos quadros permanentes que nela poderão vir a actuar.

Para terminar esta breve referência à preparação das unidades da contra-guerrilha, resta citar o EQUIPAMENTO, envolvendo neste termo o Equipamento propriamente dito, o Armamento, as Munições, as Transmissões, as Viaturas, o Fardamento e até as Rações de Combate.

No que respeita ao Equipamento das patrulhas, tudo se deve subordinar às exigências, quase sempre antagónicas, de leveza e eficiência, pois que uma patrulha apeada não deve transportar grandes pesos, sob pena de se encontrar fatigada no momento do combate, nem deve usar equipamento impróprio para as situações que pode ter de enfrentar, desde as de combate até às do ambiente normalmente adverso.

Muito dependerá das situações possíveis na zona de operações e até em cada tipo de operação.

A título de exemplo, citam-se algumas preocupações quanto ao Equipamento de uma patrulha:

- Armas e munições leves, ainda que à custa do calibre e do alcance;
- Equipamento de Transmissões leve, de longo alcance, resistente ao clima e de comprovada eficiência na ligação da patrulha com outras patrulhas, com a sua base, com o apoio de fogos e com a Força Aérea;
- Viaturas altas, estreitas, robustas, de formato conveniente e com tracção às quatro rodas e guincho para movimentação em todo-o-terreno e em caminhos difíceis. A cabine do condutor deve ser recuada em relação ao eixo dianteiro, para reduzir os danos humanos de uma mina que rebente sob as rodas da frente. Um fundo em V poderá minimizar os efeitos duma mina. Uma blindagem ligeira poderá proteger pelo menos o condutor, facilitando a sua actuação;
- Fardamento adaptável ao clima, não ficando excessivamente pesado quando molhado e permitindo a evaporação do suor;
- Rações de combate leves, de fácil conservação, que não provoquem muita sede e sejam do gosto dos consumidores.

2. AS FORÇAS MILITARES DE APOIO

a. Generalidades

Em Guerra Subversiva, as Armas de Combate Próximo – Caçadores de Infantaria e Reconhecimento de Cavalaria – necessitam de apoios tácticos de vária ordem a conceder por:

- ARTILHARIA DE CAMPANHA, com os seus fogos largos, potentes profundos, oportunos e precisos;

- ENGENHARIA, na abertura e reparação de caminhos, construção de instalações, captação de água, lançamento e levantamento de campos de minas, montagem de barragens e destruições com explosivos;
- TRANSMISSÕES, na montagem, exploração e manutenção de sistemas de transmissões de longo alcance e na orientação técnica do pessoal de transmissões das outras Armas;
- FORÇA AÉREA, em acções de observação, transporte e fogo;
- FORÇAS NAVAIS, na vigilância das costas e dos rios navegáveis, desembarque e recolha de forças em operações e, eventualmente, apoio de fogos e reforço com fuzileiros.

b. Apoio da Artilharia de Campanha

(1) Generalidades

Os fogos largos, potentes, profundos, oportunos e precisos da Artilharia de Campanha podem ser extraordinariamente úteis em Guerra Subversiva, pesem algumas dificuldades que a imaginação e a vontade facilmente superam criando adequados equipamentos, organização e procedimentos.

Não possuindo o inimigo, salvo numa eventual fase mais adiantada da subversão, meios aéreos e navais, não tem cabimento a utilização de Artilharia Anti-Aérea ou de Artilharia de Costa como tais, mas, em certos casos, as suas bocas de fogo podem ser aproveitadas em tiro terrestre.

A rusticidade da Artilharia e a sua possibilidade de actuar com quaisquer condições de tempo, de visibilidade e de terreno e com elevada prontidão conferem-lhe, por vezes, alguma superioridade sobre o apoio de fogos da Força Aérea.

Tal como as outras Armas, a Artilharia em Guerra Subversiva deverá, além das suas missões específicas, participar activamente na pesquisa de notícias – em que é directamente interessada – na Acção Psicossocial e no Apoio às Autoridades Civas.

De acordo com o princípio de que a Artilharia nunca está em reserva, as unidades da Arma, quando não empenhadas em operações, deverão ocupar posições – “posições normais” – nos estacionamento das unidades de quadrícula e aí receber adequadas missões tácticas em proveito de qualquer força ou de qualquer estacionamento ou povoação que actue ou se situe dentro das suas possibilidades de tiro.

Cria-se, assim, integrado na quadrícula, um dispositivo artilheiro, cuja concepção privilegiará, em regra, as regiões de maior actividade da guerrilha.

Em Guerra Subversiva poderão ser atribuídas à Artilharia de Campanha, isoladamente ou em simultâneo, quaisquer das Missões Táticas – A/C, R/F e A/D – mas, dada a escassez de Artilharia e a diversidade e especificidade das situações possíveis, a uma unidade desta Arma será normalmente atribuída a responsabilidade pela satisfação das necessidades de apoio de fogos de mais do que um elemento da manobra, pelo que aquelas missões táticas serão convenientemente modificadas e explicitadas:

Exemplo de uma missão tática atribuída a uma Bateria de Artilharia de Campanha integrada numa força em operações:

“Apoio Directo dos Agrupamentos Alfa e Bravo, com prioridade para Bravo”.

Exemplo de uma missão tática atribuída a uma Bateria de Artilharia de Campanha em posição normal no interior do estacionamento de uma Companhia de Caçadores em quadrícula:

“Cumpre, por ordem decrescente de prioridade, as seguintes missões:

- Apoio imediato a qualquer força que actue dentro das suas possibilidades de tiro;
- Apoio imediato à povoação Zebra;
- Defesa imediata do estacionamento;
- Pedidos de tiro do Comando do estacionamento;
- Ordens do Comando do Sector.

(2) Missões Gerais

As Missões Gerais da Artilharia de Campanha – “apoio imediato às unidades do combate próximo”, “isolar o campo de batalha” e “dar profundidade ao combate” – assumem em Guerra Subversiva o aspecto seguinte:

- *Apoio imediato* às forças em operações, aos estacionamentos militares e às povoações em autodefesa, com fogos de neutralização ou destruição de forças e instalações do inimigo;
- *Isolar o campo de batalha*, com tiros de interdição destinados a impedir ou dissuadir os rebeldes de percorrer determinados caminhos ou de entrar numa determinada área ou ainda levá-los a afastarem-se duma dada região ou canalizá-los para outra;
- *Dar profundidade ao combate*, com tiros de flagelação, neutralização ou destruição destinados a criar insegurança nos rebeldes e a neutralizar ou inutilizar armamento, instalações, recursos, etc.

(3) *Dificuldades da Artilharia de Campanha em Guerra Subversiva*

Em Guerra Subversiva, a Artilharia de Campanha enfrenta algumas dificuldades resultantes das especiais características da Subversão e do terreno, as quais, relativamente ao conflito em que estivemos envolvidos, se podem apresentar como segue:

Um INIMIGO fluido e de extrema rapidez, actuando em superfície, em pequenos grupos e vivendo muitas vezes no seio da população, constitui uma ameaça permanente à segurança das nossas tropas e só concede, geralmente, objectivos fugazes e diminutos, pouco remuneradores em termos de guerra convencional e situados, frequentemente, junto das populações, populações estas que não podem ser maltratadas.

A Artilharia poderá superar estas dificuldades desde que disponha de:

- Capacidade para localizar objectivos, através de meios técnicos e humanos de aquisição e dum eficiente serviço de informações especialmente orientado para as actividades da guerrilha;
- Unidades com possibilidade de rápido deslocamento e de actuação pronta e precisa;
- Segurança permanente, quer em posição quer em marcha, para as suas unidades, para os destacamentos de reconhecimento, para as equipas de topografia, para os observadores, etc., segurança a obter com os meios próprios ou cedidos para o efeito;
- Adequada reformulação do conceito de "objectivo remunerador", uma vez que aqui, mais do que efeitos materiais, a Artilharia pretende inquietar o inimigo e criar-lhe um permanente clima de insegurança para lhe enfraquecer a vontade de combater;
- Mentalidade para aceitar, sem frustração, que algumas das suas acções caíam em falso e que outras não se possam desencadear por imperiosa necessidade de preservar as populações ou não hostilizar países vizinhos.

Um TERRENO difícil, em regiões pouco desenvolvidas, com escassas vias de comunicação, sem cobertura topográfica e quase sempre com muitos acidentes orográficos, arborização de grande porte, dificulta os deslocamentos, a coordenação topográfica e a observação.

Em consequência, a Artilharia deverá:

- Dispor de *materiais* de fácil deslocamento: Bocas de fogo leves e/ou decomponíveis em cargas, susceptíveis de fácil reboque em caminhos difíceis ou de transporte em viaturas, a dorso animal ou suspensas de helicópteros;

- Contar com o *apoio de Engenharia* na eventual necessidade de abertura de caminhos para deslocamentos táticos, clareiras para desimpedimento dos campos de tiro, etc.;
- Usar técnicas e materiais sofisticados para rápidos e rigorosos *levantamentos topográficos*, não esquecendo o valioso contributo dos helicópteros e dos sistemas GPS;
- Dispor de um generalizado e pronto apoio em *meios aéreos* para observação do terreno e do tiro.

(4) *Requisitos da Artilharia de Campanha em Guerra Subversiva*

Do que atrás se disse, podemos alinhar os requisitos exigidos para um cabal cumprimento das missões da Artilharia de Campanha em Guerra Subversiva:

PESSOAL, com:

- Boa preparação técnica e tática artilheiras, orientada para a contra-guerrilha;
- Preparação para o combate próximo, no âmbito da permanente preocupação da segurança própria;
- Excelente moralização e perfeito conhecimento das especiais características deste tipo de conflito e das missões que nele podem ser atribuídos à sua Arma.

MATERIAL constituído por:

- Bocas de fogo leves e/ou decomponíveis em cargas, aptas a todos os tipos de transporte. Haverá possibilidade de aproveitar as bocas de fogo pesadas de campanha e de anti-aérea, em posições fixas, dados os seus longos alcances;
- Boas viaturas de tracção ou de transporte em todo-o-terreno ou, na Artilharia Aeromóvel, bons meios de transporte aéreo;
- Bons equipamentos de transmissões, topografia e observação.

ORGANIZAÇÃO em:

- Baterias, como unidade mínima, ainda que com poucas bocas de fogo, mas dispendo de pessoal e materiais de direcção do tiro, transmissões, topografia, observação, ligação, transporte e defesa imediata, que lhe confirmam eficiência, autonomia e segurança;
- Comandos de Grupo de Artilharia, destinados fundamentalmente ao enquadramento administrativo e logístico e, eventualmente, ao enquadramento operacional de duas ou mais baterias.

APOIOS:

- Apoio aéreo para a observação do terreno (visual e fotográfica) e do tiro, para uma eventual pontaria das bocas de fogo e para os levantamentos topográficos;
- Apoio aéreo para o transporte táctico das baterias;
- Apoio da Engenharia numa eventual abertura de caminhos tácticos e de clareiras nos campos de tiro;
- Apoio dos serviços de informações no que toca à existência e localização de objectivos.

(5) *Procedimentos da Artilharia de Campanha na Guerra Subversiva*

- Não fraccionar a Bateria, salvo se se dispuser de suficientes meios para distribuir: Direcção do Tiro, Transmissões, Topografia, Observação, Ligação, Transporte e Segurança. Uma boca de fogo isolada, como admitia uma publicação do IAEM, se não dispuser destes meios não é mais que um “canhangulo grande”;
- Manter um sistema de instrução permanente para corrigir erros e fazer a contínua adaptação de todo o pessoal aos particularismos da zona de acção;
- Manter um elevado grau de prontidão na satisfação dos pedidos de tiro;
- Incutir no pessoal a ideia de segurança permanente em todas as direcções;
- Garantir a segurança das populações e dos seus bens relativamente aos tiros da Artilharia;
- Empregar tácticas e técnicas apropriadas para as modalidades de tiro e de apoios previstas para este tipo de conflito;
- Manter um actualizado e claro Plano de Fogos, com tiros preparados a partir de cada posição existente ou prevista;
- Contactar frequentemente os estacionamentos militares e as povoações susceptíveis de virem a pedir apoio de fogos;
- Preparar Observadores Avançados do tiro de Artilharia entre os oficiais das unidades susceptíveis de virem a pedir apoio de fogos;
- Preparar um sistema simplificado e eficiente para o apoio imediato às povoações em autodefesa quando atacadas (transmissões, pedidos e regulação do tiro, etc.);

- Manter estreita ligação com os serviços de informações para colheita de dados sobre o inimigo, o terreno e a meteorologia, em proveito do planeamento dos deslocamentos, das posições e dos fogos;
- Fomentar a existência de um sistema simples, descentralizado, eficiente e rápido para os pedidos do apoio aéreo;
- Estudar pormenorizadamente o terreno da zona de acção: Caminhos, cursos de água, pontes, vaus, pistas de aviação, zonas de posições, referências, povoações, autodefesas, culturas, poços, fontes, estacionamento militares, etc.;
- Melhorar, tanto quanto possível, a cobertura topográfica da Z.A., com levantamentos, fotografia aérea e estabelecimento de referências;
- Organizar uma discreta rede de posições para uma eventual utilização.

(6) *Comentários ao emprego da Artilharia no T.O de Angola.*

(Adaptação de um artigo do Gen. Delgado e Silva na Rev.Art.)

O artigo refere-se a uma operação realizada no Norte de Angola em 27 Abril/28 Maio 69 para hostilizar os rebeldes que se sabia estarem numa zona de refúgio de difícil acesso. Foram empregues 7 companhias e 3 baterias:

- O Terreno era desfavorável, muito acidentado e arborizado;
- O Inimigo era fluido e de localização indefinida;
- O Clima era depauperante, numa época de chuvas;
- O Apoio Aéreo foi prestado por 1 DO 27, em acumulação com outras missões, e por 1 helicóptero, intermitentemente. Foram feitos voos de reconhecimento, mas a indispensável observação aérea para uma regulação do tiro com vista à obtenção de elementos experimentais só foi concedida ao fim de 23 dias de operação.

Sobre o apoio de Artilharia:

- Missão das Baterias: A/C, preparadas para A/D. Pretendia-se “empurrar” o inimigo para as nossas emboscadas;
- Posições: Fixas, junto aos aquartelamentos e ligadas por telefone ao PCT;
- PCT: Improvisado, com pessoal das baterias, em regime de acumulação;
- Localização dos objectivos: Imprecisa, com base, apenas, nas poucas informações existentes;

- Tiros de flagelação: Foram efectuados sobre lavras referenciadas e sobre prováveis zonas de instalação;
- Pedidos de apoio: Só houve um pedido e mesmo esse foi indeferido pelo Comando da operação por se temer que as N.T. fossem atingidas. Outros pedidos de apoio aconselháveis não foram feitos, certamente devido à fama de in experiência do pessoal das baterias;
- Resultados: Os resultados materiais foram escassos; os psicológicos prováveis.

Em conclusão: O apoio de Artilharia foi ineficaz, devido à falta de um verdadeiro PCT, de observação aérea, de transmissões e de pessoal convenientemente preparado.

(7) *Comentários ao emprego da Artilharia em algumas acções no T.O da Guiné*
(Resumo de um artigo do autor na Rev.Art. Mar/Abril79)

Como já atrás se disse, a Guerra Subversiva é tão diferente da Guerra Clássica que os Chefes Militares, preparados e mentalizados para esta, não se adaptaram de imediato e completamente às exigências do novo tipo de conflito. No que respeita à Artilharia, julgo que foi entendido que, não havendo objectivos concretos e remuneradores, esta Arma pouco ou nada teria a fazer.

Daí que os artilheiros tivessem sido mobilizados para actuarem como Infantaria e que, salvo poucas excepções, a Artilharia tivesse sido organizada em PELOTÕES deficientemente preparados para o cumprimento das missões da Artilharia de Campanha:

- Sem os necessários meios de Observação, Transmissões, Ligação, Topografia e Direcção do Tiro, os Pelotões eram unidades cegas e desorientadas. Uma vez por outra foi possível colmatar estas deficiências, recorrendo à única verdadeira unidade da Arma (em Bissau), com as demoras que tal processo acarretava. Assim, com algum ou alguns dos 9 Pelotões de Artilharia existentes no Sector Leste da Guiné foi possível improvisar baterias.
- Sem viaturas de tracção, os Pelotões eram unidades de "Artilharia de Sítio" cuja missão essencial era a defesa imediata dos aquartelamentos onde estavam em posição. Para os movimentar era preciso recorrer, por vezes com dificuldade, às poucas viaturas dos Batalhões da área.
- Servidos por pessoal miliciano, incluindo o subalterno comandante, pleno de boa vontade mas inexperiente, os Pelotões não estavam em

condições de, por si sós, cumprirem, pelo menos, as missões de Apoio Directo em condições de inspirarem confiança à tropa apoiada. Por isso, só muito raramente uma tropa em operações emitia um pedido de apoio próximo dirigido à Artilharia; Os subalternos do Quadro Permanente da Arma, formados na Academia Militar com tanto esforço e despesa, eram desviados imediatamente para as Unidades tipo Infantaria!

- Sem meios próprios de segurança, os Pelotões não tinham autonomia e dependiam para este efeito das unidades da quadrícula.
- Sem terem o apoio e o enquadramento de um Comando de Artilharia, os Pelotões sentiam-se artilheiramente isolados. Sempre entendi que, junto de cada Agrupamento Operacional ou Sector, deveria existir um destes Comandos de Artilharia para efeitos de coordenação, de inspecção técnica e de cedência temporária e imediata dos meios humanos e materiais em falta. Cada um destes Comandos deveria dispor, no mínimo, de 1 Capitão do Q.P. (Cmdt. e Observador aéreo), 1 Subalterno (Adjunto e Chefe do PCT), 1 furriel (Amanuense e Calculador) e 1 Cabo (Operador de prancheta).

c. Apoio da Engenharia

- (1) A Engenharia, como Arma e como Serviço, pode desempenhar um papel importante em Guerra Subversiva, principalmente quando o terreno e o clima criam dificuldades ao deslocamento e à vida das tropas ou quando se implantam barragens de fronteira.

A ocupação militar do território, devendo ser muito densa, implica grande dispersão das tropas e, por conseguinte, muitos trabalhos de construção de instalações, pesquisa e captação de águas, preparação de caminhos e de pistas de aviação, organização do terreno, etc., tarefas que, na maior dos casos, são realizados pelas unidades interessadas e não pela Engenharia, porque:

- a Engenharia é, em regra, insuficiente para os trabalhos requeridos;
- a urgência dos trabalhos leva as unidades interessadas a realizá-los com os seus sapadores e, por vezes, com meios improvisados.

A Engenharia, como todas as forças militares, deve cooperar na conquista da adesão voluntária das populações à causa da Contra-Subversão.

No campo da ajuda económica, está especialmente dotada para transportes, terraplanagens, construções e conselhos técnicos em proveito directo das populações.

(2) Como ARMA de apoio, a Engenharia, com os seus Sapadores, pode fazer:

- Detecção, levantamento e implantação de minas e armadilhas;
- Construção de barragens com obstáculos, minas, armadilhas e sistemas de detecção e alarme;
- Destruições com explosivos;
- Desobstrução e reparação de estradas e pistas de aviação, assim como construção de caminhos e pistas de circunstância para utilização imediata;
- Transposição, contínua ou não, de cursos de água.

(3) Como SERVIÇO de apoio logístico, a Engenharia em Guerra Subversiva está preparada para:

- Construção e reparação de estradas e pistas de aviação;
- Construção e reparação de instalações para tropas;
- Pesquisa e captação de águas;
- Aquisição, arrendamento e administração de imóveis;
- Manutenção dos materiais chamados “de Engenharia”;
- Reabastecimento de explosivos, minas, armadilhas, materiais de construção materiais de Engenharia e cartas topográficas.

(4) Os trabalhos de Engenharia como Serviço, são, em regra, determinados pelas necessidades militares, mas a Engenharia, além de cooperar na ajuda económica às populações, também pode, por si só ou em ligação com os serviços de obras públicas, participar activamente em trabalhos de desenvolvimento do território, especialmente no que respeita à construção e reparação de estradas.

d. Apoio das Transmissões

(1) As TRANSMISSÕES, imprescindíveis em qualquer conflito, adquirem em Guerra Subversiva uma importância adicional, em virtude da dispersão das unidades, da sua actuação descentralizada, das exigências da segurança, da necessidade de organizar uma reacção imediata a qualquer revelação do inimigo, etc.

As seguintes circunstâncias condicionam e caracterizam as Transmissões em Guerra Subversiva:

- A grande dispersão das unidades que fazem a ocupação militar do território exige uma densa rede de transmissões permanente;
- A actividade operacional, muito descentralizada e realizada, em regra, por numerosas patrulhas de pequeno efectivo, exige uma generosa atribuição de equipamentos de transmissões de campanha, capazes de ligarem as patrulhas entre si, à unidade base e aos meios de apoio de fogos. Exige ainda operadores bem preparados e uma generalizada preparação da maioria dos oficiais e sargentos para operarem com esses equipamentos;
- A "actuação em superfície" praticada pela guerrilha exige permanentes medidas de segurança a que as transmissões não podem furtar-se;
- O clima, se tropical, com humidade, calor, poeiras, e bruscas variações de temperatura, exige equipamentos capazes de suportar essa agressividade;
- A frequência de grandes deslocamentos apeados das patrulhas de combate exige equipamentos muito leves.

(2) A ARMA DE TRANSMISSÕES não responde por todas as necessidades das transmissões e serviços correlativos em Guerra Subversiva. Com efeito:

- As unidades das outras Armas têm a seu cargo as "transmissões de campanha" e, normalmente, a manutenção dos 1º e 2º escalões, como em Guerra Convencional;
- Os meios de transmissões das autoridades civis, das polícias e dos correios podem ser chamados a colaborar na satisfação de algumas das necessidades de ligação das forças militares;
- Os meios aéreos militares podem actuar como relé-rádio numa rede de superfície em dificuldades e põem os seus equipamentos à disposição dos oficiais de terra em Posto de Comando Volante.

(3) A ARMA DE TRANSMISSÕES actua como Arma na Guerra Electrónica e como Serviço nas Telecomunicações, nos Reabastecimentos e Manutenção e na Orientação Técnica:

Como Arma, na Guerra Electrónica executa, relativamente ao inimigo: Radiolocalização de emissores, Escuta das redes, Interferências e Intromissão nas redes para difundir falsas notícias.

Como Serviço, a Arma de Transmissões faz:

- Montagem, exploração e manutenção de transmissões permanentes de larga cobertura do território e ligação com outros territórios;
- Reabastecimento de materiais de transmissões;
- Manutenção dos 3º e 4º escalões dos equipamentos de transmissões;
- Orientação técnica das formações de transmissões das outras Armas.

e. Apoio da Força Aérea em Guerra Subversiva

(1) Generalidades

Face a um inimigo “invisível” e bem adaptado ao terreno do Teatro de Operações, as forças terrestres da Contra-Subversão apresentar-se-iam “cegas e lentas” se não fosse o apoio aéreo. É este apoio que, além de reforçar, completar e prolongar o poder de fogo das forças de terra, lhes concede mobilidade e capacidade de observação indispensáveis ao equilíbrio das forças militares em presença. A Subversão, fraca militarmente, não disporá, em regra e pelo menos de início, de armas anti-aéreas, o que facilita e valoriza o apoio aéreo da Contra-Subversão.

O apoio aéreo poderá ser concedido em acções de fogo, de reconhecimento e de transporte:

- com foguetes, bombas, canhões e metralhadoras;
- com helicópteros, aviões ligeiros, aviões de grande tonelagem e aviões de grande velocidade.

O HELICÓPTERO, sendo capaz de realizar quase todas as missões que as forças militares esperam dos meios aéreos e podendo ainda transportar cargas suspensas e dispensar pistas de aterragem preparadas, é o meio aéreo por excelência, mas não exclusivo, da Contra-Subversão, embora dispendioso e vulnerável.

Um caso típico do emprego rendoso do helicóptero é o do transporte de forças em operações, quer para as colocar, em boas condições físicas e psicológicas e de surpresa, na zona de actuação, daí resultando grande

economia de efectivos, quer para lhes conferir uma mobilidade superior à dos grupos da guerrilha com vista à sua intercepção em tempo e lugar oportunos.

A escassez de meios aéreos tem levado os comandos-chefes a aceitar uma excessiva centralização do controlo de meios, contrariamente às necessidades do Exército.

A repartição dos meios aéreos de apoio tem sido realizada, em Contra-Subversão, pela atribuição de créditos em horas de voo por cada tipo de avião, condicionadas, por vezes, por um certo número limite de aterragens por cada piloto.

Tal como os outros Ramos, a Força Aérea deverá não só empenhar-se na pesquisa de notícias, mas também conceder apoio às Autoridades Cíveis, nomeadamente na Acção Psicológica e no transporte de entidades.

Este ramo das F.A., com poucas bases e dispersando-se em acções por todo o Teatro de Operações, necessita de algum apoio das forças que fazem a ocupação militar do território, nomeadamente:

- Fornecimento de alojamento e alimentação ao pessoal destacado;
- Transporte e guarda de combustível;
- Preparação das pistas de aviação;
- Uso das transmissões;
- Segurança dos meios aéreos em terra, com guarda e construção de abrigos.

(2) Missões da Força Aérea em Contra-Subversão:

A actividade aérea pode realizar-se em proveito directo de qualquer unidade de superfície ou em proveito geral da Contra-Subversão, o que, na terminologia militar se pode traduzir por Apoio Directo e Acção de Conjunto:

Missões no Apoio Directo:

Apoio de Fogo (Apoio aéreo próximo):

- Apoio imediato (apoio urgente e próximo) a forças em operações, a estacionamentos de tropas ou a povoações em autodefesa sob a ameaça ou sob ataque inimigo;
- Acompanhamento de colunas de tropas marchando em zonas críticas;

Reconhecimento:

- Reconhecimento visual ou fotográfico;
- Busca e orientação de patrulhas;
- Relé-rádio.

Transporte:

- de elementos de Comando das forças de terra, para acções de ligação, condução de operações, reconhecimento do terreno e acção psicológica;
- de observadores de Artilharia em pesquisa de objectivos, localização de referências, observação do tiro e pontaria das bocas de fogo;
- de forças em operações, nomeadamente em helicópteros, para intercepção de grupos de guerrilha;
- de materiais de Artilharia de e para posições de difícil ou demorado acesso;
- de munições, água e rações para reabastecimento urgente de tropas em operações;
- de doentes e feridos em combate;
- de material importante capturado em operações.

Missões na Acção de Conjunto (missões independentes):

- Ataque ao solo: Bombardeamento, reconhecimento armado, etc.
- Vigilância e reconhecimento: Fotografia, vigilância de fronteiras, de linhas de costa, de itinerários, de faixas interditas, de área limitadas, etc.;
- Transporte de entidades civis ou militares em acções de coordenação, etc.;
- Transportes administrativos, logísticos e estratégicos;
- Transportes, tipo carreira, em proveito de zonas isladadas: Pessoal, correio e mercadorias;
- Evacuações sanitárias de militares e de civis;
- Relé de rádiocomunicações;
- Lançamento de herbicidas, desfolhantes, gases, panfletos, etc.

(3) Asas para o Exército?

(Do Editorial da Revista de Artilharia – Nov/Dec 1983)

Deve o nosso Exército, à semelhança do que sucede na maioria dos Exércitos nossos aliados e amigos, dispor de aeronaves próprias susceptíveis de complementarem o apoio aéreo garantido pelos meios geridos pela Força Aérea? A resposta foi agora afirmativa, em termos de programação de estudos.

Nos T.O. africanos, com base na experiência pioneira de Argola, constituíram-se “tímidos” Destacamentos de Cooperação, que, integrando também aviões T.6, procuraram apoiar “mais de perto” a actividade

operacional das Forças Terrestre. As deficiências encontradas nesta modalidade de apoio, quase sempre ultrapassadas graças ao espírito conjunto de camaradagem, aconselhariam outra solução de fundo.

Hoje, a evolução tecnológica quase fez esquecer as "avionetas" face às possibilidades progressivamente acrescidas e diversificadas dos helicópteros

Estas aeronaves, por seu turno, com uma vocação inicial de apoio de combate e de serviços, surgem no ambiente tático dos nossos dias cada vez mais integradas na própria manobra terrestre.

A decisão de dotar o Exército com asas próprias, se vier a ser assumida, terá que prever, como consequência imediata, a necessidade de uma programação cuidada e de uma grande disciplina de procedimentos, banindo a possibilidade de imprevistos. Trata-se, sem dúvida, de uma "aposta" complexa a exigir o empenhamento esclarecido em trabalhos preparatórios em áreas tão diversas como a estrutura de controlo, o quadro estatutário do pessoal, a implantação de instalações, o sistema de manutenção, etc.

Porém, já nos vimos confrontados com desafios de tal monta e soubemos corresponder aos interesses do Exército, no cumprimento da sua missão de Defesa.

(4) *Aparecimento dos mísseis anti-aéreos no T.O da Guiné*
(Extracto do fascículo nº 9 de Guerra Colonial publicado em 1997 no D.N)

Em Maio de 1973, o aparecimento dos mísseis anti-aéreos Strella nas mãos do PAIGC apanhou de surpresa os militares portugueses, obrigando-os a estudar a nova ameaça e a forma de a minimizar. Durante algum tempo as forças de superfície não puderam contar com o apoio da Força Aérea, falha que teve consequências graves, nomeadamente no aspecto psicológico.

A perda da supremacia aérea na Guiné provocou uma alteração profunda. É neste contexto que deve ser entendido o agravamento da situação nas regiões de Guidage, no Norte, e de Guilege / Gadamael, no Sul.

Pela primeira vez, os militares portugueses sentiram o desconforto de saber que poderiam não ser evacuados do campo de batalha ou que não teriam a presença tranquilizadora de um Fiat ou de um Helicóptero sobre as suas cabeças.

Marcelo Caetano, em conflito com Spínola, deu-lhe por finda a comissão no Verão de 1973, substituindo-o pelo Gen. Bettencourt Rodrigues, antigo Secretário de Estado e Ministro do Exército, oficial do Estado-Maior com duas comissões em Angola (CEM no QG / Luanda em 1963 e Comandante da ZIL no tempo de Costa Gomes como Comandante-Chefe). Foi chamado como a última esperança para uma situação que Spínola julgava perdida.

(5) Dificuldades dos meios aéreos na Contra-Subversão

Enfrentando um inimigo sem meios aéreos e, geralmente, sem armas anti-aéreas, a Força Aérea na Contra-Subversão desfruta, por esta circunstância, de uma notável liberdade de acção. Contudo, dado que estes conflitos se têm processado, normalmente, em territórios tropicais e pouco desenvolvidos, surgem dificuldades, como as que se indicam e que podem afectar o rendimento deste ramo das Forças Armadas:

- *Pistas de aviação*: Poucas, o que pode obrigar a acções a grandes distâncias das pistas de partida, e deficientes no piso, no comprimento, na orientação e no acesso;
- *Ajudas electrónicas* reduzidas ou inexistentes dificultam a navegação;
- *Cartas topográficas* deficientes e poucas *referências* visuais em terra dificultam a navegação estimada;
- *Reabastecimento* de combustíveis e de munições deficientes por falta de postos e de condições adequadas podem limitar as acções;
- *Manutenção* das aeronaves subordinada à qualidade e quantidade das oficinas, dos técnicos e dos sobressalentes;
- Necessidade de *segurança permanente* contra acções de sabotagem ou flagelações do inimigo;
- *Condições meteorológicas* adversas:
 - As temperaturas elevadas podem diminuir excessivamente a densidade do ar ao nível do solo e, por isso, reduzir a carga útil;
 - As bruscas e imprevisíveis alterações meteorológicas afectam a navegação e exigem cuidados em terra;
 - O calor, a humidade, os fungos, a areia, o pó e as grandes amplitudes térmicas desgastam prematuramente os motores e os equipamentos.

(6) Bibliografia:

- A Aviação na Guerra Subversiva – Pierre Closterman – IAEM 1960.
- O Exército na Guerra Subversiva – IIº Vol. – EME 1966.
- Noções sobre Forças Aéreas – CAC/IAEM 1973/74.
- Revista de Artilharia – Nov/Dec 1983.
- Guerra Colonial – Diário de Notícias 1997.

f. Apoio das Forças Navais

(1) Generalidades

Com um inimigo que, em regra, não dispõe de meios navais e, portanto, não põe em perigo as rotas marítimas, as Forças Navais em Guerra Subversiva podem orientar prioritariamente o seu esforço para a segurança e fiscalização das águas costeiras, fluviais e lacustres e das zonas portuárias e para a cooperação com as forças de terra. Isto implica a navegação em águas pouco profundas, com fundos irregulares, correntes e, por vezes, com plantas a embaraçarem hélices e lemes.

Por outro lado, a navegação junto às costas e margens, isto é, ao alcance das armas do inimigo, obriga a cuidar de uma segurança permanente.

Tal como os outros ramos das Forças Armadas, as Forças Navais também deverão empenhar-se na pesquisa e tratamento de notícias e conceder apoio às autoridades civis na acção psicossocial, em transportes, etc.

(2) Os meios das Forças Navais:

As Forças Navais portuguesas, a Armada, dispõem de Navios, Fuzileiros, Mergulhadores-Sapadores e Unidades em terra.

NAVIOS – Em guerra subversiva têm especial interesse os navios de apoio de fogos, de desembarque, de patrulhamento e ainda, eventualmente, os draga-minas:

- *Fragatas* – Destinadas a escoltas (com armas A/S e AA), apoio de fogos (com b.f. de Artilharia de pequeno calibre), transporte de tropas (capacidade para 150 homens), etc. – Havia 2 fragatas em Angola;
- *Navios patrulha* – Destinados a patrulhamentos e escoltas, com canhões de 40 mm e 20 mm, foguetes de 37 mm e bombas A/S – Havia 4 em Angola;
- *Lanchas de fiscalização* (Grandes e pequenas) – Destinadas à fiscalização da pesca e a patrulhamentos – Havia 3+7 em Angola;
- *Lanchas de desembarque* (Grandes, médias e pequenas) – Destinadas a transporte e desembarque de tropas (3 Companhias ou 3 Pelotões, consoante o tipo), transporte de materiais (270 ou 25 ou 4 toneladas), patrulhamentos, etc. – Havia 1+4+1 em Angola;
- *Draga-minas costeiros* – Construídos em madeira para rocegar fundos de 10 a 15 m junto à costa;

- *Navios logísticos* – Para transporte de pessoal, material, combustíveis, mantimentos, etc. ou apoio hospitalar e oficial;
- *Navios porta-helicópteros*, ainda não existentes na nossa Armada, mas com muito interesse como núcleo de uma força de intervenção;
- *Aerobarcos* – Muito eficientes nos rios de pequeno fundo.

FUZILEIROS – Com características de tropa de Infantaria e podendo deslocar-se em qualquer embarcação, desde as de grande porte até aos botes pneumáticos, estão vocacionados para operações anfíbias e especialmente preparados para:

- Guarda e defesa das instalações navais em terra;
- Guarda e defesa das embarcações mercantes, nos portos ou no mar;
- Acções de desembarque e operações na orla ribeirinha (até 10 Km de profundidade), em cooperação ou não com os outros ramos das F.A.;
- Operações especiais, como “assalto anfíbio” (golpes de mão e destruições) e “patrulhamento ofensivo” em águas costeiras, rios e correspondentes zonas terrestres ribeirinhas.

MERGULHADORES-SAPADORES – Especialmente preparados para tarefas submarinas ofensivas, são utilizados em guerra subversiva para implantação de minas submarinas e para detecção e levantamento de minas e outros obstáculos.

UNIDADES EM TERRA – São órgãos de comando, instrução, transmissões e serviços.

(3) *Missões das Forças Navais em Guerra Subversiva*

Em Guerra Subversiva e do ponto de vista das forças de terra, interessa distinguir as missões da Armada em proveito directo daquelas forças e as missões em proveito geral da Contra-Subversão.

Ao contrário da Força Aérea, a Armada tem poucas ocasiões de actuar em **Apoio Directo do Exército**, mas pode fazê-lo com:

- *Apoio de Fogos*, limitado às zonas costeiras ou marginais, condicionado pela escassez de meios navais e sujeito às dificuldades de ligação com a força apoiada, o que restringe o seu emprego;
- *Transporte de forças em operações*, circunscrito às raras operações em que isso é possível, como, por exemplo, no desembarque de tropas que vão realizar uma batida a partir da costa ou da margem de um rio;

- *Reconhecimento*, missão a prever em proveito de oportunas operações a realizar pelo Exército.

Em **Missões Gerais de Contra-Subversão**, as Forças Navais poderão ter um largo emprego, como se indica:

- *Defesa Marítima* dos Portos e Instalações Navais, com fuzileiros, mergulhadores-sapadores, etc.;
- *Fiscalização e interdição* de fronteiras marítimas, fluviais e lacustres, utilizando forças ligeiras em patrulhamentos ofensivos, geralmente em colaboração com a Força Aérea, implantando minas e armadilhas, etc.;
- *Defesa das comunicações* costeiras, fluviais, lacustres e, eventualmente, oceânicas;
- *Apoio logístico geral* aos outros ramos das Forças Armadas, com transportes de pessoal, material e reabastecimentos;
- *Ações em terra* com fuzileiros, cooperando ou reforçando as forças terrestres.

Bibliografia:

A Marinha na Guerra Subversiva – IAEM 1966 – Alm. Sequeira de Araújo.
Forças Navais – IAEM, CAC 1971/72 – Alm. Almeida Brandão.

3. OS MEIOS CIVIS APOIANTES

a. Apoio das Autoridades Administrativas

As Autoridades Administrativas, mercê da sua anterior instalação, da densa redes de postos que ocupam, do conhecimento do meio ambiente (população, terreno e clima) e do posterior contacto com as unidades que fazem a ocupação militar do território, estão, normalmente, em boas condições para conceder a estas unidades algumas ajudas, tais como:

- Cedência de instalações;
- Utilização da sua rede de transmissões, na falha das redes militares;
- Informações sobre o terreno, o clima e as populações;
- Cedência de funcionários próprios, como os experientes cipais, para servirem de guias, intérpretes, etc..

Aliás, estas ajudas enquadram-se perfeitamente no princípio da mobilização total contra a subversão e servem até para consolidar a consequente e necessária colaboração entre todos os meios empenhados na luta.

b. Apoio das Polícias

Nos territórios subdesenvolvidos, onde geralmente têm ocorrido as guerras subversivas, as polícias, quase sempre pouco numerosas e com expressão significativa apenas nos centros urbanos, têm uma missão específica que não lhes permite um apoio às forças militares, salvo no importante capítulo das informações.

Durante o conflito de 1961/74, havia no Ultramar:

- *Polícia de Segurança Pública* – Corpo militarizado, dependente do Governador local, com funções de “segurança pública”, “judiciária” e de trânsito, podendo ser reforçada, como foi depois de Abril de 1961, com Companhias Móveis de polícia metropolitana.
- *Guarda Fiscal* – Corporação militarizada, privativa de cada província ultramarina e especialmente destinada à fiscalização aduaneira. Deveria, se possível, colaborar com as forças militares e, em caso de estado de sítio ou emergência, ficar à disposição do comando militar local. Foi remodelada por Decreto de 14 Maio 61, não só para obter maior eficiência na sua função específica de fiscalização aduaneira, como também habilitá-la a uma mais extensa e eficiente colaboração com as Forças Armadas para fins de segurança e defesa do território.
- *Guarda Rural* – Uma espécie de Guarda Nacional Republicana, mas com pouca expressão.
- *Polícia de Informação e Defesa do Estado, depois Direcção Geral de Segurança* – Embora também com funções policiais, era essencialmente um “serviço de informações”. E foi nesta qualidade que prestou valiosa colaboração às forças militares fornecendo muitas notícias e informações, internas e externas. A PIDE destinava-se a cooperar na defesa da ordem e da tranquilidade públicas e na prevenção da criminalidade, designadamente no que se refere à garantia da segurança interior e exterior do Estado.

Vocacionada para funcionar como um serviço nacional de informações, actuava também como polícia judiciária relativamente às infracções do seu pelouro. Julgo que neste campo abusou das suas funções, mantendo prisões sem culpa formada, propondo medidas de

internamento de indivíduos potencialmente perigosos ou politicamente incómodos e exercendo violências.

Começou a actuar no Ultramar em 1954 (Dec.Lei 39 749), mas a sua acção só passou a ser realmente eficaz depois que, pela organização de 4 Abril 61, foram criadas delegações e subdelegações nos vários territórios.

c. Apoio de Milícias Cíveis

Consideramos como “milícias cíveis” os corpos armados, constituídos por voluntários, com funções policiais ou outras, actuando na Contra-Subversão independentemente das forças militares, embora em coordenação com estas. Não devem ser confundidas com os elementos das aldeias organizadas em “autodefesas”.

O princípio da “unidade de comando” não aconselha a actuação militar de milícias que não estejam inteiramente subordinadas aos comandos operacionais da área em que se inserem.

A título de exemplo, citam-se algumas das milícias cíveis que actuaram em Angola durante a passada guerra do Ultramar:

- OPVDC - Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil Dependente do Governador Geral.
- TE - Tropas Especiais - Só existiram em Cabinda e no Sector do Zaire.
- GE - Grupos Especiais - Criados em quase todos os sectores de Angola.
- Fieis - Constituídos pelos catangueses que se refugiaram em Angola após a fracassada tentativa separatista do Catanga. Eram 11 Companhias que foram sedeadas nos sectores da Lunda e do Moxico.
- Leais - Constituídos pelos zambianos refugiados em Angola. Eram uns 130 homens instalados na Calunda, sector do Moxico.
- FAV - Força Aérea de Voluntários - Foi uma pequena organização de pilotos cíveis voluntários que, com aviões ligeiros, prestaram inestimáveis serviços de transporte de correio, pessoal e pequenos reabastecimentos em proveito de unidades militares instaladas em regiões difíceis do Norte de Angola.
- Flechas da PIDE (DGS) - Foi um corpo de voluntários africanos que, na sua missão de pesquisa de notícias, actuaram armados e muitas vezes como autêntica força de contra-guerrilha, em coordenação com as forças militares da área.

Merecem uma referência especial os Pelotões de Milícias da Guiné.

Com recrutamento, formação e atribuição directamente organizados pelo Comando-Chefe, estavam operacionalmente dependentes das unidades de quadrícula e eram normalmente atribuídos a uma tabanca em autodefesa.

O “milícia” era um lavrador que se alistou voluntariamente num corpo militarizado para defender o seu “chão” e a tabanca onde vivia com a família.

Recebiam uma gratificação e uma dotação de fardamento.

Na zona leste, onde predominava a etnia fula pouco afectada à Subversão, chegou a haver, em 1972, mais de 60 pelotões, que prestaram bons serviços na contenção do inimigo, sem nunca ter havido deserções.

Alguns destes milícias foram melhor preparados, constituindo Grupos Especiais, que podiam realizar acções de intervenção no seu “chão”.



Com recrutamento, formação e atribuição diferenciadas das unidades pelo Comandante, estas eram operacionalmente dependentes das unidades de guarda de elite, que normalmente atribuídas a uma tarefa em "milícia", era um levante que se alia voluntariamente num corpo militarizado para defender o seu "chão" e a tarefa onde vivia com a família.

Recebi uma gratificação e uma dotação de equipamento. Na zona leste, onde predominava a etnia Ila pouco electa a subversão, chegou a chegar em 1973, mais de 80 polícias que prestaram bons serviços na conservação da fronteira com o Zaire, mas não houve mais. A zona de fronteira com o Zaire, melhor preparada, constituída em grupos de "milícia", que tinham vestimenta de intervenção no seu "chão", "autodefesa".

O princípio de "autodefesa" de cada um, de milícia que não que existia de operações de elite. A título de exemplo de elite, em Angola durante a guerra civil que actuaram



OPVDC - Organizações Populares de Defesa Civil - Voluntários da Defesa Civil

Dependente do Governo

TE - Tropas Especiais - Só existia em Cabinda e no Sector do Zaire.

GE - Grupos Especiais - Criados em quase todos os sectores de Angola.

Fleis - Constituídos pelos catangueses que se refugiaram em Angola após a fracassada tentativa separatista do Catanga. Eram 11 Companhias que foram sediadas nos sectores de Lunda e do Moxico.

Lexis - Constituídos pelos zambianos refugiados em Angola. Eram uns 130 homens instalados na Calunda, sector do Moxico.

FAV - Força Aérea de Voluntários - Foi uma pequena organização de pilotos civis voluntários que, com ajuda local, prestaram ininterruptos serviços de transporte de correio, pessoal e pequenas cargas em proveito de unidades militares instaladas em regiões difíceis do Norte de Angola.

Flechas da FIDE (DGS) - Foi um corpo de voluntários africanos que, na sua missão de pesquisa de armamento, capturaram armas e munições como autêntica força contra-guerrilha, em coordenação com as forças militares áreas.

REAVIVAR O ESPÍRITO ARTILHEIRO

Pelo General
GABRIEL AUGUSTO DO ESPÍRITO SANTO

1. INTRODUÇÃO

(Pelo Ten Gen Abrantes dos Santos)

O “espírito artilheiro” é um sentimento e uma forma de estar e de viver característico de todos quantos ao longo de séculos têm servido na Artilharia.

Cultivá-lo, é uma forma de fortalecer a camaradagem, o espírito de corpo e a coesão entre todos os artilheiros, criando uma mística própria para a nossa Arma que a identifica e distingue das demais.

Mas como todos os sentimentos humanos, também o “espírito artilheiro” pode ser afectado por factores endógenos e exógenos, alguns relacionados com a própria instituição militar, outros ligados á própria dinâmica dos fenómenos sociais de cada época, pelo que nem sempre os seus padrões são tão elevados quanto seria de desejar.

Razão pela qual, periodicamente é necessário fazer despertar a consciência dos homens e mulheres que servem a Artilharia no sentido de reavivar o “espírito artilheiro”.

Julgo que no momento actual que atravessamos se torna evidente a necessidade de reavivar o “espírito artilheiro”, afectado que está por causas diversas, que me dispenso de enumerar, mas que cada um poderá

facilmente identificar, se não todas pelo menos a sua maioria, apenas com um pequeno exercício de reflexão.

A verdade é que algumas dessas causas são cíclicas e daí que a Comissão da Revista tenha considerado oportuno publicar, com o devido consentimento do autor, um artigo com este título, escrito em Dezembro de 1978 para o Jornal da EPA – A SULIPANTA, pelo então Tenente Coronel Gabriel Augusto do Espírito Santo.

Passados 24 anos, o artigo continua perfeitamente válido, à parte alguns aspectos que evoluíram com a conjuntura internacional, pelo que o seu conteúdo, no essencial, se adequa perfeitamente à finalidade em vista, que é reavivar o “espírito artilheiro”, esse sentimento que todos os que se orgulham de servir na Artilharia devem cultivar ainda que por vezes não o saibam descrever e que no artigo do agora General Espírito Santo tão bem está caracterizado.

2. REAVALIAÇÃO DO ARTIGO DA "A SULIPANTA" - EPA/DEZ78

I

Desde a década de 60 que a Instituição Militar, não só no nosso País mas também em todas as sociedades que atingiram ou estão em vias de atingir a pós-industrialização, está em crise. Assiste-se a uma falta de definição de objectivos para o poder militar no conceito das estratégias nacionais, de que resultam dois factos: cada vez são mais contestadas as chamadas despesas não reprodutivas com a manutenção das Forças Armadas e as vocações militares têm diminuído. Este facto é sobejamente conhecido nas democracias que acompanham o estágio de desenvolvimento económico-social em que se procura uma maior justiça social de acordo com a dignidade de Homem. Os aparelhos militares desenvolvidos encontram-se distribuídos ou nos regimes de vocação totalitária e imperialista ou nos países do denominado terceiro mundo onde a procura de uma coesão nacional e de um projecto de desenvolvimento passa muito pelo papel desempenhado pelas Forças Armadas nos denominados projectos nacionais, incluindo a estabilização do sector político interno da estratégia nacional.

Democracias estabilizadas e com índices de desenvolvimento que permitem encarar com realismo o vector militar do Estado têm procurado soluções que vão desde o serviço militar voluntário até à abolição do serviço militar, desenvolvendo Forças de Segurança que permitam fazer face às

ameaças violentas que podem incidir sobre a sociedade. É o caso do Reino Unido e dos E.U.A. Na Europa, de grandes tradições de exército nacional desde a era napoleónica, ainda que a percentagem dos cidadãos que em idade de serviço militar cumprem obrigações militares tenha diminuído grandemente (em França de 4 cidadãos só 1 tem cumprindo serviço militar obrigatório), tem havido grandes debates parlamentares sobre a opção de se abolir o serviço militar e adoptar o serviço de voluntariado. Será uma atitude cómoda o serviço voluntário; mas será cara, e as economias modestas ainda têm discutir, por mais alguns anos, se se vai gastar em "canhões ou em manteiga".

É evidente que o profissionalismo militar, que passa pelo voluntariado, representa a estabilidade por excelência no que diz respeito ao binómio componente militar – componente civil do poder; uma solução intermédia será, como no nosso País, o serviço do voluntariado para os Quadros Permanentes e o recurso à conscrição para o Contingente Geral. Faltam ainda dados quantificados de custo/rendimento para avaliar correctamente se para economias débeis como a economia portuguesa e para um cenário de relações internacionais que passa pela integração em esquemas de defesa como a NATO, onde a qualidade está cada vez mais a sobrepor-se à quantidade, não seria preferível enveredar por esquemas de profissionalismo completo para as Forças Armadas. A questão requiere análise e debate e não é intuito nosso abordá-lo de momento, ainda que não se prescindia do seu enunciado.

II

Aos regimes democráticos estabilizados é indispensável que o vector militar do poder actue em conformidade com as directivas governamentais alicerçadas no regime constitucional e no debate parlamentar. As tentações pretorianas no interior do Estado só serão atenuadas desde que duas condições fundamentais se verifiquem nos quadros permanentes das Forças Armadas: o reconhecimento da supremacia do poder civil dimanado do voto expresso dos cidadãos e o profissionalismo militar.

E o profissionalismo militar não significa o regresso aos centuriões pagos pelo Império, mas antes a adopção de princípios que tornem o militar do quadro permanente um cidadão consciente da sua responsabilidade porque manuseia armas, porque tem de chefiar outros cidadãos que cumprem uma obrigação, porque gastam recursos financeiros que têm de ser reprodutivos para a melhoria desses cidadãos.

Somos dos que acreditam que a "caserna" não é uma alienação do indivíduo, quando a caserna for servida por profissionais competentes. O

jovem que faz o serviço militar vai encontrar um complemento à sua formação na componente física, na componente patriótica e na componente do espírito de entre-ajuda e trabalho de grupo tão essencial à vida moderna. O espírito de corpo, o sentimento de pertencer a um grupo são características que se desenvolvem nas Forças Armadas, e com especial incidência nalguns dos seus ramos como é o Exército.

A solidariedade, a camaradagem, a disciplina e o espírito de sacrifício são virtudes militares que o profissional militar tem de cultivar no mais alto grau pois hoje o comando volta a ter uma grande base de apoio no exemplo. Comandar, para gerações que se encontram frustradas quanto ao futuro e descrentes do tipo de sociedade que lhes vai sendo legada, é cada vez mais persuadir pelo exemplo.

Conquista-se um grupo pelos actos praticados, assim como se é rejeitado pelas ordens difundidas não personalizadas e não compreendidas. Se em épocas anteriores comandar era essencialmente decidir, hoje é decidir e informar.

III

A Arma de Artilharia passou por uma crise profunda. O abandono da sua missão fundamental durante os anos de guerra em África levou os artilheiros a abandonar algo do seu "Espírito Artilheiro". Temos de ter a coragem de dizer que a artilharia serviu para tudo: fomos infantes, cavaleiros, polícias do Exército e até polícias da Força Aérea. Custou muito para entender a quem planeava o emprego das forças que a artilharia só tem rendimento quando os seus fogos são planeados e coordenados e quando se actua de acordo com os princípios de massa e de objectivo.

Cumprimos com galhardia e disso são para o comportamento das unidades mobilizadas pela Artilharia e os testemunhos públicos de apreço conferidos a artilheiros. Mas as consequências estão à vista:

- Por sentimento de frustração quanto aos destinos da Arma, houve uma fuga de quadros artilheiros para o Estado-Maior, CHERET, Serviços Mecanográficos (Serviços de Informática, etc) que hoje eram muito necessários.
- Por a Artilharia ser uma Arma de equipamento dispendioso, quer nos materiais de tiro quer nos equipamentos subsidiários, atrasámo-nos no reequipamento e nas técnicas de emprego. Pensou-se que o emprego da artilharia se limitava a uma boca de fogo que disparava uma granada e o resultado foi ter-se verificado um atraso substancial na preparação técnica dos quadros da Arma que só com o esforço iniciado no âmbito da Direcção da Arma tem sido atenuado.

- Por termos andado empenhados em missões fluídas, com as sub-unidades descentralizadas, fazendo uso de equipamentos que não estavam arreigados na nossa tradição e perdendo contacto com as bocas de fogo, o serviço de guarnição e o rigor científico que caracterizava o trabalho artilheiro, perdemos aquilo que sempre caracterizou a nossa servidão e grandeza; o ESPÍRITO ARTILHEIRO. É esse espírito que teremos de reavivar. E nada melhor do que neste DIA DA ARTILHARIA, em 1978, pensarmos o que é esse espírito.

IV

Há alguns anos - tantos que chegavam para embranquecer os cabelos e dourar um pouco mais a pala do boné - o espírito artilheiro, significava um conjunto de procedimentos, valores respeitados e normas de conduta que na essência, se reflectiam no dia a dia das unidades.

Os sinais exteriores traduziam-se, no fardar, no protocolo militar, nos ritos que se seguiam, quer no tratamento do homem, quer no cuidado com o material, quer ainda no ritual das sessões de "tiro real". Desde a humildade e espírito de servir do artilheiro apontador até às vozes do observador, tudo obedecia a rigor, a palavras essenciais, a um misto de silêncio - pensamento - acção que era regulado pelo sentido de responsabilidade nascido com as corporações dos primeiros homens que manusearam armas terríficas e obedecendo a fenómenos que nem sempre encontravam as suas leis na vontade humana. Daqui que também o artilheiro tenha recorrido ao sobrenatural e que St^a. Bárbara resulte deste sentimento.

O cuidado com o homem sempre dominou o espírito artilheiro.

Era o tratamento pelo "vocemecê", era o cuidado nas casernas e na alimentação, era o desenvolvimento do sentido de trabalho em conjunto conseguido nas guarnições de bocas de fogo, onde a ligação oficial-sargento-praça era muito mais íntima do que em qualquer outra Arma pois a responsabilidade era muito mais partilhada, desde o oficial da linha das peças, passando pelo Chefe de Secção até ao servente. Na Artilharia o homem era o indivíduo, o seu bem-estar era uma preocupação constante dos comandos, o seu dia-a-dia uma permanente busca de soluções que o dignificassem, o interessassem pelo aquartelamento e fomentassem a disciplina e o aprumo.

Uma segunda componente do espírito artilheiro era a preocupação com o material. Nos parques e em posição, o material tinha sempre razão, e o seu cuidado, após ter abandonado a muar, constituía um dever observado rigorosamente. Era nos parques que se reflectiam os indicadores de uma bateria bem comandada. Os quarteleiros, a arrumação e limpeza do

material, o registo das cadernetas dos obuses ou peças, tudo obedecia a uma preocupação diária sujeita a rigorosas revistas e inspecções.

Finalmente queremos referir o rigor científico, a preocupação de estudo e o saber "porque", que caracterizava os quadros artilheiros. O disparar da boca de fogo era o penúltimo passo dum trabalho que começava com a referenciação do objectivo e passava pela transmissão da mensagem de tiro, o cálculo de elementos e transmissão da ordem às bocas de fogo.

Cuidado com o homem, zelo no tratamento do material e rigor científico eram três traves mestras do espírito artilheiro.

Em 1978, e no DIA DA ARTILHARIA, "sem esquecer o bom que fica do passado mas não temendo o que de novo nos traz o futuro", reavivemos este espírito. São os votos de um artilheiro que pensa que a nossa Arma é de facto um desafio ao nosso espírito de corpo, à nossa iniciativa e ao nosso sentido de "mais afinando a fama portuguesa".

METODOLOGIA DA INSTRUÇÃO

Trabalho realizado pelo Tenente de Artilharia
JOÃO PAULO CATROLA MARTINS
e pelos Aspirantes de Artilharia
SÉRGIO MANUEL OLIVEIRA DA ROCHA
DANIEL LAGE DE OLIVEIRA PEGADO
RUI MANUEL DA SILVA ALMEIDA SOARES

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da cadeira de Metodologia da Instrução do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA) 2001/2002 a decorrer na Escola Prática Artilharia, foi-nos dada oportunidade de elaborar um trabalho de investigação sobre um tema relacionado com a cadeira. Depois de várias discussões sobre alguns temas, chegámos à conclusão sobre o tema de "ON THE JOB TRAINING". Esta conclusão baseou-se sobre o facto de ser um tema actual, que está a ser utilizado no Exército Norte Americano e que também está a ser introduzido no nosso Exército. Como o nosso conhecimento sobre o tema era limitado, quizemos então alargá-lo, visto que o tema é de fundamental importância para o nosso Exército.

Por força das circunstâncias, quiz-se que esta metodologia de ensino fosse adoptada no nosso Exército para, de alguma forma complementar a falta de recursos humanos disponíveis.

Neste trabalho analisaremos em primeiro lugar o que é o "On the Job Training" (OJT), procurando dar uma definição de OJT.

De seguida daremos uma explicação de como se faz e de como se processa o OJT.

Torna-se também necessário analisar as vantagens do OJT em relação a outros métodos de ensino e de treino.

No capítulo seguinte, abordaremos a temática do OJT no Exército Português, como se está a processar e quais os métodos utilizados para a instrução e treino das tropas.

Seguir-se-ão as conclusões do nosso trabalho e por fim algumas propostas que consideramos pertinentes para um melhor aproveitamento do OJT no Exército.

2. O QUE É O "ON THE JOB TRAINING"



O OJT, também designado por treino técnico, poderá ser encarado num contexto militar como um processo de aprendizagem através do qual o recruta adquire capacidades e desembaraço essenciais para que este possa executar, com a máxima eficiência, as suas futuras tarefas. O tipo de tarefas a desempenhar irá determinar o período de treino.

O OJT, tal como o nome indica está intimamente ligado com o conceito do "aprender fazendo", sendo esta a razão pela qual o treino militar consiste tão simplesmente em praticar todas as acções a tomar como se efectivamente nos encontrássemos numa situação real. Devido ao facto de os erros serem pagos por vezes com a vida, este tipo de processo é encarado de uma forma muito séria no seio militar. Todos os indivíduos contactam com situações muito próximas da realidade e a aquisição dos conceitos fundamentais de cada tarefa a desempenhar são absorvidos de uma forma natural, à medida que os sujeitos são confrontados com cada situação.

3. COMO SE FAZ O "ON THE JOB TRAINING"

Antes de mais, devemos ter em consideração de que o OJT acontece naturalmente com o desempenho de qualquer função. Mesmo a pessoa mais experiente, está sujeita a um processo de aprendizagem contínua durante o desempenho das suas funções. Devido à sua experiência pode resolver novas

situações mais rapidamente, mas está sempre sujeito a imprevistos inéditos a que tem de se adaptar.

Como foi dito anteriormente, o OJT é a prática ou o treino que se adquire no desempenho de determinada função. No entanto podemos distinguir várias vertentes do OJT, nomeadamente o treino prático, que se destina a complementar uma prévia aprendizagem teórica ou a aprendizagem de uma nova tarefa pelo desempenho da mesma.

Destrinçar entre estas duas vertentes é muito importante, pois desta diferenciação surgem necessidades inerentes a cada uma delas.

a. Treino Prático

A grande maioria da instrução militar tem uma forte componente prática, resultante da grande componente técnica de muitas das funções a desempenhar pelos militares.

Dentro do treino prático podemos considerar o Tirocínio para Oficiais ou a Instrução Colectiva (ICol) já feita nas unidades operacionais. Os exercícios e manobras podem também ser considerados OJT-na sua vertente prática.



Por norma, no treino prático, quem ministra a instrução ou acompanha os instruendos são os mesmos instrutores que previamente ministraram a parte teórica. Estes instrutores já conhecem os instruendos, sabendo quais os aspectos a que devem dar maior incidência na parte prática da instrução.

No treino prático, a instrução segue as normais fichas de

instrução as quais estabelecem objectivos e níveis de execução que se pretendem atingir.

Esta vertente do OJT é já conhecida e amplamente utilizada no nosso Exército, muito embora não seja considerado OJT segundo aqueles que decidiram adoptar a segunda vertente de OJT.

b. Aprendizagem na execução da função

Esta vertente foi adoptada no nosso Exército como uma fórmula para solucionar a falta de recursos humanos. No entanto, quando se tenta conciliar tarefas que à partida são inconciliáveis alguma ficará a perder e quando há imperativos de serviço, por norma quem perde é a instrução.

Na aprendizagem através da execução da função, o aprendiz ou instruendo é introduzido no meio onde irá trabalhar e depois de lhe ser atribuída uma função é acompanhado por um dos funcionários com mais tempo de serviço. Dependendo da disponibilidade destes, pode mesmo ser nomeado um funcionário com pouco mais tempo de serviço que o aprendiz.

O grande problema desta vertente do OJT é a falta de formação dos formadores, muito embora este não seja um problema na instituição militar uma vez que, por norma, todo o graduado terá uma adequada capacidade para ministrar instrução. Um formador com deficientes capacidades formativas, terá mais dificuldades em transmitir ideias aos seus formandos, com o conseqüente prejuízo para estes.

Nesta vertente do OJT, os objectivos e os níveis de execução que se pretende que sejam atingidos, não estão, normalmente, criteriosamente estipulados. Assim sendo, é normal surgir alguma confusão em relação ao que se pretende atingir no final do período de aprendizagem.

c. A execução do OJT

Para procedermos à execução de qualquer uma das vertentes do OJT é necessário em primeiro lugar:

- Identificar as práticas de OJT;
- Modelar as práticas de OJT;
- Injectar a experiência do Instrutor no treino;
- Treinar os Instrutores.

1) Identificar as práticas de OJT

Ao identificarmos as práticas de OJT, procuramos em primeiro lugar, saber quais os métodos e estratégias de ensino utilizadas pelos instrutores responsáveis por fornecer o OJT, isto é, saber se os instrutores são capazes de ajustar as suas práticas, de modo a ir de encontro às necessidades e dificuldades individuais dos instruendos.

Segundo estudos feitos no Exército Norte Americano, chegou-se à conclusão que os métodos e estratégias de OJT não variavam muito de instrutor para instrutor. Concluiu-se também que um instrutor com muita experiência, não era necessariamente um bom instrutor, ou um instrutor capaz de transmitir eficazmente os seus conhecimentos.

Um bom instrutor é capaz de identificar as áreas de dificuldade dos seus instruendos e adapta a sua maneira de dar instrução de modo a ser entendido pelos instruendos.

2) Modelar as práticas de OJT

Modelar as práticas de OJT, implica criar modelos de treino que sejam intuitivamente apelativos, que se revelem eficazes e úteis na estruturação de programas de OJT.

Os modelos de OJT devem combinar informação sobre experiências prévias e literatura relevante e depois de elaborados devem ser revistos quanto à sua eficácia de emprego usando muitas das técnicas da abordagem sistémica à instrução.

Um instrutor experiente em OJT começa por observar o instruendo no desempenho das suas funções. Avalia o seu nível de desempenho na função e depois elabora metas de aprendizagem e objectivos de habilitação para o instruendo. O instrutor usa então uma variedade de técnicas de ensino tais como, técnica de imitação, atenção dirigida, introduzir "feedback" às acções do instruendo, interpretar acontecimentos e produzir experiências (actividades destinadas à aprendizagem e prática de habilitações específicas), de modo a providenciar ao instruendo habilitações e dar-lhe experiência para o desempenho da função.

3) Injectar a experiência do Instrutor no OJT

Um dos factores a ter em conta quando se considera a experiência do instrutor, é saber se esta tem cabimento num treino em que os procedimentos e tarefas estão perfeitamente definidos.

Deve, também, ser avaliado se podemos determinar as experiências necessárias ao desempenho de determinadas funções e como podemos integrar as experiências no treino.

Segundo os estudos que se têm feito no Exército Norte Americano, a experiência do instrutor não tem cabimento no treino em si, mas pode ser transmitida em conhecimentos para além do treino. Desta maneira o instrutor consegue dar ao instruendo uma visão mais prática da necessidade da sua função, o que actua como instrumento de motivação para o instruendo.

4) Treinar os Instrutores

Será possível desenvolver métodos eficazes e com uma elevada relação custo/eficácia para treinar os instrutores? E será que estes métodos



se aplicam a instrutores com diferentes níveis de experiência? Poderão estes métodos ser aplicados quando se dispõe de pouco tempo para treinar os instrutores? Será o método adoptado, genérico o suficiente para se ir adaptando às constantes mudanças daquilo que os instrutores ensinam os outros a fazer? Estas são algumas das questões que se devem fazer, antes de elaborar um programa de treino para instrutores de OJT.

O treino dos instrutores de OJT tem-se mostrado muito remunerador no nível da qualidade de instrução atingido. A experiência adquirida pelos instrutores na fase de treino permite homogeneizar os resultados obtidos pelos diversos instrutores.

4. O "ON THE JOB TRAINING" NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Para a realização deste capítulo foi-nos necessário recorrer a uma entrevista com o Sr. Capitão de Artilharia João Seatra, sendo ele Comandante da 1ª Bateria de Bocas de Fogo detentora do encargo operacional do GAC/CE. É uma das primeiras pessoas a implementar este novo modelo.

No decurso da modernização e da adaptação das Forças Armadas a uma nova situação em termos de efectivos, o Exército reviu o seu sistema de instrução ao nível da classe de Praças, no que diz respeito aos conscritos. Deste modo, e para este universo, o Exército optou pelo OJT, sistema já testado em inúmeras empresas.

Os jovens que são chamados para servirem nas fileiras e desta forma contribuírem para a componente militar da Defesa da sua Nação, dão entrada nos quartéis no início de Janeiro onde têm cinco semanas, tal como no passado, de preparação militar geral. Após jurarem bandeira, findas estas cinco semanas, os jovens Soldados são colocados nas respectivas Baterias.

Este novo sistema de instrução permite aos Comandantes, ao seu nível, terem mais cedo os Homens como prontos, o que parece um pouco ambíguo visto a especialidade só acabar quando os jovens Soldados passam à disponibilidade, sendo dados com aptos ou inaptos, deixando de existir uma avaliação quantitativa dos militares para passar a ser qualitativa.

Mas como funciona a instrução destes Militares na Bateria de Bocas de Fogo?

A Direcção de Estudos e Instrução difunde um horário que fixa os objectivos a serem atingidos nessa semana. Este horário permite grande flexibilidade ao Comandante, para fazer frente aos inúmeros pedidos a que é sujeito. Deste modo, nas Secções existe sempre um efectivo de nove elementos a receberem instrução sobre escola de secção e material. É

necessário referir que nem sempre são os mesmos visto os militares serem chamados desde o início para fazerem serviços de segurança ou outros, tanto ao nível de manutenção da Unidade, como da própria Bateria.

Como se pode verificar a instrução funciona por circuito, as Secções estão sempre completas mas sempre com militares diferentes.

Os graduados da Bateria passam a ser instrutores a tempo inteiro e ainda respondem às solicitações feitas à Bateria, tanto no apoio aos cursos ministrados nesta Escola Prática, como nos exercícios de campo visando a manutenção do nível operacional desta componente das forças de defesa territorial.

Este sistema implementado no nosso Exército tem vantagens e desvantagens que de seguida se apresentarão, sendo contudo ainda prematuro retirar conclusões definitivas.

5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO "ON THE JOB TRAINING" Vs "OFF JOB TRAINING"

Sendo este um trabalho de investigação e análise, quisemos não só falar deste tema mas também mostrar quais as suas vantagens e inconvenientes. Têm sido estudadas ao longo de 20 anos as consequências deste método, mas na maioria dos casos, os programas têm tido efeitos estatísticos visíveis, assim como benefícios financeiros. Mas estes efeitos são tão reduzidos que não têm influenciado o sistema ou mostrado que é um método muito inovador.



Além das vantagens, existem também outros factores que vão influenciar o sucesso dos programas que são feitos. Estudos indicam que as mulheres são mais receptivas aos programas de OJT que os homens. Também indicam que pessoas menos qualificadas conseguem evoluir com este método e mostram-se capazes de enfrentar o mundo do trabalho com mais

desempenho do que pessoas que são qualificadas. Quanto às faixas etárias, os jovens têm mais dificuldade de integrarem estes programas (logo este é um factor negativo para implementar este sistema no nosso Exército) do que os adultos com mais idade.

O OJT pode ser um dos métodos mais eficazes pois é planeado, organizado, e conduzido no local de trabalho. Este método é normalmente usado para alargar as capacidades dos que recebem este método e aumentar a produtividade. É também utilizado em funções em que as tarefas são relativamente simples e fáceis de adquirir e que requer equipamento específico que só existe no local da função a ser ensinada.

Para uma empresa (podendo este exemplo de "empresa" ser empregue no Exército) o principal objectivo é aumentar a sua produtividade e eficiência, realizando programas de OJT para obter resultados a curto ou a longo prazo. Se uma empresa conseguir planejar um programa em que para além de preparar o indivíduo na sua função, consegue ainda aumentar a produtividade e também os salários e depois continuar a criar programas que estejam interligados para dar qualificações a esse indivíduo, para que possa evoluir na carreira, então esse programa é a longo prazo. Se criar um programa em que não tem interligação com outros programas e apenas pretende ter o indivíduo com as mesmas qualificações e que a empresa até esteja a ter uma produção óptima, então esse é um programa a curto-prazo. Neste âmbito foi provado que os programas a curto prazo têm maior insucesso.

O OJT poderá então levar para o desemprego pessoal não qualificado em que apenas sabiam fazer aquele tipo de trabalho. Na continuação do tema do mesmo tipo de trabalho, este método pode também levar a uma exaustiva repetição de acções que sejam inerentes à função do indivíduo.

Apesar no nosso Exército não se poder verificar, o OJT pode trazer o inconveniente de haver falta de motivação e empenho por parte do pessoal, devido a já estarem a receber ordenado. O pessoal estando já a desempenhar uma função, pode descurar a aprendizagem com a experiência da sua função. Isto traz consequências no resultado da execução das tarefas pedidas.

Por irem mais cedo para as Baterias, abandonando a Bateria de Instrução ao fim de cinco semanas, os Militares têm a possibilidade de fazerem mais tiro. Isto é, participam em mais exercícios de campo tanto ao nível de apoio aos cursos como a exercícios no âmbito operacional, facto que pode ser um factor de incentivo ao voluntariado visto que o jovem Soldado vive mais e mais cedo a vida da Arma.

Este sistema permite uma grande flexibilidade ao Comandante ao nível da instrução, visto esta perdurar durante toda a permanência dos militares nas fileiras, logo permite diluir a instrução e a obtenção de conhecimento ao longo do tempo, possibilitando ao Comandante fazer frente às inúmeras solicitações feitas à sua sub-unidade.

Este sistema dá aos jovens militares a possibilidade de contactarem mais tempo com o material e de todos o fazerem, visto disporem de todo o tempo de permanência nas fileiras para a aprendizagem.

Outra das vantagens é de se poder contar mais cedo com os Homens para se satisfazerem as várias solicitações que são colocadas, quer ao nível das actividades do serviço interno das unidades, quer no apoio à instrução.

Este sistema permitiu algo que há muito não era possível devido ao facto dos escassos meios humanos ao dispor do Comandante: a execução com maior oportunidade da manutenção dos materiais à carga da Bateria.

Este sistema veio trazer um acréscimo de trabalho para os Homens visto que quando não se encontram em instrução, são encaminhados para tarefas de manutenção de infra-estruturas da Unidade, o que leva a algum cansaço das Praças, sendo este um factor que pode servir de desincentivo ao voluntariado, a sobrecarga de tarefas atribuídas aos jovens militares.

Este sistema requer uma maior atenção por parte do Comando sobre os seus Homens no campo da disciplina, devido ao facto de estarem mais diluídos no cumprimento das várias solicitações que lhes são feitas.

Uma das grandes dificuldades é a existência de dois turnos em concorrência, isto é, existe um desfasamento de cinco semanas entre turnos logo dificulta a instrução visto que todos os militares da Bateria não estão ao mesmo nível. Os dois grupos dentro da mesma sub-unidade em diferentes estágios de aprendizagem, exigem uma grande gestão de horário.

6. CONCLUSÕES

Ainda é muito prematuro retirar grandes ilações sobre este novo sistema. Provavelmente, será melhor aceite numas Unidades do que noutras, devido às diferentes solicitações a que cada uma delas está sujeitas.

O que é verdade é que este sistema veio colmatar as grandes dificuldades em termos de recursos humanos, visto o Comandante ter mais cedo os Homens ao seu dispor.

Este sistema, como vimos anteriormente, pode servir como factor de incentivo ao voluntariado. Porém, se os militares forem desviados do OJT para tarefas de manutenção de infra-estruturas da unidade, tal poderá a ser um desincentivo à prestação de serviço voluntário, facto que temos de ter em atenção caso queiramos ter um Exército profissional.

Nas unidades onde o material para a instrução seja o mesmo à disposição da componente de Forças Nacionais, tem-se de ter uma especial atenção ao desgaste prematuro do material.

Possivelmente, este novo modelo será o mais adequado para a realidade das nossas Forças Armadas, especificamente o Exército que se depara com maiores dificuldades na angariação de voluntários. Como tal, temos que aproveitar ao máximo estes recursos humanos mas ter em atenção para não os saturarmos em demasiado trabalho.

Este sistema quando bem aplicado, permite que todos os Homens saiam das fileiras como aptos, devido à flexibilidade dada à instrução.

7. PROPOSTAS

Apesar deste método já estar implementado no nosso Exército, os resultados ainda não são totalmente visíveis. A instabilidade governamental, institucional e a falta de meios do nosso Exército, leva a que sejam criados uma série de factores que tornem este método não tão rentável quanto poderia ser.

Para se continuar com este método e para que possamos ter resultados positivos no futuro, é necessário criar estruturas para que o método seja integrado com o regime de voluntariado, de modo a que a experiência efectuada no Exército dê qualificações com equivalências profissionais duradouras para o mundo do trabalho.

Uma das propostas que temos para dar, consiste em reafirmar a posição e a importância dos instrutores ao mais baixo nível. Cada vez mais a qualidade da instrução que estes ministram terá reflexos na capacidade operacional das unidades. Deve, por isso, criar-se um programa de instrução e de coordenação de instrutores. O programa de instrução deve ser realizado pelas Direcções de Estudos e Instrução e a coordenação deve ser efectuada na unidade operacional (Escalão Bateria). Para a coordenação da instrução, o Cmdt de Subunidade deve criar NEP's de instrução.

Uma outra forma possível de conduzir o OJT, é introduzir o novo elemento numa unidade operacional após este terminar a Instrução Básica. Podemos dar o exemplo de um elemento destinado a uma Secção de Bocas de Fogo. Iniciar-se-ia na função de S9 (conforme o material) e toda a instrução relativa à sua função seria dada pelo Cmdt de Secção coadjuvado pelo seu S1. Com o decorrer do tempo, este elemento seria introduzido nas restantes funções da Secção (tarefa mais fácil, pois como já pertence há Secção, já tem algum conhecimento do desempenho destas funções). A instrução seria assim sempre contínua e progressiva. O que tornaria mais fácil a tarefa de instrução de novos elementos na Secção. Este método é especialmente indicado para os elementos em regime voluntário ou de contrato.

BIBLIOGRAFIA

- "On the Job Training: An idea whose time as come, why now?" - U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, On-line, Internet, Verão 1995.
- "Making military education more effective and affordable." – RAND Arroyo Center, On-line, Internet, 1999, disponível em <http://www.rand.org>.
- Scribner, Sylvia & Sachs, Patrícia , "On the Job Training: A case study" University of New York.
- <http://www.ari.army.mil/ojt.htm>
- <http://www.sbccom.apgea.army.mil/srs/amcac/onthejob.html>
- <http://cpol.army.mil/george/permis/tree.cgi>
- <http://cpol.army.mil/permis/737.html>
- <http://vocserve.berkeley.edu/AllInOne/MDS-1047.html>
- <http://worksearch.gc.ca/english/index.pl>
- <http://www.defendamerica.mil/photoessays>
- Entrevista com o Sr. CAP ART João Seatra, Cmdt da 1ªBBF/GI/EPA.

ANTOLOGIA DA ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL

Pelo RAA 1

1. INTRODUÇÃO

No dia 22 de Fevereiro, culminando um processo de manutenção e de reparação geral dos materiais de museu de Artilharia Antiaérea, à responsabilidade do RAAA N.º 1, este Regimento realizou, no seu aquartelamento, uma antologia dos materiais e equipamentos de AA, ao serviço do Exército Português, nos últimos 60 anos. Depois do desfile e entrada em posição, foi realizada uma mostra destes meios, que devido ao seu excelente estado de conservação e manutenção puderam, inclusivamente, ser operados nos locais de exposição, deixando alguma emoção vir ao de cima, por parte dos Artilheiros mais velhos.

Este artigo tem como objectivo divulgar essa antologia, e trazê-la ao conhecimento de todos os que, por razões várias, não puderam assistir ao evento, aproveitando, para o efeito, o espaço desta revista.

De salientar, que todas as fotos que ilustram este trabalho foram efectuadas no dia da exposição e nas instalações do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1.

2. O NASCIMENTO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA

Entre 1904 e 1905 iniciaram-se, na Europa, os primeiros estudos para a concepção de uma arma específica de Artilharia Antiaérea. A confirmar a

sua necessidade, deflagra a I Grande Guerra, iniciando-se, então, o fabrico em série das primeiras peças de Artilharia Antiaérea.

Na II Guerra Mundial, já os efeitos da aviação militar começavam a ser devastadores, com os bombardeamentos, em massa, de cidades e de grandes unidades militares, afectando, decisivamente, o moral da população civil, a anularem a vontade de resistência dos exércitos e a destruírem a capacidade industrial dos beligerantes. Estava-se na presença da guerra total; Dunquerque, Londres e Hamburgo são alguns dos exemplos deste poder demolidor.

A ineficácia dos primeiros materiais de Artilharia Antiaérea obrigou ao melhoramento de novas armas, e ao experimentar de novos equipamentos. A automatização das peças, os novos tipos de munições, espoletas e outras inovações ilustram bem o avanço tecnológico de então, o qual se foi acelerando, até aos dias de hoje.

Mais recentemente, no Vietnam, no Yon Kipur, no Golfo Pérsico, nos Balcãs e, actualmente, com os projectos da guerra das estrelas e de defesa anti-míssil, esta dualidade da evolução no ataque e incremento da defesa continua a ser uma constante no moderno Teatro de Operações.

3. A ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL

E Portugal? Como acompanhou o nosso Exército este processo?

Acontecimentos decisivos permitem dividir a evolução da Artilharia Antiaérea, em Portugal, em duas partes distintas, mas interligadas entre si.

Se a I Guerra Mundial veio marcar, decisivamente, o aparecimento dos meios aéreos e a consequente necessidade de defesa dos exércitos, face a esta nova ameaça, foi na II Guerra Mundial que essa necessidade foi mais evidente, pois a evolução e consequente sofisticação da ameaça aérea veio tornar imperioso o desenvolvimento de meios de defesa terrestres contra as aeronaves.

Neste particular, Portugal acompanhou, a par e passo, a evolução sentida na Europa, adquirindo meios compatíveis com a ameaça em presença. A Artilharia Antiaérea portuguesa atinge o seu auge, naquela época, na sua vertente táctica, concretizada, com o plano de defesa antiaérea da cidade de Lisboa.

Terminada a II Guerra Mundial, Portugal, nem sempre continuou a seguir, por diversas razões, as evoluções introduzidas nos sistemas de defesa antiaérea, face à evolução dos meios aéreos, nomeadamente, com o desenvolvimento e posterior utilização dos motores a reacção; razões políticas, bem como as particularidades de âmbito operacional dos nossos TOs, assim o determinaram.

a. O NASCIMENTO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA, EM PORTUGAL

Nos primeiros anos da I Guerra Mundial, em 30 de Agosto de 1914, um avião alemão “taube” efectuou um “raid” sobre Paris, efectuando o lançamento de uma bomba de 5 Kg sobre a cidade; os aliados, apanhados de surpresa, empenharam, então, na sua defesa antiaérea, peças de Artilharia de Campanha de 7,5cm, TR m/897 (*Schneider-Canet*) (Fig. 1), entre as quais, algumas das 56 que Portugal havia, entretanto, cedido aos aliados, a pedido da Inglaterra.



Fig. 1 - Peça de Artilharia de Campanha de 7,5cm TR m/897

Este material apresentava-se como um equipamento para combater a ameaça aérea da altura, numa solução de recurso, que se verificará ser de eficácia reduzida, em virtude, entre outras razões, da fraca velocidade inicial, reduzida cadência de tiro, limitada capacidade de recuperação da ligação elástica e inadaptação dos aparelhos de pontaria às exigências do tiro sobre alvos aéreos. O rendimento destas peças, no tiro antiaéreo, revelou-se, como não podia deixar de ser, absolutamente desastroso.

Das análises e conclusões retiradas da I Guerra Mundial, deixavam de existir quaisquer dúvidas, quanto à necessidade de dotar as forças terrestres com meios eficazes para o combate à ameaça aérea que se começava a revelar.

Neste considerando, Portugal não quis perder a dianteira, revelando, então, uma perfeita consonância com a política prosseguida nos exércitos tecnicamente mais avançados, na Europa.

Por esta razão, em 1931, o nosso exército adquire a sua primeira Bateria de Artilharia Antiaérea, proveniente de Inglaterra, da casa *Vickers-Armstrong*, em que a peça semiautomática de 7,5 cm e 40 calibres era rebocada por tractores de lagartas *Vickers-Carden-Loyd*, provida de um

altitelémetro estereoscópio e de um predictor que determinava a posição futura do alvo aéreo.

Através de sessões de tiro anti-aéreo, ficou provado que a precisão do tiro executado com este material era cem vezes superior à verificada no início da I Guerra Mundial, com as Peças de Artilharia de Campanha 7,5cm, TR m/897. Deste modo, nos anos 30, o progresso dos materiais e dos métodos de tiro AA, era já, muito significativo e Portugal não ficava para trás, naqueles domínios.



Fig. 2 - Peça AA 7,5 cm S.A. m/931.

Peça AA 7,5 cm S.A. m/931 (Fig. 2):

- oriunda da Grã-Bretanha serviu, no nosso Exército, até aos anos 40;
- fabricada, nos anos 20, pela *Vickers Armstrong*;
- com o peso total de 5515 Kg;
- com um alcance máximo horizontal de 13900 m e vertical de 9200 m, utilizava munições com 7 Kg de peso;
- a sua guarnição era composta por oito elementos;
- guarneceu o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº1 (GACA Nº1), em Cascais.

b. A II GUERRA MUNDIAL E O APOGEU DA ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL

Em 1939, eclodiu a II Guerra Mundial. Os exércitos das potências tradicionais europeias verificaram que novas técnicas e armas se tinham desenvolvido, entretanto, garantindo uma maior profundidade ao combate.

Por outro lado, os meios aéreos surgiam com possibilidades de efectuar vôos a grandes distâncias, facto que possibilitou o bombardeamento de Londres e de outras cidades da rectaguarda, tornando-se patente a preocupação das autoridades portuguesas em relação à defesa antiaérea de Lisboa. Nesse sentido, foram solicitados pareceres técnicos aos nossos aliados ingleses, os quais apresentaram, um plano de defesa antiaérea para a região da capital.

Este plano considerava a necessidade de se disporem, inicialmente, de 48 peças de 9,4cm e de 50 peças de 40 mm para a defesa AA da zona de interesse, em redor da capital.

Com base neste estudo, o governo decide, então, adquirir aquele quantitativo de armamento, em Julho de 1940; mais tarde, outro estudo sobre o mesmo problema apontou, ainda, para um quantitativo superior de armas.

Depois de muitos avanços e recuos, o comando da Defesa Antiaérea de Lisboa (DAAL) acaba por ser levantado, oficialmente, em 1 de Outubro 1943, constituído por 5000 homens repartidos por mais de 150 posições e por 90 secções de referência, posicionadas de forma a permitir a contínua iluminação, num raio abrangente de 50 Km, do céu de Lisboa.

O impossível tinha-se realizado; quando os ingleses desembarcaram nos Açores, nos primeiros dias de Outubro de 1943, o dispositivo da defesa AA da capital estava concluído.

Passemos, então, em revista os Sistemas de Armas ao serviço da DAAL:

► **Peça AA 9,4 cm m/940 (Fig. 3):**

- material oriundo da Grã-Bretanha, foi adquirido por Portugal, em 1940;
- fabricada, em 1939, pela *Vickers Armstrong*;
- com o peso total de 9350 Kg;
- com um alcance máximo horizontal de 18000 m e vertical de 12000 m, utilizava munições com 12,8 Kg de peso, com uma cadência de 10 a 12 tpm, com carregamento normal, ou 23 a 25 tpm, com carregamento automático;
- a sua guarnição era composta por dez elementos;
- equipou o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa (RAAF), em Queluz, guarnecendo o que se chamou, na altura, "Lisboa Entrincheirada", bem como o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº3 (GACA Nº3), em Penafiel; também, foi utilizada nas ex-colónias portuguesas, em África.



Fig. 3 - Peça AA 9,6 cm m/940.

Estes materiais apresentavam grandes limitações no combate a aeronaves rápidas e voando a baixas altitudes. Tornava-se, assim, premente aligeirá-los, elevar a sua cadência de tiro e aumentar a velocidade de rotação; mesmo assim, estiveram ao serviço até 1974.

► **Peça AA 4 cm m/942 (Fig. 4):**

- produzida, em simultâneo, pela Grã-Bretanha e pelo Canadá, sob licença da fábrica sueca *Aktiebolaget Bofors* que a desenvolveu a partir de 1931; foi distribuída ao Exército Português, a partir de 1942, tendo o modelo sueco, de origem, sido recebido em 1940;
- com o peso total de 2967 Kg;
- com um alcance máximo horizontal de 11425 m e vertical 8025 m, utilizava munições com 0,907 Kg de peso, com uma cadência de 120 tpm;
- a sua guarnição era composta por sete elementos;
- equipou o GACA N°1, em Cascais; o GACA N°2, em Torres Novas; o GACA N°3, em Penafiel; o RAAF, em Queluz e a Bateria de Artilharia de Guarnição N°2 (BAG N°2), na Madeira. Serviu, ainda, nas ex-colónias portuguesas, em África, e guarneceu, também, alguns navios da nossa Armada.



Fig. 4 - Peça AA 4 cm m/942.

► **Metralhadora Pesada AA 20 mm m/943 (Fig. 5):**

Foi adquirida em 1943. A metralhadora pesada AA 20mm *Flak* tinha uma grande cadência de tiro e era extremamente móvel; a granada explosiva utilizada incorporava um sistema de autodestruição que funcionava, automaticamente, ao fim de 6 segundos.

- proveniente da fábrica alemã *Waffe*, sob licença da fábrica suíça *Oerlikon*;
- com o peso total de 750 Kg;



Fig. 5 - Met Pesada AA 20 mm m/943

- com um alcance máximo horizontal de 4800 m, vertical de 3800 m e eficaz de 1000 m, apresentava uma cadência de 480 tpm;
- a sua guarnição era composta por quatro elementos;
- equipou o RAAF, em Queluz, garantindo os três Grupos Mistos de "Lisboa Entrincheirada" (Porto Brandão, Cruz de Pau e Portela) e, ainda, o GACA N.º3, em Penafiel e Espinho.

Façamos, igualmente, uma incursão nos Sistemas de Aquisição e Seguimento, empregues na defesa AA de Lisboa.

Naquela época, verificou-se, de igual modo, uma notável evolução, sob o ponto de vista tecnológico, nos principais sistemas de aquisição e de seguimento dos alvos aéreos.

As aeronaves, depois de detectadas por um radar táctico, eram "passadas" para um radar de tiro, que iniciava o seu seguimento automático, enviando, continuamente, ao predictor os dados relativos à direcção, ao sítio e à distância da posição presente do alvo. O predictor, por sua vez, calculava a posição futura do mesmo alvo e transmitia, electricamente, às peças AA, os respectivos elementos de tiro: a direcção, a elevação e a graduação de espoleta. Nas peças AA, os dados do predictor apareciam sob a forma de movimento de ponteiros eléctricos, com os quais os serventes deveriam manter, permanentemente, a coincidência dos ponteiros mecânicos, apontando, desta forma, a peça segundo os elementos enviados pelo predictor. À voz de fogo, dada pelo comandante de secção, os serventes iniciavam o tiro contínuo, à máxima cadência possível. Quando as condições de visibilidade o permitiam, os elementos relativos ao sítio e à direcção eram fornecidos pelo seguidor visual, cabendo, apenas, ao radar de tiro garantir a informação relativa à distância.

Destes sistemas de aquisição e seguimento destacavam-se, na altura, os seguintes equipamentos:

► **Secções de Referenciação** constituídas, cada uma, por um Projector e um Localizador pelo Som:

• **Projector de AA MK IV** (*Fig. 6*):

- proveniente da Inglaterra, entrou ao serviço em 1943;
- com um alcance de 10 Km, a iluminação debitada era equivalente a um milhão de watts;
- com o peso total de 3400 Kg;
- com uma largura de 2,35m, um comprimento de 5,5m e altura de 3,2 m;
- a sua guarnição era composta por 3 elementos;
- equipou, de um modo geral, todas as Unidades de AAA da época.

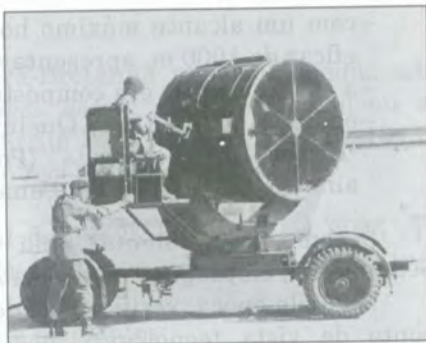


Fig. 6 - Projectores de AA

- **Localizador pelo Som AA MK IX (Fig. 7):**
 - proveniente da Inglaterra, entrou ao serviço em 1943;
 - com o peso total de 3075 Kg;
 - com uma largura de 2,4 m, um comprimento de 5,5 m e altura de 2,8 m;
 - a sua guarnição era composta por 4 elementos;
 - equipou, de um modo geral, todas as Unidades de AAA da época.
- **Localizador pelo Som AA MK III (Fig. 8):**
 - proveniente da Inglaterra, entrou ao serviço em 1943;
 - com o peso total de 140 Kg;
 - a sua guarnição era composta por 3 elementos;
 - equipou, de um modo geral, todas as Unidades de AAA da época.



Fig. 7 - Localizador pelo Som AA MK IX.

Fig. 8 - Localizador pelo Som AA MK III.

► **Preditores (Fig. 9):**

- Estes equipamentos não eram mais do que máquinas calculadoras dos elementos de tiro antiaéreo e naval, que transmitiam, electricamente, aos receptores das peças AA, os valores da direcção, da elevação e da graduação de espoleta, adequados aos alvos aéreos;
- o cálculo destes elementos era desenvolvido, automaticamente, no predictor, para tornar, apenas, necessário aos serventes das Peças AA o seguimento do alvo aéreo, em direcção e em altitude;
- guarneciam, de um modo geral, as Unidades de AAA equipadas com material 9,4cm e 4 cm.



*Fig. 9 - Predictor de Tiro
Sperry N° 2 m/940.*



Fig. 10 - Seguidor Visual MK I

► **Seguidores Visuais (Fig. 10):**

- Quando a visibilidade permitia a identificação do alvo, estes equipamentos forneciam a direcção e o ângulo de sítio correspondentes à posição presente do mesmo. O fornecimento da direcção e do sítio, pelo seguidor visual, apresentava vantagens, no cálculo, pelo facto dos seus valores não variarem por saltos bruscos, como acontecia com as informações provenientes dos radares. Guarneciam, de um modo geral, as Unidades equipadas com material 9,4 cm e 4 cm.

► **Radar de Tiro AA N° 3 MK VII (Fig. 11):**

- proveniente da Inglaterra, entrou ao serviço em 1943;
- com alcance máximo de 58,5 Km e mínimo de 900 m;
- com o peso total de 3075 Kg;
- com uma largura de 2,4 m, um comprimento de 5,5 m e altura de 2,8 m;



*Fig. 11 - Radar de Tiro AA N° 3
MK VII.*

- a sua guarnição era composta por 5 elementos;
- guarneciam, de um modo geral, as Unidades de AAA equipadas com material 9,4 cm e 4 cm.

► **Radar Tático AA Nº 4 MK VI** (*Fig. 12*):

- proveniente da Inglaterra, entrou ao serviço em 1943;
- alcance máximo de 108 Km e mínimo de 1,8 Km;
- com o peso total de 8620 Kg;
- com uma largura de 2,7 m, um comprimento de 5,25 m e altura de 4,25 m, em operação;
- a sua guarnição era composta por 3 elementos;
- guarneciam, de um modo geral, as Unidades de AAA equipadas com material 9,4 cm e 4 cm.



Fig. 12 - Radar Tático AA Nº 4 MK VI.

c. A EVOLUÇÃO DA AMEAÇA AÉREA E O DECLÍNIO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA, EM PORTUGAL

A década de 50 constitui um marco histórico, para a indústria aeronáutica, a nível mundial, com o aparecimento do avião a jacto. Nessa época, a ameaça aérea adquire, então, uma nova perspectiva de abordagem, do ponto de vista da defesa aérea.

Devido às grandes velocidades alcançadas por este tipo de aeronaves, tornou-se imperativo o desenvolvimento de sistemas de armas de AAA que pudessem fazer face à ameaça, de uma forma eficaz.

Perante a evolução permanente dos meios aéreos, desenvolvem-se e aplicam-se novas tecnologias nos equipamentos antiaéreos; sistemas de pontaria, comandos electro-hidráulicos e espoletas temporizadas são algumas das inovações que proporcionavam um elevado volume de impactos e consideráveis velocidades angulares.

Por esta razão, em 1953, são adquiridas, por Portugal, as metralhadoras quádruplas 12,7 mm e 20 mm e, em 1960, as peças AA 4 cm, m/942, vão sofrer importantes melhoramentos.

► **Metralhadora Quádrupla AA C.M.K. 20 mm m/953** (*Fig. 13*):

- de origem norte americana, fabricada, sob licença da fábrica suíça *Oerlikon*;

- com o peso total de 3150 Kg;
- com um alcance eficaz de 1828 m;
- com uma cadência de tiro de 450 tpm;
- a sua guarnição era composta por cinco elementos;
- guarneceu o RAAF, em Queluz, e o GACA Nº3, em Penafiel e Espinho, sendo retirada do serviço, em 1975.

► **Metralhadora Quádrupla AA 12,7 mm m/953 (Fig. 14):**

- de origem norte americana;
- com o peso total de 1661 Kg;
- com um alcance máximo horizontal de 6800 m e eficaz de 2380 m;
- com uma cadência de tiro de 600 tpm;
- a sua guarnição era composta por seis elementos;
- serviu no RAAF, em Queluz; no GACA Nº2, em Torres Novas; no GACA Nº3, em Espinho e nas ex-colónias portuguesas, em África. Equipou, até 2000, o Centro de

Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (CIAAC), o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 (RAAA Nº 1), em Queluz; o GAG Nº 1, em Ponta Delgada, nos Açores e o GAG Nº 2, no Funchal, na Madeira.

Como já foi referido, as Peças AA 4 cm m/942 foram sujeitas a importantes melhoramentos em 1960, com a introdução de um comando hidráulico de pontaria que veio permitir um aumento substancial na rapidez de execução do seguimento, em direcção e em elevação, com o consequente aumento de eficácia no tiro; estava-se perante o modelo 42-60.



*Fig. 13 - Met Quad AA C.M.K.
20 mm m/953*



Fig. 14 - Met Quad AA 12,7 mm m/953



Fig. 15 - Peça AA 4 cm 42-60

► **Peça AA 4 cm 42-60 (Fig. 15):**

- proveniente da remodelação dos antigos modelos m/942;
- com o peso total de 2458 Kg;
- com um alcance máximo de 11500 m e um alcance eficaz de 1350 m;
- com uma cadência de 120 tpm;
- a sua guarnição era composta por seis elementos;
- serviu no RAAF, em Queluz; no GACA Nº2, em Torres Novas; no GACA Nº3, em Espinho e nas ex-colónias portuguesas, em África; equipou, até 2000, o CIAAC, o RAAA Nº1, o GAG Nº1 e o GAG Nº2.

Por sua vez, no que se relaciona com os sistemas de aquisição de alvos aéreos, destacam-se os seguintes equipamentos que, entraram ao serviço do Exército, na mesma altura:

► **Radar 501 B:**

- adquirido em 1954, de origem canadiana, muito semelhante, em termos de aspecto exterior, ao Radar Tático AA Nº 4 MK VI; este Radar de Vigilância, com um alcance de 180 Km, esteve ao serviço durante 41 anos, até 1995. Equipou o RAAF, em Queluz e o CIAAC, em Cascais.

► **Radar AN/TPS-1D (Fig. 16):**

- adquirido em 1960, com um alcance de 300 Km; podia operar sobre viatura ou em bases permanentes. Pesava 1978 Kg e era constituído pela Antena, Base da Antena, Fonte de Alimentação, Indicador, Comparador de sinal, Emissor-Receptor e Modulador. Equipou o CIAAC, em Cascais, até 1993.

No entanto, estas aquisições, quer ao nível dos sistemas de armas, quer ao nível dos meios de detecção e alerta, revelavam-se insuficientes, pois não colmatavam as lacunas, em termos de equipamentos, por forma a fazer face a uma possível ameaça aérea de forças inimigas,



Fig. 16 - Radar AN/TPS-1D

dotadas de meios eficazes de combate ar-solo, bem apetrechadas, utilizando técnicas avançadas de ataque e para as quais não havia capacidade de defesa adequada.

Para agravar a situação, começa a verificar-se a extinção gradual de quase todas as Guarnições de Artilharia Antiaérea e, em 1977, o CIAAC era a única Unidade de Artilharia Antiaérea do nosso sistemas de forças, no continente.

Ao analisar os factores que estiveram na origem desta situação, de referir, entre outros, o empenho operacional das nossas Forças Armadas, na Guerra Colonial, a partir de 1961; apesar da ameaça aérea nos Teatros Ultramarinos nunca se ter concretizado, houve, no entanto, um elevado grau de probabilidade de a mesma poder ter ocorrido nos últimos anos da guerra, em particular, na Guiné, o que obrigou, na altura, a um trabalho de improvisação, que só não se revelou desastroso, porque a protecção antiaérea nunca teve oportunidade de ser posta à prova. Igualmente, fruto das Campanhas Ultramarinas, os nossos Quadros combatentes relegaram, sistematicamente, para segundo plano, as preocupações de defesa aérea.

Num outro plano, há que salientar a nossa debilidade financeira para acompanhar o ritmo da corrida tecnológica, no que respeitava ao material terrestre de defesa aérea, ritmo esse capaz de tornar obsoleto, de forma precoce, o mais sofisticado dos sistemas de armas, na altura.

Ainda, de considerar, conjugadamente, com as razões já referidas, o alheamento, mais ou menos pronunciado, concedido à defesa aérea, em geral e à AAA, em particular, nos currículos dos cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino militar, naquela época.

d. O RESSURGIMENTO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA, EM PORTUGAL

Como seria, então, possível a revitalização da Artilharia Antiaérea Portuguesa, perante um panorama tão sombrio?

No início da década de 1980, sob a égide da Direcção da Arma de Artilharia, foi elaborado um Projecto de Acção que tinha por finalidade sensibilizar os órgãos responsáveis para o problema da recuperação da Artilharia Antiaérea, atendendo às novas características tácticas do moderno Teatro de Operações e a toda a arquitectura de defesa do território, com particular atenção para a capital e para outros objectivos de vital importância para o País, sob o ponto de vista estratégico.

Entre as várias medidas propostas, no referido projecto de acção, previa-se a criação de um Grupo Operacional de Artilharia Antiaérea e o seu reequipamento imediato com materiais e equipamentos modernos.

Em 1980, o projecto passa a plano de acção, com base num conjunto de aquisições, que se vão estender durante os anos mais próximos:

► **Peça AA 4 cm Flèche-Haute (FH) m/80** (Fig. 17), adquirida em 1980:

- proveniente do Canadá;
- com o peso total de 2628 Kg;
- com um alcance máximo de 10000 m e um alcance eficaz de 1500 m;
- uma cadência de 120 tpm;
- a sua guarnição era composta por seis elementos;
- equipou até 2000, o CIAAC, o RAAA N°1, o GAC N°1 e o GAG N°2.

► **Metralhadora Bitubo AA 20 mm m/81** (Fig. 18), adquirida em 1981:

- proveniente da fábrica alemã *Rheinmetall*;
- com o peso total de 2050 Kg;
- com um alcance máximo de 15000 m e um alcance eficaz de 1200 m;
- com uma cadência de 1030 tpm;
- a sua guarnição é composta por cinco elementos;
- equipou o CIAAC; o Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP), no Porto e garante presentemente, o RAAA N°1 e o RG N°2 e o RG N°3, nos Açores e na Madeira, respectivamente.



Fig. 17 - Peça AA 4 cm FH m/80.



Fig. 18 - Met Bitubo AA
20 mm m/81.

- ▶ Em 1982, integrando, ainda, o mesmo programa, chega a Portugal o Sistema **Missil Portátil Blowpipe** (Fig. 19):
 - proveniente da firma irlandesa *Short Brothers*;
 - com o peso de 22 Kg;
 - com uma velocidade máxima de 1,4 mach;
 - a sua guarnição era composta por três elementos;
 - este sistema esteve ao serviço até 1996, guarnecendo o CIAAC e o RAAA Nº1.



Fig. 19 - Sist Msl Port AA Blowpipe.

- ▶ Em 1990, é recebido, em Portugal, o **Sistema Missil Ligeiro Chaparral M48 A2 E1**, sendo a versão **A3** (Fig. 20) recebida, mais tarde, em 1999:
 - de origem norte americana;
 - com capacidades de autopropulsão e anfíbia;
 - equipado com 4 mísseis FIM-72, prontos a serem disparados e 8 mísseis armazenados, da família *Sidewinder*, do tipo *fire and forget*, com um alcance eficaz de 5000 m;
 - equipado com um câmara de infra-vermelhos, permitindo o empenhamento sobre alvos aéreos, em condições de visibilidade reduzida;
 - com o peso de 13148 Kg;
 - a sua guarnição é composta por 5 elementos;
 - equipou o CIAAC e, actualmente, garante o encargo operacional do RAAA Nº1, equipando, igualmente, a BtrAAA da BMI.
- ▶ Mais tarde, entrou ao serviço, em 1994, o **Sistema Missil Portátil Stinger** (Fig. 21):
 - de origem norte americana;
 - é um sistema missil portátil;
 - do tipo *fire and forget* com um alcance eficaz de 4000 m;
 - com o peso de 15,8 Kg;
 - a sua guarnição é composta por 3 elementos;
 - equipa o encargo operacional do RAAA Nº 1 e a BtrAAA da BMI.



Fig. 20 - Sist Msl Lig Chaparral M48 A3 E1.



Fig. 21 - Sist Msl Port Stinger.

Em relação aos sistemas de detecção, aquisição e seguimento de alvos aéreos actualmente ao serviço, de destacar:

► **Radar BCP DR 641**, adquirido em 1989:

- de origem Alemã, da fábrica *Siemens*;
- Radar de impulsos de aviso local, vocacionado para a cobertura de pontos e áreas sensíveis, com a possibilidade de transmitir automaticamente os dados sobre a ameaça aérea às unidades de tiro;
- com um alcance máximo de 30 km e mínimo de 450 m;
- com um peso de 4500 Kg;
- com uma guarnição de 4 elementos;
- garante o RAAA Nº1.

► **Radar FAAR AN/MPQ-49 B** (Fig. 22), adquirido em 1991:

- de origem norte americana;
- Radar de aviso local da zona avançada de combate;
- Radar de impulsos, com um alcance máximo de 20000 m e mínimo de 1000 m;
- com um peso de 8319 Kg;
- com uma guarnição de 3 elementos;
- garante o RAAA Nº 1 e a BtrAAA da BMI.



Fig. 22 - Radar FAAR AN/MPQ-49 B.

4. O PRESENTE E O FUTURO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL

Em 22 de Junho de 1988, com a publicação em D.R., da lei N° 256/88, é levantado o Regimento de Artilharia Antiaérea N°1.

Em 01 de Outubro de 1993, o DLOE N° 50/93 extingue o CIAAC, passando esta Unidade a constituir-se como Destacamento do RAAA N°1 e determinava que as Unidades de Artilharia AA dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, o GAC 1 e o GAG 2 fossem extintos.

O Exército, desta forma, reduzia drasticamente a sua capacidade de protecção AA do TN e, por via disso, acredita-se que acabaria por criar as condições que deram lugar à aprovação da Directiva Operacional N° 5/96 (Defesa Aérea), por parte do CEMGFA.

Efectivamente, em 01 de Agosto de 1996, a Directiva Operacional N° 5/96 (Defesa Aérea), promulgada pelo CEMGFA, atribuía à Força Aérea a responsabilidade da protecção antiaérea dos pontos e zonas sensíveis do Território Nacional (TN).

Como consequência, o Exército assistia à redução das suas missões, no âmbito da defesa aérea, ficando a sua acção confinada à defesa AA das suas unidades, instalações e meios orgânicos.

O CEMGFA garantia, por outro lado, com sucesso assinala-se, a atribuição exclusiva das responsabilidades de protecção do TN, em termos de defesa aérea, à Força Aérea.

Esta realidade, no entanto, não significou que o País tivesse obtido algum ganho de eficácia na protecção AA do seu TN, quanto a uma eventual ameaça aérea, uma vez que, até hoje, a Força Aérea nunca levantou os sistemas de armas e equipamentos compatíveis com essa missão.

Este Ramo continua, hoje ainda, a não dispôr de qualquer dispositivo territorial, ou de experiência de acções terrestres que permitam um conhecimento suficiente do TN, ou que possam sustentar as unidades SAM a implementar no mesmo, condições indispensáveis ao cumprimento da missão que lhe está atribuída pela Directiva, atrás referida.

Por outro lado, o Exército é o único Ramo das Forças Armadas (FA) que continua a assumir responsabilidades no âmbito dos sistemas terrestres de defesa aérea, apresentando um *know how* acumulado, decorrente do conhecimento pormenorizado do TN e do dispositivo territorial implantado. Neste sentido, a protecção AA de pontos e zonas sensíveis do TN, caso lhe fosse, de novo, atribuída, constituir-se-ia como uma tarefa complementar, sem acréscimo de encargos significativos, quando comparados com o seu eventual desempenho por qualquer dos outros Ramos das FA.

Igualmente, o Exército dispõe de Quadros perfeitamente habilitados, com formação e experiência compatíveis com as responsabilidades referidas, que têm continuado a estudar e a trabalhar estas áreas do conhecimento militar.

Tais argumentos, por si só, aconselhariam, então, à afectação dos sistemas SAM de curto, médio e longo alcance para a protecção de pontos e zonas sensíveis do TN, ao Exército e, conseqüentemente, à Arma de Artilharia.

Seria uma medida correcta e racional, com vista à optimização dos recursos afectos à Defesa Nacional, que deveria ser superiormente ponderada.

Numa outra perspectiva, a importância crescente da Artilharia Antiaérea, no actual campo de batalha, face à ameaça crescente que o poder aéreo implica, releva-a, naturalmente, como uma componente essencial e indispensável do sistema de forças terrestre.

Consciente desta realidade, o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, no domínio do seu estatuto de Escola de conhecimentos para a vertente AA da Artilharia e na qualidade de Sub-Comissão Técnica da Arma, vem desenvolvendo, no âmbito da LPM e em coordenação estreita com a DPP/EME, um conjunto de estudos com vista ao imprescindível e inadiável reequipamento da Artilharia Antiaérea, em Portugal.

Neste sentido, de acordo com as conclusões daqueles estudos, prevê-se, a curto prazo, a entrada ao serviço do Sistema Radar *P-Star* e, mais tarde, espera-se poder vir a ser concretizado o processo de aquisição de sistemas de armas e equipamentos que permitam a actualização e adequação da nossa Artilharia Antiaérea aos modernos Teatros de Operações, casos dos radares *Sentinel* e dos sistemas de armas *Avenger* e *Linebacker*.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA



NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

EXERCÍCIO FINAL DA PARTE COMPLEMENTAR “ON JOB TRAINING” DO 2ºT02-B DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS

Entre os dias 07 e 09 de Maio de 2002, a Bateria de Artilharia Antiaérea do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, realizou, na região da Base Aérea N.º 1, em Campo Raso - Sintra, o exercício final de campo, da Preparação Complementar do 2ºT/02-B “*On job Training*”.

O cenário do exercício consistiu na participação da Bateria de Artilharia Antiaérea na defesa SHORAD (Short Range Air Defense) de uma Base Aérea, em situação de emergência.

Participaram no exercício, cerca de 110 militares, 2 Pelotões de Sistemas de Armas Canhão 20 mm, 1 Pelotão de Sistema de Armas Míssil Ligeiro Chaparral, 1 Secção de Míssil Portátil Stinger e 1 Radar de Aquisição FAAR, bem como os respectivos Postos de Comando (em viatura de lagartas M577) e Apoio de Serviços.



Na modalidade em que foi executado, o exercício permitiu um adequado treino táctico aos Soldados em SEN, possibilitando a sua integração numa Bateria de Artilharia Antiaérea em ambiente operacional, contribuindo de forma significativa para a formação adequada, no âmbito da Artilharia Antiaérea, a todos os Quadros e Tropas participantes.

EXERCÍCIO "S. JORGE 2002"

Decorreu no período de 20 a 24Mai02, no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, o exercício CPX-LIVEX, "São Jorge 2002", no âmbito do Governo Militar de Lisboa, que teve como cenário um sismo de intensidade máxima de 8 a 10, na Região de Lisboa, com epicentro na falha do Pinhal Novo, na margem sul do Tejo.

O Regimento montou um Posto de Comando e teve como missão restabelecer e garantir o seu sistema de Comando e Controlo e a prontidão das suas subunidades; preparar-se para accionar o plano de segurança e apoiar com a capacidade sobran te o QG/GML, em benefício do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC).

As áreas de responsabilidade do Regimento para apoio ao SNPC, são os Concelhos de Setúbal, Sesimbra e Cascais, pelo que foram desenvolvidos previamente uma série de contactos e efectuados alguns trabalhos de

pesquisa, junto dos Serviços Municipais de Protecção Civil, do Instituto de Meteorologia, do Instituto Geológico e Mineiro e das Câmaras Municipais, por forma a planear de forma mais adequada o apoio a prestar às populações.



Este exercício foi de extrema importância dado que permitiu sensibilizar para diversas questões e problemas que se colocam às Unidades Militares, num cenário de sismo, quer no garante da própria sobrevivência, quer no apoio a prestar ao SNPC.

O Regimento contou com a visita do Comandante Operacional das Forças Terrestres, do Governador Militar de Lisboa e do 2.º Comandante do Governo Militar de Lisboa.

CURSO DE PROMOÇÃO A CAPITÃO DE ARTILHARIA 2002 PARTE ANTIAÉREA

No período 22Abr02 a 25Mai02, realizou-se no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, a parte Antiaérea do Curso de Promoção a Capitão de Artilharia 2002 (CPCA 2002).

Este curso, frequentado por 9 oficiais, abrangeu, fundamentalmente, a componente teórica e prática da táctica de Artilharia Antiaérea e de Comando e Controlo do Espaço Aéreo. Para validação da instrução

ministrada, realizou-se um exercício de postos de comando (CPX), com a duração de uma semana, com a participação de Oficiais, pertencentes aos Grupos de Artilharia Antiaérea da 1.^a Divisão de Infantaria e 1.^a Divisão Blindada, do Exército dos Estados Unidos da América, estacionadas na Alemanha, que se deslocaram ao RAAA1, com o propósito expresso da participação no referido CPX.



Este exercício permitiu, deste modo, aos Oficiais alunos e aos restantes Oficiais instrutores, do Regimento, uma importante troca de informações sobre doutrina e emprego tático da Artilharia Antiaérea.

O Curso visitou, ainda, o Centro de Operações Aéreas Combinado 10 (CAOC 10), em Monsanto, e pôde constatar "in loco" os últimos desenvolvimentos na instalação deste Centro, o qual é parte integrante do NATINADS (Nato Integrated Air Defense Systems).

No encerramento do curso, que foi presidido pelo Maj Gen 2.^o Cmdt GML, foram efectuadas as apresentações dos trabalhos de grupo elaborados pelos Oficiais Alunos, no âmbito da avaliação do Curso, após o que se seguiu a entrega dos diplomas comprovativos do seu aproveitamento escolar, bem como, da medalha para o 1.^o classificado.

CURSO DO SISTEMA MÍSSEL LIGEIRO CHAPARRAL



No dia 15 de Abril de 2002, no âmbito da instrução dos Quadros da Arma de Artilharia, para a vertente Antiaérea de que o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 tem a responsabilidade de conduzir, teve início o Curso de Sistema Míssil Ligeiro Chaparral 02.

O curso teve a duração de 42 dias e foi frequentado por 3 Oficiais e 6 Sargentos.

O curso teve como objectivo principal, habilitar os Oficiais e Sargentos instruendos a desempenharem respectivamente as funções de Comandantes de Pelotão, e Comandantes de Secção do Míssil Ligeiro AP (Chaparral).

DIA DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA DESTACAMENTO DE CASCAIS/RAA1

No dia 13 de Junho de 2002, Dia de Santo António patrono do Ex-CIAAC e da Vila de Cascais, o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea – Destacamento de Cascais comemorou o seu 9.º aniversário como Destacamento do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1.

As comemorações iniciaram-se com a Alvorada Festiva a que se seguiu o hastear da Bandeira Nacional com a respectiva Guarda de Honra.



Pelas 09h30, o Capelão da Unidade celebrou uma missa na Capela N.^a Sra. da Vitória, na Cidadela, seguindo-se uma Procissão com a saída da imagem de Santo António para a Igreja Matriz.

Durante todo o dia a Fortaleza da Cidadela esteve aberta ao público, sendo possível visitar uma exposição estática de materiais de Artilharia Antiaérea e a Sala Cisterna, para além do Museu da Artilharia Antiaérea Portuguesa.

Pelas 12h30 teve lugar o almoço convívio, no jardim interior da Cidadela, a que se seguiu uma visita pelas muralhas da Fortaleza.

À tarde, realizou-se a tradicional Procissão de Santo António, pelas ruas da Vila de Cascais, tendo a imagem do Santo sido transportada, como é tradição, numa égua branca, com os militares da Guarda de Honra.

NOTÍCIAS DA EPA

SEMINÁRIO “A ARTILHARIA NAS OAP”

A Escola Prática de Artilharia levou a efeito, nos dias 27 e 28 de Março de 2002, um Seminário subordinado ao tema “A ARTILHARIA NAS OAP”, com o intuito de promover o debate sobre a participação da Artilharia nas Operações de Apoio à Paz (OAP), tendo em vista recolher contributos e ensinamentos no âmbito da doutrina de emprego e do treino das Unidades de Artilharia para essas Operações.



A Direcção de Estudos e Instrução da EPA, como responsável pela Coordenação e Organização do evento, delineou três ambiciosos objectivos orientadores para as intervenções e debates, a saber:

- Reflectir sobre o Planeamento Operacional para as OAP.
- Identificar as possibilidades e as limitações da Artilharia de Campanha e Antiaérea Portuguesa no apoio às FND.
- Descrever e retirar ilações da participação internacional, com Baterias de Artilharia, em OAP.

Para tal, o Seminário teve a seguinte agenda:

Dia 27

- Abertura do Seminário presidida pelo Exm^o General COFT/DHAA, TGEN Abrantes dos Santos. Este 1^o dia foi subordinado ao tema geral "A Participação Nacional em OAP".
- 1.^a Sessão - "O Planeamento Operacional para as OAP" com a intervenção do Sr TCor Art Rovisco Duarte/DO/EME.
- 2.^a Sessão - "A Artilharia de Campanha no Apoio às OAP e às FND" com a intervenção do Sr TCor Art Maurício Raleiras/EPA.
- 3.^a Sessão - "A Artilharia Antiaérea no Apoio às OAP e às FND" com a intervenção do Sr Maj Art Varela Benrós/RAAA1.
- Debate - moderado pelo Sr. TCor Art Costa Crespo.

Dia 28

- Reabertura do Seminário que neste 2^o dia foi subordinado ao tema geral "A Participação Internacional em OAP".
- 1.^a Sessão - "A Artilharia Espanhola nas OAP" com a intervenção do Sr TCor Art Fernando Martín Gil do Exército Espanhol.
- 2.^a Sessão - "A Artilharia Francesa nas OAP" com a intervenção do Sr Cor Art Pierre Augustin do Exército Francês.
- Debate - moderado pelo Sr. TCor Art Morgado Baptista/IAEM.
- Apresentação das Conclusões a cargo do Chefe do Grupo Redactor, o Sr. Maj Art Pardal dos Santos/EPA.
- Encerramento do Seminário presidido pelo Exmo. General VCEME, TGEN Correia Leal.

Os militares que acederam ao convite formulado pelos Exm^o General COFT/DHAA e Cmdt EPA, cerca de três centenas repartidos pelos dois dias, puderam assistir a excepcionais intervenções de oficiais portugueses e estrangeiros, reconhecidamente credenciados para o assunto em apreço. Estes oradores imprimiram um nível ímpar nos testemunhos apresentados, quer pelo seu conhecimento dos temas quer pela forma esclarecedora e entusiástica como fizeram as suas exposições, tendo conduzido as sessões a vivos debates de tal forma participativos que chegaram mesmo a, por mais de uma vez, ser "brindados" com calorosos aplausos plenos de uma espontaneidade, só por si, reveladores do acolhimento tido junto da audiência.

Do que foi exposto e debatido, concluiu-se que: a Artilharia é fundamental nas OAP para dissuadir as facções em conflito do uso da força, proteger as nossas Unidades e populações e conferir credibilidade à Força.

Fica pois, no testemunho vivo de todos os presentes, a certeza da inequívoca importância da realização de similares jornadas, onde a troca de experiências, o confronto de ideias e a afirmação de razões, poderão resultar em palpáveis avanços rumo a um futuro que não deixe dúvidas quanto à importância da componente militar, no restabelecimento, manutenção e consolidação da Paz no mundo.



Nota: Dada a impossibilidade de, neste exíguo espaço, desenvolver com pormenor as diversas intervenções e, porque nos chegam "ecos" de interesse, por parte de quem não pôde estar presente, em ficar conhecedor das referidas intervenções, as mesmas poderão ser solicitadas à EPA até que sejam posteriormente publicadas em documento apropriado.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DO BASTÃO DE DHAA AO GENERAL ABRANTES DOS SANTOS

No dia 28 de Março de 2002, realizou-se no Salão Nobre da EPA a cerimónia de transferência do Bastão de Director Honorário da Arma de Artilharia (DHAA), do Exmo. TGEN Garcia Leandro, Director do IDN, para o Exm^o TGEN Abrantes dos Santos, Comandante do COFT e DHAA.

Esta cerimónia simples mas plena de significado foi presidida pelo Exm^o General Correia Leal, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e contou com a presença de um número muito significativo dos oficiais generais oriundos da Arma de Artilharia, dos Comandantes das Unidades de Artilharia e das delegações de oficiais e sargentos das Unidades da Arma, a par dos demais militares e civis que assistiram ao segundo dia do Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz".

Nas palavras que proferiu, o General Abrantes dos Santos exortou todos os Artilheiros para continuarem a dedicar à Artilharia todo o seu SABER, inteligência e profissionalismo e a contribuírem para o fortalecimento do espírito de corpo da Arma.



VISITA DO BGEN JOSÉ MARIA VASCONCELOS, COMANDANTE CHEFE DAS FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR LESTE, À EPA



No passado dia 20 de Fevereiro, o Exmo. Brigadeiro-General (BGEN) JOSÉ MARIA VASCONCELOS, Comandante Chefe Das Forças De Defesa De Timor Leste, visitou a Escola Prática de Artilharia (EPA), tendo sido recebido pelo Coronel Vítor Daniel Rodrigues Viana, Comandante da EPA, e pelo Coronel António José Marques Pires Nunes, Chefe do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar do Sul.

Após a prestação das honras regulamentares e da apresentação de cumprimentos realizada no salão Nobre, teve lugar uma apresentação sobre a história, missão, organização, formação, instrução e encargo operacional da EPA, bem como sobre a organização da artilharia de Campanha em Portugal.

Em seguida, o Exmo. BGEN José Maria Vasconcelos assistiu a uma demonstração sobre materiais que equipam o encargo operacional da EPA – a 1.^a Bateria de Bocas de Fogo e o Pelotão de Aquisição de Objectivos – e a uma sessão de fogos reais de artilharia de Campanha no Polígono de tiro.

Segui-se uma visita ao Museu da EPA e uma demonstração das capacidades do Simulador de Tiro INFRONT.

A visita terminou com a assinatura do livro de Honra da EPA pelo Exmo. BGEN José Maria Vasconcelos.

VISITA À EPA DO 1.º ANO DA ACADEMIA MILITAR



Cerca de 60 cadetes-alunos do 1.º ano da Academia Militar (Armas), acompanhados pelo Director dos cursos de Artilharia e pelo Comandante do 1.º Batalhão de alunos visitaram a Casa Mãe da Artilharia no dia 13 de Maio, com o objectivo de lhes ser facultada informação de carácter geral sobre a artilharia, tendo em vista possibilitar que os cadetes-alunos, num futuro próximo, possam fazer uma escolha mais fundamentada e esclarecida da sua futura Arma.

A EPA através da Direcção de Estudos e Instrução, delineou um programa da visita o mais amplo e diversificado possível, tendo proporcionado aos alunos da Academia Militar as seguintes actividades:

- Palestra no auditório, baseada no CD Multimédia que foi feito por esta escola em finais do ano transacto, onde foi transmitida a implantação territorial das unidades de artilharia no TN, assim como os principais materiais que equipam as unidades e os seus encargos operacionais.
- Exposição estática na parada General Bernado Faria com todos os materiais que equipam as unidades de artilharia de Campanha (obús 155 mm M109A5, obus 155 mm M114A1, obus M119 105 L.G. e obús OM 105/14), assim como os principais equipamentos que constituem o Pelotão de Aquisição de Objectivos (Secção Radar, com Radar de localização de alvos Móvies RATAC-S, secção de topografia com os

principais materiais orgânicos e secção de Meteorologia com a nova estação meteorológica automática MARWIN 12);

- Demonstração de fogos reais executada pela 1.^a BBF/GI (unidade do encargo operacional da EPA) a qual consistiu numa exposição na posição de tiro efectuada pelo Comandante de Bateria e na execução de um tiro por um cadete-aluno. Após a execução do tiro de regulação, os visitantes deslocaram-se para o observatório onde assistiram à execução de eficácia.



Ficaram, desta forma, expressas as principais capacidades da artilharia e a sua tendência de evolução com vista a um Apoio de Fogos mais eficaz, eficiente e oportuno, contribuindo a EPA, deste modo, para a consolidação dos conhecimentos de índole militar dos cadetes-alunos.

Foi para a EPA um motivo de satisfação e uma honra poder apresentar a nossa Artilharia a tão importante audiência, sabendo à partida, que entre os visitantes sairão dentro em breve os jovens artilheiros que serão o futuro da nossa Arma.

GAC/BAI/RA4

EXERCÍCIO “TROVÃO 021”

Decorreu no período de 22 a 25 de Abril, no Campo Militar de Santa Margarida, o exercício **Trovão 021**, como se encontra definido no conceito do Plano 01/02 (Plano de Treino Operacional para o ano de 2002) da Brigada Aerotransportada Independente, cuja responsabilidade de planeamento e condução do exercício pertenceu ao GAC/BAI.



- Foram empenhadas neste exercício duas das baterias do GAC/BAI/RA4.
- A Bateria de Comando e Serviços (BCS/GAC/BAI), comandada pelo Cap Art Almeida Dias, que teve a seu cargo a montagem da área dos trens do Grupo e respectivo bivaque, dos órgãos da bateria e do Posto de Comando (PC), bem como apoiar as acções de supervisão efectuadas pelo Comando do Grupo;
- A 2.ª Bateria de Bocas de Fogo (2.ª BBF), comandada pelo Ten Art Peixoto Prata, que entre outros objectivos executou procedimentos operacionais no âmbito da táctica e da técnica, nomeadamente

reconhecimento, escolha e ocupação de posições (REOP) e execução de fogos reais, com granadas explosivas, espoleta de percussão / tempos e granadas de fumos, efectuando-se um total de 121 tiros:

– HE/P.....	80
– HE/T.....	21
– WP.....	20

O efectivo participante no exercício foi de 157 militares, divididos como se indica:

– OFICIAIS.....	12
– SARGENTOS.....	26
– PRAÇAS.....	119



*Visita ao exercício do Exmº Cmdt da BAI,
Major General Avelar de Sousa e o Cmdt
do RA4, Cor Art Peixoto Apolónia.*

“EXERCÍCIO MOLIÇO 021”

Decorreu de 04 a 15 de Março 2002, o exercício “MOLIÇO 021” nos distritos de Beja e Faro. O exercício enquadrou-se nas actividades de treino operacional da BAI e no aprontamento do 2.º BIPARA no âmbito da FND para a PKF/UNTAET (TIMOR).

O exercício, envolveu as sub-unidades da BAI, meios aéreos da Força Aérea (C-130, C-212, SA-330, ALIII) e Armada (Comp.ª de Fuzileiros).

O GAC/BAI, participou no exercício MOLIÇO 021, no período de 06 a 10 Março 2002, com a 1.ª BBF/GAC/BAI (Reforçada) com a seguinte constituição:

PESSOAL



Oficiais	6
Sargentos	19
Praças	64
TOTAL	89

MATERIAL

Atrelado Tanque de água	1
Cozinha rodada	1
Atrelado de COB	1
Atrelado de Manutenção	1
Obus M119 LG 105mm / 30	6

VIATURAS

Ligeiras	1
Médias	11
Pesadas	4
TOTAL	16



A 1.ª BBF, integrou a força modular “GRIFO” na execução de uma operação convencional (marcha para o contacto), e no dia 10MAR02 participou, no desfile apeado e motorizado que a BAI efectuou no centro da cidade de BEJA.

“FORÇA GRIFO”

A Brigada Aerotransportada Independente, é a força Portuguesa disponibilizada pelo Exército Português para o “*Allied Command in Europe Rapid Reaction Corps*” (ARRC – Corpo de Reacção Rápida do Comando Aliado da Europa), integrada na 3.^a Divisão Italiana, e também é a força disponibilizada para a EUROFOR, (Fórum de Defesa que une 4 países do Sul da Europa); têm também um Bipara disponibilizado para a ONU.

Com as participação em missões FND, em Timor-Leste e na Bósnia – Herzegóvina, e com todos os outros empenhamentos (A BAI está também inserida nos planos nacionais de contingência, com uma força de escalão batalhão com um elevado grau de prontidão) será difícil à BAI ter possibilidades de estar pronta para responder aos compromissos do ARRC, pois não dispõem permanentemente de uma força, com todas as valências necessárias, para dar uma resposta pronta e credível aos compromissos assumidos pois essa força terá de dispor de apoio de combate, de fogos e de serviços com o mesmo grau de treino operacional e prontidão, além dos que são orgânicos do batalhão, para poder conduzir operações de uma forma independente como força projectada para fora do Território Nacional.

Pretende-se assim que seja constituída uma força, que para além de estar permanentemente constituída, seja ligeira embora bem equipada e motivada, flexível e capaz de elevada prontidão, permitindo intervenções com curto pré aviso a uma solicitação nacional ou internacional podendo libertar as outras sub unidades da Brigada para os empenhamento nas FND.

Este tipo de força além de um BIPara seria constituída por um módulo de rec equipado com viaturas PANHAR M-11; por um módulo ACAR equipado com mísseis MILAN; por um módulo de engenharia constituído por duas equipas, uma de máquinas com capacidade para serem parachutáveis (tipo Bob-cat) e outra de sapadores; por um módulo de transmissões; por um módulo de apoio de fogos constituído por uma bateria de obuses 105 mm “Ligth Gun”, mas equipada também com morteiros 120 mm estriados e 81mm Long Range, utilizando o tipo de materiais que melhor se adequasse à missão; por um módulo de AAA equipado com mísseis Stinger; por um módulo de apoio de serviços com as valências sanitária, manutenção e reabastecimento e por um destacamento de precursores.

Esta força toda ela lançável em pára-quedas (pessoal e material), e articulando-se em vários módulos, podendo ser utilizável na sua totalidade ou em parte de acordo com a missão a desempenhar mas treinada para ser utilizada em qualquer das modalidades referidas.

Desta forma e sendo o possível embrião de uma força constituída, foi testada pela 1.^a vez neste exercício "MOLIÇO 021" uma força com as características da força que se pretende que a BAI tenha.

A Força modular acima referida foi denominada "GRIFO", constituída por unidades da BAI e neste exercício reforçada por uma companhia de fuzileiros. Esta força além de executar uma operação aerotransportada, teve por missão efectuar uma operação convencional executando uma marcha para o contacto, onde a 1.^a BBF garante o Apoio de Fogos convencionais, contínuo e oportuno ao CMDT da Força Grifo e integra o apoio de fogos em toda as operações.

Esta bateria do GAC/BAI é uma Sub Unidade perfeitamente enquadrada no espírito e nos objectivos que esta Força Modular pretende ser, pois para além de ter as tropas perfeitamente adaptada a este tipo de missões, é uma bateria de artilharia ligeira podendo ser:

- Rebocada;
- Helitransportada;
- Aerotransportada;
- Aerolancada.



OPERAÇÃO AEROTRANSPORTADA

... deslocar furtivamente um potencial de combate suficiente para causar o desequilíbrio num determinado ponto do TO com o objectivo de criar condições favoráveis para vencer, explorando um ponto fraco ou evitando que o inimigo possa utilizar uma determinada área com vantagem, utilizando forças altamente motivadas, com uma liderança forte, disciplinadas e prontas para morrer em combate se tal for necessário...

RA5

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RA 5

No dia 18 de Fevereiro, no Regimento de Artilharia Nº 5 teve início o 7º Curso de Formação Profissional de Eletricidade de Instalações.

A cerimónia de abertura do Curso foi presidida pelo Comandante do Regimento, Coronel Art Alfredo Nunes da Cunha Piriquito e contou com a presença do representante do Director do Centro de Formação Profissional do Porto, do Director do Centro de Emprego de Gaia e do Chefe da Repartição de Instrução e Treino do QG/RMN.

O Curso é ministrado a 12 Formandos, em regime laboral, sendo de salientar que nas provas de Classificação e Selecção, que estiveram a cargo do Centro de Emprego de Gaia, candidataram-se 70 militares das U/E/O da RMN, tendo apenas sido seleccionados 12 militares para as 12 vagas existentes.

Até ao presente, nesta Unidade já foram realizados seis Cursos de Eletricidade de Instalações e quatro Cursos de Serralharia Mecânica, tendo obtido aproveitamento nos referidos Cursos 117 militares.

Os primeiros Cursos de Formação Profissional no RA5 tiveram início em 15 de Maio de 1995 e com o seu lançamento a Região Militar Norte dava os primeiros passos na realização de Acções de Formação Profissional, que devido ao seu êxito rapidamente se estenderam às outras Unidades da RMN.



GAC/BLI/RA5

EXERCÍCIO "POLACO 022"

No período de 19 a 21 de Fevereiro de 2002 realizou-se na região da *Serra da Lousada* o Exercício "POLACO 022" no âmbito do treino do *Encargo Operacional do Regimento de Artilharia N.º 5*, cuja responsabilidade de planeamento e conduta pertenceu ao GAC/BLI.

Os objectivos gerais foram:

- Aperfeiçoar o nível de instrução individual e colectiva;
- Corrigir deficiências detectadas na instrução e em exercícios anteriores;
- Preparar e aprontar as forças para o cumprimento da missão e manter o espírito de corpo entre os militares do GAC/BLI.

Dos objectivos específicos salientam-se:

- Praticar e treinar as técnicas específicas de *Artilharia*, em particular a execução de fogos reais;
- Praticar e treinar aspectos tácticos;
- Realizar operações de helitransporte de pessoal e material.

O Exercício iniciou-se com o deslocamento para o local de bivaque, seguindo-se o treino táctico, designadamente, reconhecimento, escolha e ocupação de posições (principal, alternativa e suplementar), reacção a emboscadas à coluna de marcha e ocupação nocturna de uma posição preparada.

No dia seguinte pelas 10H30 efectuou-se o *helitransporte* da Bateria de Tiro e do destacamento de reconhecimento da 2.ª BBF, utilizando para o efeito um helicóptero SA 330 "PUMA" da *Força Aérea Portuguesa*.



Na tarde do dia 20 e na manhã do dia 21 realizaram-se duas sessões de Fogos Reais com o material orgânico do *GAC/BLI – Obus OM 105 mm/14*, com o objectivo de exercitar e aperfeiçoar os procedimentos operacionais no domínio da técnica do *Tiro de Artilharia de Campanha*.



Como tarefas preparatórias para o planeamento do "POLACO 022", foram realizados no dia 6 de Fevereiro um *Reconhecimento Aéreo (REVIS)* utilizando um *avião FTB*, para reconhecimento e escolha das posições das Baterias do Grupo e dos itinerários principais e de alternativa e no dia 7 de Fevereiro um *Exercício de Fogos Reais* com o calibre reduzido no qual participaram a *Bateria de Tiro* e as *Seções de Observação Avançada da 2.ª BBF*.



PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Assembleia da República

Lei n.º 9 /2002

Regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma.

(OE N.º 02/28 FEV02 - 1ª Série)

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 141 - A/2002

Aprova os modelos de formulários de requerimento para contagem de tempo do período de prestação de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma e para atribuição de complemento especial de pensão ou de acréscimo vitalício de pensão.

(OE N.º 02/28 FEV02 - 1ª Série)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART (08323268) Mário Augusto Mourato Cabrita

(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

COR ART RES (08009365) Fausto de Almeida Pereira

(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)

Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe

COR ART (07251372) Alfredo Nunes da Cunha Piriquito
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

TCOR ART (11044776) Fernando da Costa Crespo
(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)
TCOR ART (03040483) Carlos Alberto Borges da Fonseca
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 2ª Classe

COR ART (51995911) Rui Teixeira de Freitas
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)
COR ART (00167165) João António Heitor Alves
(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)
MAJ ART (07376881) José Fernando de Araújo Carvalho
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 3ª Classe

CAP ART (04839188) David José da Rocha Alves
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Medalha de Ouro Comportamento Exemplar

COR ART (04334365) José Manuel Freire Nogueira
COR ART (09493365) Aníbal José Rocha Ferreira da Silva
(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)

Passagem à situação de Reserva

TEN GEN (50447111) Samuel Matias do Amaral
(OE n.º 03/31MAR02 - 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de Reforma

MGEM COG (51370311) Rodolfo António C. B. Begonha
(OE n.º 03/31MAR02 - 2ª SÉRIE)
COR ART (50446711) António Carlos A. P. da Silveira
TCOR ART (20399061) Moisés Carlos Correia P. Afonso
(OE n.º 01/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao posto Major – General

COR ART (04334365) José Manuel Freire Nogueira
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Ao posto de Coronel

TCOR ART REF(31410258) José Ernesto Cabral da Silva
 TCOR ART REF(51465611) Arlindo Augusto Soares
 TCOR ART (07789874) Carlos Manuel Saramago Pinto
 (OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)
 TCOR ART (04538864) Rui Alexandre Carita Silvestre
 (OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)

Ao posto de TCoronel

MAJ ART (16456483) Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues
 MAJ ART (08092576) Rui Manuel Carvalho Pires
 MAJ ART (09816685) José Mota Mendes Ferreiro
 MAJ ART (03040483) Carlos Alberto Borges da Fonseca
 MAJ ART (19734783) Luís Miguel Green Dias Henriques
 (OE N.º 01/31 JAN02 - 2ª Série)
 MAJ ART (12680584) Nuno Manuel Monteiro Fernandes
 MAJ ART (05184978) José Manuel Tomaz Luís
 (OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Ao posto de Capitão

TEN ART (19072892) Paulo Jorge Fernandes Gonçalves Balsinhas
 TEN ART (39626692) Luís Eduardo da Silva Ferreira Laranjo
 TEN ART (14396086) José António Cabral Carreira Coelho
 TEN ART (14393193) Nuno Alexandre Rosa Morais dos Santos
 TEN ART (16352992) Norberto Francisco Calmeiro Vaz
 TEN ART (17485793) Nuno Miguel Pinto Jordão
 TEN ART (11547593) Nuno Luís Pereira Monteiro
 TEN ART (04009092) João Miguel Louro Dias Ferreira Belo
 TEN ART (08454388) António Eduardo Paulo Pires
 (OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Ao posto de Tenente

ALF ART (11079894) Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
 ALF ART (00827995) Nuno Miguel Lopes Salvado
 ALF ART (18313295) Jorge Jerónimo de Almeida Nascimento
 ALF ART (03033795) Nuno Miguel Cirne Serrano Mira
 ALF ART (15130094) Rui Jorge de Matos Alvarinho
 ALF ART (01597594) João Francisco Dias Pimenta
 ALF ART (12390594) Luís Miguel Parreira Roberto
 ALF ART (04548994) Sandro José Robalo Gerales
 ALF ART (08498494) Rui César Sequeira Heleno
 ALF ART (15876194) Fernando Jorge Marques Machado
 ALF ART (08926794) José Luís Nunes dos Santos Correia
 ALF ART (38452993) Paulo Jorge Coixão dos Reis Bento
 (OE N.º 01/31 JAN02 - 2ª Série)

3. GRADUAÇÕES

Brigadeiro-General

COR ART (09493365) Aníbal José Rocha Ferreira da Silva
(OE N.º 03/31MAR- 2ª Série)

4. OBITUÁRIO

COR ART REF (50903011) Domingos Magalhães Filipe
(OE N.º 01/31 JAN02 - 2ª Série)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 4ª Classe

SCH ART (06718880) Júlio Lopes Pinheiro
SAJ ART (02518782) Luís Daniel Alves
SAJ ART (10684983) José Manuel Machado Figueira
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Passagem à situação de Reserva

SMOR ART (62470271) Carlos Alberto Vinagre
(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)
SAJ ART (04772576) António Manuel Lopes Mariano
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)
SAJ ART (11641483) Nuno Manuel Sarmento Vinhas
(OE N.º 03/31MAR02 - 2ª Série)

Passagem à situação de Reforma

SCH ART 01878379 David Jorge Fino Correia Pais
(OE N.º 01/31 JAN02 - 2ª Série)

2. PROMOÇÕES

Ao posto de Sargento Chefe

SAJ ART (04617978) Henrique José Rosa de Carvalho
SAJ ART (16844378) Carlos Francisco Duarte Freitas
(OE N.º 03/31MAR- 2ª Série)

Ao posto de Sargento Ajudante

1 SAR ART (01863586) José Galvão de Moura
(OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Ao posto de Primeiro Sargento

2 SAR ART (28496992) Raimundo Grilo Queirós
 2 SAR ART (33973092) José Carlos Diogo Baião
 2 SAR ART (14769392) Fernando Manuel Pedro Ferreirinha
 2 SAR ART (23976391) Rui Gabriel Neves da Costa Gregório
 2 SAR ART (04375493) Marco Paulo Cardoso Dimas
 2 SAR ART (21640292) Bruno António Lima Rodrigues
 2 SAR ART (01104092) Paulo Jorge Matos Tim Tim
 2 SAR ART (21742693) João Paulo Calado Baiana
 2 SAR ART (14970391) Paulo Jorge Carvalho Silva
 2 SAR ART (26034092) Rui Manuel Varela Pexirra
 (OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

Ao posto de Segundo Sargento

FUR AI (17191296) Paulo Jorge Antunes Vaz
 2 SAR AI (13825294) Paulo David de Medeiros Pimentel
 2 SAR AI (31829192) Vítor José Pereira Alves
 FUR AI (08238896) Nuno Miguel Beto Marques
 2 SAR AI (11657994) João Alberto da Silva Ferreira
 FUR AI (09684095) Nelson Alexandre dos Santos Vieira Justino
 FUR AI (012326995) Paulo Alexandre Anjo das Neves
 (OE N.º 02/28 FEV02 - 2ª Série)

3. OBITUÁRIO

SMOR ART REF 50895 611 Jaime Manuel M Carneiro Leão
 1SAR ART REF (52957211) José Gonçalves Afonso
 (OE N.º 01/31 JAN02 - 2ª Série)

RECTIFICAÇÃO

Revista de Artilharia n.º 917 a 919 – Janeiro a Março de 2002

Página 83 – *Título do artigo*

Onde se lê “AS RESPONSABILIDADES DO EXÉRCITO NA DEFESA AÉREA DO TERRITÓRIO”, deve passar a ler-se “AS RESPONSABILIDADES DO EXÉRCITO NA DEFESA AÉREA DO TERRITÓRIO NACIONAL”.





REV. TA DE ARILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

98.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83



N.ºs 923 A 925

JULHO A SETEMBRO DE 2002

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
O GAC/BMI ATINGE A MAIORIDADE	213
<i>Texto do Grupo de Artilharia de Campanha.</i>	
O EMPREGO TÁCTICO DE MUNIÇÕES ESPECIAIS	231
<i>Pelos Majores de Artilharia Ruivo Grilo, Afonso Jorge, Silva Perdigão, Simões Oliveira e Leal Correia.</i>	
ALBÂNIA – EVOLUÇÃO POLÍTICA ATÉ À CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA	271
<i>Pelo Comissário da Polícia de Segurança Pública Carlos Alberto da Conceição Anastácio.</i>	
TAXONOMIA DE OBJECTIVOS EDUCACIONAIS DE BENJAMIN S. BLOOM	287
<i>Pelos Aspirantes Alunos de Artilharia Daniel Pegado, Orlando Rebelo; Rui Soares e Hugo Baptista.</i>	
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	297
ANIVERSÁRIO DA REVISTA DE ARTILHARIA	297
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	299
NOTÍCIAS DA EPA	303
NOTÍCIAS DO RA 5	314
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".

TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
**ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS**
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

JULHO – AGOSTO – SETEMBRO DE 2002

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

O GAC/BMI ATINGE A MAIORIDADE

Texto do Grupo de Artilharia de Campanha da BMI

1. A GÉNESE DO REEQUIPAMENTO

Por Despacho de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército, de 17 de Março de 1994, a 1.ª Brigada Mista Independente transforma-se em Brigada Mecanizada Independente (BMI). A Infantaria evolui na sua totalidade para Batalhões Mecanizados (1.º e 2.º BIMec), a Cavalaria equipa-se com o carro de combate M60, continuando a manter o seu Grupo de Carros de Combate (GCC) e, consequentemente, a Artilharia de Campanha sente necessidade de evoluir para cumprir a sua missão de apoio de fogos à BMI de uma forma eficaz.

Perante esta situação, são desactivadas em meados de 1996, as Baterias de obuses rebocados, passando o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente (GAC/BMI) a viver tempos de alguma

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão José Carlos Pinto Mimoso (RA4)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (IAEM)

Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)

Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)

Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)

Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (RAA1)

Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)

Major Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)

Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)

Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

escolhido 14 Obuses do Anniston Army Depot, em pior estado de conservação, é certo, mas que, com a diferença de preço, permitiria efectuar um "OVERALL", além do indispensável "UPGRADE", bem como adquirir as necessárias palamentas.

Refira-se que o processo de "UPGRADE" tem sido e continua a ser utilizado por diversos exércitos para modernizar os seus meios de Artilharia de Campanha, racionalizando, desta forma, os meios financeiros.

A Letter of Offer and Acceptance (LOA)², para esta aquisição, viria a ser assinada pelos governos de Portugal e dos EUA, em Dezembro de 1998, tendo sido prevista a entrega do material para Agosto/Setembro de 2001.



Uma vez escolhidos os Obuses e assinada a LOA, foram então transportados para as Oficinas do Depósito de Fort Riley, no Kansas, onde foram efectuados todos os trabalhos de "UPGRADE" e "OVERALL".

Em 7 de Abril de 2001, nos campos de tiro de Fort Riley, realizou-se a primeira sessão de fogos reais, para testar todo o sistema de tiro e chave anti-torção. A convite dos EUA e para acompanhamento dos trabalhos, esteve presente uma equipa de especialistas do Exército Português.

Apesar de em Setembro se encontrarem prontos para entrega, devido aos acontecimentos ocorridos nesse mês nos EUA, o seu embarque viria apenas a efectivar-se na primeira semana de Dezembro, na Base Naval de Norfolk.

3. A CHEGADA A PORTUGAL

Em 23 de Dezembro de 2001 chega ao porto de Setúbal o navio com os 14 Obuses M109A5 e respectivas palamentas.

A descarga e o transporte dos Obuses para o Depósito Geral de Material de Guerra (DGMG) decorreu com a participação de vários militares, entre os

apreensão em relação ao seu futuro, agravado pela saída de vários dos seus quadros para outras unidades da BMI e da Arma.

Durante todos estes anos a actividade operacional e de instrução resumiu-se unicamente à 2.^a Bateria de Bocas de Fogo (BBF), equipada com o material M109A2 155mm AP, suportada para o efeito nas Baterias de Comando e de Serviços.

Este facto originou um enorme desgaste em termos de pessoal e material, atenuado, todavia, pela certeza de que o caminho estava traçado, não havendo lugar ao retrocesso. Amputado das outras duas BBF, o GAC/BMI nunca deixou, no entanto, de exercitar a sua direcção táctica no sistema ternário, quer em exercícios internos quer em exercícios do âmbito da BMI.

2. O PROCESSO DE REEQUIPAMENTO

Em 1996 dão-se início aos vários programas de reequipamento da BMI, os quais foram sendo executados de uma forma gradual, sendo de referir o programa ED-56 para completar e mecanizar o GAC/BMI. Este programa tinha por objectivo dotar a BMI de uma Artilharia de Campanha com um único calibre e com a mobilidade exigida pelas unidades de manobra, passando esta evolução pelo levantamento das duas BBF desactivadas com obuses de uma versão mais evoluída tecnologicamente, os quais teriam de privilegiar naturalmente a massa de fogos, a rapidez, a precisão e a sobrevivência no campo de batalha.

Por várias razões, este programa atravessou algumas dificuldades de execução, tendo-se, no final de 1996, assistido ao relançamento de alguns dos objectivos previstos e não concretizados na vigência da 2.^a Lei de Programação Militar. Após o estabelecimento de diversos contactos e a realização de vários estudos, foi superiormente definido que este programa deveria ser concretizado no âmbito da cooperação bilateral com os Estados Unidos da América (EUA), através do processo Foreign Military Sales (FMS)¹.

Desta forma, e depois de cumpridos todos os trâmites necessários, em Abril de 1998 uma equipa do Exército Português, constituída por um Oficial da Divisão de Logística do Estado-Maior do Exército (DL/EME), um da Direcção dos Serviços de Material e um do GAC/BMI, deslocou-se aos EUA para, através de uma Joint Visual Inspection (JVI), escolher os 14 Obuses M109A2/A3, que melhor serviriam os propósitos nacionais.

Esta equipa esteve presente em Fort Maclellan e em Anniston Army Depot, onde verificaram o estado dos Obuses aí estacionados, tendo

quais se destacam: comandantes de secção, condutores de obus e pessoal de manutenção.

Os meios materiais incluíram 8 camiões pesados com atrelado, viaturas da Polícia do Exército e da Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana.

Estes meios permitiram efectuar o transporte do material e respectiva escolta para o DGMG, onde, em 7 de



Janeiro de 2002, as equipas de especialistas dos Exércitos Português e Americano iniciaram os trabalhos de inspecção, entrega e recepção destes equipamentos.

No dia 9 de Janeiro de 2002 é entregue ao GAC/BMI o primeiro Obus M109A5, tendo os dois últimos Obuses entrado à Porta de Armas da Unidade no dia 25 de Janeiro de 2002.



4. SESSÕES DE TIRO

Em 14, 15 e 21 de Janeiro de 2002 o GAC/BMI executou os primeiros fogos reais com os Obuses M109A5.

Estas sessões tiveram por objectivo verificar o comportamento dos novos Obuses antes, durante e após a execução do tiro, através de observações directas ao material, bem como pela análise dos elementos recolhidos durante os fogos reais nos deslocamentos, na posição das bocas de fogo e no observatório.

Durante os deslocamentos:

- o desenvolvimento do motor;
- alterações nos trilhos (perda de almofadas, aquecimento dos cubos das rodas de apoio, folgas e outros);



- comunicações internas (entre o comandante de secção e o condutor);
- alterações anormais, vibrações, etc.

Na posição das bocas de fogo (antes, durante e depois do tiro):

Pelo Comandante de Secção:

- verificação visual de todo o obus;
- verificação dos aparelhos de pontaria;
- verificação das pressões e dos níveis do sistema hidráulico;
- verificação de variações de recuo, durante o tiro;
- verificação de variações de tempo de entrada em bateria, com a mesma carga, durante o tiro;
- verificação do sistema de luzes internas e externas do obus;
- verificação dos sistemas de iluminação dos sistemas de pontaria.

Pelo Comando da Bateria de Tiro:

- registo das velocidades iniciais, para todos os tiros executados;

No observatório:

- localização de todos os rebentamentos;
- registo da sua localização, em papel milimétrico, a partir do primeiro tiro;



Os testes foram efectuados na região de D. PEDRO Δ e na região de ABEGOARIA Δ .

De D. Pedro Δ , cada Obus efectuou uma regulação em tiro mergulhante com 5 tiros, seguida de uma série pela direita.

Seguiu-se uma regulação em tiro vertical com igual número de munições, assim como uma série pela direita.

No final, cada Obus executou 2 tiros directos com carga 7 WB.

Da região ABEGOARIA Δ , a cerca de 13 Km do objectivo, cada Obus executou uma regulação em tiro mergulhante de 3 tiros com carga 7WB, seguida de uma série pela direita.

Em 20 e 21 de Março de 2002, os novos Obuses M109A5 foram formalmente apresentados ao Exército, durante um exercício táctico com fogos reais presenciado pelos Adidos Militares acreditados em Portugal, Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e Serviços, Comandantes

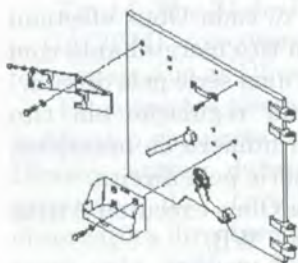
das Unidades de Artilharia, Comandantes das Unidades do Campo Militar de Santa Margarida e da Brigada Mecanizada Independente, representantes do Comando Operacional das Forças Terrestres, do Comando da Logística, da Direcção dos Serviços de Material, das Divisões de Operações, de Logística e de Planeamento e Programação do Estado-Maior do Exército, da Escola Prática do Serviço de Material e do Instituto de Altos Estudos Militares e dos Cadetes de Artilharia do 4.º ano da Academia Militar.

No âmbito da entrada ao serviço dos Obuses M109A5 no Exército Português, de uma forma consistente e sustentada, é de referir o curso de manutenção ministrado na Escola Prática do Serviço de Material a oito militares, que constituíram o corpo de instrutores dos Cursos de Formação de Praças e dos Cursos de Artilharia Autopropulsada para Oficiais e Sargentos dos Quadros Permanentes da Arma de Artilharia, bem como dos cursos ministrados na própria Escola Prática do Serviço de Material.



5. AS INOVAÇÕES

a. M13 Decontamination Mod Kit



DESCRIÇÃO:

Este Kit providencia um local para acondicionamento de um reservatório no exterior da porta da retaguarda da viatura.

O reservatório permite o armazenamento de produto descontaminante para aplicar no Obus após a sua exposição a agentes NBQ (Nuclear, Biológicos ou Químicos).

Tem uma capacidade de 14 lts.

COMENTÁRIOS:

Para a colocação deste equipamento foi necessário proceder à alteração do suporte do carretel do Obus para a parte superior esquerda da porta traseira.

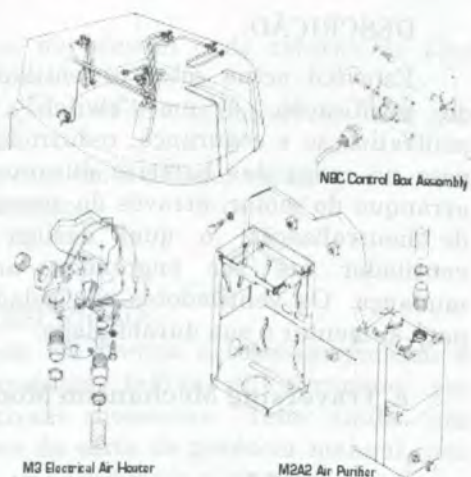
Para a utilização deste equipamento é necessário o uso de fato, luvas e máscara NBQ.

b. NBC Equipment and Cab Electrical Modification Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit providencia dois filtros para remoção dos agentes NBQ do ar no interior do Obus. Um dos filtros está colocado na torre e outro no casco. O filtro purificador de ar tem também como finalidade fornecer ar filtrado à guarnição através das máscaras. Permite ainda o aquecimento do ar durante operações em climas frios.

A instalação deste sistema obrigou à alteração do alternador e do rectificador para fazer face ao aumento de potência necessário.



COMENTÁRIOS:

As duas caixas montadas na parte traseira da torre e os dois adaptadores junto aos assentos da guarnição servem para armazenar e ventilar as máscaras dos elementos da secção e os fatos NBQ.

c. NBC Equipment and Cab Electrical Modification Kit (continued)

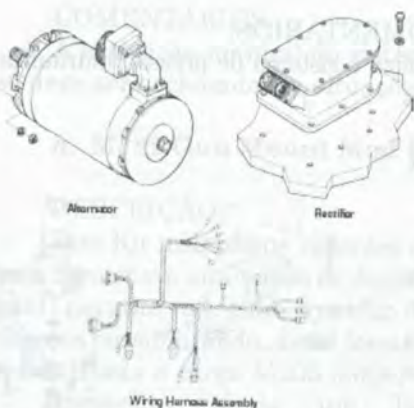
DESCRIÇÃO:

O novo alternador e o rectificador e regulador do sistema de carga foram melhorados perante a necessidade de potência extra para o equipamento NBQ.

O sistema de carga das baterias foi aperfeiçoado, podendo ainda fornecer energia para o sistema de navegação inercial GPS, (quando instalado) bem como para o sistema de aquecimento do Obus.

COMENTÁRIOS:

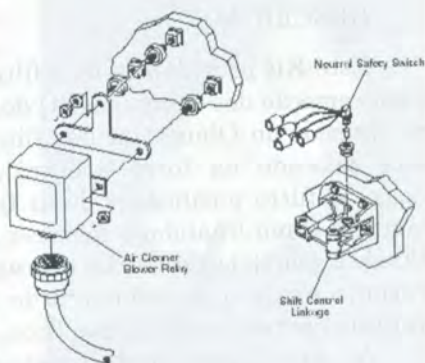
O alternador passou de 100 Amp no M109A2 para 180 Amp no M109A5.



d. Air Cleaner Neutral Safety Switch Modification Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit actua sobre o ventilador de purificação, é um “switch” de neutralização e segurança, reduzindo o peso na carga das baterias durante o arranque do motor, através do sistema de neutralização, o qual desliga o ventilador até ser engrenada uma mudança. Os ventiladores são selados para aumentar a sua durabilidade.



e. Traversing Mechanism Mod Kit

DESCRIÇÃO:

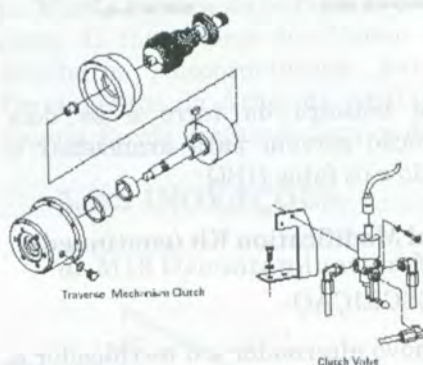
Este Kit é composto por uma embraiagem actuada hidraulicamente ou electricamente em oposição à simples embraiagem eléctrica do modelo M109A2.

A válvula tem possibilidade de ser actuada manualmente para testes ou em caso de falha do sistema eléctrico.

Este sistema reduz o consumo de energia das baterias sendo mais fiável.

COMENTÁRIOS:

Utiliza o sistema de pressão hidráulica do Obus.

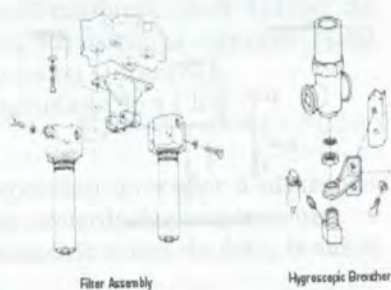


f. Hydraulic Power Pack Filter Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit é composto por um filtro para remoção de impurezas do óleo e por um filtro respirador para purificar a humidade do ar que entra no reservatório hidráulico.

A modificação executada com a introdução destes dois filtros e com o respirador



higroscópio aumenta a durabilidade dos vários componentes do sistema hidráulico e tem como finalidade:

- os filtros instalados no sistema de pressão e de retorno do óleo removem as impurezas que este possa ter;
- o respirador higroscópio remove a humidade e as impurezas do ar que entra no reservatório;
- ambos os filtros estão equipados com um indicador visual que mostra quando é necessário a sua substituição.

g. Starter Protection Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit previne o sobre-aquecimento e subsequentes falhas do arranque em tentativas sucessivas. Tem ainda um sistema de corte de potência manual caso exista uma sobrecarga no sistema.

Define ainda períodos de arrefecimento na sequência de arranque com os quais protege o sistema e aumenta a sua durabilidade.

Previne ainda o accionamento do motor de arranque se o motor estiver a trabalhar e desliga o sistema se o motor de arranque não estiver a rodar com a rotação necessária.

A protecção do motor de arranque estabiliza o arranque do motor.

COMENTÁRIOS:

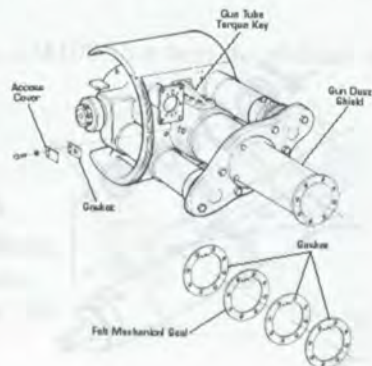
A activação manual do sistema de protecção de sobrecarga de potência só deve ser accionado em situações de emergência.

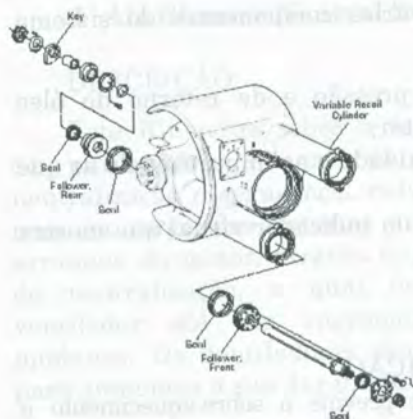
h. M182 Gun Mount Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit melhora os vedantes e apresenta uma nova chave anti-torsão de dupla ranhura, a qual permite ao tubo resistir a maiores esforços possibilitando, desta forma, que possa ser utilizada a carga M203 (super carga).

Apresenta ainda um local para montagem de um dispositivo de aviso térmico do sistema.





i. Variable Recoil Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit melhora os vedantes do cilindro de recuo variável, bem como outros componentes internos.

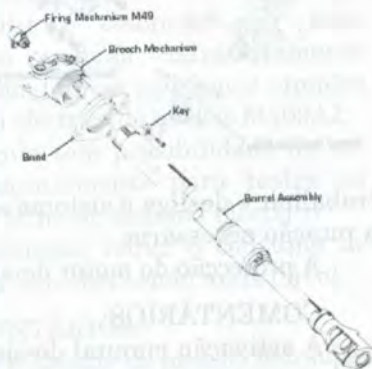
Com estas alterações o sistema de recuo está preparado para resistir às forças associadas à carga M203.

j. M284 (RC/MAS) Cannon Assembly

DESCRIÇÃO:

Este Kit aumenta o alcance do material devido à introdução do tubo M284 RC/MAS, do aperfeiçoamento da culatra, do novo mecanismo de disparar M49 e da melhoria dos sistemas de ligação entre a culatra e o tubo.

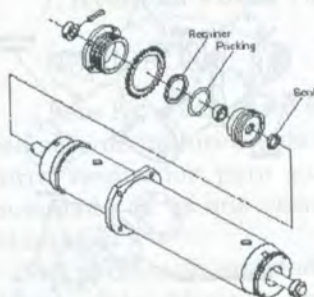
Estes novos componentes previnem ainda falhas de tiro (existentes no mecanismo de disparar M35 do M109A2) e aumentam a capacidade de pressão na culatra e, desta forma, o alcance.



k. Buffer Cylinder Seal Mod Kit

DESCRIÇÃO:

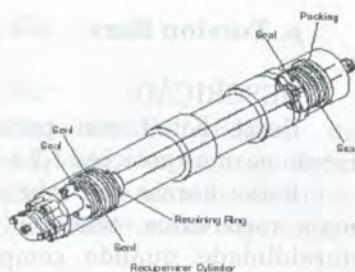
Este Kit melhora os vedantes do cilindro do freio de recuo, por forma a prevenir as constantes fugas do modelo anterior.



l. Recuperator Cylinder Seal Mod Kit

DESCRIÇÃO:

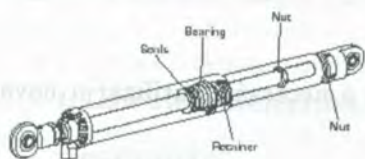
Este Kit substitui e reforça os vedantes a fim de lhe aumentar a durabilidade e prevenir constantes fugas como acontecia no modelo anterior do cilindro recuperador.



m. Equilibrated Elevating Mechanism Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit é constituído por um novo cilindro equilibrador o qual dá maior confiança e melhora o comportamento no alinhamento com a direcção do recuo.



Equilibrated Elevation Cylinder

n. T-154 Track Assembly

DESCRIÇÃO:

Deste Kit fazem parte um novo sistema de fixação das borrachas, um novo revestimento que lhe dá maior resistência e melhor alinhamento utilizando ainda outro tipo de borracha nas almofadas.

Estas alterações aumentam em 50% a vida do trilho e em mais de 100% a durabilidade das almofadas quando comparado com o trilho T-136 do M109A2.



COMENTÁRIOS:

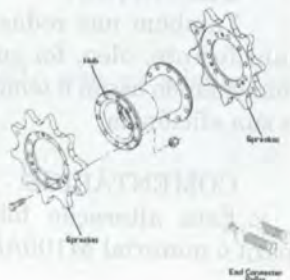
Este trilho foi especialmente criado para o M109A5 e tem de utilizar a roda motora T-154.

o. T-154 Sprocket Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Deste Kit fazem parte uma nova roda motora com maior resistência e novas referências de desgaste.

Também faz parte um novo sistema de adaptação (saca elos) e um novo cubo.



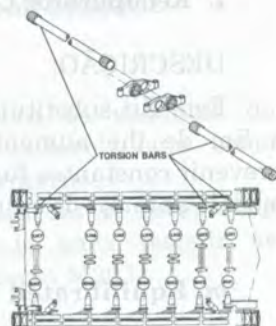
p. Torsion Bars

DESCRIÇÃO:

Deste Kit fazem parte novas barras de torção para as posições 1,2 e 7.

Estas barras são fabricadas com materiais mais resistentes, tendo o dobro do tempo de durabilidade quando comparadas com as do M109A2, sujeitas à mesma carga de esforço.

Têm ainda uma maior capacidade de sustentação de peso no solo.

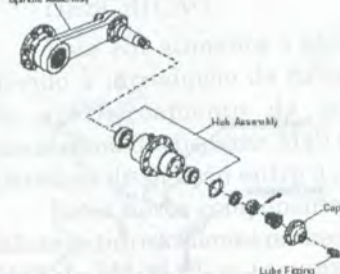


COMENTÁRIOS:

Para a utilização destas barras de torção é necessário utilizar a nova roda motora e o novo trilho T-154.

q. Road Wheel Hub Assembly Mod Kit

Road Arm and Sprocket Assembly



DESCRIÇÃO:

Deste Kit fazem parte a substituição do elemento lubrificante, de óleo para massa, aumentando assim a sua durabilidade, facilidade e maiores períodos entre manutenções.

COMENTÁRIOS:

Esta alteração foi feita especialmente para o obus M109A5.

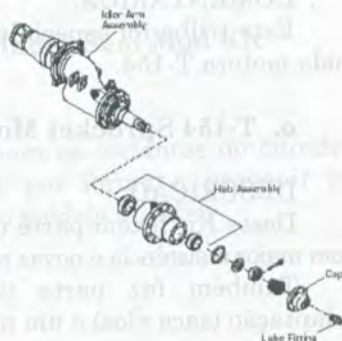
r. Idler Wheel Hub Assembly Mod Kit

DESCRIÇÃO:

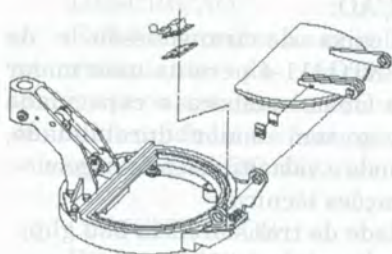
Também nas rodas tensoras o elemento lubrificante, óleo, foi substituído por massa, aumentando assim o tempo entre manutenções e a sua eficiência.

COMENTÁRIOS:

Esta alteração foi feita especialmente para o material M109A5.



s. Commander's Cupola Assembly Mod Kit



DESCRIÇÃO:

Na escotilha do Comandante de Secção foi aperfeiçoado o sistema de fecho e tranca, quando a escotilha se encontra aberta, afim de lhe conferir maior segurança.

COMENTÁRIOS:

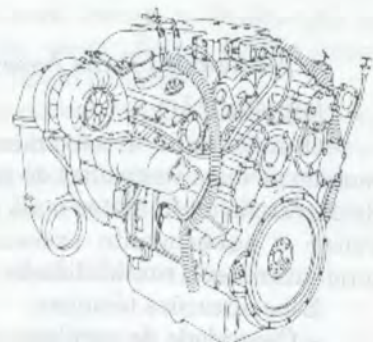
Esta alteração foi feita especialmente para o material M109A5.

t. Low Heat Rejection (LHR) Engine Mod Kit

DESCRIÇÃO:

LHR – Low Heat Rejection (baixa assinatura térmica).

Este novo motor tem maior potência (440hp) vs (405hp do M109A2) e menor assinatura térmica por unidade de potência.



Este aumento de potência foi conseguido isolando as passagens de ar quente e aumentando as superfícies de exaustão. A temperatura é assim transferida para o turbo e a carga térmica por unidade de potência é reduzida.

Foi ainda criado um “bypass” para redução do desgaste da bomba de combustível a alta velocidade, bem como foram introduzidos novos injectores de combustível.

COMENTÁRIOS:

O Kit inclui uma novo motor DETROIT DIESEL, com as adaptações necessárias para a sua instalação no Obus.

u. Power Train Assembly XTG411-4 Transmission Mod Kit



Transfer Assembly



XTG411-4 Transmission

DESCRIÇÃO:

A nova caixa de transmissão e de transferência XTG411-4 permite uma maior velocidade do Obus, melhora a capacidade de travagem e tem maior durabilidade, aumentando ainda a vida útil da embraiagem.

Especificações técnicas:

- capacidade de transferência 650 ghp;
- velocidade máxima 2500 rpm
- taxa de conversão 3.0:1
- capacidade travagem > 12 pés p/seg.

COMENTÁRIOS:

Esta alteração foi feita especialmente para funcionar com o novo motor de 440 hp LHR.

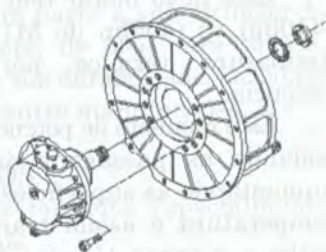
v. Vaneaxial Fans Assembly

DESCRIÇÃO:

O sistema de arrefecimento do motor foi munido de duas ventoinhas de grande capacidade de extracção e um motor mais potente a fim de evitar o aquecimento excessivo do motor e aumentar a sua rentabilidade.

Especificações técnicas:

- Capacidade de ventilação (347 m³/minuto – M109A5) vs (261 m³/minuto – M109A2);



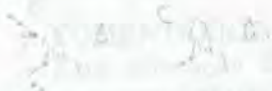
Transmission Oil Temperature Transmitter and Transmission Oil High Temperature Switch

w. Protective Covers Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit providencia protecções para o motor e sensores de temperatura na transmissão e no motor.

As protecções servem para proteger os sensores relativamente aos danos ocasionais durante a manutenção.



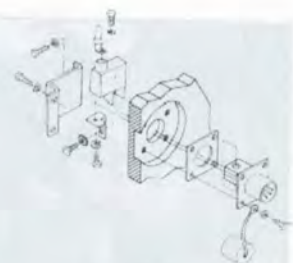
Engine Coolant High Temperature Switch

Engine Coolant Temperature Transmitter

x. External Power Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit providencia uma ligação conveniente na retaguarda da viatura para permitir alimentar os sistemas internos do Obus, a partir de uma unidade de energia auxiliar, a fim salvaguardar as baterias.



External Power Assembly

COMENTÁRIOS:

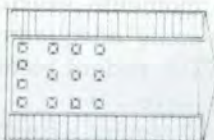
Esta tomada não permite alimentação para o arranque do Obus.

y. Crew Compartment Subfloor Drains Mod Kit

DESCRIÇÃO:

Este Kit providencia um método conveniente para drenar os fluídos que se acumulam no casco. Estes drenos estão colocados no fundo do casco.

A drenagem frequente dos fluídos acumulados junto das barras de torção e no casco da viatura reduz a corrosão e aumenta a durabilidade dos componentes da suspensão.



Location of Subfloor Drains
Underside of Vehicle Hull

COMENTÁRIOS:

Os drenos devem ser removidos quando o Obus está em parque.

6. FINALMENTE A MAIORIDADE

O Exército Português vai adquirir o sistema Advanced Field Artillery Tactical Data System (AFATDS) o qual chegará a Portugal, possivelmente ainda durante o ano de 2003.

Este sistema vai possibilitar ultrapassar um dos maiores "handicaps" da Artilharia Portuguesa nos últimos 20 anos, o processamento manual da direcção táctica e técnica do tiro de Artilharia, com os inevitáveis reflexos nos tempos de reacção e exactidão dos cálculos.





O AFATDS permitirá o total automatismo do processo de planeamento e coordenação dos fogos de Morteiros, Artilharia de Campanha (Obuses, Foguetes e Mísseis), Apoio Aéreo Próximo, Helicópteros de Ataque, Apoio Naval em missões de Apoio Directo, Contrabateria, Interdição, Supressão das Defesas Anti-aéreas Inimigas (SEAD) e Combate em Profundidade.

Este sistema é usado em todos os escalões de comando, desde Pelotão até ao Corpo de Exército, sendo compatível com os sistemas C3 aliados, tais como o ADLER, ATLAS e BATES.

A sua maior vantagem é a de permitir ao Comandante da Manobra planear e executar ataques sobre o alvo no momento exacto, através do melhor sistema de armas e com a munição mais adequada. Através da interoperabilidade com a Força Aérea, o AFATDS, poderá recomendar alvos para serem batidos através do Apoio Aéreo Ofensivo.

O Sistema que equipará o GAC/BMI disporá dos seguintes equipamentos:

a. Equipamento CCU2 (Direcção Táctica do Tiro):

– 8 equipamentos, montados em 7 viaturas de lagartas Posto de Comando M577, sendo a sua distribuição:

- Elemento de Apoio de Fogos (PC Brigada) -- 2 (Dual workstation);
- Posto de Comando do GAC ----- 3;
- Elemento de Apoio de Fogos (PC Batalhão) – (1 x 3 Batalhões) = 3.

b. Equipamento PLCU (Direcção Técnica do Tiro):

– 3 equipamentos, montados em 3 viaturas de lagartas Posto de Comando M577, um por cada Posto Central de Tiro da Bateria de Bocas de Fogo.

c. Equipamento RHC:

– 9 equipamentos, montados em 9 JEEP TOYOTA LAND CRUISER, um por cada Secção de Observação Avançada da BBF (1 x 3 Secções x 3 BBF).

d. Equipamento GDU:

– 18 equipamentos, montados em 18 OBUSES M109A5 155 mm AP, um por cada Secção de Bocas de Fogo (1 x 6 Secções x 3 BBF).

Finalmente, para colocar a “cereja em cima do bolo”, como se costuma dizer, falta, na nossa perspectiva, dotar as equipas de Observadores Avançados do GAC/BMI de viaturas e meios que possibilitem tirar o melhor rendimento das Armas e do sistema C3 de que iremos dispor.

A viatura M981 FISTV (Fire Support Team Vehicle), uma variante do M901 ITV, possibilita aos observadores avançados uma base ideal para se localizarem (GPS) e designarem objectivos através de dispositivos lazer, os quais melhoram a precisão do primeiro tiro, providenciando mobilidade e capacidade de sobrevivência comparável às unidades de manobra apoiadas.



O veículo dispõe de um chassis M113, com uma torre equipada com um designador lazer. No seu interior dispõe de 6 rádios AN/GRC-160 e de um rádio AN/VRC-46. Dois dispositivos de envio de mensagens digitais estão também integrados no veículo para os necessários pedidos de tiro para o órgão apropriado de apoio de fogos. Estes dispositivos, RHC, fazem parte do sistema AFATDS e irão ser fornecidos com o equipamento.

A torre da viatura onde é transportado o G/VLLD (designador lazer), foi adaptada do ITV, por forma a assemelhar-se com o

M901 ITV e, dessa forma, tornar-se menos suspeita aos olhos dos observadores inimigos.

Esta viatura, encontra-se presentemente em processo de substituição no Exército Americano, por uma viatura com chassis originário no Bradley, denominada BFIST (Bradley Fire Support Vehicle).

LEGENDA

¹ O FMS (Foreign Military Sales) é um acordo estabelecido entre o Governo dos EUA e um governo de um país estrangeiro, no âmbito de uma cooperação bilateral, envolvendo diversos programas, através dos quais são fornecidos artigos militares, serviços, instrução e treino.

² Uma LOA (Letter of Offer and Acceptance) é um documento onde são especificadas e estabelecidas todas as regras para o fornecimento de determinado equipamento ou serviço, nomeadamente montantes e modalidades de pagamento, condições de fornecimento e entrega, responsabilidade de apoio e manutenção, formação, etc.



c. Equipamento RHC:

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o equipamento RHC (Recurso Humano) utilizado no treinamento de pessoal da Força Armada Brasileira (FAB). O equipamento é composto por um conjunto de materiais e métodos utilizados no treinamento de pessoal da FAB. O equipamento é utilizado no treinamento de pessoal da FAB para a realização de exercícios de treinamento. O equipamento é utilizado no treinamento de pessoal da FAB para a realização de exercícios de treinamento. O equipamento é utilizado no treinamento de pessoal da FAB para a realização de exercícios de treinamento.

O EMPREGO TÁCTICO DE MUNIÇÕES ESPECIAIS

Pelos Majores de Artilharia
RUIVO GRILO, AFONSO JORGE, SILVA PERDIGÃO,
SIMÕES OLIVEIRA E LEAL CORREIA

INTRODUÇÃO

O desconhecimento generalizado dos factores de planeamento quanto ao emprego de munições especiais FASCAM e COPPERHEAD, sendo tal facto realçado pelo facto de se planear o emprego de campos de minas FASCAM (Family of Scatterable Mines) e utilização de munições COPPERHEAD, sem se ter em conta as características, possibilidades e limitações desses sistemas, foi a razão de ser da escolha deste tema, parecendo-nos insuficiente a abordagem que é dada a esta temática.

Assim, pretendeu-se com este trabalho dar uma visão sumária do emprego táctico de munições especiais no moderno campo de batalha, abordando apenas as munições FASCAM e COOPERHEAD, visto serem estas as menos conhecidas e inexistentes no inventário de munições do Exército Português.

Não abordámos, propositadamente, as considerações inerentes à direcção técnica do tiro no âmbito do emprego de munições FASCAM e COPPERHEAD, porque julgamos ser um procedimento técnico, não se enquadrando na problemática da direcção táctica do tiro.

O presente trabalho foi realizado no âmbito do CPOS para a cadeira Táctica de Pequenas Unidades – ARTILHARIA, sob o título “O EMPREGO

TÁCTICO DE MUNIÇÕES ESPECIAIS FASCAM E COPPERHEAD" dividido em dois grandes capítulos.

No primeiro capítulo abordamos as minas FASCAM, nomeadamente os vários tipos de minas utilizadas e os vários métodos de lançamento, embora nos debrucemos mais em pormenor, sobre aquelas que são lançadas por meios de Artilharia. Fazemos referência às possíveis situações tácticas mais comuns com que as tropas se podem defrontar numa situação de guerra convencional, assim como referimos os responsáveis pelo planeamento e tecemos algumas considerações sobre a conduta de emprego desses campos de minas nessas situações.

No segundo capítulo abordamos as munições COPPERHEAD, caracterizando as mesmas, levantando considerações de emprego e factores de planeamento terminando com as tarefas essenciais de comando, controlo e comunicações, apoio de fogos e direcção do tiro.

CAPÍTULO I

FAMILY OF SCATTERABLE MINES - FASCAM

1. GENERALIDADES

Existem três formas de lançamento de campos de minas (CM) FASCAM: por terra, por meios aéreos e através da Artilharia de Campanha (AC). Obviamente que só a última nos interessa neste trabalho, no entanto, referimos apenas os principais sistemas empregues pelos meios terrestres e aéreos. Assim sendo, por meios terrestres existem o sistema MOPMS (Modular Pack Mine System), e o sistema GEMSS (Ground Emplaced Mine Scattering System). Quanto ao lançamento por meios aéreos destaca-se o sistema de minas M56 agora substituídas pelo sistema VOLCANO, existindo ainda o sistema GATOR.

Quanto ao MOPMS – consiste num sistema de minas portáteis transportadas por dois militares, que tem 17 minas anti-carro (AT) e 4 minas anti-pessoal (AP). São de Curta duração (< 24h) e são lançadas a cerca 35m de distância por um dispositivo denominado RCU que é comandado à distância pelo comando M34.

O GEMSS – é um sistema lançado por unidades de Engenharia com uma combinação de minas AT e AP. São de curta e longa duração (4h – 48h – 5 dias – 15 dias) e são lançadas cerca de 800 minas em 20 minutos. O dispositivo ejecta as minas de 30 a 60 metros de distância, a várias densidades.

Quanto ao VOLCANO – são minas de curta e longa duração (4h, 48h, 15 dias), lançadas pelo helicóptero UH-60 ou por veículos 5 ton M548. Substituiu as minas M56, por M87 (5 minas AT e 1 mina AP). O distribuidor M139 tem 4 rampas de lançamento, cada uma com 40 M87.

O GATOR – é um sistema de curta e longa duração (4h, 48h, 15 dias), lançado pela Força Aérea – distribuidores com 94 minas (72 AT e 22 AP) em aeronaves tipo A10, F4, F16, F111 e B52. Também pode ser lançado pela Marinha – distribuidores com 60 minas (45 AT e 15 AP) em aeronaves tipo A6, A7, F4, F18 e AV-8B. Como características fundamentais ressalta mais de 600 minas por lançamento que cobrem uma área de 200 a 600m de comprimento. A área do CM depende: do número de munições transportadas, da velocidade e da altitude da aeronave, da altitude de funcionamento da espoleta e da abertura do distribuidor.

Voltando aos CM lançados pela AC, a decisão da utilização e o objectivo dos CM FASCAM devem ser cuidadosamente considerados pelo Comandante, G3/S3, CAF/OAF e Oficial de Engenharia. O Oficial de Engenharia fornece o conhecimento técnico quanto ao emprego de todos os tipos de FASCAM. O CAF/OAF fornece o conhecimento técnico sobre o emprego dos meios de AC ao Engenheiro, tal como, munições disponíveis e unidades de tiro. O OLFA aconselha o oficial de Engenharia sobre FASCAM a colocar pela Força Aérea. Durante o processo de avaliação o EAF deve aconselhar o Comandante sobre as densidades e zonas de segurança previstas para FASCAM a colocar pela AC, estes elementos podem condicionar a utilização e/ou posicionamento das unidades de AC. O Engenheiro deve procurar um meio de alternativa para colocar os campos de minas se os meios de AC não cumprirem com a densidade requerida pelo Comandante ou não poderem ser usados devido ao alcance, posição, ou limitações de segurança. O G3/S3 coadjuvado pelo Oficial de Engenharia desenvolvem e integram o plano de barragens das unidades de manobra.

Existem dois tipos de munições FASCAM utilizadas pela AC:

- **ADAM (Area Denial Artillery Munitions) – Munição de Artilharia de Interdição de Área**, com 36 minas AP (Figura 1 e 2). Existem dois tipos de granadas: a granada M692 com minas M67, que têm como tempo de auto-destruição 48 horas (longa duração) e, a granada M731 com minas M72, que têm como tempo de auto-destruição 4 horas (curta duração).

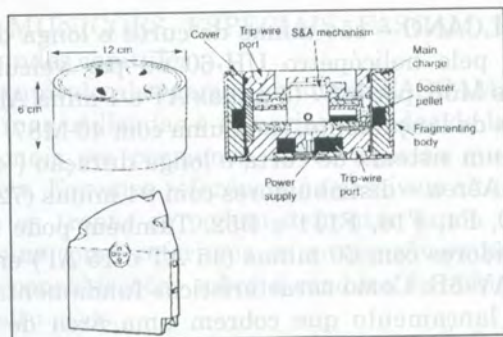


Figura 1 – Esquema em corte de uma mina ADAM, M67.



Figura 2 – Esquema em corte da munição ADAM.

- RAAMS (Remote Anti-Armor Mine System) – Sistema Remoto de Minas Anti-Carro, com 9 minas AT (Figura 3 e 4). Existem dois tipos de granadas: a granada M718/A1 com minas M73, que têm como tempo de auto-destruição 48 horas (longa duração) e a granada M741/A1 com minas M70, que têm como tempo de auto-destruição 4 horas (curta duração).

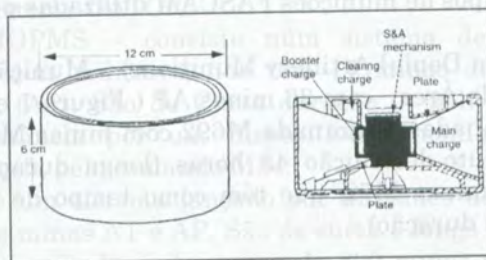


Figura 3 – Esquema em corte de uma mina RAAMS, M73.

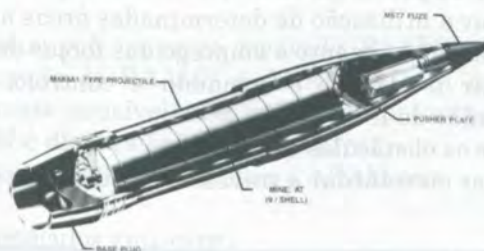


Figura 4 – Esquema em corte da munição RAAMS.

Apenas existem munições para os materiais 155mm, das várias séries.

2. AUTORIZAÇÃO DE EMPREGO

Só o Comandante do Corpo de Exército (CE) tem autoridade para empregar a FASCAM. O emprego pode ser delegado para operações específicas ou períodos limitados de tempo:

- Longa Duração no Cmdt de Brigada de Manobra;
- Curta Duração no Cmdt de Batalhão/Agrupamento de Manobra.

A delegação de autoridade para o planeamento de um CM pode ser dada a qualquer escalão tático.

Esta manifestação de vontade será expressa na Ordem de Operações ou Plano de Operações, no seu parágrafo 3, sub-parágrafo Unidades de Engenharia.

Os meios de AC que executam tiro com munições FASCAM permitem ao Comandante da manobra colocar um CM rapidamente como qualquer outro obstáculo. FASCAM são melhor utilizadas nos pontos de obstrução cobertos por fogos indirectos ou anti-carro. Os princípios de cobertura de obstáculos aplicam-se à FASCAM porque as minas são visíveis à superfície. Um inimigo não perturbado pode atravessar ou contornar este CM.

3. POSSIBILIDADES

a. Na Defesa, FASCAM é utilizada para:

- Criar obstáculos contra armas ACar de longo alcance;
- Fechar os intervalos e brechas nos outros obstáculos;

- Retardar ou perturbar as forças atacantes;
- Interditar a utilização de determinadas áreas ao IN;
- Perturbar o movimento e emprego das forças do segundo escalão;
- Perturbar e atrasar o comando e controlo, logística e áreas organizadas do IN;
- Reforçar os obstáculos existentes;
- Perturbar ou retardar a travessia de cursos de água.



Figura 5 – Sequência de actuação da munição ADAM.

b. No Ataque, FASCAM é utilizada para:

- Completar o reconhecimento dos flancos e forças de segurança na protecção dos flancos ao longo dos eixos de aproximação;
- Suprimir e destruir os elementos de segurança do IN;
- Retardar a retirada das forças IN;
- Dificultar a capacidade do IN para reforçar a área do objectivo.



Figura 6 – Sequência de actuação da munição RAAMS.

4. OPÇÕES DE EMPREGO

As opções passam pelo emprego separado, RAAMS (Figura 5) ou ADAM (Figura 6) e conjugado de RAAMS + ADAM (ADAM é disparada após a RAAMS por ser mais sensível). Se utilizada conjuntamente com outras munições, FASCAM é disparada na última salva.

Assim, as cinco missões básicas para a ADAM são:

- Reforçar obstáculos anti-carro;
- Reforçar obstáculos anti-pessoal;
- Impedir o movimento de viaturas não blindadas;
- Aumentar fogos convencionais em objectivos não blindados;
- Contra-bateria ou supressão das armas de defesa aérea ou AC.

5. PRINCÍPIOS DE UTILIZAÇÃO DA FASCAM

- Interdição ou impedir a utilização de áreas;
- Emprego como obstáculo (sob observação e sob tiro directo ou indirecto (HE-VT ou DPICM) ;
- Emprego para potenciar um obstáculo;
- Emprego contra objectivos inopinados.

Desejavelmente os CM deverão ser mistos, afim de evitar/difícultar a sua travessia e/ou levantamento por parte de unidades especiais para o efeito. Se os CM fossem “puros” isto é, só ADAM ou só RAMMS permitiria que viaturas ou tropas apeadas, respectivamente, pudessem separadamente transpor o CM sem dificuldades acrescidas.

Como Portugal ratificou a convenção de Ottawa (Anexo H - Interdição ao emprego, armazenagem, produção e transferência de minas AP e sua destruição), da mesma resultou que, “teoricamente”, se a situação o exigisse, só se poderia fazer uso de CM AT. A referida convenção não permite o emprego de minas AP devido aos seus efeitos no Homem, acção contrária à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Tal facto levanta evidentes limitações ao emprego de tipo de munições, com o lançamento de CM puramente AT, o que facilita o seu levantamento por unidades especializadas apeadas.

- a. **Densidade e Duração:** – padrão (NEP GAC), dependendo da situação táctica e orientação do Comandante. Depende essencialmente da finalidade do CM, tendo em atenção que quanto maior for a densidade maior será o número de unidades de tiro empenhadas.

b. Localização do Objectivo:

- *Objectivo Estacionário* – directamente sobre o centro do objectivo, localização com precisão de 100m (regulação) e 10m (eficácia).
- *Objectivo em movimento* – ponto a bater directamente à frente do eixo de aproximação do IN, 1 Km à frente do objectivo IN por cada 10 Km/h de velocidade, para dar tempo suficiente à execução e ao armar das minas.

- c. **Pedido de Tiro:** É transmitido e processado na generalidade como os outros pedidos de tiro para objectivos inopinados.

O GAC que recebe o pedido de tiro designa a(s) unidade(s) de tiro. Após completar a colocação do campo de minas, os elementos de tiro são enviados para o Elemento de Apoio de Fogos (EAF) da Divisão, Brigada ou Batalhão de manobra. Os elementos de tiro são registados na secção D do impresso DA 5032-R (Anexo A – Folha de Planeamento de Campos de Minas colocados pela AC). O EAF calcula a zona de segurança de acordo com os elementos de tiro executados e passa-os ao Engenheiro para disseminação às unidades do escalão superior, lateral e inferior, se apropriado.

6. UTILIZAÇÃO DA FOLHA DE PLANEAMENTO DE CAMPOS DE MINAS COLOCADOS PELA AC (impresso DA 5032-R)

- a. O CAF/OAF da unidade que pede o campo de minas completa a secção A. Esta secção inclui informação básica sobre a missão, necessária para emitir a ordem de tiro e calcular os elementos para a missão.
- b. O S3/G3 e/ou o Engenheiro completa a secção B. Inclui observações relativamente à missão.
- c. O EAF ou o OAF completa a secção C. Inclui observações relativamente à missão.
- d. O chefe do PCT após receber a folha revê a informação registada nas secções A, B e C e regista os elementos do PCT na secção D (dados técnicos do cálculo do tiro).

7. ESCOLHA DA DENSIDADE E LARGURA DO CAMPO DE MINAS

A primeira e mais óbvia, é a quantidade de munições disponíveis. Isto, combinado com a posição de unidade de tiro e a profundidade do CM, fornece uma estimativa de quantos metros de largura estão disponíveis para as várias densidades.

A largura do CM deve cobrir os erros na localização dos pontos a bater.

A densidade do CM depende da missão do CM. Se, um CM está coberto por fogos directos e indirectos, uma densidade baixa proporciona um obstáculo eficaz. Se, existirem minas disponíveis, um campo de média densidade é desejável mas, não absolutamente necessário. Campos de média e alta densidade são particularmente úteis quando as forças na defesa são muito inferiores às forças atacantes e/ou necessitam de tempo para se deslocarem para posições de tiro de alternativa ou retirar para uma posição defensiva subsequente.

Na geral, quanto maior o potencial de combate do IN, maior deve ser a densidade do CM. Se, a força defensora tem um poder de fogo relativamente elevado, o CM serve para reduzir a velocidade e restringir a manobra das unidades IN para serem atacados com fogos directos. Se, a força defensora tem um poder de fogo relativamente pequeno, os fogos directos são usados para fazer o IN manobrar através do CM e serem atingidos pelas minas.

8. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DA UNIDADE DE TIRO

Duas questões devem ser respondidas na selecção da unidade de tiro:

- Qual a ameaça de contrabateria?
- O que poderá fazer a bateria se, não estiver a disparar RAAMS e ADAM?

A competição pelos tubos da AC durante o combate será grande, esta situação tenderá a aumentar o tempo entre o pedido e a execução de uma missão. A proliferação de munições de Artilharia e a limitada capacidade de transporte das unidades podem levar à redução do número de munições com minas imediatamente disponíveis ao nível da bateria. Dada esta limitação, uma escolha deve ser feita, "deixar ou não, para trás outras munições e carregar FASCAM adicional?". Requisitar munições para consumo imediato, pré-posicionar no terreno as munições, e outras medidas podem ser usadas para superar as limitações.

Outro factor a ter em conta na ameaça de contrabateria, prende-se com a capacidade dos meios de aquisição de objectivos do IN. Se, uma bateria disparar uma salva é adquirida? Se, uma bateria disparar vinte salvas é adquirida? A questão chave não é, se a bateria será ou não adquirida, mas, quanto tempo decorrerá antes da bateria adquirida ser atacada. Se, uma bateria é adquirida e tem de se movimentar, deverá também terminar a missão antes de sair.

9. DETERMINAÇÃO DA ZONA DE SEGURANÇA

O OAF é responsável pela determinação das zonas de segurança. As zonas de segurança podem ser calculadas pelo PCT do GAC em A/D ou pelo OAF utilizando a “Tabela de Zonas de Segurança das Minas”. O oficial de Engenharia é responsável pela disseminação das zonas de segurança às unidades apropriadas.

Anexo B – Utilização da Tabela de Zonas de Segurança das Minas.

Anexo C – Utilização do Transparente de Zonas de Segurança das Minas.

10. RELATÓRIO DE CAMPO DE MINAS DISPERSÁVEIS

A unidade de execução do tiro com FASCAM é responsável por iniciar o relatório de CM dispersável, primeiro por rádio e mais tarde por cópia do documento original. Este relatório é enviado através do EAF para o oficial de Engenharia.

Anexo D – Relatório de CM dispersável.

11. TABELAS DE EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

a. **Matriz Chave** – usar a matriz para determinar a tabela de emprego de CM a ser utilizada.

Anexo E – Matriz Chave.

b. **Tabelas de Emprego** – seleccionar a tabela correcta.

Anexo F – Tabela de Emprego (um exemplo).

c. **Localização dos Pontos a Bater.**

(1) *Módulo 400 x 400 m* – Número Par de Pontos a Bater.

. Colocar os “pontos a bater” 200 metros para a esquerda e direita do ponto central ao longo da linha central do CM. Colocar os restantes pontos com intervalos de 400m, alternadamente.

(2) *Módulo 400 x 400 m* – Número Impar de Pontos a Bater.

. Colocar os “pontos a bater” no ponto do CM. Colocar os restantes pontos com intervalos de 400m, para a esquerda e direita do ponto central e ao longo da linha central do CM, alternadamente.

(3) *Módulo 200 x 200 m* – Número Par de Pontos a Bater.

. Colocar os “pontos a bater” 100 metros para a esquerda e direita do ponto central ao longo da linha central do CM. Colocar os restantes pontos com intervalos de 200m, alternadamente.

(4) *Módulo 200 x 200 m* – Número Impar de Pontos a Bater.

. Colocar os “pontos a bater” no ponto do CM. Colocar os restantes pontos com intervalos de 200m, para a esquerda e direita do ponto central e ao longo da linha central do CM, alternadamente.

d. **Projecteis por “Ponto a Bater”** – O chefe PCT determina o nº de projecteis requerido para obter a densidade desejada em cada módulo (definido para cada um dos pontos a bater) entrando na Tabela G.

Anexo G – Tabela de Projecteis por “Ponto a Bater”.

CAPÍTULO II

COPPERHEAD

1. GENERALIDADES

“A munição Copperhead é frequentemente ineficaz, no National Training Center”, estas palavras são surpreendentes.

Nenhuma outra munição no inventário dos sistemas de artilharia canhão requer tanta coordenação, prática e preparação dos elementos do Sistema de Artilharia de Campanha como a Copperhead. Mas se usada correctamente, permite ao Comandante actuar no campo de batalha removendo antecipadamente objectivos de alto valor (HPT) sem revelar o posicionamento das forças de manobra, nomeadamente do observador.

A munição estará operacional no Exército Americano até 2007, assim, o objectivo deste capítulo, é determinar as dificuldades em executar missões com Copperhead e levantar as suas necessidades de planeamento, mesmo tratando-se de uma munição inexistente no catálogo nacional.

Os principais erros no seu emprego tendem a acontecer ao nível do planeamento táctico, no entanto há também dificuldades nos aspectos técnicos do seu emprego que iremos identificar.

2. CARACTERÍSTICAS DA COPPERHEAD



Figura 7 – Munição Copperhead.

A munição HE lançada de sistema canhão com guiamento laser (CLGP) M712 (Copperhead) é uma munição 155mm, de carregamento separado (Figura 7). É mais pesada (137.6 libras) e mais comprida (54 polegadas) que a munição 155mm padrão, e constitui-se em três secções principais:

- secção de orientação (frente),
- secção da ogiva de combate (centro),
- secção controle (retaguarda).

A secção de orientação contém o sistema cabeça de busca, o sistema electrónico e contém o laser de busca no nariz da munição.

A secção de ogiva de combate contém uma ogiva anti-tanque HE com 14.75 libras de composto B.

A secção de controle inclui a cauda (fins) e asas (wings) que se desdobram em voo e permitem alguma manobrabilidade da munição.

Quando disparada sobre objectivos em movimento ou estacionários, a Copperhead aloja-se num feixe de energia laser reflectida pelo objectivo na parte final da sua trajectória. O feixe de energia laser é criado por um designador de laser remoto (G/VLLD) ou por equipamento de laser universal modular (MULE).

3. EMPREGO

O emprego eficaz da Copperhead verifica-se contra objectivos múltiplos em grandes áreas de empenhamento fora dos alcances das armas de tiro directo. A Copperhead permite atacar alvos desde 3000 a 7000 metros à frente da posição do observador, com isto romper-se-á o dispositivo inimigo procurando que as forças inimigas:

- tentem responder com fogo directo, denunciando-se;
- sejam desarticuladas, atrasando o seu ataque;
- se desdobrem previamente em formação de combate;
- percam potencial, por ataque a elementos críticos.

Na ofensiva a Copperhead é planeada para ser lançada contra objectivos específicos – HPT¹, nas diferentes fases do combate, nomeadamente nos Pontos Decisivos, inclusive através do lançamento de equipas na retaguarda do dispositivo In com designadores laser portáteis (Striker platoon – Scouts).

¹ Por objectivos de alto valor entendem-se os meios mais críticos do In e que se destruídos mais condicionarão os seus planos de batalha.

Na defensiva deve ser planeado o uso de Copperhead no início do combate, antes do campo de batalha ficar demasiado obscurecido com fumos, pó e escombros que podem afectar o feixe laser necessário ao guiamento da munição. Este planeamento deverá ser feito sobre Áreas de Objectivo de Interesse (AOI) ao longo do eixo de aproximação inimigo para bater os objectivos de alto valor.

Assim, antes do combate principal queremos destruir veículos de reconhecimento sem expor os nossos carros de combate e outras armas de tiro directo, antes que possam adquirir informações sobre o nosso dispositivo.

Até ao combate próximo, devemos destruir os veículos que fazem diferença significativa no combate o mais cedo possível. A Copperhead não deve ser usada indiscriminadamente sobre veículos da guarda avançada ou da força principal. As munições devem ser usadas sobre veículos de comando e controle inimigos, veículos de reconhecimento e comando de artilharia, armas de defesa aérea, veículos de abertura de obstáculos de Engenharia e sistemas radar.

a. Distâncias de Empenhamento

O planeamento de fogos para Copperhead deve considerar as distâncias de empenhamento do G/VLLD. Objectivos móveis podem ser empenhados até 3 km se for sistema portátil (Figura 8) ou 4 Km se o G/VLLD for montado em plataforma (Figura 9). Objectivos estacionários podem ser empenhados até aos 5 quilómetros. A capacidade de "Lock on" do helicóptero de observação OH58D e do helicóptero de ataque Apache AH-64 permite designar objectivos a 7000 m.

O sistema requer uma linha de vista ininterrupta nos últimos 20 segundos da duração do trajecto. Os objectivos devem ser planeados de forma que a área de empenhamento esteja dentro destas distâncias máximas.

Para efeitos de planeamento, o alcance mínimo da munição Copperhead é 3000 m com a carga 2GB M3A1 e o alcance máximo é 15500 m com a carga 8 M119/A1 ou 7R M119/A2 (Anexo I).



Figura 8 – Designador Laser Portátil.300



Figura 9 – Designador Laser Montado em Plataforma.

b. Tipos de Objectivos

Os Objectivos Copperhead podem ser empenhados como objectivos planeados ou objectivos de oportunidade, sendo preferido a ataque a objectivos planeados. Normalmente, a técnica de objectivo de oportunidade só é usada durante operações móveis e antes de ser desenvolvida a lista de objectivos planeados. Os objectivos planeados entram em duas categorias: prioritários e pré-planeados.

- (1) Objectivos prioritários. Para os objectivos prioritários, os elementos de tiro são calculados e marcados nas armas, a munição Copperhead é colocado na calha de carregamento.
- (2) Objectivos pré-planeados. Os objectivos pré-planeados são processados de igual modo que os objectivos prioritários, excepto nas armas onde só são colocados os elementos de tiro depois de recebida a missão.

Os tempos de execução das missões Copperhead para efeitos de planeamento, são:

- Missão prioritária – 45 segundos;
- Missões a pedido – 1 minuto e 30 segundos;
- Objectivos de oportunidade – 2 minutos e 30 segundos.

Nenhum destes tempos inclui o tempo de duração do trajecto.

4. SOLUÇÃO TÉCNICA DO TIRO

O sistema computador de bateria (BCS²) determina a trajectória baseado na visibilidade do observador, altura das nuvens e distância ao objectivo. A solução preferível é a de tiro vertical, com maior ângulo de queda e, assim, uma maior probabilidade de destruição.

² Que se prevê ser adquirido com o M109A5

A trajectória mergulhante é usada quando as nuvens apresentam um tecto baixo, e a distância ao objectivo e visibilidade do observador exigem uma flecha³ mais baixa para adquirir o feixe de energia laser reflectida. Para além disso, a trajectória mergulhante tem um ângulo de queda menor, o que reduz a efectividade da carga explosiva da Copperhead.

O BCS determina a sua solução de tiro baseado na FT 155 AS-1. Esta solução procura uma trajectória vertical para objectivos a distâncias entre os 3000 e 8800 metros em condições padrão. A distâncias entre os 8800 e 16300 metros, é calculada uma trajectória mergulhante a menos que a trajectória vertical esteja normalizada.

O custo da Copperhead é de US \$40000, sendo raramente disparada em situação de treino e instrução, pelo que os chefes de PCT raramente têm valores de diferenças de velocidade inicial entre os diferentes lotes de munições Copperhead.

5. PLANEAMENTO DA COPPERHEAD

As considerações de emprego da Copperhead, incluem a colocação de observadores avançados (OAVs), limitações do seu equipamento e determinação dos pontos de gatilho (trigger points).

a. Exigências de Visibilidade Mínima

O Designador Laser requer uma linha vista entre o designador e o objectivo. Qualquer coisa que obstrua ou debilite o sinal laser causará uma diminuição significativa do desempenho da munição Copperhead. No campo de batalha, o terreno, vegetação, neblina, fumo, pó, altura das nuvens e turbulência do campo de batalha, regra geral obstruem a visibilidade do objectivo. A visibilidade mínima para uso da Copperhead é 5000 metros.

b. Probabilidades de Manobra do Laser

Na trajectória descendente do voo, a munição adquire a energia laser reflectida pelo objectivo e manobra para este. Porém, a área de superfície em que o munição pode manobrar é limitada. O limite de manobra da munição Copperhead é chamado Pegada. As Pegadas são aproximadamente ovais em redor da localização topográfica do objectivo no momento do disparo. Embora uma munição possa manobrar nos limites externos da Pegada, a

³ Ordenada máxima da trajectória

maior probabilidade de bater o objectivo é na direcção da localização topográfica enviada pelo OAv ao PCT, quanto maior o erro de localização topográfica, menor a probabilidade de sucesso da munição. O limite exterior da pegada representa uma probabilidade de 50% de sucesso. O tamanho e forma da pegada são afectadas pela altura das nuvens, a distância topográfica, a visibilidade e o tipo de trajectória (vertical ou mergulhante).

c. Localização do Observador

Quando o OAF/Brig. seleccionar o observador para missões planeadas, tem que considerar três factores que influenciarão a sua decisão. Tendo determinado a área de empenhamento Copperhead baseado na situação inimiga, o OAF considera os observadores que:

- podem efectivamente percorrer a Pegada com o seu designador;
- podem ver a maioria ou todo o terreno dentro da pegada;
- tenham um ângulo de observação menor que 800 mils para uma secção capaz de disparar Copperhead.

Quanto maior o ângulo de observação, menor o feixe de laser reflectido para a trajectória do projectil e que poderá ser insuficiente para a aquisição do objectivo, 800 mils é o máximo ângulo de observação para uma alta probabilidade de aquisição do objectivo.

O Chefe PCT/GAC deve planejar a localização, área de cobertura de um observador e a Bateria que emprega, utilizando o Modelo de Cobertura Copperhead (Anexo J). Este indica ao Chefe PCT/GAC se a Copperhead pode ser utilizada numa determinada área de empenhamento, a partir de um potencial posto de observação e com uma probabilidade de sucesso maior que 50 %.

O Modelo de Cobertura indica onde o observador tem uma probabilidade maior que 50 % de bater o objectivo baseado somente na localização do observador, localização da bateria e distância ao objectivo, não leva em conta o terreno, visibilidade ou sobrevivência.

d. Pegada da Copperhead

Uma vez seleccionado o PO, o OAv determina em que zona da área de empenhamento pode empregar a Copperhead. Embora esta possa ser manobrada, tem um limite, que é dado pelos Modelos de Pegada Copperhead (Anexo K).

A extremidade da pegada é o limite até onde a Copperhead pode ser manobrada com base na localização topográfica do objectivo e onde pode ser

mantida uma probabilidade de 50 % de o bater. Fora da Pegada, o OAv pode manobrar a munição, mas a probabilidade de atingir o objectivo é severamente degradada.

O observador selecciona o modelo de acordo com a visibilidade da área de empenhamento, o sistema de arma, o tecto de altura das nuvens e a distância topográfica.

Os Modelos de Pegada retractam a área de compromisso que se ajusta ao objectivo. O pacote de modelos consiste em dois cartões de cobertura e 12 modelos, marcados de A a L.

- (1) os cartões de cobertura dão instruções por usar os modelos e o tecto de altura das nuvens. Cada modelo descreve a forma da Pegada.
- (2) os cartões de modelo são dispositivos gráficos em plástico transparente, (1:50000). Cada cartão tem a forma da Pegada a gama de distâncias e alturas das nuvens aplicáveis, sendo ainda marcado com o código de carta de Pegada (A a L), um centro de linha, uma marca da localização topográfica, e uma escala do ângulo de observação (Anexo L).

O OAv selecciona, orienta e traça a Pegada na sua carta topográfica. Visualiza então no terreno a Pegada por associação de carta terreno ou através de rumos e distâncias para referências.

e. Ponto de Gatilho

O OAv selecciona um Ponto de Gatilho para iniciar a missão Copperhead, tendo para isso que estimar a velocidade e direcção do objectivo. Soma o tempo de transmissão do pedido de tiro, tempo de processamento do pedido de tiro e duração de trajecto da Copperhead e multiplica o resultado pela velocidade estimada de deslocamento do objectivo.

Na área de empenhamento o OAv deve de seguida determinar a localização do ponto de gatilho para o pedido de tiro e a localização do ponto empenhamento estimado.

Exemplo de cálculo do Ponto Gatilho: Para uma missão planeada de Copperhead, o OAF escolheu um ponto de pontaria 10 Km à frente das armas. O observador prevê a velocidade da guarda avançada em 25 Km/h, o tempo de reacção para a missão é 45 segundos mais 58 segundos de duração do trajecto. O ponto de gatilho calculado será 715 metros (103 segundos a 25 Km/h), antes do ponto de pontaria na direcção do inimigo que ele tem que identificar visualmente na área de operações. A missão será executada quando os objectivos de alto valor atingirem ou se aproximarem desse ponto.

f. Código PRF

A munição Copperhead procura um código Pulse Repetition Frequency (PRF) particular ao tentar adquirir o objectivo. Isto permite que uma munição específica seja guiada por um designador específico com um código decimal de três dígitos e que possibilita a gestão de designadores e sistemas de armas.

O código é partido em duas faixas de 10 e 20 pulsos por segundo, respectivamente. Embora qualquer código de faixa possa ser usado para missões Copperhead, a banda 2 é a preferida pela sua maior frequência de pulso e as 256 possíveis combinações (os códigos da banda 1 são normalmente reservados para a Força Aérea).

Um erro básico que frequentemente acontece, é o código PRF errado ser aplicado ao G/VLLD, que implica a não aquisição do objectivo pela munição com código diferente e insucesso da missão. O código PRF atribuído à munição é enviado às secções pelo PCT e incluído na mensagem para o observador (MPO) para marcação no designador.

Porque os códigos têm que coincidir exactamente, o OAF administra e atribui os códigos PRF. O mais baixo escalão para administrar os códigos para o designador e para o projectil é o OAF da Brigada. A maioria das unidades têm estes procedimentos normalizados em normas de execução permanentes (NEP), onde atribuem os códigos PRF em blocos, semelhantes ao da numeração de objectivos.

6. TAREFAS ESSENCIAIS DE COMANDO, CONTROLO E COMUNICAÇÕES

a. Intenção "Targetting" do Comandante

O Comandante deve fornecer uma intenção específica para as missões Copperhead (Figura 10). Devido às suas capacidades, deve usar a Copperhead a longas distâncias e no início do combate, contra objectivos de elevada prioridade. Com os designadores de helicópteros (OH58D e Apache), pode atacar esses objectivos 7 Km à frente dos observadores aéreos. A Copperhead também permite o ataque a objectivos no início do combate próximo sem denunciar as posições defensivas das unidades de manobra.

Os objectivos da Copperhead devem ser os mais críticos para o IN, tais como:

- veículos de reconhecimento In;
- veículos de reconhecimento e comando de Artilharia;
- armas de defesa antiaérea;

- veículos de comando das unidades de manobra;
- veículos de abertura de brechas de Engenharia;
- veículos radar.



Figura 10 – Aproximação da munição Copperhead ao alvo.

b. Distribuição de munições

Um Grupo de Artilharia tem organicamente 54 munições Copperhead.

As Copperhead devem ser dispersas por toda a Bateria para assegurar que não se perdem com a destruição de um ou dois veículos de munições. A flexibilidade perde-se se apenas um ou dois obuses na Bateria tiverem a munição, refira-se por exemplo que devido às frentes extensas actualmente ocupadas pelas Baterias de Tiro, o ângulo de observação poderá variar significativamente entre as secções da Bateria.

A intenção do Comandante pode no entanto ditar que as munições Copperhead sejam apenas distribuídas a uma ou duas secções para assegurar a disponibilidade de munições.

c. Prioridade

Embora a Copperhead possa reduzir a necessidade de munições convencionais para certas missões, é um recurso limitado e necessita ser cuidadosamente distribuído e utilizado. Cada BCS pode guardar duas missões prioritárias, quer sejam duas missões Copperhead ou uma Copperhead e uma de Fogo de Protecção Final (FPF). A atribuição dos meios de apoio de fogos deve ser adequada à missão, pelo que as missões Copperhead e FPF devem ser planeadas de modo a melhor servir a missão.

d. Tipos de Missões

As missões prioritárias Copperhead são as missões de resposta mais rápida que se podem fornecer. O modo autónomo do BCS tem como tempo de planeamento 45 segundos, sendo no entanto menor se ligado ao Sistema C3 - TACFIRE, o que condiz com o seu modo de emprego. Deve-se planejar o emprego de missões prioritárias no início do empenhamento no combate, como o modo mais eficiente de destruir alvos seleccionados.

Planejar missões a pedido, para áreas não cobertas pelas Pegadas dos alvos prioritários, como alternativa em termos de tempo de resposta (1min. e 30 seg.).

A condução de missões de tiro contra alvos de oportunidade, devido ao tempo necessário para executar estas missões (aproximadamente 3 min.), é o menos desejado como forma de condução deste tipo de missões.

e. Missões Múltiplas

O planeamento de missões prioritárias Copperhead requer o levantamento de pressupostos por parte do OAF. Quando a localização do ponto de pontaria (local do empenhamento), é seleccionado e a Pegada marcada na carta topográfica, o OAF deve determinar quantos alvos espera empenhar nessa Pegada no decurso da missão de tiro. Deve ter em consideração a Probabilidade Relativa de Adopção das Possibilidades do IN, (Força de Cobertura, Atacar, Defender, ...) e o tipo e numero de veículos que constituirão objectivos de alto valor e que estarão na área coberta pela Pegada durante o tempo de duração da missão (2 a 6 munições a intervalos de 30 segundos num total de 2 min. e 30 seg.).

Exemplo de Planeamento do Objectivo: O Oficial de Operações para o Apoio Aéreo (OOAA) ou o operador de G/VLLD seleccionam um ponto de pontaria preciso e esboçam a sua pegada na carta topográfica, baseados nas indicações do OAF. Em seguida, usando o modelo de situação doutrinarío, o OAF determina o número de veículos inimigos e objectivos de alto valor que espera encontrar dentro da pegada durante a missão Copperhead.

Quando se ataca a guarda avançada, aproximadamente 20 a 25 veículos aparecerão na pegada nos 2,5 minutos de uma missão de seis tiros, para um ponto de pontaria a 10 Km. Isto incluirá um veículo de comando e de reconhecimento de artilharia, 1 ou 2 armas de defesa antiaérea, 4 veículos de comando, e até 6 veículos de Engenharia, todos Objectivos de Alto Valor. Quando chega o corpo principal, 50 veículos estarão na pegada durante a missão.

O Anexo M fornece uma tabela do número de munições necessárias para bater diferentes números de objectivos (Anexo M).

f. Comunicações

Sendo o tempo um factor extremamente sensível nas missões Copperhead, as comunicações entre o observador e a secção devem ser activas e imediatas, logo que o comando de tiro seja enviado pelo observador. Para assegurar que o observador controla o tiro de cada munição, as comunicações devem ser de ligação digital entre o Digital Message Device (DMD) do observador e o BCS do PCT e à voz deste para o obus. O observador necessita receber as mensagens de "tiro", ou cancelar as missões se necessário sem ter que esperar que a rede de tiro esteja livre. O empenhamento com Copperhead a longas distâncias ou no início do combate vem assegurar de algum modo a maior disponibilidade da rede de tiro necessária à condução destas missões.

7. TAREFAS ESSENCIAIS DO APOIO DE FOGOS

a. Integração da intenção do Comandante

O observador tem de conhecer a intenção do Coordenador de Apoio de Fogos e as tarefas C3 com respeito às missões Copperhead, o plano de manobra do Comandante para a defensiva ou ofensiva e onde estão as munições Copperhead (que unidades, quantas são). O Coord deve assegurar-se de que quer o Observador, quer o PCT compreendem perfeitamente a intenção do Cmdt em relação ao emprego da Copperhead, que efeitos no In se desejam, quando deverá ser usada e os códigos laser (PRF).

b. Planear Pontos de Pontaria (locais do empenhamento)

Considerações de Missão, Inimigo, Terreno, Meios, Tempo e a Intenção do Comandante são as guias no planeamento de missões prioritárias Copperhead, que sendo incluídas no início do plano de fogos reduzem as necessidades do planeamento de fogos convencionais.

Os pontos de pontaria devem ser planeados sabendo a manobrabilidade da munição Copperhead, a visibilidade e terreno e consoante a PRAPI recorrer ao transparente doutrinario.

c. Colocar a Pegada

O observador ao receber o ângulo de observação (tem que ser menor que 800 mils para designar o alvo) do PCT, na sua mensagem para o

observador (MPO), orienta a Pegada para cada ponto de pontaria segundo a direcção de tiro. A Pegada define-lhe a área onde pode guiar a Copperhead para o alvo com uma probabilidade de sucesso maior ou igual a 50 %.

d. Determinar Pontos Gatilho

Os pontos gatilho devem ser obtidos para cada ponto de pontaria, com base na velocidade prevista e direcção de aproximação dos veículos In, bem como no tempo de execução para a missão. Os pontos gatilho devem ser facilmente identificáveis no terreno, tais como curvas de estrada, árvores isoladas ou pontes.

e. Ensaaios

O observador, o PCT e as secções obus devem ensaiar as missões Copperhead planeadas, para sincronizar o seu esforço. Sendo o tempo disponível um factor crítico na missão Copperhead, o ensaio é a chave para assegurar o sucesso.

f. Execução da Missão

Quando um alvo de alto valor atinge o ponto gatilho o observador dá voz de fogo à Bateria. À execução de tiro, o observador recebe o comando "Tiro", e 20 segundos antes do final da duração do trajecto, recebe o comando "Designe", para iniciar a designação do alvo. Para uma correcta orientação da munição, esta necessita ser guiada pelo feixe laser nos 13 segundos finais da trajectória.

Como os comandos "Tiro" e "Designe" podem não chegar ao observador, este inicia uma contagem decrescente da missão, para assegurar a designação do alvo em tempo, embora para isso necessite conhecer o tempo de processamento da missão e a duração do trajecto. O observador começa a designar o alvo aos 20 segundos da contagem decrescente ou ao comando "Designe", consoante o que chegue primeiro. Se se perder a linha de vista laser para o alvo ou este sair da Pegada, o observador deve mudar para outro alvo ou terminar a missão se não houverem alvos disponíveis. Se a munição está na trajectória quando o observador quiser terminar a missão, deve mudar para qualquer outro alvo disponível dentro da Pegada e que corresponda ao critério do comandante.

g. Designação Contínua

A munição Copperhead arma depois de recebido o feixe de laser reflectido pelo alvo. O observador tem que designar o alvo continuamente

até que a munição o atinja, de modo a permitir que esta ajuste a sua trajectória ao feixe laser, na direcção do alvo. Se se trata de uma missão de alvos múltiplos, devesse designar também quando se muda de alvo. Munições disparadas com intervalos de 30 segundos vão provocar uma busca contínua do feixe laser reflectido.

8. TAREFAS ESSENCIAIS DA DIRECÇÃO DO TIRO

a. Atribuição de Missões de Tiro Copperhead

O PCT de Grupo deve consolidar todas as missões prioritárias Copperhead e atribuí-las à Bateria em melhores condições de apoiar a missão. Considerando a distância ao alvo, disponibilidade de munições, localização do observador e alvo e a disponibilidade do BCU (Battery Computer Unit) da secção em armazenar alvos prioritários. A secção com o seu BCU, pode guardar duas missões prioritárias, designadamente até duas missões prioritárias Copperhead.

b. Preparar Missões Prioritárias

Após a recepção da missão prioritária Copperhead, o PCT selecciona a secção que fará o tiro e calcula os elementos de tiro. A duração de trajecto é enviada ao observador, e os elementos de tiro enviados à secção. Os elementos de tiro devem ser aferidos com dados do meteograma e regimagem. O PCT assegura que as secções de tiro têm o código PRF correcto.

c. Preparar Missões a Pedido

As missões a pedido são preparadas como as missões prioritárias, excepto no facto de os elementos de tiro não serem enviados às armas.

d. Executar Missões Prioritárias Copperhead

Ao ser dado o comando para disparar a missão prioritária Copperhead, o PCT chama por voz a secção para "Cancelar Não carregar" e controla a missão de tiro dos dois obuses sempre à voz. Assegura que apenas uma munição é disparada e que o intervalo de 30 segundos é mantido para a segunda munição, ou permite o cancelar da missão sem desperdício de munições.

e. Executar Missões a Pedido

Ao ser dado o comando para disparar a missão a pedido, o PCT envia os elementos de tiro às secções, após o que controla a missão, como de uma missão prioritária se trata-se.

f. Executar Missões Copperhead sobre Alvos de Oportunidade

O PCT deve assegurar que o ângulo de observação é menor que 800mils, bem como a disponibilidade de munições, quando selecciona a secção que vai executar a missão. Os elementos de tiro são calculados e enviados às secções que executam a missão. Os comandos "Tiro" e "Designar" são enviados ao observador e como na missão prioritária, cada tiro é controlado pelo PCT.

9. TAREFAS ESSENCIAIS DA BATERIA DE TIRO / PELOTÃO

a. Preparar a Munição Copperhead para o Tiro

A preparação da munição para o tiro inclui retirá-la do seu contentor, inspeccioná-la, graduar-lhe o código PRF de 3 dígitos, carregá-la e disparar.

b. Missões Prioritárias

A secção gradua a munição com os códigos PRF e em seguida coloca-a na calha de carregamento, o obus está sempre apontado com os elementos de tiro da missão prioritária quando não se encontra a executar outra missão de tiro. A missão é executada "AMV" do PCT, para assegurar que as munições são disparadas com os intervalos adequados.

c. Outras Missões

Para executar missões a pedido e missões sobre alvos de oportunidade, a munição é preparada, após o que é disparada "AMV".

d. Extrair e Reembalar a Copperhead

O extractor faz parte do completo de cada obus. A munição pode ser deixada fora do seu contentor durante 30 dias, devendo no entanto ser coberta com o seu saco.

CONCLUSÃO

No âmbito do emprego das munições FASCAM, que, não é só a Artilharia que tem responsabilidades no lançamento de campos de minas, e que o Artilheiro, aos mais altos escalões, é apenas um conselheiro técnico do Comandante nesta temática. Em Campanha, muitos aspectos técnico/tácticos são tidos em conta, tais como: o número de unidades de tiro disponíveis; o número de munições a utilizar dependendo da densidade do campo; o tempo que leva um campo de minas a ser lançado e os meios que ficam hipotecados nesta operação; a limitação do número de campos de minas no planeamento; quem tem responsabilidade no lançamento; etc. Fica a ideia, ao contrário do que nas aulas se fazia crer, que o lançamento de um campo de minas, não é tão fácil e rápido como se desejava.

No que respeita às munições COPPERHEAD procuramos familiarizarmos-nos com esta munição estranha ao nosso inventário, como corolário, salientamos alguns aspectos das suas possibilidades e limitações que nos pareceram relevantes.

Possibilidades:

- Alta probabilidade de bater alvos pontuais ,fora dos alcances das armas de tiro directo;
- Extremamente letal;
- Empenhamentos múltiplos dentro da Pegada;
- O designador laser não deixa assinatura.

Limitações:

- G/VLLD vulnerável à supressão e requer linha de vista electrónica ininterrupta;
- Necessárias duas linhas de comunicação durante a missão;
- Alvo deve permanecer iluminado durante 13 segundos;
- O sucesso da missão depende de inúmeras variáveis.

Embora o planeamento e tiro de munições Copperhead seja uma missão complexa, oferece ao Comandante a oportunidade de decidir a Batalha com um único tiro. A chave para o sucesso com Copperhead, é simples: pratica, pratica e mais pratica.

Ficou patente neste trabalho a importância táctica das munições especiais FASCAM e COOPERHEAD, assumindo um papel preponderante no campo de batalha, se empregues com ciência e arte no local exacto e no tempo oportuno.

Trata-se então de um vector importante que os Comandantes (ao mais elevado nível), têm ao ser dispor para poder influenciar determinantemente a conduta das operações a seu favor.

Um planeamento eficaz e eficiente do emprego destas munições especiais é claramente a chave do sucesso da sua acção, e finalidade.

BIBLIOGRAFIA

FASCAM:

- FM 6-30, 16 Jul 1991.
- FM 6-20-30, 18 Out 1989.
- FM 6-20-40, 05 Jan 1990.
- FM 6-20-50, 05 Jan 1990.
- TV01CM PT 2, Jul 1993.
- FM 20-32, 13 Ago 1994.
- <http://www.atsc-army.org/atdls.html>

COPPERHEAD:

- FM 6-20-40, Apendice H, 05 Jan 1990.
- FM 6-30, Capítulo 6 , 16 Jul 1991.
- FM 6-20-30, Página C-2.
- TV01CM (PT1), Jul 1993.
- Cook, Cpt Samuel C., USMC, "Copperhead Strike", FA Journal Vol.III, Jan-Feb 98, pág. 52-53.
- <http://www.atsc-army.org/atdls.html>

ANEXO A - FOLHA DE PLANEAMENTO DE CAMPOS DE MINAS

FIELD ARTILLERY DELIVERED MINEFIELD PLANNING SHEET		
For use of this form see FM 5-20-40 or FM 5-20-50; the proponent agency is TRADOC.		
SECTION A - MINEFIELD DATA		
1. TARGET NUMBER	2. PRIORITY	3. REQUESTER
4. MINEFIELD END POINTS (COORDINATES): FROM _____ TO _____		
5. MINEFIELD DEPTH	6. MINEFIELD WIDTH	
7. ADAM (APERS) DENSITY	8. RAAMS (AT) DENSITY	
9. SELF-DESTRUCT TIME SHORT ☐ LONG ☐	10. SCHEDULED MINEFIELD HRS _____ MIN _____ ON-CALL ☐	
11. CAUTION NLT EMPLACEMENT TIME	12. APPROVAL AUTHORITY	13. DATE/TIME GROUP (DTG)
14. REMARKS		
SECTION B - G3/S3 ENGR		
15. DTG RECEIVED	16. DTG SAFETY ZONE DISSEMINATED	
17. REMARKS		
SECTION C - FSE/FSD		
18. DTG TO UNIT	19. DTG FROM UNIT	20. DTG TO G3/S3 ENGR
21. REMARKS		
SECTION D - FDC DATA		
22. TARGET NUMBER	23. FIRING UNIT	24. RANGE TO MINEFIELD CENTER
25. TRAJECTORY ADAM ☐ HIGH ☐ LOW RAAMS ☐ HIGH ☐ LOW	26. DELIVERY TECHNIQUE MET + VE TRANSFER ☐ OBSERVER ADJUST ☐	
27. AMMUNITION LAUNCH 3 SHOTS AND RIGHT OF SINGLE ADAM FROM _____ TO _____ RAAMS FROM _____ TO _____		
28. DTG MINEFIELD LAYED		
29. REMARKS		

DA Form 5032-R, Jan 82

ANEXO B - TABELA DE ZONAS DE SEGURANÇA DAS MINAS

Utilização da tabela:

Use os seguintes dados do CM disparado:

- . Tipo de projectil (RAAMS, ADAM ou ambas);
- . Tipo de Trajectória (vertical ou mergulhante);
- . Distância (Bateria ao centro CM);
- . Técnica de colocação (regulação ou eficácia);
- . Coordenadas dos pontos a bater (centro, esquerda ou direita).

Entrar na tabela com a distância mais próxima para o tipo de projectil e trajectória e usar a coluna da técnica de colocação correcta para determinar a dimensão da zona de segurança.

PROJECTILE AND TRAJECTORY	RANGE (KM)	MET + VE/TRANSFER TECHNIQUE	OBSERVER ADJUST TECHNIQUE
RAAMS Low-Angle	4	500 x 500	500 x 500
	7	550 x 550	500 x 500
	10	700 x 700	550 x 550
	12	850 x 850	550 x 550
	14	1000 x 1000	650 x 650
	16	1050 x 1050	650 x 650
	17.5	1200 x 1200	650 x 650
ADAM Low-Angle	4	700 x 700	700 x 700
	7	750 x 750	700 x 700
	10	900 x 900	750 x 750
	12	1050 x 1050	750 x 750
	14	1200 x 1200	850 x 850
	16	1250 x 1250	850 x 850
	17.5	1400 x 1400	850 x 850
RAAMS or ADAM High-Angle	4	750 x 750	700 x 700
	7	900 x 900	700 x 700
	10	1050 x 1050	750 x 750
	12	1200 x 1200	750 x 750
	14	1400 x 1400	850 x 850
	16	1500 x 1500	850 x 850
	17.5	1400 x 1400	850 x 850

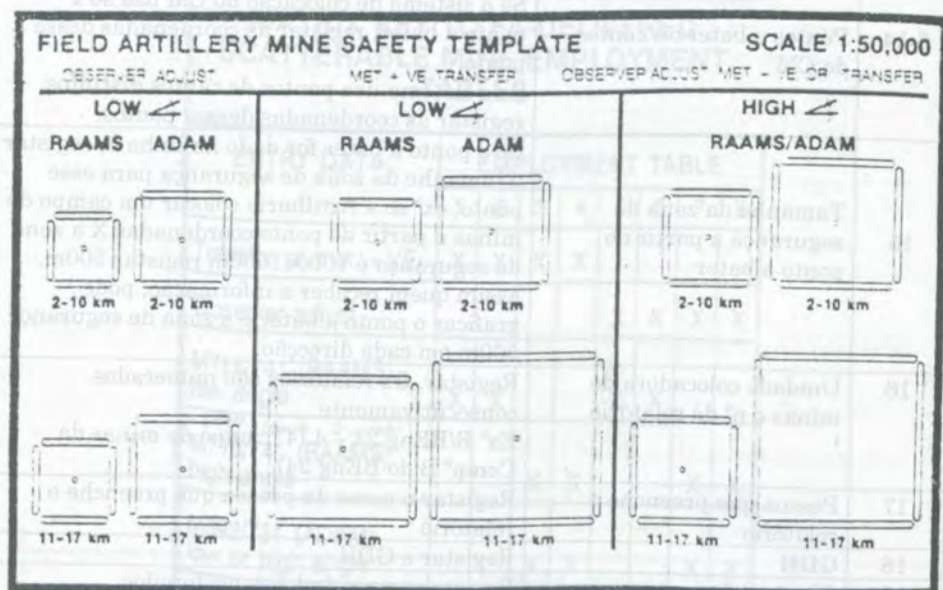
ANEXO C - TRANSPARENTE DE ZONAS DE SEGURANÇA DAS MINAS

Utilização do transparente:

Use os seguintes dados do CM disparado:

- Tipo de projectil (RAAMS, ADAM ou ambas);
- Tipo de Trajectória (vertical ou mergulhante);
- Distância (Bateria ao centro CM);
- Técnica de colocação (regulação ou eficácia);
- Coordenadas dos pontos a bater (centro, esquerda ou direita);

Centrar o quadrado do transparente seleccionado sobre o(s) ponto(s) a bater e desenhar os quadrados para formar a zona de segurança.



ANEXO D - RELATÓRIO DE CAMPO DE MINAS DISPERSÁVEL

Linha	Informação Requerida	Instruções
1	Autoridade que aprova execução	Registrar a autoridade que aprova a colocação do CM, exº Cmdt 3º DI
2	Objectivo ou Obstáculo	Se o CM faz parte de um campo obstáculos, registrar o nº do obstáculo. Se o CM não faz parte de um campo obstáculos ou não tem nº, deixar esta linha em branco ou registrar N/A
3	Tipo de Sistema	Registrar o tipo de sistema que coloca o CM. exº GEMSS, Artilharia ou Volcano.
4	Tipo de Minas	Registrar AP (anti-pessoal), AT (anti-carro), ou AP/AT (se utilizar ambas)
5	Período de Auto-destruição	Registrar o período de tempo após o qual o CM se auto-destruirá
6-14	Pontos a bater ou cantos do CM	Se o sistema de colocação do CM usa só 1 ponto a bater, registrar as coordenadas desse ponto. Se o sistema usa pontos de cantos distintos, registrar as coordenadas desses pontos.
15	Tamanho da zona de segurança a partir do ponto a bater	Se o ponto a bater for dado na linha 6, registrar o tamanho da zona de segurança para esse ponto; exº se a Artilharia colocar um campo de minas a partir do ponto coordenadas X a zona de segurança é 1000x1000m registrar 500m, assim quem receber a informação, pode graficar o ponto a bater e a zona de segurança 500m em cada direcção.
16	Unidade colocadora de minas e nº do relatório	Registrar. Os relatórios são numerados consecutivamente Exº B/BEng 24 - 4 (4º campo de minas da Compª B do BEng 24)
17	Pessoa que preenche o relatório	Registrar o nome da pessoa que preenche o relatório
18	GDH	Registrar o GDH
19	Observações	Registrar outros dados considerados importantes pela unidade que elabora o relatório

Legenda: GEMSS - Sistema terrestre de lançamento de minas dispersáveis

ANEXO E – MATRIZ CHAVE

Utilização da Matriz:

Entrar na matriz a partir da coluna da esquerda com:

- . técnica de tiro apropriada (reg/ef);
- . granada (RAAMS, ADAM);
- . tipo de trajetória (TV/TM);
- . BMA (ângulo Bateria ao centro do CM).

Andar para a direita e depois para cima e ler a tabela de emprego a utilizar.

**MATRIX KEY TO FA-DELIVERED
SCATTERABLE MINE EMPLOYMENT
TABLES**

ENTRY DATA	EMPLOYMENT TABLE							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Transfer or met - VE	X	X	X	X				
Observer adjust					X	X	X	X
M716/741 (RAAMS) low angle	X	X			X	X		
M718/741 (RAAMS) high angle			X	X			X	X
M692/731 (ADAM) low or high angle			X	X			X	X
BMA ≤ 800 mils	X		X		X		X	
BMA > 800 mils		X		X		X		X

ANEXO F – TABELA DE EMPREGO

Utilização da tabela:

Uma vez seleccionada a tabela correcta, os argumentos de entrada em cada tabela são:

- . a distância ao centro do CM (aprox. 2000m mais próximos; se estiver entre os dois valores arredondar à distância inferior);
- . a largura desejada para o CM.

Extraír da tabela o “Nº de pontos a bater” necessários para colocar o CM.

Delivery Technique: Transfer or met + VE					Trajectory: Low angle					
Shell: M718/741 (RAAMS)					BMA: Equal to or less than 800 m/s					
RANGE (METERS)	DESIRED MINEFIELD WIDTH (METERS)									
	100	200	300	400	500	600	700	800	900	1,000
4,000	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7
6,000	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7
8,000	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7
10,000	3	3	4	4	5	5	6	6	7	7
12,000	3	4	4	5	5	6	6	7	7	8
14,000	4	4	5	5	6	6	7	7	8	8
16,000	4	4	5	5	6	6	7	7	8	8
17,500	4	5	5	6	6	7	7	8	8	9

ANEXO G – TABELA DE PROJÉCTEIS POR “PONTO A BATER”

Utilização da tabela:

Os argumentos de entrada são:

- . tipo de projectil e trajectória
- . densidade desejada.

M718/M741 RAAMS AND M731 ADAM ROUNDS PER AIMPOINT

	HIGH-ANGLE RAAMS			LOW-ANGLE RAAMS			HIGH- OR LOW-ANGLE ADAM		
Desired density	0.001	0.002	0.004	0.001 BMA	0.002 MIDIA	0.004 ALTA	0.0005 BMA	0.001 MIDIA	0.002 ALTA
Rounds per aimpoint	24	48	96	6	12	24	3	6	12

ANEXO H – CONVENÇÃO DE OTTAWA

L'INCIDENCE DE LA CONVENTION D'OTTAWA¹ SUR L'INTERDICTION DES MINES ANTIPERSONNEL DANS LE COMBAT DES PETITES UNITES

1. Convention sur l'interdiction de l'emploi, du stockage, de la production et du transfert des mines antipersonnel et sur leur destruction ; entrée en vigueur le 1^{er} mars 1999.

Chapitre 1	Introduction
1.1	Généralités
1.2	But de l'étude
1.3	Cadre et limites
1.4	Définitions
Chapitre 2	Rôle des mines antipersonnel
2.1	Généralités
2.2	Les effets recherchés des systèmes d'obstacles
2.3	Emploi des mines antipersonnel dans les opérations de combat
2.4	Les effets recherchés des mines antipersonnel
2.5	Caractéristiques des mines antipersonnel
Chapitre 3	Développements opérationnels
3.1	Les conflits
3.2	Doctrine
3.3	L'espace de combat futur
Chapitre 4	L'usage des mines antipersonnel, les solutions alternatives aux mines antipersonnel, et les répercussions sur l'organisation, l'équipement et la formation
4.1	Généralités
4.2	L'emploi des mines antipersonnel
4.3	Solutions alternatives à l'emploi des mines antipersonnel
4.4	Répercussion sur l'organisation des unités tactiques
4.5	Répercussions sur la formation
Chapitre 5	Conclusions
Annexe A	La convention d'Ottawa
Annexe B	Définitions

ANEXO I – TABELAS DE ALCANCES DE PLANEAMENTO

Tabela de Alcances de Planeamento para 155 mm (M3A1 e M4A2)

PROJECTÉIS		M3A1 Carga 2-5		M4A2 Carga 3-7	
		ALC MIN	ALC MÁX	ALC MIN	ALC MÁX
ADAM	M692 ¹	950/2750	8850	3200	14150
ADAM	M731 ¹	950/2750	8850	3200	14150
CPHD	M712	3000	5400	5400	13000
APICM	M449 ²	2000	9800	2700	14600
	M449 ²	2400	9800	2700	14600
DPICM	M483A1	1900	9000	2600	14200
DPICM BB	M864	-----	-----	3900	17100
HC	M116A1	400	9800	400	14700
HE	M107 ⁴	134	9800 ⁴	134	14700
HE RAP	M549A1	----	----- ⁴	134	19500
ILLUM	M485 ¹	500/2500	9200 ¹	900/3300	14200
PRACT	M804 ⁴	134	9800 ⁴	134	14700
RAAMS	M718/A1	2000	9100	2100	14300
RAAMS	M741/A1	2000	9100	2100	14300
SUBCAL	M181/2/3	25	730	-----	-----
WP	M110A1 ⁴	134	9800 ⁴	134	14700
WP	M825	1500	9300	4150	14400

¹ Alcances mínimos em TV e TM.² Alcance mínimo para o M185.³ Alcance mínimo para o M199.⁴ Alcance mínimo para a espoleta PD.

LEGEND: BB = base burn (base bleed)
 pract = exercício
 subcal = calibre reduzido

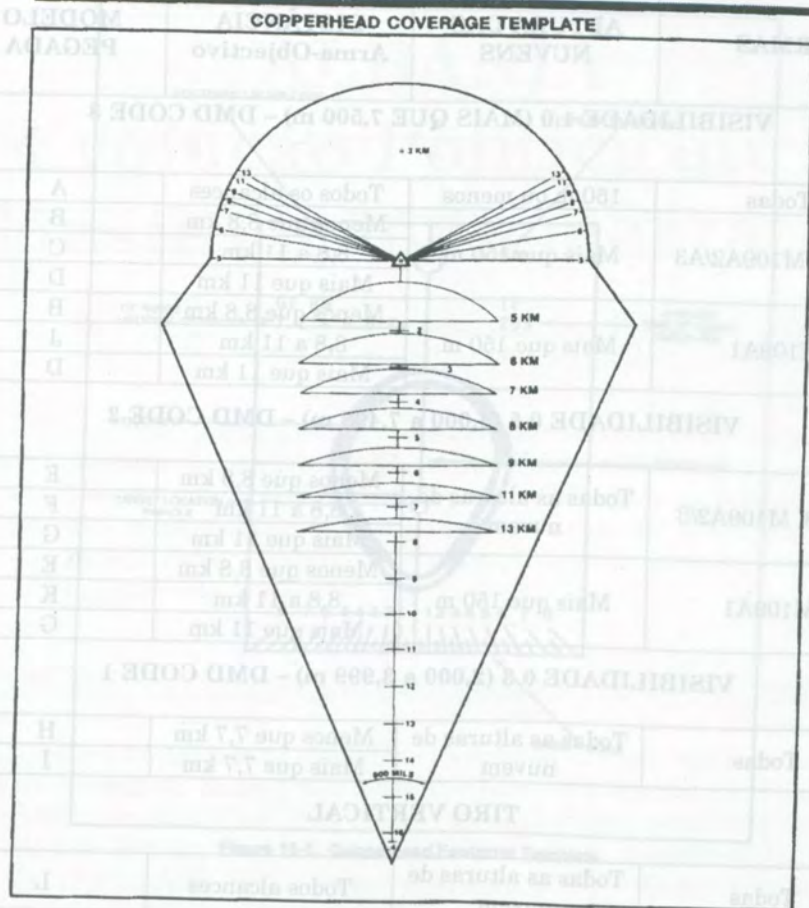
Tabela de Alcances de Planeamento para 155 mm (M119/A1 e M119/A2)

PROJECTEIS		M119/A1 Carga 8		M119/A2 Carga 7R	
		ALC MIN	ALC MÁX	ALC MIN	ALC MÁX
ADAM	M692	6400	17750	6400	17750
ADAM	M731	6400	17750	6400	17750
CPHD	M712	11000	15500	11000	15500
APICM	M449 ²	6100	18000	6100	18000
DPICM	M483A1	5900	17600	5900	17600
DPICM BB	M864	-----	-----	4500	22000
HC	M116A1	400	18100	400	18100
HE	M107 ¹	134	18100 ¹	134	18100
HERA PROJ	M549A1	134	23000 ¹	134	23000
ILLUM	M485 ²	2500/6000	17500 ²	2500/6000	17500
PRACT	M804 ¹	134	18100 ¹	134	18100
RAAMS	M718/A1	3900	17900	3900	17900
RAAMS	M741/A1	3900	17900	3900	17900
SUBCAL	M181/2/3	25	730	-----	-----
WP	M110A1 ¹	134	18100 ¹	134	18100
WP	M825	3500	17800	3500	17800

¹ Alcance mínimo espoleta PD.² Alcances mínimos em TV e TM.

ANEXO J - MODELO DE COBERTURA COPPERHEAD

FM 6-20-50



I-23

ANEXO K – TABELA DE SELECÇÃO DE MODELO DE PEGADA

ARMAS	ALTURA DAS NUVENS	DISTÂNCIA Arma-Objectivo	MODELO PEGADA
VISIBILIDADE 1.0 (MAIS QUE 7,500 m) – DMD CODE 3			
Todas	150 m ou menos	Todos os alcances	A
M198, M109A2/A3	Mais que 150 m	Menos que 8,8 km	B
		8,8 a 11 km	C
		Mais que 11 km	D
		Menos que 8,8 km	B
M109A1	Mais que 150 m	8,8 a 11 km	J
		Mais que 11 km	D
		VISIBILIDADE 0.5 (4,000 a 7,499 m) – DMD CODE 2	
M198, M109A2/3	Todas as alturas de nuvem	Menos que 8,8 km	E
		8,8 a 11 km	F
		Mais que 11 km	G
M109A1	Mais que 150 m	Menos que 8,8 km	E
		8,8 a 11 km	K
		Mais que 11 km	G
VISIBILIDADE 0.3 (2,000 a 3,999 m) – DMD CODE 1			
Todas	Todas as alturas de nuvem	Menos que 7,7 km	H
		Mais que 7,7 km	I
TIRO VERTICAL			
Todas	Todas as alturas de nuvem	Todos alcances	L

ANEXO L - MODELO DE PEGADA COPPERHEAD

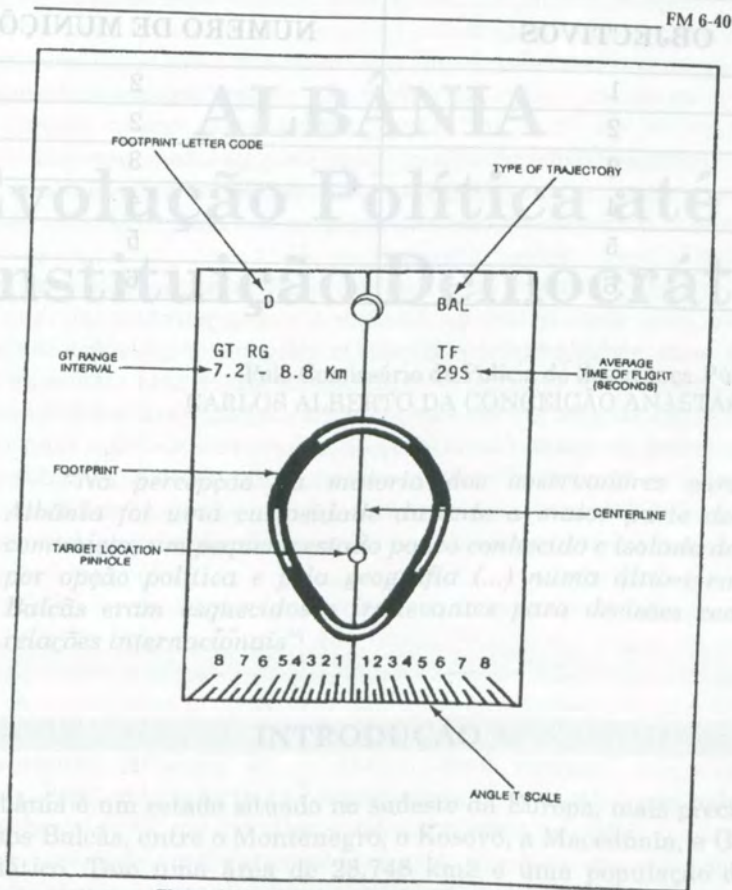


Figure 13-1. Copperhead Footprint Template.

13-3

ANEXO M- TABELA DE MUNIÇÕES POR OBJECTIVO DA

OBJECTIVOS		NÚMERO DE MUNIÇÕES	
Todas	1	Arma-Objectivo	2
	2		2
	3		3
Todas	4		4
	5		5
	6		6



ALBÂNIA

Evolução Política até à Constituição Democrática

Pelo Comissário da Polícia de Segurança Pública
CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO ANASTÁCIO*

“Na percepção da maioria dos observadores europeus, a Albânia foi uma curiosidade durante a maior parte do período comunista, um pequeno estado pouco conhecido e isolado do exterior por opção política e pela geografia (...) numa altura em que os Balcãs eram esquecidos e irrelevantes para decisões centrais de relações internacionais”¹

INTRODUÇÃO

A Albânia é um estado situado no sudeste da Europa, mais precisamente na zona dos Balcãs, entre o Montenegro, o Kosovo, a Macedónia, a Grécia e o mar Adriático. Tem uma área de 28.748 km² e uma população de pouca mais de três milhões de habitantes maioritariamente muçulmana.

Em 1990, a Albânia viu chegar ao fim um período de quarenta e quatro anos de um regime comunista xenófobo, liderado por um longo período pelo ditador Enver Hoxha. O regime comunista albanês só veio a dar sinais de enfraquecimento depois do desaparecimento de Enver Hoxha e da queda do muro de Berlim. Foi então instituída a democracia baseada no multipartidarismo.

¹ VICKERS, Miranda e PETTIFER, James, *Albania – From Anarchy to a Balkan Identity* (Londres: Hurst and Company publishers Ltd, 1997).

Contudo, com os eventos de finais de 1990 e início de 1991, as mudanças esperadas não apareceram à velocidade pretendida pela população. Pouco depois das primeiras eleições, em Março de 1991, a sociedade albanesa sentiu que tudo continuava como antes. Os velhos problemas e vícios mantinham-se e não tinham desaparecido ao toque de uma qualquer *varinha mágica*.

Um novo Governo não implicava necessariamente ideias e condutas novas. Na verdade muitos apoiantes do antigo regime tinham mudado repentinamente de “cor partidária”, defendendo novos ideais. O povo rapidamente se apercebeu que a chegada da democracia apenas tinha feito alterar os *slogans* e o modo de os transmitir, o modo de executar era rigorosamente o mesmo – tudo não passava de “novas garrafas cheias com vinho velho”².

Este trabalho, que ora se apresenta, procura dar a conhecer a realidade recente do país mais pobre da Europa e o seu percurso atribulado para *encontrar* uma sociedade mais livre. De entre os muitos caminhos que se poderiam tomar para realizar essa análise optámos pelo estudo do percurso da actual Constituição e seus envolventes. Assim, para melhor entender **o caminho para a nova Constituição** é fundamental dar uma *visão dos acontecimentos históricos* mais marcantes *os actuais partidos políticos albaneses*. Finalmente, debruçar-nos-emos, sobre o referido *percurso Constitucional* propriamente dito e algumas das *características da actual Constituição da Albânia*.

ABORDAGEM HISTÓRICA

Esta breve abordagem à história recente da Albânia – breve porque outros detalhes haveria para contar – irá permitir compreender as vicissitudes que rodearam a aprovação da Constituição em 1998.

Usando a Albânia como uma base militar, em Outubro de 1940, os italianos invadiram a Grécia, mas rapidamente foram expulsos da mesma tendo regressado à Albânia. Em 1941, ainda durante a Segunda Grande Guerra, a Alemanha nazi, que substituiu os italianos na ocupação do país, juntou as regiões do Kosovo e de Çamria à Albânia, criando um estado étnico albanês unificado. Este novo estado manteve-se até 1944, pois só nessa altura o Kosovo foi reintegrado na então Jugoslávia e a Çamria na Grécia.

² Expressão popular e que pode ser ouvida em qualquer conversa sobre a situação política.

Enquanto a Segunda Guerra Mundial ia decorrendo, na Albânia, nascia o *Partido Comunista albanês* que começou a combater os invasores, formando uma força de resistência unificada. Depois de uma bem sucedida luta contra os fascistas por um lado, e contra dois outros grupos da resistência, a *Frente Nacional* e o *Partido da Legalidade*, apoiantes de Zog, por outro, os comunistas apoderam-se do poder em 29 de Novembro de 1944. **Enver Hoxha**, um professor de liceu, que chefiou a revolta comunista, tornou-se no líder da Albânia por inerência da sua posição de secretário-geral do *Partido Comunista albanês*.

A Albânia, que antes da Guerra tinha estado sob o regime da ditadura pessoal do rei Zog, acabava por ficar sob a ditadura colectiva do *Partido Comunista albanês*, tomando o país a designação oficial de *República Popular da Albânia*, em 1946, e, posteriormente, *República Popular Socialista da Albânia*, em 1976.

No pós Segunda Guerra Mundial, o líder jugoslavo, Tito que ao contrário de Hoxha, mantinha contactos privilegiados com Moscovo, começou a demonstrar interesse em anexar a Albânia. Contudo, rapidamente entendeu que Enver Hoxha não estava nessa disposição e que tudo faria para o evitar. Por esta razão, Tito tentou mover influências para o afastamento de Hoxha do poder, mas este último foi sempre capaz de afastar paulatinamente qualquer opositor fortalecendo-se numa Albânia de partido único – toda a oposição, fosse ela política, económica, social ou cultural, foi brutalmente esmagada.³

Em 1948, a cisma entre Estaline e Tito, veio trazer a Hoxha a oportunidade de alcançar três das suas principais ambições políticas: escapar, de uma vez por todas, das pretensões jugoslavas de anexação; eliminar os seus directos opositores pró-Tito, que durante muito tempo lhe tinham dificultado a governação; e estabelecer as suas primeiras ligações com Moscovo.

Assim, a partir desta data, Hoxha abraça o estalinismo com grande ânsia e fervor, de tal modo que se transformou num dos *mais natural e consistente discípulo* do ditador soviético. Hoxha visitou, por várias vezes, Estaline em Moscovo nascendo então uma grande afinidade e amizade entre os dois. Naturalmente, quaisquer vestígios de justiça, liberdade de pensamento e de livre expressão foram banidos do país.

³ Contudo, a ambição jugoslava de anexar a Albânia provocou divisões no seio do partido comunista albanês, nascendo uma facção pró-integração e uma facção contra a integração. Tudo isto, viria a agravar-se com o facto do “líder” da facção pró-integração, Koci Xoxe, ter sido nomeado Ministro do interior, passando, assim, a ter o controlo da polícia secreta e de todas as demais forças de segurança.

Com a morte de Estaline, em 1953, subiu ao poder Nikita Khrushchev, um político bastante imprevisível e com perigosas ideias reformistas. Em 1955, deu-se o primeiro choque entre Hoxha e Khrushchev, quando este último decidiu abrir o caminho da reconciliação entre a União Soviética e a Jugoslávia. No seguimento desta reconciliação, Khrushchev aconselhou Hoxha a por termo à hostilidade em relação à Jugoslávia e a estabelecer um relacionamento normal. Hoxha ainda tentou essa aproximação, no entanto, a mesma não era possível nem genuína – não podiam ser esquecidas as ideias reformistas de Tito em relação à Albânia.

O segundo choque com Khrushchev, deu-se quando, em 1956, este denunciou o *"discurso secreto"* de Estaline. Hoxha entendeu este facto como um claro ataque quer à sua política como à sua posição pessoal no seio do partido comunista albanês. Fracassaram, assim, os esforços do líder soviético para convencer Hoxha a efectuar reformas no seu sistema e a abandonar a sua linha estalinista. Como resultado, no período de 1955 a 1961, foi sempre crescendo a tensão entre Moscovo e Hoxha.

Os primeiros sinais claros de reais problemas na aliança albanosoviética apareceram, no início de 1960, quando Hoxha tomou o partido da China na disputa ideológica desta com a então União Soviética. Tudo ficou mais claro quando, em Novembro de 1960 em Moscovo, na Conferência onde se reuniam oitenta e um partidos comunistas, Hoxha desafiou claramente a União Soviética ao apoiar a causa chinesa. Um ano mais tarde, a União Soviética termina as relações diplomáticas com a Albânia, cessando todas as suas ajudas económicas e militares.

Rapidamente, os chineses vieram em apoio à Albânia, disponibilizando um amplo pacote de ajudas. Em boa verdade e apesar do grande interesse da Albânia, as relações com a China desde cedo se caracterizaram por grandes dificuldades devido às grandes diferenças existentes tanto ao nível do território como ao nível cultural. A revolução cultural de Mao não teve grande impacto na Albânia, apenas a prática religiosa foi considerada ilegal, em 1967.

Tensões mais sérias surgiram, em 1978, quando a China, depois da morte de Mao, decidiu estabelecer relações com os Estados Unidos e a Jugoslávia. Hoxha rejeitou, então, o conselho da China de fazer o mesmo. A aliança entre a Albânia e a China terminou, no mesmo ano, quando Pequim ordenou que parassem as ajudas económicas e militares, retirando todos os seus especialistas até então presentes na Albânia. A partir dessa data a Albânia ficou completamente isolada, privada de qualquer ajuda externa. Hoxha declarou então que a Albânia se tornaria um modelo de república socialista sem precisar de ninguém.

O fim da aliança com a China marca o início de um período de constante declínio económico e industrial. A grande maioria das fábricas e das outras estruturas industriais, construídas nos anos cinquenta com a ajuda da União Soviética, estavam obsoletas; nos campos a maioria das tarefas eram efectuadas manualmente em estruturas agrárias colectivas. Toda a situação era agravada, ainda, por um sistema burocrático centralizado e por uma administração ineficiente – a propaganda oficial apelava ao povo para aumentar a produção e, desta forma, depender cada vez mais dos seus próprios esforços e dos seus recursos naturais.

O ano de 1985 viria a ser importante na história do país, em Março, Mikhail Gorbatchev tornou-se líder da União Soviética, em 12 de Abril, Enver Hoxha morre com 76 anos depois de ter dirigido o país com pulso de ferro por mais de quarenta anos. Sucedeu-lhe **Ramiz Alia** que tinha sido eleito secretário-geral do partido dois dias depois do falecimento de Hoxha. Alia foi uma figura que, durante muitos anos, esteve ao lado de Hoxha, sendo considerado o seu braço direito.

“O legado de Hoxha era um cálice envenenado para o partido, mas as emoções confirmaram um velho provérbio albanês – quando o pai castiga o filho, este chora mas reconhece o pai como seu único protector.”⁴

Ramiz Alia dá continuidade à política que tinha vindo a ser seguida até então, tendo, no entanto, começado a introduzir gradualmente algumas reformas, com o intuito de fazer reviver a economia que tinha entrado em declínio com o fim das ajudas dos aliados comunistas. Alia chegou mesmo a permitir algum investimento estrangeiro no país e expandiu as relações diplomáticas com o Oeste.

Mas, em 1989, com a queda do comunismo na Europa de Leste, alguns segmentos da sociedade albanesa começaram a tornar-se politicamente mais activos criando alguma contestação ao Governo. Os grupos mais activos eram os intelectuais, as classes trabalhadoras, (*tradicionalmente a vanguarda de um movimento comunista*) e os jovens – estes frustrados por demasiados anos de *restrição e de privação*. Para tentar responder e atenuar estas pressões, Alia concedeu a todos os albaneses o direito de poderem viajar para o estrangeiro, reduziu o poder da polícia secreta *Sigurimi*, restabeleceu a liberdade religiosa (Novembro de 1990) e adoptou algumas medidas a nível económico, nomeadamente abrindo-se ao mercado livre. Apesar de tudo, a instabilidade nas ruas começou a surgir com mais intensidade – cada concessão à *oposição* vinha enfraquecer ainda mais o controlo absoluto do estado na sociedade albanesa.

⁴ VICKERS, Miranda e PETIFFER, James, *Albania – From Anarchy to a Balkan Identity* (Londres: Hurst and Company publishers Ltd, 1997).

Em Janeiro de 1990, as manifestações no norte do país – em Shkodra – levaram o Governo a declarar o estado de emergência. Em Julho, desta vez em Tirana, grande número de jovens organizaram manifestações, a multidão adere e cinco mil pessoas procuraram refúgio em embaixadas estrangeiras. Em Dezembro deste mesmo ano, igualmente em Tirana, os estudantes da Universidade manifestaram-se⁵ com maior intensidade e apelaram ao fim da ditadura – o povo desafiava as autoridades do país. Alia encontra-se com os estudantes e cede – concorda com a criação de partidos políticos. O *Partido Democrático* (PD) é o primeiro partido da oposição a ser fundado. Em Janeiro de 1991, é publicado o primeiro jornal da oposição, o *Rilindja Demokratike*.

Durante o inverno de 1990-91, várias são as manifestações que têm lugar um pouco por toda a Albânia, os símbolos do comunismo são destruídos, sendo entre outros, destruída uma estátua de Enver Hoxha que existia no centro de Tirana (20 de Fevereiro de 1991).

Em 31 de Março de 1991, são organizadas as primeiras eleições multipartidárias desde 1920; o até então *Partido do Trabalho Albanês* (Partido Comunista) – agora reconvertido em *Partido Socialista* viria a ganhar as eleições com 67% dos votos, contra quase 30% do *Partido Democrático*. Alia foi reeleito Presidente. Em Junho deste ano, foi formado um *Governo de reconciliação nacional* procurando a estabilidade do país. Apesar da introdução da democracia, a população albanesa continuava a passar por graves carências, a economia estava em queda livre e estava instalado o caos social provocando um constante êxodo, nomeadamente para Itália.

As eleições, em Março de 1992, dão a vitória ao *Partido Democrático* com um pouco mais de 62% dos votos. Sali Berisha toma posse como Presidente em 09 de Abril de 1992. Para fazer face à situação que se estava a viver no país, Berisha iniciou um amplo programa de privatizações e a construção de uma verdadeira economia de mercado livre.

Observadores estrangeiros consideraram então, que importantes passos estavam a ser dados para estabelecer a ordem pública e o desenvolvimento económico no país. Pouco a pouco as promessas do Governo estavam a ser cumpridas. O novo caminho que estava a ser seguido pela Albânia levou a que fosse admitida na OSCE – *Organização para a Segurança e Cooperação da Europa*, pondo fim ao longo período de isolamento.

As eleições de 26 de Maio de 1996, confirmaram Sali Berisha na presidência do estado albanês. Contudo, estas eleições foram amplamente

⁵ O que acontecia pela primeira vez em quarenta e cinco anos de ditadura.

criticadas pelos observadores internacionais presentes no país, apontando algumas irregularidades.

Em finais de 1996 e em Janeiro de 1997, deu-se o colapso com os esquemas de investimento fraudulentos, conhecido por “*pirâmides*”⁶. O colapso provocou um forte levantamento popular: os motins iniciaram-se no Sul, na cidades de Vlora e Saranda mas rapidamente se expandiram a todo o país. A ordem pública estava quebrada, o descontrolo das populações era total, tudo servia para descarregar a ira de “*ter sido enganado*”; a maioria dos quartéis e esquadras de polícia foram tomadas de assalto, tendo a população civil ficado na posse de todo o género de armamento⁷ – o caos estava instalado. Este período de forte instabilidade provocou a morte de centenas de pessoas e vários milhares foram feridas. Os culpados nunca foram encontrados, ainda hoje se mantêm as dúvidas sobre o paradeiro do dinheiro.⁸

Os acontecimentos que se seguiram ao levantamento popular depois do colapso das “*pirâmides*” foram de tal modo graves que a comunidade internacional interveio. Na sequência dessa intervenção, Berisha acordou em marcar eleições parlamentares para o dia 29 de Junho de 1997. Berisha veio a público assumir os prejuízos das “*pirâmides*” prometendo até que iria indemnizar os investidores lesados, contudo tudo isso não terá passado de uma promessa eleitoral com vistas às eleições. Outros afirmaram que esta era a prova de que o Governo e o *Partido Democrático* estavam intimamente ligados ao esquema das “*pirâmides*”. “Nas eleições legislativas o círculo de Tirana não elegeu um único deputado do *Partido Democrático* (...) as

⁶ O esquema das “*pirâmides*” consistia em empréstimos de dinheiro a “*sociedades anónimas*” com fortes ligações ao governo (do *Partido Democrático*) - nunca confirmadas oficialmente, com taxas de juro que chegaram a atingir os 50%. As “*pirâmides*” criaram uma falsa impressão de bem estar que uma vez dissipada levou a que os investidores pretendessem levantar os depósitos de dinheiro anteriormente efectuados. Os investidores (dezenas de milhares de pessoas) rapidamente se aperceberam que o dinheiro tinha desaparecido (provavelmente tinha sido enviado para fora do país) e que nunca iriam reaver os seus investimentos.

⁷ Ainda nos dia de hoje, uma grande parte desse armamento não foi recuperado, continuando na posse da população civil.

⁸ A este respeito Pavli Qesku⁸ afirma “na minha opinião, o puzzle do refugio dos esquemas das “*pirâmides*” nunca será resolvido porque nenhum dos lados (democratas e socialistas) parecem estar interessados em levar a cabo uma investigação imparcial e completamente aberta. Investigá-los é como andar num solo traiçoeiro e levantar a tampa de uma panela que fede”. “O facto permanece – o esquema das “*pirâmides*” são a causa de um irreparável trauma que afectou todo o país. Mas também é o facto do dinheiro perdido está algures, nos bolsos (...) de certas pessoas, e não pode ser devolvido aos investidores” QESKU, Pavli M., *The Albanian Implosion* (Londres, versão inglesa retirada do endereço: www.albania.memail.com, 1997).

“pirâmides”, não interessa como estavam organizadas ou quem as geria, cavaram o túmulo do *Partido Democrático*⁹

Algum tempo depois da tomada de posse do *Partido Socialista*, os deputados eleitos pelo *Partido Democrático* deixaram de comparecer no Parlamento durante um período de seis meses. Tendo apenas voltado depois de mediação internacional, contudo o boicote foi retomado três meses depois, já em Julho de 1998.

Em 12 de Setembro de 1998, com o assassinio de Azem Hajdari¹⁰, deputado pelo *Partido Democrático* ao sair da sede do seu partido, em Tirana, o país voltou a estar à beira do caos que provocou uma tentativa de golpe de Estado (em 14 de Setembro). Nos dias de hoje, Hajdari é considerado um mártir pelos seguidores do *Partido Democrático* tendo, até sido construído um Memorial no local onde se deu o crime. Por outro lado, a justiça albanesa está ainda a avaliar o papel desempenhado por Berisha na tentativa de golpe de Estado.

OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS ALBANESES

A política albanesa tem, desde 1990, sido dominada por uma rivalidade entre o *Partido Democrático* e o *Partido Socialista* apesar de terem surgido outros pequenos partidos. Alguns desses partidos têm conseguido eleger alguns representantes para o Parlamento.

O *Partido Democrático* foi criado em Dezembro de 1990, foi o primeiro partido a surgir para além do então *Partido do Trabalho Albanês*, sendo, na altura, o principal partido da oposição. O *Partido Socialista* surgiu com esta denominação em 1991, depois de uma reconversão do então *Partido do Trabalho Albanês*.

PARTIDO SOCIALISTA¹¹

O Partido Socialista é herdeiro do *Partido Comunista Albanês*, dito do *Trabalho*. Em 1991, o nome e o programa foram mudados, contudo mesmo depois disso algumas referências a Marx foram mantidas. Estas só viriam a

⁹ QESKU, Pavli M., *The Albanian Implosion* (Londres, versão inglesa retirada do endereço: www.albania.mcmail.com, 1997).

¹⁰ Político albanês filiado no *Partido Democrático*, nascido a 11 de Março de 1963, foi um dos líderes dos movimentos estudantis entre Dezembro de 1990 e Fevereiro de 1991, sendo neste período o presidente da Comissão de líderes do *Partido Democrático*; nas quatro eleições depois da queda do regime comunista foi sempre eleito deputado, tendo sido presidente da Comissão Parlamentar de Ordem Pública e dos Serviços de Informações Nacionais (1996) e presidente da Comissão Parlamentar de Defesa (Junho de 1997).

¹¹ Partia Socialiste e Shqiperise.

ser removidas definitivamente, em 1996. Fatos Nano foi Presidente do partido desde 1991 até à sua demissão em Janeiro de 1999. Em Outubro desse mesmo anos, o Congresso do partido elegeu-o de novo como Presidente. O então primeiro ministro, Pandeli Majko, limitou-se a aceitar a eleição continuando à frente do Governo até à nomeação de Ilir Meta¹². Pandeli Majko e Ilir Meta foram dois dos líderes dos movimentos estudantis de Dezembro de 1990. O Partido Socialista está a (tentar) implantar uma (nova) imagem europeia moderna, dando realce ao que já realizou desde 1997, altura em que ganhou as eleições.

PARTIDO DEMOCRÁTICO¹³

O Partido Democrático foi criado em Dezembro de 1990, sendo o primeiro partido da oposição a enfrentar o então Partido Comunista. Constituiu o principal movimento anticomunista, tendo vencido as eleições de 1992, pôs fim às regras impostas pelo Partido Comunista. Nessa altura Berisha ainda não era Presidente do partido, passando a sê-lo pouco depois, sendo desde então o seu principal rosto. No último Congresso do partido, em Setembro de 1999, apareceram várias forças moderadas que viriam a abandonar o partido ou que viriam a ser expulsas depois de abertamente terem entrado em conflito com Sali Berisha. Dez anos depois da queda do comunismo na Albânia, o Partido Democrático continua numa acesa luta contra o Partido Socialista, herdeiro do Partido do Trabalho Albanês. As campanhas do Partido Democrático são sobretudo dirigidas aos Governos socialistas e só depois são uma tentativa de mobilização de apoiantes em torno de ideias políticas do partido.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO¹⁴

O Partido Social Democrático foi criado em Dezembro de 1991 por reformadores do Partido do Trabalho Albanês antes de se ter transformado em Partido Socialista. O principal objectivo era estabelecer um partido de esquerda sem um passado comunista. Skender Gjinushi¹⁵ tem sido o Presidente deste partido desde da sua criação. Apesar de ser um partido de pequenas dimensões, tem tido posições bastante fortes na actual coligação. Actualmente, o Presidente do Parlamento e o Ministro dos negócios estrangeiros pertencem a este partido.

¹² Ainda hoje exerce as funções de Primeiro-ministro.

¹³ Partia Demokratike Shqipetare.

¹⁴ Partia Socialdemokrate e Shqiperise.

¹⁵ É presidente do parlamento albanês (realizam-se eleições legislativas em 24 de Junho de 2001).



O RECENTE PERCURSO CONSTITUCIONAL

Em 1976, Enver Hoxha fez aprovar aquela que seria a última Constituição do regime Comunista albanês. Foi precisamente esta Constituição que viria a ser posta em causa com os acontecimentos do inverno de 1991/1992.

Na sequência dos acontecimentos e da realização de eleições multipartidárias livres, em Abril de 1991, o Parlamento – *Assembleia do Povo* (primeiro Parlamento eleito no período pós-comunista) **aprovou uma Lei de Princípios Constitucionais Essenciais (Constituição provisória)**¹⁶ que acautelava nomeadamente os princípios base do pluralismo político, das eleições livres, os direitos do Homem e a separação de poderes. **Esta lei revogava a Constituição de 1976.**

Em 1992, foram aprovadas algumas emendas à *Lei de Princípios Constitucionais Essenciais* aprovada no ano anterior – no âmbito do sistema judicial e poder local. De acordo com as *Disposições Constitucionais* de 1991 e 1992, a Assembleia do Povo dispunha de poderes para elaborar e aprovar uma nova Constituição que deveria ser aprovada por uma maioria qualificada, dispondo da opção de também a poder submeter a um Referendo popular.

Os trabalhos de redacção da nova Constituição eram suposto começar logo a seguir às eleições de 1992, onde o *Partido Democrático* tinha obtido a maioria dos votos. A evolução na elaboração do novo texto constitucional começou por ser bastante lenta. Contudo os trabalhos viriam a sofrer um forte impulso quando surgiu a informação de que a admissão ao Conselho da Europa iria tornar-se possível com a aprovação da nova Constituição, sendo então necessário não exceder o prazo de 30 de Dezembro de 1994.

¹⁶ Na versão inglesa – *Law on Major Constitutional Provisions*.

A Europa e outros países ocidentais estavam atentos a um conjunto de relatórios de Organizações Internacionais onde se denunciavam situações graves de violação dos direitos do Homem e de falta de democracia na Albânia. Alguns protestos efectuados pela minoria grega e por alguns representantes da Igreja Ortodoxa estavam a ter grande eco a nível internacional. Estes pequenos problemas estavam a ferir a imagem de Berisha no exterior, pelo que com o intuito de fazer esquecer os mesmos, houve uma grande vontade em resolver rapidamente a problemática Constitucional pendente. Foi nessa altura que juristas americanos colaboraram na redacção final do texto Constitucional depois dos grupos de trabalho do Parlamento já terem trabalhado o documento.

Na versão final do texto Constitucional a influência americana era clara, evidente e inegável, pretendia-se centralizar todo o poder na figura do Presidente da República, à semelhança do que Berisha já estava a tentar fazer.

Outros aspectos ressaltavam no texto então redigido: de modo a poder contornar os poderes do Parlamento, o Presidente da República iria dispor de uma (outra) *Assembleia* para aprovar os seus decretos – um poder certamente demasiado num estado que pretendia ser democrático; pretendia-se ainda aumentar a influência do Presidente da República, sobretudo ao nível das nomeações para cargos ministeriais, para embaixadas e para funções judiciais – permitindo assim a eliminação de qualquer adversário político; uma outra medida igualmente antidemocrática, consistia no facto de qualquer ajuntamento popular de rua apenas poder ser autorizado pelo Governo; o Presidente disporia ainda do poder de mandar parar qualquer investigação sobre corrupção em que estivesse envolvido o Governo.

Este novo texto da Constituição para entrar em vigor necessitava de ser aprovado no Parlamento por uma maioria de dois terços. Ora, no Parlamento num total de 140 lugares, o *Partido Democrático* apenas dispunha de 78 deputados e, tendo em conta a forte contestação da oposição (e até de alguns deputados do *Partido Democrático*) ao novo texto Constitucional, a sua aprovação no Parlamento não iria ser possível. Deste modo, para contornar os poderes constitucionais conferidos ao Parlamento para aprovar a Constituição, Berisha opta pelo Referendo popular – este referendo seria o primeiro grande teste ao Partido Democrático desde as eleições de 1992.

Durante a campanha, Berisha empenhou-se pessoalmente. Ele estava confiante na vitória do “sim” à Constituição. Chegou mesmo a afirmar que o dia do Referendo seria “o dia mais importante da história da Albânia”. O referendo popular de 06 de Novembro de 1994 viria a dar a vitória ao “não” com 55%. Imediatamente, os resultados no referendo foram interpretados

como um claro reverso à governação do *Partido Democrático*. Berisha depois do Referendo ficou bastante fragilizado e a *oposição* passou a reivindicar a antecipação das eleições que já estavam marcadas para Maio de 1996, pedindo ao mesmo tempo a demissão de Berisha.

“Apenas dois anos e meio depois da introdução do processo democrático na Albânia, o Povo estava extremamente desconfiado de tudo quanto o pudesse ameaçar. Não iriam aceitar uma Constituição elaborado por um único partido sem o pleno consentimento do Parlamento”¹⁷

Berisha apesar de ter estado próximo da demissão nunca o chegou a fazer (certamente por pressão de alguns países). Após o Referendo foi criado um grupo de trabalho com representantes de todos os partidos de modo a poder ser obtido o tal pleno consentimento do Parlamento. O texto da nova Constituição começou de novo a ser redigido. No ano de 1995, houve ainda outra tentativa para aprovar a nova Constituição, mas não foi bem sucedida¹⁸.

Em 1997, o Parlamento elege uma (nova) Comissão Constitucional para começar de novo a elaboração da Constituição. Finalmente em 1998 a Albânia vê aprovada a sua actual Constituição – a primeira Constituição *de raiz* depois do período em vigorou um severo regime comunista.

O *Partido Democrático* não participou no processo de elaboração da Constituição. Os deputados do *Partido Democrático* deixaram de comparecer no Parlamento a partir de Julho de 1998 apesar dos apelos da Missão Parlamentar composta por três Organizações internacionais – Assembleia Parlamentar da OSCE, Parlamento do Conselho da Europa e Parlamento Europeu que efectuou duas visitas de trabalho à Albânia durante a elaboração do texto da Constituição. O *Partido Democrático* só viria a fazer a entrega dos seus comentários (bastante limitados do ponto de vista da sua natureza política) sobre o texto Constitucional que estava para ser submetido a aprovação, em 08 de Novembro de 1998.

A Constituição viria a ser primeiro votada pelo Parlamento em 21 de Outubro de 1998 e posteriormente submetida a Referendo popular em 22 de Novembro de 1998. Sali Berisha desde sempre criticou a elaboração da Constituição, fez campanha contra a mesma e apelou ao boicote do Referendo. O Referendo decorreu sem incidentes tendo votado pouco mais de 50% dos eleitores inscritos; 93,1% dos votantes escolheram o “*sim*” à nova Constituição.

¹⁷ VICKERS, Miranda e PETTIFER, James, *Albania – From Anarchy to a Balkan Identity* (Londres: Hurst and Company publishers Ltd, 1997).

¹⁸ Apesar de tudo, ainda nesse ano, a Albânia foi admitida como membro do Conselho da Europa e ratificou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Sali Berisha invocou irregularidades ao Referendo e afirmou publicamente que iria contestar os resultados no tribunal. Mais tarde, a imprensa escrita citando o líder o *Partido Democrático*, informava que seria sua intenção mudar a Constituição logo que chegasse ao Poder. Logo, em 23 de Novembro, Berisha convocou uma manifestação de protesto contra a aprovação da Constituição. A constituição viria a ser promulgada pelo Presidente da República albanesa¹⁹ em 28 de Novembro de 1998²⁰.



ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1998

A Albânia é uma República Parlamentar.

O poder está dividido em poder legislativo, poder executivo e poder judicial. O poder legislativo reside na Assembleia da República da Albânia²¹ – o mais alto órgão do poder do Estado.

O representante do Estado é o Presidente da República que é eleito pela Assembleia por uma maioria de dois terços por um período de cinco anos, com a possibilidade de repetir o mandato.

O Conselho de Ministros (Governo) tem o poder executivo composto por um Primeiro-ministro²², um Vice primeiro ministro, 14 ministros e um Ministro de Estado para o Primeiro-ministro. O Primeiro-ministro é nomeado pelo Presidente da República e os restantes Ministros são nomeados pelo Primeiro-ministro. O Governo necessita de um voto de confiança da Assembleia.

¹⁹ Rexhep Meidani desde 24 de Julho de 1997.

²⁰ Dia da Independência da Albânia (de 1912).

²¹ *Kuvendi Popullor*.

²² Ilir Meta desde 29 de Outubro de 1999.

O sistema judicial assenta num Tribunal Constitucional, num Tribunal de Anulação (do tipo nosso Tribunal da Relação), em Tribunais de recurso (do tipo dos nossos Tribunais de Círculo) e em Tribunais de Distrito.

A Albânia está administrativamente dividida em 12 regiões (*Prefectures*), 36 *Distritos*, 65 *Municípios* e 309 *Comunas*. Os órgãos locais são eleitos por sufrágio universal directo. Participam nesta eleição todos os cidadãos residentes na localidade.

A administração eleitoral está estruturada em três níveis. A Comissão Eleitoral Central é reconhecida pela Constituição, sendo o órgão eleitoral mais importante. Esta Comissão é composta por 7 membros permanentes. Tem responsabilidade em todas as eleições e durante todo o processo eleitoral. O sufrágio é universal, directo e obrigatório para os maiores de 18 anos.

CONCLUSÃO

Os acontecimentos ocorridos no final de 1990 e tudo o que de seguida se desenrolou, não poderão ser enquadrados e definidos como tendo feito parte de uma Revolução. A transição Constitucional albanesa decorre num período que vai de 29 de Maio de 1991 até 27 de Novembro de 1998.

Em 29 de Maio de 1991, logo após as primeiras eleições livres, o Parlamento revogou a (anterior) Constituição comunista que datava de 1976. Em simultâneo é aprovada uma Constituição provisória – *uma Lei de Princípios Constitucionais Essenciais* que acautelava alguns princípios fundamentais. Ainda em 1992, foram aprovadas outras emendas à Constituição provisória aprovada no ano anterior.

Nesta fase pretendia-se elaborar uma nova Constituição no mais curto espaço de tempo possível, – de acordo com as *Disposições Constitucionais* de 1991 e 1992, a Assembleia do Povo dispunha de poderes para elaborar e aprovar uma nova Constituição que deveria ser aprovada por uma maioria qualificada, dispondo da opção de também a poder submeter a um Referendo popular.

Contudo devido às turbulências políticas da jovem democracia e à conturbada instabilidade económica e social tal não foi conseguido. Mas na realidade a Albânia nunca chegou a ficar sem Constituição e neste ponto pode ser recordada a afirmação de Kathleen Imholz - “Por vezes dizem que a Albânia tem falta de uma Constituição. Não é verdade. A constituição comunista de 1976 foi revogada em 29 de Abril de 1991, pouco depois das primeiras eleições multipartidárias que tiveram lugar na Albânia em meio século e substituída por uma Lei Constitucional (...) que reflecte um compromisso do pluralismo político, da separação de poderes e de respeito pelos direitos humanos”.

Em 1992, ocorreram eleições tendo vencido o Partido Democrático – tudo estava agora nas mãos deste partido que até então tinha estado na Oposição. Mais uma vez o processo de redacção da nova Constituição foi bastante lento, só vindo a estar pronto para aprovação em Novembro de 1994. Este projecto de Constituição baseava-se essencialmente na figura do Presidente da República, centralizando nele a maioria do Poder. Na realidade era uma proposta de Constituição que não merecia o apoio da generalidade dos deputados, principalmente os da oposição. Certamente por ter consciência disso, Berisha, optou pelo Referendo popular, estando plenamente convencido que iria assim fazer aprovar aquela proposta de Constituição.

O Referendo popular viria a dar a vitória ao “não”, não sendo possível aprovar a “nova” Constituição. Depois deste fracasso, foi criado um grupo de trabalho com representantes de todos os partidos de modo a poder ser obtido um consenso parlamentar. Em 1995, tentou-se de novo aprovar mais um projecto mas o mesmo não foi aceite.

Seria só em Setembro de 1997 que o tema iria ser retomado, criando-se uma (nova) Comissão Constitucional para trabalhar na elaboração da Constituição. Desta vez o texto foi efectivamente elaborado e estava pronto para ser aprovado pela Assembleia e ser sujeito a Referendo popular. A Constituição viria a ser adoptada pelo Parlamento em 21 de Outubro de 1998 e submetida a Referendo popular em 22 de Novembro de 1998. O Povo albanês votou a favor da Constituição e em 28 de Novembro de 1998 o Presidente da República albanesa promulgou-a, passando a produzir efeitos desde então.

No período em apreço, deverá ser apontado o papel, duplamente negativo que a nosso ver, foi desempenhado pelo Partido Democrático – primeiro em 1994, quando houve uma tentativa evidente de fazer aprovar pelo Povo, uma Constituição que iria servir, não os interesses gerais, mas sim os interesses de uma minoria – os que estavam naquele momento no poder; e segundo, quando a partir de 03 de Setembro de 1997, foi dada a possibilidade a esse mesmo partido para, em conjunto com as outras forças políticas representadas no Parlamento, elaborar um novo texto Constitucional, pura e simplesmente os deputados do Partido Democrático deixaram de comparecer no Parlamento.

Desde a entrada em vigor da actual Constituição, alguma legislação foi já produzida, contudo, o caminho a percorrer ainda é bastante longo. A Albânia foi de novo a votos em 24 de Junho de 2001 para eleger um novo Parlamento. A expectativa é grande, pois a semelhança do que já tinha acontecido nas eleições municipais de Outubro de 2000, será aferido o seu grau de maturidade política.

“O que aconteceu na Albânia durante esta longa e horrível transição poderá ser descrito como a destruição de um sistema, incluindo todos os seus valores materiais e mentais, sem no entanto fazer um único esforço para construir algo novo seja no campo cultural ou no campo material, ou para transformar aquela parte económica, institucional e educacional do antigo sistema que poderia servir de base para lançar os alicerces de uma nova sociedade civil. Tudo foi deixado ao sabor da espontaneidade e a maioria das pessoas foram deixadas à sua sorte (...) As únicas coisas que deram nome à Albânia nos anos noventa foram o vertiginoso aumento dos índices de criminalidade e a falta de estabilidade política.”²³

BIBLIOGRAFIA

- BARTOLE, Sergio, *Riforme Costituzionali nell' Europa centro-Orientale*, (Bolonha: 1993).
- IMHOLZ, Kathleen, *States of emergency as pretexts for gagging the press – Word Play at Albania's Constitutional Court* (Tirana).
- QESKU, Pavli M., *The Albanian Implosion* (Londres, versão inglesa retirada do endereço: www.albania.mcmail.com, 1997).
- SHARE, Donald e MAINWARING, Scott, *transiciones via transacción: la democratización en Brasil y en España*, (Madrid: in revista de estudios politicos, nº49, 1986).
- VICKERS, Miranda e PETTIFER, James, *Albania – From Anarchy to a Balkan Identity* (Londres: Hurst and Company publishers Ltd, 1997).

* Licenciado em Ciências Policiais e titular da Pós graduação em Ciências Políticas e Internacionais da Faculdade de Direito de Lisboa.

²³ Texto retirado de um documento avulso que descrevia o pensamento do cidadão albanês anónimo (1999).

A TAXONOMIA DE OBJECTIVOS EDUCACIONAIS DE BENJAMIN S. BLOOM

Pelos Aspirantes Alunos de Artilharia:

DANIEL PEGADO

ORLANDO REBELO

RUI SOARES

HUGO BAPTISTA

BIOGRAFIA



Benjamin S. Bloom nasceu em Landsford, Pennsylvania em 21 de Fevereiro de 1913. Obteve um Bacharelato em Artes e um Mestrado de Ciência na Universidade do Estado da Pennsylvania nos finais de 1930, e durante a sua carreira trabalhou como professor educacional, investigador, editor e examinador.

Entre em 1964 e 1972, Benjamin Bloom escreveu muito sobre o tópico de objectivos educacionais. Entre as ideias que apresentou, propôs que uma “tarefa” estimulasse um dos três domínios psicológicos seguintes: cognitivo, afectivo, ou psicomotor. O domínio cognitivo trata do conhecimento e entendimento de conceitos ou ideias. O domínio afectivo envolve as atitudes e sentimentos que são o resultado do processo de aprendizagem. Finalmente, o domínio psicomotor está relacionado com capacidades físicas ou motoras. Dentro de cada domínio, podem ser desenvolvidos e implementados objectivos para conclusão de uma certa tarefa.

As suas principais contribuições para a área de educação são: o domínio da aprendizagem, o seu modelo de desenvolvimento de talento, e a sua Taxonomia¹.

¹ Taxonomia ou *Taxinomia* – Hierarquização dos níveis do conhecimento no âmbito da educação.

1. INTRODUÇÃO

Em 1956, Benjamim Bloom liderou um grupo de psicólogos na Universidade de Chicago que desenvolveu uma classificação de níveis de comportamento intelectual importantes na aprendizagem.

Deste trabalho resultou uma taxonomia que inclui três domínios relacionados entre eles: o cognitivo, psicomotor, e afectivo.

Bloom descobriu tais domínios, quando ultrapassou 90% de perguntas-teste, feitas a estudantes que pensassem ao nível mais baixo possível do conhecimento. Duas razões levaram a esta decisão. Bloom quis aumentar os testes, as actividades desenvolvidas pelo professor, como também poder categorizar perguntas-teste de forma que os estudantes pudessem desenvolver melhores estratégias de estudo. Foram então criados os Níveis de Bloom de pensamento crítico e os processos (verbos) associados a cada um destes níveis. Estas categorias de “pensamento” estavam entre os primeiros esforços para definir a palavra “aprendizagem” e começaram a desenvolver as primeiras metas educacionais por pensamento criativo e resolução do problema, e assim surgiram as várias formas de aprendizagem.

□ A *Aprendizagem cognitiva* que é demonstrada por revogação de conhecimento e de capacidades intelectuais: compreende informação, organiza ideias, analisa e sintetiza dados, aplica conhecimento, escolhe entre outras alternativas a resolução do problema, e avalia ideias ou acções. Este domínio na aquisição e uso de conhecimento é predominante na maioria dos cursos. Bloom identificou seis níveis dentro do domínio cognitivo, desde a revogação simples ou reconhecimento de factos, como o mais baixo nível, por níveis mentais cada vez mais complexos e abstractos, para a ordem mais alta que é classificada como avaliação.

□ A *Aprendizagem afectiva* é demonstrada por comportamentos que indicam atitudes de consciência, interesse, atenção, preocupação e responsabilidade, capacidade para escutar e responder em interações com outros, e capacidade para demonstrar essas características de atitude ou valores que são apropriados à situação de teste e ao campo de estudo. Esta forma de aprendizagem relaciona-se com as emoções, atitudes, avaliações e valores tais como o desfrutar, conservar, respeitar, e apoiar.

□ A *Aprendizagem psicomotora* é demonstrada através de capacidades físicas, coordenação, destreza, manipulação, graça, força e velocidade, sendo estas acções que demonstram as verdadeiras capacidades

motoras tais como o uso de instrumentos de precisão ou de ferramentas, ou acções que comprovam totais capacidades motoras como o uso do corpo na dança ou no desempenho atlético. Esta forma de aprendizagem relaciona-se com os seguintes verbos: dobrar, apertar, manusear, operar, alcançar, relaxar, encurtar, esticar, escrever, diferenciar (através do toque), expressar (facialmente), executar (habilmente).

2. BENJAMIN S.BLOOM – QUEM FOI?

Benjamin S.Bloom foi um professor e investigador na área da educação na Universidade de Chicago cujo trabalho de investigação em educação infantil influenciou a criação de um programa pré-escolar federal. Faleceu a 13 de Setembro de 1999 com 86 anos. Ele é mais conhecido pelo trabalho desenvolvido em 1956, Taxonomia de Objectivos Educacionais, o qual descreve uma “hierarquia” de aprendizagem, começando com o conhecimento efectivo e progredindo na compreensão, aplicação, análise, síntese, e avaliação. Traduzido em mais de 50 idiomas, o livro ainda é usado como um guia no desenvolvimento do curriculum. Bloom também ficou conhecido pela sua teoria do “domínio da aprendizagem” a qual posicionou todos os estudantes a um mesmo nível de aprendizagem, o que originou muitas das mudanças da educação nos anos oitenta e anos noventa.

3. TAXONOMIA DO



DOMÍNIO COGNITIVO

Este domínio baseia-se em objectivos que enfatizam relembrar ou reproduzir algo que foi aprendido, ou que envolvem a resolução de alguma actividade intelectual para a qual o indivíduo tem que determinar o problema essencial, então reorganizar o material ou combinar ideias, métodos ou procedimentos previamente aprendidos.

O domínio cognitivo é dos três, o mais frequentemente usado e, de acordo com a taxonomia dos objectivos educacionais de Bloom, os seis níveis de conhecimento integram-se directamente no domínio cognitivo, nomeadamente o conhecimento, a compreensão, a aplicação, a análise, a síntese e a avaliação.



a. CONHECIMENTO: É definido como o relembrar de informação previamente transmitida. Isto pode envolver a reutilização de uma variada gama de materiais, oriundos de factos específicos ou teorias, mas o que é necessário é o recordar da informação apropriada (Ex.: processos que requerem que o estudante reproduza com exactidão uma informação que lhe tenha sido dada, seja ela uma data, um relato, um procedimento, uma fórmula ou uma teoria). O conhecimento representa o mais baixo nível de aprendizagem que advém do domínio cognitivo.

b. COMPREENSÃO: É definida como a habilidade para decifrar o significado do material (Ex.: o estudante deverá ser capaz de usar uma informação original e ampliá-la, reduzi-la, representá-la de outra forma ou prever consequências resultantes da informação original). Isto pode ser demonstrado convertendo materiais de uma forma para outra (palavras para números), interpretando material (explicando ou resumindo), e estimando futuras tendências (prevendo consequências ou efeitos). Este tipo de aprendizagem advém antes de uma simples lembrança de material e representa um nível mais baixo de compreensão.

c. APLICAÇÃO: Refere-se à habilidade para usar material assimilado em novas situações concretas (Ex.: o estudante transporta uma informação genérica para uma situação nova e específica). Isto pode incluir a aplicação de regras, métodos, conceitos, princípios, leis e teorias. A aprendizagem nesta área requer um grande nível de entendimento em vez de compreensão.

d. ANÁLISE: Refere-se à habilidade para dividir o material nos seus componentes, sendo assim entendida a sua organização estrutural. Isto pode incluir a identificação dos seus componentes, a análise da inter-relação entre eles, e o reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos. A aprendizagem surge aqui representando um nível intelectual elevado em vez de compreensão e aplicação, porque estas últimas requerem um entendimento da composição e da estrutura do material.

e. SÍNTESE: Refere-se à habilidade para juntar componentes de forma a constituir um novo plano (Ex.: o estudante reúne elementos de informação para compor algo novo que terá, necessariamente, traços individuais distintivos). Isto pode envolver a produção de uma única comunicação (tema ou discurso), um plano de operações, ou um conjunto abstracto de relações (esquema de informação classificada). A aprendizagem nesta área provoca a criação de comportamentos de "stress", com maior ênfase na formulação de novos esquemas ou estruturas.

f. AVALIAÇÃO: Representa os processos cognitivos mais complexos. Consiste em confrontar um dado, uma informação, uma teoria, um produto etc... com um critério ou conjunto de critérios, que podem ser internos ao próprio objecto de avaliação, ou externos a ele. Baseia-se na habilidade para julgar o valor do material (declaração, romance, poema, relatório de pesquisa) para um determinado propósito. Os julgamentos são baseados em critérios definidos. Isto é, podem ser critérios internos (organização) ou critérios externos (relevância para um propósito) e o estudante pode determinar o critério ou defini-lo. A aprendizagem surge nesta área como o mais alto índice na hierarquia cognitiva, isto porque este domínio contém elementos de todas as outras categorias, e ainda a consciência dos valores de julgamento baseados em claros critérios definidos.

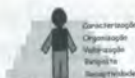
Os processos são cumulativos, uma categoria cognitiva depende da anterior e, por sua vez, dá suporte à seguinte. As referidas categorias são organizadas num gradiente em termos de complexidade dos processos mentais.

Com início em 1948, um grupo de pedagogos empreendeu a tarefa de classificar metas de educação e objectivos. A intenção era desenvolver um sistema de classificação para três domínios: o cognitivo, o afectivo, e o psicomotor. O trabalho no domínio cognitivo foi completado em 1956 e é reconhecido usualmente como a Taxonomia de Bloom do Domínio Cognitivo embora o verdadeiro título seja a Taxonomia de Objectivos Educacionais (consultar anexo A).

A ideia principal da taxonomia é que os pedagogos saibam o que os estudantes querem aprender e que possa ser organizado hierarquicamente em forma crescente de complexidade.

Em geral, a pesquisa durante os últimos 40 anos confirmou a taxonomia como uma hierarquia com a excepção dos últimos dois níveis. É incerto neste momento saber se deveriam ser invertidas a síntese e a avaliação (Ex.: a síntese é mais difícil de realizar do que a avaliação) ou se a síntese e a avaliação estão ao mesmo nível de dificuldade mas usando processos cognitivos diferentes. Ambos dependem da análise como um processo fundamental. Porém, a síntese requer que se reorganizem as partes de um modo novo e original considerando que a avaliação requer uma comparação a um padrão com um julgamento sobre o bom, melhor ou óptimo. Isto é semelhante à distinção entre pensamento criativo e pensamento crítico. Ambos são valiosos enquanto nenhum for superior.

4. TAXONOMIA DO



DOMÍNIO AFECTIVO

Na taxonomia de Bloom existe ainda o campo afectivo. Neste campo o ensino é reflectido por comportamentos que indicam atitudes de preocupação, precaução, atenção, responsabilidade, habilidade para ouvir e responder em conjunto com outras atitudes, e ainda habilidade para demonstrar atitudes características ou valores que são apropriados para a situação de teste e do âmbito do estudo. Este ramo leva a emoções, atitudes, apreciações, e valores, tais como conservar, respeitar e ajudar. Este domínio baseia-se em objectivos que enfatizam o sentimento, emoção ou grau de aceitação ou rejeição. Tais objectivos são expressos como interesses, atitudes ou valores.

- a. **Receptividade (também designado como acolhimento e aquiescência):** Aperceber-se da existência de um dado valor apresentado na instrução e dirigir a sua atenção para ele de modo selectivo e intencional. Todavia os alunos comportam-se passivamente em relação ao valor apresentado.
- b. **Resposta:** Esta acção pode ser desde a simples obediência a determinações explícitas até a iniciativa na qual se possa notar alguma expressão de satisfação por parte do aluno.
- c. **Valorização:** Valor comunicado na instrução que foi interiorizado pelo aluno. Distinguem-se do tipo de objectivo do nível de resposta pela consistência (não são esporádicas), persistência (prolongam-se além do período da instrução) e, num nível mais intenso, a persuasão (ou seja o aluno procura convencer outras pessoas da importância do valor, numa espécie de catequese).
- d. **Organização:** Reinterpreta o valor comunicado na instrução à luz de outros valores análogos ou antagónicos ao valor original. Analisa diferentes ângulos do valor, compara-o a valores concorrentes.
- e. **Caracterização:** O processo de interiorização atinge o ponto em que o indivíduo passa a ser identificado pela sua comunidade como um símbolo ou representante do valor que ele incorporou.

5. TAXONOMIA DO



DOMÍNIO PSICOMOTOR

O campo da aprendizagem psicomotora é provado por habilidades físicas, coordenação destreza, manipulação, postura, força, velocidade e acções que demonstram o melhor conjunto de habilidades em que se usam a

precisão, instrumentos ou ferramentas, ou acções que evidenciam o grupo de habilidades mais selvagem, tal como o do uso do corpo na dança ou no exercício físico. Este domínio baseia-se em objectivos que enfatizam alguma habilidade muscular ou motora.

- a. **Percepção:** Atenção que o estudante presta a todos os movimentos envolvidos na acção global, suas conexões e implicações.
- b. **Posicionamento:** Colocar-se em posição correcta e eficiente para executar os movimentos propriamente ditos.
- c. **Execução acompanhada:** O aprendiz, tendo se posicionado adequadamente, passa a executar os movimentos de forma ainda hesitante. Os movimentos são realizados imperfeita ou parcialmente.
- d. **Mecanização:** Acções executadas integralmente. O ciclo de movimentos é completo e o aprendiz coordena uma acção com as demais que a ela se ligam.
- e. **Completo domínio de movimentos:** Controlo sobre as acções que se constituíram objecto da aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim chegamos à conclusão que a aprendizagem, é um método complexo, que se baseia nos níveis mencionados anteriormente.

Em todo o caso, está claro que os estudantes podem “saber” sobre um tópico ou podem-se sujeitar a níveis diferentes. Enquanto que a maioria dos testes feitos por professores testam os níveis mais baixos da taxonomia, a pesquisa mostrou que os estudantes se lembram de mais informação quando eles aprendem a controlar o tópico aos níveis mais altos da taxonomia, porque é requerida uma elaboração superior e um princípio de aprendizagem baseado na procura da aproximação do processamento da informação.

BIBLIOGRAFIA

- Fontes informáticas

- o <http://www.reach.ucf.edu/~acg4401/Handouts/blooms.htm>
- o <http://www.stedwards.edu/cte/bloomtax.htm>
- o http://www.aphs.sa.edu.au/soc_env/skills/bloom.html
- o <http://its.foxvalley.tec.wi.us/iss/curric-assessment/COLUMN.html>
- o <http://www-ee.eng.hawaii.edu/~tep/EE367/Coop/bloom.html>
- o <http://www.utexas.edu/student/lsc/handouts/1414.html>
- o <http://www.cityu.edu/facultystaff/teachingtips.asp>
- o <http://www.eecs.usma.edu/cs383/bloom/default.htm>
- o <http://www.valdosta.edu/~whuitt/psy702/cogsys/bloom.html>
- o <http://www.eecs.usma.edu/usma/academic/eecs/instruct/howard/slidesho/sigcse2/index.htm>
- o <http://www.uct.ac.za/projects/cbe/mcqman/mcqappc.html>

Anexo A – TAXONOMIA DE OBJECTIVOS EDUCACIONAIS

Objectivos	Processos	Resultantes
Conhecimento • especificar • modos e meios para lidar com itens específicos • factos universais e abstracções num dado campo	definir reconhecer recitar identificar rotular compreender examinar mostrar colectar listar	rótulos nomes factos definições conceitos
Compreensão • tradução • interpretação • extrapolação	traduzir interpretar explicar descrever resumir demonstrar	argumento explicação descrição resumo
Aplicação • uso de abstracções em situações específicas e concretas	aplicar solucionar experimentar demonstrar construir mostrar fazer ilustrar registrar	diagrama ilustração colecção mapa jogo ou quebra-cabeças modelo relato fotografia lição
Análise • elementos • relacionamentos • princípios organizacionais	conectar relacionar diferenciar classificar	gráfico questionário categoria levantamento

		estruturar agrupar interpretar organizar categorizar retirar comparar dissecar investigar	delineamento diagrama conclusão lista plano resumo
Síntese • comunicação inédita • plano de operação • conjunto de relacionamento abstractos		projectar reprojectar combinar consolidar agregar compor formular hipótese construir traduzir imaginar inventar criar inferir produzir predizer	poema projecto resumo de projecto fórmula invenção história solução máquina filme programa produto
Avaliação • julgamento em termos de evidência interna • julgamento em termos de evidência externa		interpretar verificar julgar criticar decidir discutir verificar disputar escolher	opinião julgamento recomendação veredicto conclusão avaliação investigação editorial

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA



ANIVERSÁRIO DA REVISTA DE ARTILHARIA



No passado dia 18 de Junho de 2002 decorreu, na biblioteca da ex-Direcção da Arma de Artilharia, a comemoração de mais um aniversário da Revista de Artilharia.

Publicada desde 1904, a revista comemorou desta forma 98 anos de existência.

Ao evento compareceram os elementos, efectivos e suplentes, que constituem Comissão Executiva assim como outras entidades convidadas.

O Presidente da Comissão Executiva, TGEN Abrantes dos Santos, proferiu algumas palavras alusivas à cerimónia que culminou com um Porto de Honra.



NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

APRESENTAÇÃO DO REGULAMENTO DE COMANDO E CONTROLO DO ESPAÇO AÉREO E DA 1ª EDIÇÃO DO CD MULTIMÉDIA “ARTILHARIA ANTIAÉREA”

Em 28 de Junho de 2002, foi apresentado no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, o MC 18-130 – Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo, elaborado pelo RAAA1 e aprovado por despacho de 09 de Maio de 2002, de S. Exa. o General CEME.

Com este Regulamento, cuja elaboração culmina agora com a distribuição dos primeiros exemplares, conseguiu-se enriquecer a matriz conceptual de emprego operacional das Forças Terrestres e complementar o quadro doutrinário do Exército Português. Os primeiros 500 exemplares foram produzidos pelo Centro de Audiovisuais do Exército, estando a sua distribuição à responsabilidade do RAAA1.

Pela ocasião, foi também apresentado a 1.ª Edição do CD Multimédia “Artilharia Antiaérea”, produzido integralmente pela Secção de Informática e Multimédia do Regimento, constituída há cerca de um ano, e cujo trabalho se vem alargando a outras áreas de interesse, no âmbito das tecnologias de informação. Este CD apresenta, de uma forma atractiva, uma vasta informação sobre a história do Regimento e da Artilharia Antiaérea em Portugal, os sistemas de armas, e elementos sobre o reconhecimento de aeronaves, táctica de Artilharia Antiaérea, bem como sobre os cursos à responsabilidade deste Regimento.



No final, foi distribuído em videocassete, uma reportagem da demonstração realizada no RAAA1, em Fev02, intitulada – “A Antologia da Artilharia Antiaérea em Portugal”.

Estiveram presentes nesta sessão, o General Director Honorário da Arma de Artilharia, o General Governador Militar de Lisboa, outros Oficiais Generais, Oficiais Superiores e demais Oficiais e Sargentos de Artilharia.

O REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº1 HOMENAGEIA OS MILITARES DO REGIMENTO ANTIAÉREA FIXA, MORTOS NO GRANDE INCÊNDIO DA SERRA DE SINTRA, EM 1966

Em 07Set02, completaram-se trinta e seis anos sobre a trágica morte de vinte e cinco militares do RAAF, ocorrida durante o combate ao incêndio, na Serra de Sintra.



Sendo o herdeiro das Tradições Militares do RAAF, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 realizou no Pico do Monge, em Sintra, uma cerimónia evocativa de homenagem, presidida pelo Governador Militar de Lisboa em exercício, acompanhado pelo Comandante Interino do Regimento. A cerimónia contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sintra e do Inspector Adjunto do Serviço Nacional de Bombeiros, tendo também assistido, representações do Serviço Nacional de Bombeiros, da

Liga dos Bombeiros Portugueses, dos Corpos de Bombeiros Voluntários da Região de Lisboa, do Parque Natural Sintra Cascais, da Direcção Geral de Florestas e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Colares e Monte Abraão, assim como elementos de alguns órgãos de comunicação social.

Após uma alocução alusiva ao evento, proferida pelo Comandante Interino do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, foram executadas honras militares, deposição de uma coroa de flores e uma oração campal, seguindo-se uma romagem ao local onde se deu o trágico acidente, assinalado por 25 ciprestes, os quais representam os militares falecidos.

BRIGADA MECANIZADA INDEPENDENTE BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

No período compreendido entre os dias 26Jul02 e 05Ago02 decorreu, na região de Monte Novo, no Campo Militar de Santa Margarida, o XX Acampamento Anual do Corpo Nacional de Escuteiros (ACANAC), organizado pelo Corpo Nacional de Escutas (CNE).

A Bateria de Artilharia Antiaérea participou na exposição estática de materiais, organizada pela BML, com 1 Sistema Missil Ligeiro Chaparral M48A3E1 e um sistema Radar FAAR, guarnecidos por 1 Oficial, 2 Sargentos e 2 Praças contribuindo, assim, para a divulgação das componentes e actividades da Brigada, junto dos cerca de 4000 jovens que participaram no referido acampamento.



Nos dias 01 e 02 de Julho de 2002 a Brigada Mecanizada Independente recebeu a visita do Curso Superior de Comando e Direcção. Neste âmbito foi organizada uma demonstração de actividade operacional, enquadrada no Exercício Daring Eagle.

A Bateria de Artilharia Antiaérea (BAA/BMI) contribuiu com o empenhamento do seu Comando, um pelotão Míssil Ligeiro Chaparral M48A3E1, a 4 secções, e um pelotão Radar FAAR, a 2 secções, num total de 9 viaturas de rodas e 5 viaturas de lagartas, guarnecidas por 3 Oficiais, 12 Sargentos e 33 Praças.

Foram ainda efectuadas demonstrações e briefings sobre as capacidades técnicas e tácticas dos materiais que equipam a BAA/BMI.



NOTÍCIAS DA EPA

MARCHA DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA

Realizou-se a 28 de Junho de 2002, a segunda Marcha Apeada da EPA. Este evento contou com a participação de todos os militares que prestam serviço na EPA, tendo-se constituído para o efeito três agrupamentos de marcha encabeçados pelos respectivos Porta-Flâmula (Comando, Bateria de Comando e Serviços, Grupo de Instrução com a Bateria de Bocas de fogo, Bateria de Instrução de Quadros e Bateria de Instrução de Praças).

O percurso, com uma extensão aproximada de 15 Km, foi efectuada em cerca de três horas, sob boas condições climatéricas e englobou dois pequenos autos para abastecimento de líquidos.

No final da marcha, realizou-se um almoço convívio num ponto de reunião especialmente montado para o efeito no polígono de tiro da EPA. Desta vez o almoço convívio foi alargado aos militares na situação de reserva, reforma e funcionários civis da Guarnição Militar de Vendas Novas com as respectivas famílias. Após o final da marcha teve lugar um programa de entretenimento com o grupo de Cantares e Música Popular Portuguesa dos Reformados de Vendas Novas. A seguir ao almoço deu-se início a um conjunto de actividades, nomeadamente, torneio de tiros aos pratos, torneio de tiro ao alvo (senhoras), torneio de setas, torneio de malha, torneio de matraquilhos e torneio de sueca.

Houve assim oportunidade para aprofundar e consolidar o espírito do corpo e os laços de camaradagem entre os militares e civis da Escola.



TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DA EPA



CERIMÓNIA

Em 01 de Agosto teve lugar na Escola Prática de Artilharia a cerimónia de posse de comando do Comandante da Escola Prática de Artilharia, Cor Art FREDERICO JOSÉ ROVISCO DUARTE.

Pelas 10H00, o Coronel Rovisco Duarte deu entrada na Escola sendo aguardado pelo 2.º Comandante da EPA, TCor Art António Coimbra. Após a execução dos toques regulamentares, o Cor Rovisco Duarte recebeu a apresentação do Oficial de Dia e do Adjunto do Comandante da EPA.

Pelas 10H30 deu-se início à cerimónia na Parada General Bernardo Faria. As Forças em Parada, sob o Comando do Director de Instrução, TCor Art Maurício Raleiras, integraram o Grupo de Instrução, com a 1ª Bateria de Bocas de Fogo, Bateria de Instrução de Quadros e Bateria de Instrução de Praças, e a Bateria de Comando e Serviços da Escola.

Após a leitura do Despacho de nomeação do novo Comandante da EPA, o Cor Rovisco Duarte passou revista às Forças em Parada.

No final da cerimónia as FP desfilaram prestando continência ao Comandante da Escola.

Pelas 11H00, o Comandante da Escola recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da EPA, no salão nobre. Pelas 11h30 no Auditório, foi efectuado um "Briefing" ao Comandante pelo 2.º comandante e DEI, após o qual o Comandante passou revista às instalações. Depois do almoço, o Comandante efectuou uma revista ao Polígono da EPA.

ALOCUÇÃO DO COMANDANTE DA EPA

" Militares e civis da Escola Prática de Artilharia

No cumprimento dos ritos que nos são muito próprios e nos quais se insere esta cerimónia de tomada de posse dirijo, com o mais sincero respeito, palavras de saudação a todos vós.

Faço-o no reconhecimento pessoal do elevado espirito de corpo que existe nesta casa, fruto, inequívoco, da grande dedicação, elevado esforço e constante disponibilidade de todos quanto aqui servem.

É com manifesto orgulho e sentida honra que assumo o comando desta prestigiada Escola. Digo-o de forma franca e aberta, como em circunstâncias anteriores tive oportunidade de sentir ao assumir funções igualmente prestigiantes.

Não são palavras vãs. Vão além das meras palavras de circunstância. Reflectem um estado de alma e uma vontade forte em participar num trabalho de equipa que ao longo da história desta Unidade tem conseguido, de forma brilhante, atingir elevados padrões de desempenho e preservado as suas tradições, numa demonstração clara de verdadeiro e íntegro profissionalismo, expressão inequívoca de um espírito de bem servir.

É minha intenção integrar-me nesta equipa e assumir, consequentemente, as responsabilidades inerentes ao comando.

As diversas actividades relacionadas com a artilharia portuguesa convergem, de uma maneira geral, nesta casa e o espirito de corpo da arma de artilharia deve ter aqui a sua expressão máxima. Creio ter sido este o entendimento dos comandos anteriores, ao traçarem para a Escola rumos precisos e ambiciosos, numa consciência plena da sua importância para o Exército. Tal trilho deve ser por nós continuado.

A artilharia é uma arma caracterizada pelo rigor, pela técnica e pela actuação como equipa. Tratam-se, no dia a dia, de características que requerem a adopção de uma conduta e um empenhamento individual marcado pelo desafio, pela abnegação, pela vontade de cumprir. A actuação em equipa é uma especificidade inerente à forma como a artilharia actua no cumprimento da sua missão. Esta característica, marcadamente de campanha, é incorporada no nosso quotidiano impondo-nos a adopção e a comunhão de valores militares reconhecidamente essenciais, valores estes que quando confrontados com as incertezas dos tempos actuais, apenas podem ser ultrapassados com a adopção de uma atitude mental positiva.

Desta forma, gostaria que num futuro próximo retivessem estas características no pensamento quando, eventualmente, houver necessidade de lidar com este rigor. Ao olharmos para o ambiente externo, em acelerada mutação, teremos de perceber as evoluções marcantes, teremos de visualizar o nosso rumo e, tendo presente a missão que nos foi confiada, bem como os meios atribuídos e o espaço no qual nos inserimos, cerrarmos fileiras e encontrar soluções eficazes que nos permitam cumprir com rigor e dignidade os objectivos estabelecidos, sem alarde e sem propaganda porque esta é a nossa maneira de ser.

A equipa constituída pelo pessoal presente na Escola Prática de Artilharia, na qual me insiro, deve ser uma equipa dinâmica, eficiente, trabalhando de acordo com as orientações superiores e eficaz nos resultados. Assim o tem sido e assim se pretende que continue a ser, na certeza de que a aferição da sua eficiência continuará a ser feita através do cumprimento da missão.

Tecidas estas considerações de âmbito geral, indicadoras da minha forma de estar e pensar, não poderia também de deixar de referir o que penso sobre a nossa unidade e a forma como encaro o trabalho futuro.

Dadas as circunstâncias externas que passam, sumariamente, pela revisão da legislação enquadrante da Defesa Nacional e das Forças Armadas, pela contenção financeira, por alguma expectativa quanto à evolução de efectivos e por uma eventual alteração do dispositivo militar, não se afigura provável que a Escola Prática de Artilharia sofra alterações significativas na sua missão. Consequentemente, terei de ter presente e relembrar-vos a necessidade de aumentarmos a nossa eficiência à medida que os custos e os recursos utilizados diminuem. Tenho a certeza contudo, que não deixará o comando superior de atribuir os meios essenciais para o cumprimento da missão.

Nesta base e de uma forma breve, penso o seguinte:

O efectivo existente deve ser racionalizado. Trata-se do bem mais precioso e como tal é um factor crítico. Teremos de reequacionar, sempre que

necessário, as aptidões individuais requeridas para os cargos que constituem a estrutura da Escola, afim de melhorar o desempenho e obter mais eficiência.

No universo em que nos inserimos existem expectativas elevadas de realização pessoal, nomeadamente auto realização e auto estima. Ciente destas expectativas, e pela minha parte, pretendo assumir activamente a responsabilidade do comando quanto ao conciliar dos objectivos organizacionais com os objectivos individuais, nomeadamente verificando desempenhos, conferindo responsabilidades e autoconfiança, combatendo a apatia, o desinteresse e a frustração. Espero contribuir, consequentemente, para o reforço dos factores motivacionais, criando condições que propiciem sentimentos de realização, de crescimento e de reconhecimento profissional.

Sem alterar os padrões de comportamento militar, talvez haja necessidade de rever posturas individuais, assumindo atitudes mais activas face ao recrutamento e à formação, a fim de que cada um de nós se possa assumir como mensageiro desta casa.

Relativamente ao trabalho a desenvolver, penso que existe um quadro de referência bastante amplo, altamente motivador, que nos desafia e nos atribui imensa responsabilidade.

A missão e as atribuições cometidas à Escola abrangem um leque amplo de actividades, indo desde a formação e qualificação de oficiais, sargentos e praças, passando pelo aprontamento, manutenção e treino de forças operacionais atribuídas, à colaboração com as autoridades civis, e ao apoio do Presidente da Comissão da Arma de Artilharia, em aspectos relacionados com a organização, doutrina, material e emprego das unidades de artilharia.

Sob o ponto de vista individual, cada uma destas áreas exige muita dedicação, muito empenhamento, muito espírito crítico e alguma visão prospectiva. Indiscutivelmente, a Escola assume um papel significativo nesta área ao assegurar a componente prática do ensino militar a jusante da Academia Militar, da Escola de Sargentos do Exército e dos Centros de Instrução Geral.

Neste âmbito, formação e qualificação, os elevados padrões tradicionalmente estabelecidos devem continuar a ser cumpridos com seriedade, rigor e competência, onde o saber e o respeito pelo homem se destacam.

O aprontamento, manutenção e treino de encargos operacionais pressupõe conhecimentos específicos, consolidados junto das subunidades apoiadas, sob risco de se criarem bolsas isoladas de saberes sem qualquer utilidade.

A elaboração de estudos e pareceres sobre as tradições e história geral da arma, bem como a orientação, a coordenação e o impulsionar de todas as

actividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo da arma tornam a Escola um centro privilegiado no âmbito da artilharia portuguesa mas impõem responsabilidades acrescidas.

A emissão de pareceres e propostas relativos à organização, doutrina, material e emprego das unidades da arma requer conhecimentos amplos e profundos.

A colaboração nas acções de socorro e assistência de protecção civil, bem como a colaboração nas acções de defesa do ambiente, são responsabilidades muito específicas que requerem abordagem pragmática, no sentido da determinação de capacidades e adopção de procedimentos afins. A esta área acresce a colaboração com as autoridades civis na satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, à qual dedicaremos todo o esforço, se e quando solicitado.

Por último, algumas palavras sobre a mudança que se perspectiva para 2005. Como sabem, a situação não é promissora em termos de efectivos. Existem estudos a nível superior sobre o assunto, pelo que é possível que em 2003 e 2004 assistamos a desenvolvimento nesta área. Creio que haverá necessidade de determinar capacidades chave, seja no contexto militar seja no contexto civil e encontrar forma de potenciarmos estas mesmas capacidades. Idênticas preocupações se deverão reflectir sob o ponto de vista das estruturas, a fim de conseguirmos realizar uma gestão dinâmica, sóbria e funcional com o objectivo fundamental de reduzir os custos de funcionamento.

Militares e civis da Escola Prática de Artilharia,

Estas são as nossas preocupações. Elas resultam, fundamentalmente, de um desejo que a Escola Prática de Artilharia continue a ser um espaço convergente de vontades e saberes, um espaço onde as virtudes e valores militares continuem a ser assumidos como prática comum.

A disciplina, a lealdade, a competência são apenas exemplos de valores que desejo ver cumpridos e que, pela minha parte, assumirei com toda a dedicação.

Renovo, mais uma vez, as mais sinceras saudações, certo de que acreditando, estaremos a contribuir para o prestígio da artilharia portuguesa.

Vendas Novas 01 de Agosto de 2002 “

CURRICULUM VITAE DO COMANDANTE DA EPA

O Coronel de Artilharia Frederico José Rovisco Duarte é natural de Alpalhão, onde nasceu a 05 de Agosto de 1958. Ingressou na Academia Militar em 1976, tendo concluído o Curso de Artilharia e ingressado no Quadro Permanente em 1981.

Prestou serviço sucessivamente nas seguintes Unidades:

- Escola Prática de Artilharia, como Comandante de Pelotão, Instrutor e Comandante de Bateria de Tiro do Encargo Operacional;
- Academia Militar, como Instrutor de Tática de Artilharia;
- Escola Prática de Artilharia, como Comandante de Bateria, Director de Cursos de Oficiais e Sargentos, Instrutor de diversas áreas de âmbito técnico militar (Operações, Controlo e Arbitragem, Tiro de Artilharia, Topografia e Métodos de Instrução) e Comandante do Grupo de Instrução;
- 1ª BMI (Santa Margarida), como Oficial de Operações do Grupo de Artilharia de Campanha;
- EME, como estagiário do Curso de Estado – Maior e Chefe da Secção de Recrutamento da 1ª Repartição;
- IAEM, como professor da área de Recursos Humanos;
- Quartel General da EUROFOR (Florença – Itália) como Chefe da Secção Artilharia/Aviação Ligeira da Repartição de Apoios Táticos/Divisão de Operações;
- Regimento de Artilharia 4, como Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha / Brigada Aerotransportada Independente e 2º Comandante do Regimento;
- EME, como Chefe da Repartição de Organização e Métodos da Divisão de Operações.

Possui os cursos da Academia Militar, Promoção a Capitão, Curso de Promoção a Oficial Superior e Curso de estado-maior, além de outros cursos e estágios em instituições militares e civis, possuindo ainda formação recebida nos EUA e em França.

Participou, como professor, em 4 cursos de formação de estrutura superior das Forças Armadas de Defesa em Moçambique, em Maputo, em 1994, na sequência do processo de paz neste país.

É casado e pai de 2 filhos.

CONSELHO DE CURSO DO TPOA 2001/2002

No dia 10 de Setembro teve lugar na Escola Prática de Artilharia o Conselho de Curso do TPOA 2001/2002, presidido pelo Ex.mo MGEN JESUS SILVA, Director de Ensino da Academia Militar, com vista à homologação das classificações finais do Tirocínio.

À chegada do Ex.mo MGEN JESUS SILVA foram prestadas honras militares pela Guarda de Polícia e executados os toques regulamentares no Edifício de Comando.

Após a apresentação de cumprimentos ao Comandante da Escola Prática de Artilharia decorreu na Biblioteca a sessão de trabalhos do Conselho de Curso do TPOA 2001/2002, composto pelos seguintes Oficiais:

- MGEN JESUS SILVA, Director de Ensino da Academia Militar;
- COR CAV RAÚL PASSOS, Comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar;
- COR ART ROVISCO DUARTE, Comandante da Escola Prática de Artilharia;
- TCOR ART LUÍS HENRIQUES, em representação do Director de Curso de Artilharia da Academia Militar;
- CAP ART CMD PAULO RODA, Director da Direcção de Estudos e Instrução da Escola Prática de Artilharia;
- CAP ART CMD HELDER BARREIRA, Director de Curso do TPOA 2001/2002;
- MAJ ART CARLOS CARAVELA, Instrutor do TPOA;
- CAP MAT LUÍS PINTO, Instrutor do TPOA;
- CAP ART ÉLIO dos SANTOS, Instrutor do TPOA;
- CAP ART JOÃO SEATRA, Instrutor do TPOA.



O Conselho de Curso do TPOA está consagrado no Regulamento do Tirocínio para Oficial do QP, aprovado pelo Despacho No 126/96 do GEN CEME de 16Mai.

CONVÍVIO DO CURSO DE OFICIAIS MILICIANOS DE ARTILHARIA DE 1960/61



Na linha do que já constitui uma tradição a Escola Prática de Artilharia acolheu no passado dia 22 de Junho o convívio do Curso de Oficiais Milicianos de Artilharia de 1960/61.

Os ex-militares e respectivas famílias foram recebidos na Parada El-Rei D. Pedro V, em frente à Porta de Armas, cerca das 09H30, seguindo-se a celebração de uma missa de acção de graças pelos presentes e de sufrágio pelos já falecidos.

Após a apresentação de cumprimentos ao Comandante da EPA teve lugar a Cerimónia de Homenagem aos Mortos durante a qual foi deposta pelos convivas uma coroa de flores junto no Monumento de Homenagem aos Artilheiros de Campanha Mortos na Grande Guerra, localizado no Jardim da EPA.

Antes do almoço os participantes no convívio tiveram a oportunidade de reviver aquela que foi a sua Unidade. A visita que se iniciou pelo Museu da EPA, prosseguiu pela Parada General Bernardo Faria onde os participantes puderam assistir a uma exposição dos Sistemas de Armas que se encontram ao serviço da Artilharia de Campanha, bem como dos equipamentos e materiais do Pelotão de Aquisição de Objectivos.

Na continuação da visita teve lugar o inevitável registo fotográfico do grupo, para mais tarde recordar, na Parada El-Rei D. Pedro V em frente à

Porta de Armas, seguida de uma demonstração do Simulador CAE INVERTRON – IN FRONT versão 4.

Cerca das 12H50 foi descerrada uma placa comemorativa do evento no Grupo de Instrução à qual se seguiu o almoço no antigo refeitório de COM/CSM.

Cerca das 17H00 foi tempo de agradecimentos, congratulações e despedidas, relembrando com saudade e emoção camaradas que fazendo já apenas parte da memória, foram marcantes na vivência do grupo na EPA



CONVÍVIO DE OFICIAIS, SARGENTOS E PRAÇAS QUE SERVIRAM NA EPA EM 1964 E ANOS SEGUINTE

A Escola Prática de Artilharia acolheu no passado dia 8 de Junho o Convívio de Oficiais, Sargentos e Praças que serviram na Escola Prática de Artilharia em 1964 e anos seguintes.

Os ex-militares e respectivas famílias foram recebidos à entrada do Edifício de Comando cerca das 10H30, seguindo-se a apresentação de cumprimentos ao Comandante da EPA.

Seguidamente teve lugar a Cerimónia de Homenagem aos Mortos durante a qual foi deposta pelos convivas uma coroa de flores no Monumento de Homenagem aos Artilheiros de Campanha Mortos na Grande Guerra, localizado no Jardim da EPA.

Antes do almoço os participantes no convívio tiveram a oportunidade de reviver aquela que durante alguns anos foi a sua Unidade com uma visita que se iniciou pelo Museu da EPA, prosseguiu pela Parada General Bernardo Faria onde os participantes puderam assistir a uma exposição dos Sistemas de Armas que se encontram ao serviço da Artilharia de Campanha, bem como dos equipamentos e materiais do Pelotão de Aquisição de Objectivos. Outros momentos de registo da visita foram a demonstração do Simulador CAE INVERTRON – IN FRONT versão 4 e a passagem pela Capela da EPA.

Seguiu-se o almoço convívio que teve lugar no antigo refeitório do COM/CSM situado no Grupo de Instrução, antes do qual foi tirada uma fotografia de grupo em frente à Porta de Armas.

Cerca das 15H00 foi tempo de despedidas e congratulações mútuas, com a promessa de ser mantida viva a chama que levou a este convívio.

CONVÍVIO DOS OFICIAIS E SARGENTOS DA COMPANHIA DE ARTILHARIA 1/6521 FORMADOS NA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA EM 1973

A Escola Prática de Artilharia acolheu no passado dia 29 de Junho o convívio dos Oficiais e Sargentos da Companhia de Artilharia 1/6521 formados na Escola Prática de Artilharia em 1973.

Os ex-militares e respectivas famílias foram recebidos no Jardim da EPA, em frente ao Edifício de Comando cerca das 11H30 ao que se seguiu a celebração de uma missa de acção de graças pelos presentes e de sufrágio pelos já falecidos na Capela da EPA.

Após aquela celebração foi tempo de visitar o Edifício de Sargentos do Grupo de Instrução e fazer uma viagem pela história da Artilharia com uma visita ao Museu da EPA, atenuando saudades de outros tempos e empolgando os bons momentos vividos.

Cerca das 13H00 os convivas deslocaram-se para a área do Campo de Obstáculos do Polígono da EPA, onde se realizou o almoço convívio.

Cerca das 19H00 foi dada como terminado mais um convívio e a garantia que a chama deste tipo de realizações vai perdurar no futuro.

RA 5

EXERCÍCIO HERMES 021-A (PARTICIPAÇÃO DO GAC/BLI/RA5)

O exercício HERMES 021-A, exercício da BLI de âmbito regional, decorreu na área de Viseu no período de 26Mai a 03Jun02 com a finalidade de praticar o planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelo 2.º BI/BLI como Reserva Operacional Terrestre do Comando da SFOR no TO da Bósnia Herzegovina e que pela primeira vez integra um Pelotão de Artilharia (1 Of, 4Sar e 24 Praças) do GAC/BLI/RA5.



O GAC/BLI participou no Grupo de Controlo e Arbitragem do exercício com o Cmd do GAC e nas Forças Laranjas com o efectivo de uma BBF(-) tendo recebido de reforço um Pelotão da BAAA/BLI/RAAA1.

No conceito da elaboração dos incidentes foram tidos em consideração os seguintes factores:

- 1- Estabelecer uma relação entre o período do Exercício e a duração da missão;
- 2- Incidir nas acções passíveis de ocorrer no período eleitoral (acto eleitoral a 05Out02) e na possível alteração da missão para Força com Área de Responsabilidade (AOR);
- 3- Criar incidentes de natureza Operacional e Administrativo-Logística;
- 4- Incrementar o número de incidentes e o volume da força a empenhar ao longo do exercício.

Os incidentes de natureza operacional incidiram sobre:

Ações de familiarização

- Reconhecimentos de área e de itinerários;
- Ligação com forças amigas.

Actuação como Reserva Operacional

- Assumir missões de substituição de outras Unidades (Back-filling);
- Emprego de forças em áreas de crise (Direct deployment).



Actuação como Unidade com uma AOR

- Ações de patrulhamento e vigilância
- Demonstração de força
- Escolta a colunas
- Montagem de postos de controlo (check points)
- Inspeção de locais suspeitos
- Controlo de tumultos

Os incidentes de natureza administrativo-logística incidiram sobre:

Pessoal

- Manutenção do Efectivo
- Moral e Bem Estar

Logística

- Reabastecimento
- Manutenção
- Evacuação e Hospitalização

EXERCÍCIO DARING EAGLE / 02 (PARTICIPAÇÃO DO GAC/BLI/RA5)

O exercício Daring Eagle 02, do âmbito da Força Aérea Portuguesa decorreu no período 01 a 04Jul02 no território Nacional, integrado nas comemorações dos 50 anos da FAP.

O GAC/BLI face á possibilidade de integrar no seu treino operacional alguns meios aéreos nomeadamente aeronaves de asa móvel (TIGER AIR FORCE) e respeitando o cenário do exercício, fez deslocar para a região do CMSM a 2ªBBF.



Assim, aproveitando as janelas de oportunidade nos dias 01 e 02Jul02 (10H30 – 12H30), devidamente coordenadas com o COFT e com o COFA, efectuou um helideslocamento da bateria de tiro da 2ªBBF com o seu material orgânico (Obus OM 105/14) e as respectivas guarnições.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do desenvolvimento Rural e das Pescas

Portaria n.º 554/2002

Aprova as taxas devidas pelo exercício da caça na zona militar de caça da Escola Prática de Artilharia

(OE n.º 04 / 30JUN02 - 1ª SÉRIE)

Chefe do Estado – Maior do Exército

Despacho n.º 03/01/2002

Interpretação do artigo 190º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com a redacção dada pela Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto

Despacho n.º 53/CEME / 2002

Efectivos por postos e quadros especiais a vigorar para o Exército no ano de 2002

(OE n.º 04 / 30ABR02 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Grã – Cruz da Ordem de Leopoldo II da Bélgica

TGEN (51372811) Tito Luís de Almeida Bouças

(OE n.º 06 / 30JUN02 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART (04565076) Domingos Alves Magalhães
(OE n.º 05 / 31MAI02- 2ª SÉRIE)
TCOR ART (09028679) Luís Francisco Botelho Miguel
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

Medalha Mérito Militar , 2ª Classe

TCOR ART (18801584) Pedro Miguel Calado Gomes da Silva
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

Medalha Mérito Militar , 3ª Classe

CAP ART (02926187) Valdemar de Almeida Rosário
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, 2ª Classe

TCOR ART (12616474) Ernesto Bandeira Rebelo
(OE n.º 05 / 31MAI02- 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército , 3ª Classe

CAP ART (16878887) Rui Pedro Magro do Gago
(OE n.º 04/ 30ABR02- 2ª SÉRIE)

Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar

COR ART (00544372) Emanuel Paulo Gaspar Madeira
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

Medalha NATO

TCOR ART (08692982) José Domingos Sardinha Dias
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao posto de Coronel

TCOR ART REF (50523511) António da Silva Pereira
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Tenente - Coronel

MAJ ART (01616580) Filipe Basílio Pinto Ferreira da Silva
MAJ ART (07126877) Carlos Ferreira da Costa
(OE n.º 04 / 30 ABR 02- 2ª SÉRIE)

Ao posto de Major

CAP ART (09177683) Manuel Maria Barreto Rosa
 CAP ART (18565583) Luís Manuel Garcia de Oliveira
 CAP ART (05773288) Francisco José Lopes Palma Gomes
 CAP ART (19796487) António José Ruivo Grilo
 CAP ART (11205186) Carlos Manuel da Silva Caravela
 CAP ART (02000786) José Alberto Dias Martins
 CAP ART (12282686) António Alberto Crispim Paradelo
 CAP ART (03452087) Hélder António da Silva Perdigão
 CAP ART (11903386) Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar
 CAP ART (19715986) António Belchior Serrano
 CAP ART (02139187) João Manuel Serra David
 CAP ART (08954186) Vitor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge
 CAP ART (04821085) Carlos José Barradas Fernandes
 CAP ART (18099686) Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves
 CAP ART (01234286) Paulo Jorge Henriques de Sousa
 CAP ART (08932488) Luís Filipe de Sousa Lopes
 CAP ART (09289287) Luís Manuel Oliveira de Almeida
 CAP ART (16833784) Artur Manuel Mendes Figueiredo
 CAP ART (12291384) Horácio José Sousa Lopes
 CAP ART (11877881) Victor Manuel Simões de Oliveira
 CAP ART (13960289) Rui Jorge Lopes de Frias Torres
 CAP ART (11514688) Nuno Miguel Saraiva Sampaio
 CAP ART (05047687) Mário Rui Pinto da Silva
 (OE n.º 04 / 30 ABR 02- 2ª SÉRIE)
 CAP ART (00189785) Joaquim Luís Correia Lopes
 (OE n.º 05 / 31MAI02- 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de reserva

MGEN (41477262) Rui Manuel Martins Reis
 COR ART (51995711) Manuel João Mourato Talhinhos
 COR ART (51995911) Rui Teixeira de Freitas
 COR ART (41477862) José Manuel da Silva Agordela
 COR ART (41478762) Osvaldo Orico Pereira da Rocha e Silva
 COR ART (04302463) Luís Manuel Curto
 COR ART (03068963) Francisco dos Santos Silva
 COR ART (06584465) Victor Manuel Barata
 COR ART (01424366) Mário Ribeiro Baptista
 COR ART (10896568) Daniel José Marques Policarpo
 COR ART (17498968) Horácio Martins Gomes de Sousa
 TCOR ART (14904281) António José Vieira Caldeira
 (OE n.º 05 / 31MAI02 - 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de reforma

COR ART (511241111) Damasceno Maurício Loureiro Borges
 (OE n.º 04 / 30ABR02 - 2ª SÉRIE)
 TCOR ART (31410258) José Ernesto Lisboa Cabral Silva
 (OE n.º 06/ 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

3. OBITUÁRIO

COR ART REF (51375611) Manuel N. Abreu Castelo Branco
(OE n.º 06 / 30JUN02 - 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, 4ª Classe

SCH ART (02273876) José Manuel Gomes Duarte
(OE n.º 05 / 31MAI02 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À REFORMA

SCH ART (50896911) João António Trabulo
(OE n.º 04/ 30ABR02 - 2ª SÉRIE)

3. OBITUÁRIO

2 SAR REF (50927811) José João da Silveira
(OE n.º 05 / 31MAI02 - 2ª SÉRIE)





REV.ª DE ARILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

98.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83



N.ºs 926 A 928

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2002

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
A PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ: LIÇÕES APRENDIDAS	317
<i>Pelo Major de Artilharia Francisco Leandro.</i>	
A PROPÓSITO DO "ESPÍRITO ARTILHEIRO"	367
<i>Pelo Tenente-Coronel da GNR Agostinho Lobo de Carvalho.</i>	
"OBJECTIVE FORCE"	373
<i>Pelos Capitães de Artilharia Marquês de Sousa, Gilberto Garcia, Correia Mendes e Magro do Gago.</i>	
EXERCÍCIO RELÂMPAGO 2002	407
<i>Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Morgado Baptista.</i>	
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	413
RECEPÇÃO DOS NOVOS ARTILHEIROS	413
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	415
NOTÍCIAS DA EPA	420
NOTÍCIAS DO RA 5 - GAC/BLI	425
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 - 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes - Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50;
Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea - O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão José Carlos Pinto Mimoso (RA4)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (IAEM)

Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)

Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)

Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)

Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (RAA1)

Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)

Major Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)

Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)

Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

OUTUBRO – NOVEMBRO – DEZEMBRO DE 2002

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

A PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ: LIÇÕES APRENDIDAS

Pelo Major de Artilharia
FRANCISCO LEANDRO¹

*Since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men
that defenses of peace must be constituted.*

UNESCO

NOTA PRÉVIA

As mudanças que tiveram lugar no sistema internacional desde 1991, levaram os estados democráticos ao desempenho de novos papéis nas relações internacionais, designadamente, através do emprego de contingentes militares.

¹ Artigo adaptado a partir do Trabalho Individual de Longa Duração do CEM 1999/01 – (apresentado em Janeiro de 2001).

Umberto Eco² afirmava que o mundo parecia voltar aos tempos da Idade Média, pois a guerra, à época, não era exclusiva do estado, mas envolvia também entidades privadas, tais como ordens religiosas e outras organizações. Nestes termos, os cenários de actuação, no presente, podem caracterizar-se pela complexidade resultante, entre outros factores, da natureza das relações internacionais, do tipo de operações militares onde o emprego da força terrestre se encontra em crescendo, da organização e sustentação das forças e da própria forma de combater.

Portugal não sendo excepção à regra, integrou-se neste novo ambiente, tendo vindo a participar, em Operações de Apoio à Paz (OAP/PSO) no continente africano, no espaço europeu e em Timor Lorosae, quer sob a égide das Nações Unidas, quer sob os auspícios de outras Organizações Internacionais de que é membro, tornando-se o 10.º país que mais contribuiu para OAP. Assim, desde uma primeira³ e embrionária participação com observadores militares na United Nations Observer Group in Lebanon (UNOGIL) – 1958 e na United Nations Transition Assistance Group – Namíbia (UNTAG) – 1989/90, passando pelo emprego de unidades de apoio de combate e apoio de serviços, a partir de 1993 na missão United Nations Operation in Mozambique (UNMOZ) – 1992/94, Portugal veio a atingir uma fase de plena integração neste tipo de operações militares, através da sua participação com unidades de manobra, desde 1996, nas missões da Implementation Force (IFOR) e da Stabilization Force (SFOR), no Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina e, desde Fevereiro 2000, em Timor Lorosae, com uma força conjunta, na United Nations Transition Administration of East Timor (UNTAET).

Volvidos quase 10 anos sobre a primeira participação, foi proposto ao Curso de Estado Maior (CEM) 1999-2001, um tema para ser desenvolvido, através de um Trabalho Individual de Longa Duração (TILD) que, em certo sentido, identificasse aqueles que são os grandes ensinamentos dessa experiência. Não obstante sabermos que, coligir quase dez anos de lições aprendidas, é uma monumental tarefa para ser realizada em tão pouco tempo, julgamos que se trata de uma excelente oportunidade para recolher alguns dos frutos desses incansáveis esforços na senda da paz e, simultaneamente, render uma profunda homenagem aos valores do homem português.

Desejo prestar os mais sinceros agradecimentos aos professores, camaradas, amigos ou simplesmente pessoas que me apoiaram na elaboração deste trabalho e que, de certa forma, se sentem ligados às operações de apoio à paz. Em especial, às minhas queridas esposa e filha, cujo nome e início de vida se encontra profundamente ligados aos Balcãs.

² Citado por Gen Espírito Santo.

³ Operações de Apoio à Paz, ME 20-76-04, pg. 2-6 e ainda Major Guerreiro da Silva, op. cit. Pg. 12.

Capítulo I – INTRODUÇÃO

Afinal, a paz faz-se sempre com soldados.

Gen Espírito Santo

«Errar não é um drama; drama é não reconhecer e corrigir». Hoje mais que nunca, qualquer organização, deve saber responder à seguinte questão: e se fosse hoje, fariamos da mesma maneira? Pois bem, um documento sobre Lições Aprendidas (LA) é, antes de tudo, o resultado de um processo constituído por diferentes etapas, onde participam diversas entidades e que se desenrola a níveis complementares, cujo objectivo é fornecer respostas claras a este tipo de interrogações. O produto final desse processo é o estabelecer de uma memória institucional, capaz de reduzir as nossas incertezas, ou no mínimo, contribuir para não desperdiçar energias repetindo erros do passado.

As LA são hoje encaradas como um elemento natural de cada uma das OAP, constituindo uma referência essencial na evolução da doutrina. As LA podem traduzir-se, quer em aplicações quase instintivas e elementares (cuja base são as experiências pessoais), que melhoram os desempenhos individuais ou de baixos escalões, quer em aplicações doutrinárias de nível operacional ou superior. Em qualquer dos casos, são consequência de um processo estruturado, assente numa experiência corrente e passada das operações, tomadas na sua globalidade. Até ao momento não pode afirmar-se, ser a experiência nacional riquíssima, no que respeita à participação em OAP. No entanto pode, sem sombra de dúvida, evidenciar-se a ideia de que, comparativamente com outras nações de similar posição num contexto internacional, Portugal apresenta um considerável «currículo» nesta matéria⁴. Não só participámos em diferentes Teatros de Operações (TO) (Namíbia, África do Sul, Angola, Moçambique, Saara Ocidental, Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Timor Lorosae), como também temos tido uma participação diversificada, isto é, temos contribuído com elementos isolados⁵, com unidades constituídas no âmbito do apoio de serviços/combate e com unidades de manobra (algumas delas conjuntas), no comando de forças internacionais e com elementos da PSP e GNR. Todavia, julgamos que a verdadeira vantagem funcional que possuímos, reside em dois factos: por um lado, a experiência adquirida no conflito das Campanhas

⁴ Cinco anos de participação com unidades constituídas, contribuindo com cerca de 9000 efectivos.

⁵ Quer em missões de observação, quer em missões como elementos de Estado Maior.

de África, entre 1961 e 1974, cuja aplicação prática em OAP é reconhecida em contexto e em alguns ensinamentos⁶ e, por outro lado, o facto de termos sido verdadeiramente pioneiros no que respeita à recolha dessa experiência, hoje preservada graças à consolidação de ensinamentos e técnicas operacionais, através de iniciativas como as “experiências de todos para todos”⁷. Face à amplitude do tema, seria incomportável referirmo-nos a todas estas experiências nesta investigação. Tomámos, portanto, uma orientação estruturante: a de privilegiar o estudo dos relatórios de missão existentes, enriquecidos com testemunhos pessoais, bem como ensinamentos vindos dos outros ramos das Forças Armadas e sempre que possível, com referências à nossa experiência africana. Nestes termos, a ênfase foi para a participação nacional sob a forma de unidades constituídas, no teatro de operações da ex-Jugoslávia, pois este parece ser o mais expressivo no contexto actual, quer pelo número de efectivos, quer pela duração da missão. Não obstante, referem-se sempre que a propósito, aspectos pontuais de outros tipos de participação. Contudo, evitam-se referências de fundo ao TO de Timor Lorosae, uma vez que se trata de uma experiência ainda muito recente⁸.

O objectivo deste trabalho não é levantar um conjunto de verdades a implementar nas futuras OAP, até porque, a natureza destas operações não é compatível as ideias de imutabilidade e de certeza. Cada operação militar é susceptível de produzir um conjunto de ensinamentos, que embora sirvam de base a futuros desempenhos, não devem ser transcritos e aplicados literalmente. Acresce ainda que, o conceito actual de OAP, inclina-se para uma certa fluidez, decorrente de constantes ajustamentos da ordem internacional, em conformação. Ao invés, deseja-se levantar as principais coordenadas do processo de aprendizagem, referindo aquelas que, no momento, parecem ser as questões de maior utilidade prática, com vista a um futuro próximo. O objectivo é pois, apresentar um conjunto de LA, fruto da experiência nacional, isto é, o resultado da nossa própria acção, dando voz aos diferentes actores, sem esquecer outras experiências igualmente proveitosas, de modo sintético e de fácil acesso para futuros intervenientes neste tipo de operações.

⁶ A coincidência entre OAP e a experiência no conflito ultramarino é feita exclusivamente ao nível dos procedimentos operacionais.

⁷ Publicações compiladas pelas regiões militares do diferentes TO africanos, resumidos em duas partes fundamentais: relatórios de acção e ensinamentos colhidos do caso concreto.

⁸ A primeira unidade regressou do TO em Agosto 2000 e ainda só produziu um relatório preliminar.

Capítulo II – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

As operações de apoio à paz, são um símbolo da vontade da comunidade internacional de viver em paz e a expressão prática e imparcial dessa vontade. A concessão do Prémio Nobel da Paz a estas operações põe em relevo a esperança e reforça a promessa de um conceito verdadeiramente extraordinário...

Javier Pérez de Cuéllar

1. GENERALIDADES

As OAP são, elas próprias, um dos exemplos mais evidentes, do resultado de LA pelas Nações Unidas (NU). Foram as NU que inventaram a palavra e o conceito de peacekeeping, tentando improvisar uma resposta para situações específicas. As OAP não se encontram previstas na Carta das Nações Unidas (CNU). Todavia, as NU, no seu desígnio de manutenção da paz e da segurança internacionais, tinham ao seu alcance os instrumentos da CNU, designadamente os previstos nos capítulos VI e VII. Deste modo, o envolvimento de forças de manutenção de paz, ao abrigo do capítulo VII da CNU⁹, foi introduzido, como medida de prevenção da paz, pelo antigo Secretário-geral Dag-Hammarskjöld que, no entanto, limitava as operações de paz a uma presença formal de capacetes azuis, nas áreas de conflito, com o consentimento das partes beligerantes¹⁰. Assim, o conceito tem evoluído ao longo do tempo¹¹, tomando diferentes formas e adaptando-se às mais diversas circunstâncias, enfrentando situações de complexidade crescente¹². A ideia em torno deste conceito, tem-se vindo a concretizar, no sentido de que este tipo de operações não se completam a si próprias, isto é, sejam apenas a parte mais visível de um processo de construção da paz. Estas missões são uma tarefa de natureza essencialmente política, onde a separação da sua componente militar é cada vez mais difícil. Também a este propósito, cabe uma referência às nossas LA nas Campanhas de África. Assim, uma doutrina para o emprego de forças em OAP deve ser simples e fixar-se em técnicas operacionais identificadas, bem como na coordenação entre a acção militar e a acção não militar¹³. O conceito clássico de

⁹ O assunto é controvertido, mas geralmente associam-se ao Capítulo VII as missões de Peace Enforcement e ao Capítulo VI as missões de Peacekeeping. Para Domenec Omedas, estas operações estão associadas a um verdadeiro Capítulo VI e meio.

¹⁰ A primeira missão desta natureza foi a United Nations Emergency Force na crise do Suez em 1956.

¹¹ Sobre a evolução do conceito, consultar Major Matos Alves, op. cit. pg. 124.

¹² Kofi Annan, 23 Fevereiro de 1999.

¹³ General Espírito Santo. op. cit. pg. 233.

manutenção de paz, desenvolvido no seio da guerra fria, implicava o envolvimento de contingentes militares dotados de equipamento ligeiro, cuja tarefa era controlar a violência por outros meios, que não a imposição ou a contra-violência. Este tipo de operações assentavam basicamente em três princípios: o consentimento do estado-anfitrião, o uso mínimo da força e a imparcialidade¹⁴. A experiência da United Nations Protection Force (UNPROFOR) – 1992/95, especialmente depois do triste episódio de Srebrenica, mostrou que os princípios a aplicar a este tipo de operações, terão de ser os princípios das operações militares, a que se devem juntar outros como a imparcialidade, a flexibilidade e a credibilidade da força, procurando em todos os momentos, através da aplicação de regras de empenhamento (ROE) definidas, demonstrações dissuasórias¹⁵. O conceito inicial, que designaremos por «tradicional», dificilmente responde às exigências contemporâneas das OAP. As próprias NU, salvo em condições muito específicas, não têm tido o sucesso esperado na sua aplicação, pelo que também elas próprias têm procurado outras soluções do tipo da encontrada no problema de Timor Lorosae e que levou à criação da INTERFET¹⁶. A tendência de evolução, está a fazer-se no sentido de procurar a inserção do conceito de OAP no espectro das operações militares como um dos tipos de operações de resposta a crises.

Desde a década de 80 as NU têm vindo a assumir um protagonismo crescente na procura da consolidação da paz e na ajuda humanitária. Em 1988, foi estabelecido o princípio do livre direito de acesso às vítimas de situações de emergência e em 1990, aceitou-se o princípio dos corredores de ajuda humanitária. Em 1992, no plano do Direito Internacional e na sequência da Agenda para a Paz do Secretário-geral (SG) Boutros-Ghali, foram criadas as seguintes figuras, como resposta aos novos desafios: direito de ingerência, diplomacia preventiva, restabelecimento da paz, manutenção da paz e consolidação da paz. Em 1995, no suplemento da Agenda para a Paz, o mesmo SG, reconhecia os novos desafios do incompreendido mundo pós guerra fria. Em 1999, Kofi Annan, reafirmou os propósitos da Agenda para a Paz e no seu relatório anual, acentuou a necessidade de actuar mais eficazmente na vertente preventiva, identificando novos conceitos tais como: preventive disarmament, citizen diplomacy e blue line. Todavia, devido à dificuldade em teorizar por completo o espectro das operações militares¹⁷ e, apesar da existência de OAP que decorrem de modo tradicional, a esmagadora maioria

¹⁴ SWEDISH ARMY, Peace Support Operations, Joint Military Doctrine, 1997, pp 1-4.

¹⁵ Afirmção da autoria do General Espírito Santo, adaptada.

¹⁶ International Force in East Timor.

¹⁷ Cor Loureiro dos Santos, op. cit., pg. 185; Cor Abel Cabral Couto op. cit., pg. n.º 152 e ainda RC 130-1 – Operações pg. 1-3.

são mais exigentes, mais complexas e multifacetadas, pelo que permanece a necessidade de revisão do conceito de OAP. Aliás o AJP-3.4 (1st Study Draft), adianta uma nova «arrumação» do espectro das operações militares, em que as OAP são apenas uma parte das Military Operations Other Than War (MOOTW)¹⁸. Deste modo, adoptamos o conceito que é preconizado pelo AJP – 3.4.1:

Operações multifuncionais, conduzidas com imparcialidade e em apoio de uma organização internacional reconhecida, tal como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), envolvendo forças militares e organizações de carácter diplomático e humanitário visando, no longo prazo, alcançar uma estabilidade política e/ou outras condições específicas e, podem incluir, missões de manutenção de paz (peacekeeping), de imposição de paz (peace enforcement), de prevenção de conflitos (preventive deployment), de restabelecimento da paz (peacemaking), de consolidação da paz (peace building) e de ajuda humanitária (humanitarian relief)¹⁹. Porém, os últimos desenvolvimentos da doutrina, apontam para que as OAP se tornem uma parte das Crisis Response Operations (CRO)²⁰, facto que deve ser tomado em conta, na contextualização do trabalho.

Decorrem ou decorreram até ao presente, OAP sob a égide das NU, da OTAN, da UEO, da OSCE, da CEI²¹, OUA e da UE. A ênfase deste trabalho vai para as OAP no âmbito das NU e da OTAN, que embora decorram sob os mesmos princípios, diferem quanto ao nível de hostilidade em presença e à escalada do conflito²², tendo as NU vindo a evidenciar a sua menor vocação para alguns dos tipos de CRO, designadamente o Peace Enforcement. O que são, neste contexto, lições aprendidas? Importa afirmar, desde já que, cada país tem a sua própria definição de LA e tem o seu próprio formato para preparar e disseminar essas mesmas LA. Todavia, podemos definir LA, como o resultado de um processo contínuo de identificação, avaliação e implementação de experiências relevantes do ponto de vista militar em OAP, cuja finalidade é melhorar o desempenho operacional de militares, actuando isoladamente e em unidades constituídas, nos diferentes aspectos da actividade militar e aos diversos escalões, quer numa perspectiva imediata, quer no longo prazo.

¹⁸ O 2nd Study Draft do AJP 3.4 refere as OAP como não acordadas MOOTW.

¹⁹ Operações de Apoio à Paz, IAEM, op. cit..

²⁰ São operações não artigo n.º 5 que contém as OAP, entre outras operações.

²¹ Não são formalmente consideradas OAP no âmbito da ONU, embora exista um mínimo de suporte jurídico.

²² AJP 3.4.1 pg. 2-3.

Embora possa falar-se numa especialização funcional em LA, estas devem constituir uma preocupação de cada Comandante ao seu nível, devendo estes organizar o seu Estado Maior (EM), por forma a que a experiência adquirida pela FND não seja perdida e possa influenciar, com oportunidade, as decisões a tomar. Devem considerar-se LA para cada área de actividade e para cada escalão da força, constituindo estas, uma espécie de «feedback» das acções implementadas.

Não é possível conceber um sistema que produza LA, sem uma forte ligação com a estrutura de treino específico em OAP. É desta integração que tem origem alterações efectivas na doutrina, no treino, na organização, nos equipamentos, nas próprias questões da liderança, etc.

Importa também apresentar uma distinção entre LA, doutrina, falhas e erros de aplicação ou de interpretação da doutrina. Em primeiro lugar, podemos definir como doutrina o conjunto de princípios, necessariamente abstractos e genéricos, tidos como verdades temporais em que se baseia um determinado sistema de actuação. Deste modo, poder-se-à considerar doutrina militar, a expressão formal do pensamento militar, com carácter predefinido, válido para um determinado período de tempo. Esta expressão formal descreve a natureza e as características das operações correntes e futuras, bem como a preparação e a condução dessas mesmas operações militares, em tempo de crise ou conflito armado²³. De outro modo, pode ser definida como o conjunto de princípios, através dos quais as forças militares orientam a sua acção, com vista a alcançar os seus objectivos, servindo de guia e proporcionando consistência na actuação. Contudo, a doutrina tem sempre duas componentes. Por um lado é autoritária, isto é, após aprovação impõe-se por ela própria; por outro, requer uma avaliação na sua aplicação ao caso concreto, ou seja, não limita a autoridade do Comandante, nem restringe a sua iniciativa. A doutrina é em boa parte, senão na sua totalidade, o somatório das lições aprendidas e embora se possa desenvolver a doutrina através, por exemplo, do estudo da tecnologia, da definição dos encargos de defesa, dos meios disponíveis e do emprego de forças, etc., é no sistema de LA, que reside o maior contributo para a sua permanente actualização²⁴.

Em segundo lugar, podemos considerar que os desvios à interpretação e aplicação da doutrina, são designados por erros, falhas ou omissões. Finalmente, as LA representam o conjunto de ensinamentos teórico/práticos, directamente relacionáveis com uma determinada actuação, que resultaram da omissão, do vício ou do carácter genérico da doutrina ou mesmo da existência de eventos atípicos. Estas são identificadas a partir de uma

²³ Definição adaptada, Major Guerreiro, op. cit., pg. 27.

²⁴ SWEDISH ARMY, Peace Support Operations, Joint Military Doctrine, 1997, pg. VI.

experiência em concreto, seja ela operacional ou de treino e, destinam-se primariamente, a complementar os aspectos genéricos da doutrina e em certos casos, podem mesmo contribuir, quer para a identificação de erros, falhas ou omissões a corrigir pelo sistema de treino, quer ainda para a própria evolução da doutrina.

As LA estão presentes em todas as fases dos estudos de EM, podendo mesmo afirmar-se que se trata de uma responsabilidade de cada oficial, em cada uma das respectivas áreas. Essa responsabilidade deverá ser reflectida nos respectivos estudos, devendo transparecer, se for caso disso, na proposta coordenada de EM. No caso das Forças Nacionais Destacadas (FND) a experiência mostra que é na fase de aprontamento, onde as LA se tornam absolutamente decisivas, no alcançar do sucesso na fase de projecção e execução.

2. EXPERIÊNCIA COMPARADA

The only real failure is the failure to learn.

Gordon R. Sullivan

O Exército dos EUA iniciou a sua estruturação no sentido de se tornar uma “learning organization”, no início da década de 70, com a criação do TRADOC (Training and Doctrine Command), juntando as escolas práticas e os centros de instrução num comando unificado. A estratégia deste comando não foi provocar uma revolução doutrinal. Ao invés, procurou uma mudança de mentalidades, introduzindo a possibilidade de reflexão, em todos os escalões, sobre a doutrina vigente. O passo seguinte foi estruturar uma maneira de facilitar a aprendizagem de experiências complexas e por vezes ambíguas. O resultado foi o nascimento do US Center of Army Lessons Learned (CALL) e do procedimento AAR²⁵ (After Action Review/Auto Avaliação Após a Acção – AAAA), cujos resultados se revelaram excelentes, após um difícil período inicial, onde o



²⁵ A ideia é evitar a crítica directa e destrutiva, levando cada interveniente a reflectir sobre os aspectos que necessita trabalhar em particular. Não sendo apenas uma ideia do «politicamente correcto», deseja-se que cada um seja capaz de enfrentar as vicissitudes de um menos bom desempenho, com a mesma facilidade com que enfrenta um bom desempenho.

principal problema foi o ultrapassar a barreira de uma mentalidade de crítica e uma postura caracterizada por ataques individuais. Hoje, o General G. R. Sullivan, refere na sua mais recente obra²⁶ que: *“o procedimento AAAA é um investimento que ninguém se pode dar ao luxo de não fazer”*. A AAAA deve ser realizada após cada exercício e após o cumprimento de cada missão operacional. Sullivan afirma mesmo, ainda neste âmbito, que para o Exército Americano, esta atitude representou um ponto de viragem na institucionalização de uma organização, com capacidade de aprendizagem.

Aparte do problema da aprendizagem organizacional, decorria desde 1947, um programa de stardantização entre os Exércitos Americano, Inglês, Canadano e Australiano. Os objectivos deste programa eram a cooperação, a interoperabilidade e a economia, através de um esforço combinado entre exércitos. Estes princípios levaram à necessidade de criar um Joint Center of Lessons Learned (JCLL), cuja finalidade é similar ao CALL, mas no que respeita às operações combinadas realizadas por estes quatro países. Este JCLL é hoje designado por COLL, isto é, Coalition Operations Lessons Learned.

O último passo dos EUA no sentido de alargar a experiência de auto aprendizagem, foi a criação do JULLS (Joint Universal Lessons Learned System) cujo desafio se afigura difícil, uma vez que, como já referimos, cada país tem a sua própria definição do termo «lições aprendidas» e tem o seu próprio formato de preparação e disseminação da sua experiência.²⁷

A realidade francesa mostra também a existência institucionalizada de um sistema de LA, sob a responsabilidade do Comando de Doutrina e Ensino Superior (CDES), cuja actividade nesta área teve um forte incremento a partir do conflito do Golfo, em 1992. Este comando está no centro do chamado ciclo doutrinal do Exército Francês e tem na sua dependência um centro de pesquisa e simulação (CROSAT) e um centro de estudos e doutrina (CREDAT) e está ligado a todos os estabelecimentos superiores de ensino militar e às escolas práticas.

Dedicámos também alguma atenção ao programa de LA do Exército de sua Majestade e concluímos que, este faz incidir o seu ciclo de produção de LA, sobre as componentes treino e operações, através do seu comando de pessoal e administração e da sua equipa da força do futuro. Mas no essencial, não se afasta das experiências anteriores.

²⁶ Hope is not a Method.

²⁷ Para mais detalhes sobre o JULLS, consultar <http://www.abca.call.army.mil> ou <http://www.allc.com>.

O Exército Sueco refere-se especificamente às LA em operações de paz²⁸, afirmando-as como o resultado de um processo que envolve todos os militares e que apresenta uma componente informal e uma componente institucional, recomendando que é dever de todos os Comandantes a implementação de um sistema que permita a sua recolha.

Existem outras experiências de valor nesta matéria na Europa, designadamente na Finlândia, na Suécia, na Alemanha e em Espanha. Na impossibilidade de aprendermos com todas elas, dedicaremos um capítulo específico à OTAN, cujo interesse é, neste contexto, inegável.

3. EXPERIÊNCIAS DE TODOS PARA TODOS²⁹

But whether we express remorse or outrage, or both, our words are of little value – unless we are sure that next time we will act differently.

Kofi Annan

A importância decisiva das LA, reflecte-se na própria experiência de relativo sucesso das FND. O exemplo das tropas aerotransportadas foi, neste aspecto, muito importante. Assim, em 1991, Portugal decidiu começar a enviar oficiais, uma boa parte pertencentes às tropas aerotransportadas (na altura incluídas na Força Aérea) como monitores da ECMM³⁰ e como UNMO³¹. Este passo, muito importante na aquisição de experiência no TO dos Balcãs, veio a revelar-se valiosíssimo, a partir de 1996. Sendo as tropas aerotransportadas quem mais beneficiou com essa experiência, foi relativamente fácil no seio desse corpo de tropas, disseminar esse conjunto de conhecimentos. Neste contexto, arrancou em 1993 o primeiro curso de monitores para capitães, ministrado pelas próprias tropas aerotransportadas. Em 1998, aquando do envio do 1.º BIAT para a SFOR, só três dos oficiais que o constituíam não tinham qualquer experiência do TO, facto que em muito contribuiu para o desempenho positivo da unidade.

As LA não são um facto, mas o resultado de um processo contínuo. Este processo compreende, em primeiro lugar, a recolha de informação a diferentes níveis, complementares entre si. Em segundo lugar, integra uma fase de categorização, análise e avaliação dessa mesma informação, de acordo com o nível da recolha. Finalmente, numa terceira fase, compreende

²⁸ SWEDISH ARMY, *Peace Support Operations, Joint Military Doctrine*, 1997, pg. 6-18.

²⁹ Escolhemos este título, reeditando os documentos que publicavam as LA das Campanhas de África.

³⁰ European Commission Monitor Mission.

³¹ United Nations Military Observers.

a implementação e seguimento dos ensinamentos recolhidos. Neste processo, devem intervir o maior número de experiências relevantes, sendo estas, trabalhadas por uma célula, tendo em atenção os seus contextos de referência. Para que o produto final seja de qualidade e de utilidade prática, as experiências devem ser correctamente catalogadas, por forma a serem trabalhadas ao nível mais adequado. Neste contexto, é recomendável que se constitua uma célula dedicada a esta matéria, ao nível Exército, no sentido de contribuir para aperfeiçoamentos na doutrina. Porém, este processo não se inicia com a institucionalização de um órgão de LA. Pelo contrário, a sua institucionalização, é o resultado de um processo de mudança interior, voltado para um estado de espírito como aquele que o mecanismo automático de AAAA³² pretende implementar. Este, parece ser, o maior desafio que se coloca, nesta matéria. Ninguém gosta de discutir as suas falhas. Todavia, é essa discussão, desprovida de um sentido de culpabilidade ou de avaliação, que catalisa a evolução³³. A AAAA, não é uma crítica, mas apenas uma avaliação do sucesso ou do insucesso. Neste campo, a filtragem de informação para dar a ideia de um pseudo-sucesso, é um reflexo arcaico, inadequado à realidade moderna e que conduz à inevitabilidade do insucesso³⁴. A AAAA não se destina a determinar a culpa ou o protagonista desta, mas visa melhorar a própria acção. A auto análise e o relato no final dos desempenhos, destina-se a extrair os ensinamentos do esforço realizado durante a conduta do exercício ou da acção operacional e devem ser vistos, exclusivamente, como um tributo ao esforço (financeiro e humano) despendido³⁵.

A institucionalização desta célula de LA, pode mesmo, com o afirmar da sua acção, transformar-se num dos elos de interdisciplinaridade, necessários ao acelerar do processo natural de evolução. O problema das LA no Exército Português é paradigmático. Por um lado, já existiu uma cultura de LA, desenvolvida durante as Campanhas de África. Por outro, essa cultura acabou por se dissipar durante os anos 70 e 80, apesar de alguns procedimentos que apontavam nesse sentido, como é o caso dos previstos no MC 110-20 – relativos à programação, planeamento e conduta de exercícios. A reintrodução da prática deste tipo de procedimentos, designadamente através do Exercise Planning Guide (EPG), no que respeita à execução do PXD³⁶ e à elaboração do respectivo relatório sobre o exercício (EXREP), pode ser um catalisador no sentido da re-institucionalização das LA. Complementarmente,

³² Revista Azimute, n.º 169, pg. n.º 66, Agosto 2000.

³³ G. R. Sullivan, op. cit., pg. 195.

³⁴ Adaptado a partir de uma citação do Cor Andrade da Silva do CPAE.

³⁵ Adaptado a partir das Exercise Planning Guide e do Permanent Analysis Team handbook.

³⁶ Post Exercise Discussion.

a prática corrente atribui também grande valor às apresentações orais, realizadas pelas unidades que participaram em missões no estrangeiro e que se realizam no EME³⁷. O primeiro passo parece ser a recuperação da cultura organizacional de uma AAAA. Num segundo momento, é preciso institucionalizar essa cultura, através da criação de uma célula de trabalho dedicada às questões das LA. Esta célula, deve trabalhar para o Exército como um todo e em estreita ligação com os centros de instrução, as escolas práticas, os estabelecimentos de ensino militar, o Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz (CITOAP)³⁸, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), as unidades territoriais com responsabilidades de aprontamento, com as próprias unidades no terreno e elementos de EM ou observadores. Esta célula deve produzir uma «base de dados» de LA a partir da qual se possa aumentar a eficiência no cumprimento das missões através, entre outros instrumentos, da instrução alicerçada na ideia que encerra o aforismo «experiências de todos, para todos»³⁹. Para que seja possível atingir este desiderato, esta célula de LA deverá ter capacidade para: servir como cérebro do sistema de LA em OAP do Exército; recolher informação relevante de fontes tão variadas quanto possível; constituir um banco de informação seleccionada, tratada e organizada; difundir as LA pelo Exército, em coordenação outros órgãos; responder a questões concretas; monitorizar actividades de treino e operacionais de todas as forças e elementos em OAP; fazer propostas de alteração de doutrina, métodos de treino, organização e equipamento, em coordenação com outros órgãos responsáveis por essas áreas; fazer o seguimento das melhorias introduzidas e ligar-se com outros sistemas de LA. Durante a investigação deste trabalho, confrontámos muitas pessoas com o problema da institucionalização desta célula de LA, designadamente sobre a sua localização e dependência funcional. O local, não é, provavelmente o mais importante, mas sim a sua existência formal. Contudo, levantamos várias hipóteses, sendo as mais credíveis o Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT), a Divisão de Operações/EME⁴⁰, o Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz (CITOAP) e o próprio Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

³⁷ Algumas dessas apresentações parecem evidenciar a necessidade de alguma preparação em contra-subversão a partir das LA nas Campanhas de África, na perspectiva da conquista da população, como elemento facilitador do cumprimento da missão.

³⁸ Julgamos que a acção deste centro, pode passar por um apoio mais efectivo à preparação de forças, desde que dotado dos meios adequados.

³⁹ De Pace, n.º 1, pg. 2: talvez citando pg. n.º 5 da publicação n.º 1 da 2ª série da 3ª Repartição da Região Militar de Moçambique.

⁴⁰ Responsável por produzir doutrina, nos termos da alínea v) artigo 4º do Decreto Regulamentar n.º 42/94, de 2 Setembro.

Capítulo III – LIÇÕES APRENDIDAS

Um militar é um civil fardado. O nome «Soldado» é preciso ser merecido.

Ten Cor Calçada⁴¹

1. EXÉRCITO

a. Observadores

A missão de observação, no âmbito das NU ou de uma outra organização internacional, é uma das missões de natureza essencialmente militar, mais desafiantes e complexas e de grande interesse nacional, que um oficial pode ser chamado a desempenhar. A complexidade reside, fundamentalmente, no nível diplomático e individual em que esta decorre, exigindo uma cuidada e multifacetada preparação, uma vez que cada oficial se torna automaticamente um verdadeiro «embaixador» do seu país. Importa também afirmar que, as missões de observação, desde 1991, permitiram capitalizar uma boa parte da experiência individual no que respeita aos TO onde, mais tarde, a partir de 1996, o país veio a destacar unidades constituídas. Pode afirmar-se que estas missões são também importantes, não só pelo nível em que estão inseridas, mas também porque constituem uma verdadeira «escola prática», sobre um determinado TO em concreto. Além deste facto, a participação em missões de observação, dá visibilidade a Portugal no seio da comunidade internacional, a custos relativamente modestos e com alguma garantia de bons desempenhos, uma vez que, os quadros que nelas participam, são profissionais seleccionados. A função de observação, além do sentido de serviço à comunidade internacional, permite ao estado português um contacto directo com o conflito, podendo este contacto revelar-se extremamente útil, no caso de ser ponderado outro tipo de intervenção.

Apesar das evoluções verificadas na doutrina das operações sob a égide das NU, pode afirmar-se que existem determinados aspectos da actuação dos observadores militares, que não variam, mesmo tendo em conta os diferentes cenários de emprego. Entre eles estão a imparcialidade, a objectividade e profissionalismo. Os observadores, são os «olhos e ouvidos» do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no terreno, pelo que os seus relatórios de confirmação/negação de factos, devem ser insuspeitos.

⁴¹ Comandante da primeira unidade portuguesa da KFOR.

A expressão «*UNMO CONFIRMED*⁴²» é um dos pilares da sua acção, isto é, não pode deixar margem para dúvidas.

O sucesso do desempenho individual, reside em boa parte na preparação militar geral do observador e no complemento de treino específico orientado para a missão. Embora a acção de um observador se desenvolva no seio de uma pequena equipa, esta desdobra-se praticamente em todas as áreas, desde da logística ao CIMIC, passando pelas operações e por tarefas de carácter diplomático. Tendo consciência que não há duas experiências de observação similares, a base do sucesso deve ser uma preparação séria, ampla e dirigida para os aspectos centrais da missão. A experiência mostra que o desempenho deste tipo de missões, deve privilegiar uma preparação orientada para a missão. Neste âmbito, o primeiro curso para observadores militares, que decorrerá no CITOAP a partir de Maio 2001, sob orientação do Comando da Instrução do Exército, com base em LA a partir da experiência de observadores militares nacionais é, bem demonstrativo, da necessidade de recolher LA.

A missão de observação é particularmente indicada para a aprendizagem de lições. Neste sentido, o observador deve procurar munir-se de ferramentas que potenciem essa aprendizagem. Assim, a utilização de livros de bolso, a percepção de regras básicas⁴³ e a elaboração de um diário pessoal, podem revelar-se de grande utilidade. Tendo em conta as especificidades de emprego dos observadores, uma das preocupações deve dirigir-se às condições de alojamento, uma vez que estas são da sua responsabilidade. A experiência mostra que se deve procurar alojamentos que permitam acomodar pelo menos três elementos⁴⁴, bem como ser cauteloso naquilo que se diz e se escreve e que possa ser percebido pelos habitantes locais, uma vez que estes são uma fonte de informação para as facções. Uma das maiores fontes de informação e indirectamente de segurança, são as crianças. Elas conhecem bem a realidade dos seus parentes, têm informação cruzada de várias famílias e transmitem essas informações umas às outras, durante as suas brincadeiras. Além disso, são extraordinariamente sensíveis às guloseimas. Mesmo quando deixam de aceitar os chocolates de bolso constituem, por esse mesmo facto, uma boa fonte de notícias. Observar o comportamento dos mais novos, habituados desde há longa data à situação, pode fornecer, numa fase inicial preciosas

⁴² Confirmado por um observador militar das Nações Unidas.

⁴³ Exemplo: perante um obstáculo, do tipo árvore caída na estrada, nunca se abandona a viatura pela porta lateral, mas sim pela porta traseira.

⁴⁴ Só com dois elementos, quando há gozo de licenças, um dos elementos ficará sozinho.

indicações de segurança. A mesma atenção deve ser dedicada aos mais velhos, especialmente em comunidades rurais.

Relativamente à alimentação, esta deve ser objecto de um plano de acção da equipa como um todo. De facto, esta pode ser obtida no mercado local ou através das unidades das forças de paz no terreno. Todavia, há diversos cuidados que é preciso observar nas aquisições no mercado local, quer no que respeita ao preço, quer às condições dos produtos. O deslocamento ao mercado deve ser uma actividade da equipa de observadores e não de cada elemento individualmente considerado. Apesar de, na maior parte dos casos ser difícil praticar uma dieta equilibrada, este equilíbrio pode ser obtido com complementos individuais, que devem constituir a dotação individual nacional de cada observador.

Cada uma das atitudes, numa fase inicial de chegada ao terreno, deve ser reflectida. Nem mesmo aquilo que parece consensual em todos os manuais, pode ser tomado como verdade absoluta. Uma presença inicialmente discreta é, quase sempre, uma medida de bom senso.

Um outro problema a encarar são as diferenças impostas pela multinacionalidade e pelas diferenças religiosas. Nesta área, caracterizaríamos a acção dos militares portugueses, como de «ponte» relativamente aos diversos contingentes e de «tolerância possível», no que respeita aos hábitos religiosos. A posição de «portugueses», a meia distância entre os povos do Norte da Europa e da América do Norte, muito mais evoluídos e os povos de África, da América do Sul e da Ásia, em vias de desenvolvimento, tem constituído um verdadeiro «poder funcional», actuando junto de uns e outros, exercendo uma verdadeira ligação. Por outro lado, a compatibilização, nem sempre fácil, entre tarefas operacionais e religião, tem sido conseguida através de uma solução eclética de tolerância e espírito de missão.

Há por vezes a tendência para fotografar os acontecimentos mais significativos, uma vez que as fotografias são preciosos instrumentos de trabalho. Não caberá aqui referenciar os cuidados que essa conduta deve merecer, no que diz respeito às partes envolvidas, mas gostaríamos de evidenciar o melindre que, essa situação, pode causar para as próprias populações envolvidas. Outro conjunto de problemas são os procedimentos associados aos Prisioneiros de Guerra (PG), à troca e investigação sobre cadáveres e à análise de crateras, uma vez que em todos eles, além de preparação técnica, se exige a capacidade de estabelecer um nexo de causalidade entre os diversos factos.

A missão de observação é muitas vezes confrontada com restrições de movimento (ROM), facto que condiciona a missão básica do observador:

observar e relatar. Lidar com esta situação não é fácil, mas requer essencialmente iniciativa, determinação e capacidade de negociação. As ROM não podem ser encaradas como um facto consumado. Mesmo quando, por via da negociação, muito pouco se conseguiu alterar, podem desenvolver-se actividades de pesquisa de informação, numa simples conversa com um transeunte. É também necessário ter em conta que é possível interpretar a própria ausência de informação. Procurar as causas, transmitir uma imagem de credibilidade e imparcialidade, manter a iniciativa, conhecer bem a missão e o mandato, são ferramentas muito importantes. Por vezes o problema reside em coisas simples, como a nacionalidade de um observador, uma palavra mal utilizada, uma expressão mais dúbia durante uma negociação, etc.

Outro aspecto importante nas missões de observação é o problema do comando, ou melhor, da liderança. Tratando-se de equipas de oficiais e não dispondo os titulares dos órgãos das NU de competência disciplinar, não se pode considerar que existem ordens em sentido formal, mas antes convites que, devem ter significado similar, tendo em conta as orientações recebidas e no que respeita a certas actividades. Todavia, verifica-se que, certos contingentes se refugiam neste facto para se «escaparem» às tarefas que envolvem maior risco. Neste caso, é muito importante levar à participação de todos e recusar algum protagonismo que a situação possa proporcionar.

As missões de observação podem ser, do ponto de vista psico-físico, muito exigentes. A chave para enfrentar o desgaste psicológico, além da preparação já referida, parece ser o gozo de curtos períodos de descontração fora do TO e um forte apoio e ligação a Portugal.

b. Unidades constituídas

O estudo do emprego de unidades de manobra em OAP no exterior do território nacional, está organizado em três fases distintas: o *aprontamento* que compreende o lapso de tempo que se situa, entre o despacho de nomeação da unidade e o início do deslocamento com vista à projecção; a *projecção e conduta da operação* que decorre entre o início do deslocamento e a transferência de autoridade (TOA) da força que é rendida; e a *extração e desactivação/fim de missão* período este que decorre entre a TOA para a força que rende e a extinção do núcleo de desactivação ou a elaboração do Relatório Final de Missão (RFM). Não obstante esta organização, deve observar-se, desde já, uma primeira nota. De facto, no estudo das LA no emprego de forças neste âmbito, devemos considerar os seguintes atributos

das unidades que estudámos: emprego inicial no TO, rotação de outra unidade, unidade «ad-hoc»⁴⁵ ou unidade constituída.

Um segundo comentário, relaciona-se com a preparação de uma intervenção, pela primeira vez, num TO⁴⁶ com unidades constituídas. A nossa participação na IFOR, em 1996, veio mostrar a necessidade de preparação no TO dessa intervenção, antes da chegada da força. De facto, torna-se absolutamente fundamental ter equipas no terreno, durante pelo menos dois a três meses, que possam efectuar uma preparação mínima para apoio da força nacional a destacar, designadamente no que respeita às informações e a um apoio de serviços e infra-estruturas mínimo. No caso da IFOR, essa tarefa tinha sido muito facilitada, uma vez que o Exército possuía no TO, cerca de 10 observadores, alguns deles com cerca de um ano de missão. Estes observadores poderiam ter sido substituídos e incorporados na primeira unidade destacada. Mas mesmo na hipótese mais genérica, em que não existam tais elementos no terreno, há outras formas de enviar equipas de preparação do emprego da força a destacar, quer através de equipas «ad-hoc», quer através da colocação de elementos junto de outras organizações nacionais que operem na área.

Um terceiro aspecto a salientar é o apoio à família do militar destacado para fora do território nacional. Pode dizer-se que apesar da História de Portugal ser feita de uma verdadeira epopeia de quinhentos anos além mar e, em consequência, o factor afastamento tem sido quase uma constante do homem militar português, não está desenvolvida a sensibilidade para um apoio institucional aos seus familiares. Não defendemos as soluções avulsas, adaptadas por cada unidade, mas sim, a institucionalização de uma verdadeira estrutura de apoio.

Finalmente, uma palavra para as unidades organizadoras⁴⁷. A solução de concentrar numa unidade a força a destacar, unidade essa com responsabilidades relativamente à força, parece bastante correcta. Todavia, torna-se necessário criar rotinas, com vista à melhoria da eficácia das responsabilidades que lhe estão associadas, pelo que, não se mostra aconselhável uma constante mudança dessas unidades.

⁴⁵ Unidade constituída com a finalidade única de se constituir como FND.

⁴⁶ Neste caso é muito importante o apoio dos adidos militares, veja-se o caso do deslocamento através da Macedónia do Agrupamento Bravo/KFOR.

⁴⁷ Utilizamos a expressão unidade organizadora, embora possam existir outras designações como unidade mobilizadora ou concentradora.

(1) *Aprontamento*⁴⁸

As grandes decisões foram tomadas em Portugal, o resto, foi conduzida.

Ten Cor Cuba⁴⁹

Relativamente ao aprontamento a experiência tem mostrado que durante os seis meses, em média, (para unidades não constituídas em permanência) em que este deverá decorrer, o Comandante deve centrar a sua atenção nos seguintes aspectos da actividade do seu EM, sem prejuízo da sua própria avaliação pessoal face às circunstâncias concretas: selecção do pessoal, instrução e treino orientado para a missão, actividades administrativo-logísticas, acompanhamento da situação operacional, repartição de tarefas com o 2.º Comandante, reconhecimento do TO, normalização de procedimentos⁵⁰, planeamento do deslocamento e da rendição. Actividades como a actualização permanente das diferentes cartas de situação e da ordem de batalha das partes em conflito, bem como a realização de briefings regulares aos diversos níveis, contribuem como complemento aos objectivos do treino orientado para a missão⁵¹. A unidade em aprontamento, deve ter conhecimento de todos os relatórios que chegam do TO⁵², sendo muito importante que, desde cedo, os dois Comandantes estabeleçam um contacto regular. Revela-se também muito importante a elaboração de NEP para a fase de projecção, ainda em território nacional que, uma vez no TO, devem sofrer apenas as necessárias adaptações.

No que respeita à área da instrução e treino, apesar de significativas melhorias introduzidas desde 1996, torna-se fundamental melhorar a aptidão linguística dos militares, aumentar as sessões de tiro real – especialmente no que diz respeito a armas colectivas, melhorar a proficiência dos quadros⁵³ nas áreas das Operações Psicológicas (PSYOPS),

⁴⁸ As considerações aqui apresentadas, têm por referência o AJP-3.4.1.

⁴⁹ Comandante do 1º BIAT.

⁵⁰ Deve ser dada especial atenção nesta área, no caso de unidades com diferentes origens e que são constituídas «ad-hoc».

⁵¹ A experiência mostra que o apoio prestado pela da DIM/EME no que respeita à elaboração dos estudos táticos da área de operações, tem sido adequado. As informações produzidas pelas FND são reportadas ao comando da força onde se integram que se encarrega de as enviar ao MILREP (PO) através do comando OTAN. Este comando, por sua vez, envia as informações à DIMil e ao SIEDM (EMGFA) que são as entidades competentes para preparar na área das informações o Comandante da força a destacar. Apesar dos diversos pedidos, nenhuma informação foi obtida através destes organismos. Ver pg. 8-9 do RFM Agrupamento Bravo.

⁵² Designadamente do INTSUM do escalão superior, LOGSITREP, DAILY SITREP, relatórios de OI e ONG.

⁵³ As ROE devem ser objecto de profusa discussão para facilitar uma apreensão natural.

HUMINT⁵⁴, Operações de Informações, CIMIC, Informação Pública/Relações Públicas, Contra-informação e Segurança e ainda adaptação às condições adversas⁵⁵, designadamente ao clima – manuseamento de equipamentos, condução em situações especiais e uso do colete anti-bala. É necessária formação específica, na elaboração de planos de contingência, que contemplem a retirada da força e que impliquem inutilização do material sem o destruir.

As maiores dificuldades sentidas até ao momento relacionam-se com a execução dos programas de tiro, os rastreios toxicológicos, exames estomatológicos, planos de vacinação, disponibilidades de viaturas para treino e a obtenção dos equipamentos e do fardamento necessários à missão.

Se articularmos em duas, as fases do aprontamento no que respeita à instrução⁵⁶, podemos identificar uma fase de treino básico – actualização e nivelamento, cujo objectivo principal é a padronização dos conhecimentos dos militares no âmbito da instrução individual e, uma segunda fase de instrução colectiva e treino operacional que compreende palestras, estágios e cursos, bem como a respectiva validação através de exercícios⁵⁷. O treino operacional deve ser adaptado às características da área de operações⁵⁸. Nestes termos e no que respeita ao reconhecimento do TO, a experiência mostra, que este deve ser articulado em dois escalões. O primeiro escalão deve efectuar o deslocamento, o mais cedo possível, visando objectivos relacionados com o aprontamento. Ressalta-se que, os atrasos na realização deste primeiro reconhecimento⁵⁹, podem retirar flexibilidade para implementar novas soluções. Deste modo, o período ideal para a sua realização, aponta para antes do início da escola preparatória de quadros. O segundo, mais próximo da projecção da força⁶⁰, deverá ter como meta a

⁵⁴ Human Intelligence – No que respeita à preparação, ao treino e à credenciação.

⁵⁵ A Serra da Padrela parece ser um dos locais apropriados para um exercício com estes objectivos, no que respeita ao TO da BH.

⁵⁶ RFM Agrupamento Bravo, pg. 14 a 27.

⁵⁷ Segundo a avaliação do seu Comandante, o exercício final de aprontamento do 2º BIMoto/SFOR, foi exemplar pelo modo como simulou as condições existentes no TO. Verificam-se também dificuldades quanto à disponibilização de equipamentos para esta fase de treino.

⁵⁸ Major Mendes Dias, op. cit., especialmente capítulos II e III.

⁵⁹ Deve ser realizado, no caso da primeira unidade no TO, antes de negociar o MOU.

⁶⁰ Deve integrar o Oficial de CIMIC, Finanças (este deve determinar o fundo de manei necessário bem como as diversas moedas), Logística, Operações, Engenharia (de modo a completar o plano de materiais a transportar e aperfeiçoar a ordem da sua contentorização) e Oficial de Ligação. Deste grupo, uma parte deve ficar no TO, até à chegada da força. Uma das principais preocupações dos oficiais que ficam, além da ligação e das tarefas específicas, é o apoio a prestar à chegada da FND, designadamente no que respeita ao transporte com recurso a meios de outros contingentes e a meios locais, tendo sempre presente que qualquer contingente estabelece as prioridades do emprego dos seus meios.

actualização das operações em curso, sendo recomendável que se realize no final da fase de instrução colectiva escalão Secção/Pelotão, impreterivelmente antes do exercício final de aprontamento⁶¹. Este exercício final deve recriar, dentro do possível, as condições do TO, designadamente no que respeita ao «isolamento» da unidade. Os resultados já obtidos mostram que as equipas de controlo e arbitragem, devem integrar elementos com experiência no TO a que se destina a FND e a equipa de avaliação, deve proceder a uma avaliação do tipo B ou C, nível 2 ou 3. Numa rotação entre unidades, a que chega ou a que partirá na rotação seguinte, devem servir de «plastron» nos exercícios de treino daquela que completa a sua preparação. A localização da unidade organizadora, pode facilitar o treino, quanto à capacidade de disponibilização permanente de áreas de instrução.

Um outro aspecto muito importante, a ponderar ainda na fase de aprontamento, é a organização e o dispositivo da força. O Comandante deve avaliar a influência de factores como a situação conjuntural, as ligações ao escalão superior, os QO de pessoal e material aprovados, as necessidades de informação, o grau de descentralização necessário, etc., para propor a constituição/alteração dos QO. Nesta área, uma vez mais é quase obrigatória uma referência ao dispositivo de quadrícula utilizado durante o conflito africano, cujo princípio basilar é o apoio mútuo. Algumas LA já implementadas, permitiram manter a capacidade das FND em sapadores e meios de Engenharia, aumentar o potencial de fogo e de protecção blindada, faltando também melhorar capacidades na área das informações, designadamente com meios de Vigilância do Campo de Batalha (VCB)⁶². Refira-se ainda, neste contexto, a necessidade de dotar alguns jeeps com protecção contra armas ligeiras, blindagem de fundo, vidros à prova de bala e painéis blindados.

Em relação ao aprontamento, a experiência tem mostrado que a acção do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), o gozo de licença após o final da fase de aprontamento, a constituição de um núcleo de apoio à família⁶³ e a realização de um almoço convívio precedido de um briefing às famílias antes do embarque, tem um impacto positivo no moral e bem-estar dos militares, que constituem a força a destacar. Importa também, reafirmar que o médico⁶⁴ e o capelão devem estar presentes na unidade, desde a fase de aprontamento, bem como o seu período de prestação de

⁶¹ Neste reconhecimento, o Comandante da FND deve reunir-se com os elementos do Destacamento de Operações Especiais (DOE) (se existir) e receber deste um briefing, aproveitando a oportunidade para lhe fazer chegar o seu plano de pesquisa inicial.

⁶² Veja-se a este propósito, o Relatório de Fim de Missão do 2º BIMoto, d. (12).

⁶³ No caso da FND - Agr ALFA da BLI, esta solução afigurou-se difícil, devido à dispersão das unidades.

⁶⁴ Ten Cor Médico Abílio Gomes, Op. Cit., pg. 163.

serviço deve, coincidir com o tempo de empenhamento da força. Do ponto de vista do pessoal, no que respeita a esta fase, deve ser objecto de uma especial atenção o pagamento antecipado do suplemento de missão⁶⁵.

(2) *Projectção e Conduta da Operação*

It must be peace without victory.

Woodrow Wilson

O sucesso da projectção de uma força, depende de dois factores: planeamento e apoios existentes no TO, quer por parte de outros contingentes, mas principalmente pelos elementos nacionais destacados para a preparação e coordenação da projectção, nos termos já referidos. Em operações no âmbito das NU, é frequente o recurso a meios aéreos e navais de países de Leste, meios estes, susceptíveis às mais diversas perturbações, pelo que é de procurar privilegiar o uso de meios nacionais.

No que concerne à conduta da operação, julgámos mais adequado detalhar a análise, pelas áreas de EM que nos pareceram mais relevantes, embora este critério não signifique a atribuição de uma importância subalterna, a todas aquelas que não são referidas. Todavia e à guisa de introdução, gostaríamos de salientar que, segundo alguns Comandantes com experiência em OAP⁶⁶, as três maiores dificuldades com que se deparam uma força, uma vez chegada ao TO, são as seguintes: adaptação ao meio ambiente (conhecer passa a ser fundamental), afastamento dos familiares (a motivação pessoal revela-se decisiva) e a acção dos elementos hostis (a afirmação da força é decisiva).

(a) *Pessoal*

Soldiers are our credentials.

FM 22-1000

Um dos assuntos mais sensíveis nesta área é a necessidade de nomeação do pessoal para integrar as unidades a destacar, antes de se iniciar a concentração e conseqüentemente, o aprontamento. Esta

⁶⁵ A título de adiantamento até 15 dias, depositado até 10 dias antes do início da missão, tal como prevê o manual de apoio (Portaria n.º 370/97, de 6 Junho) administrativo logístico aprovado pelo Gen VCEME em Junho 1998, especialmente no caso de unidades como o Agr ALFA da BLI, que foi uma unidade constituída «ad-hoc».

⁶⁶ Entrevista a um programa na RTP 2, Ten Cor Calçada, 22 de Outubro de 2000.

nomeação tem uma profunda influência no moral e na própria acção de comando, acção esta, que deve ser exercida através da presença e duma disponibilidade constante. A experiência mostra haver necessidade de um melhor conhecimento do pessoal da FND. Para que tal seja possível, a DAMP deve complementar a sua ficha modelo com outro tipo de informações⁶⁷. Nesta área, é também de salientar, a necessidade dos elementos integrantes das forças, possuírem um nível de proficiência linguística, compatível com os cargos a desempenhar. A experiência mostrou e mostra que uma boa parte das dificuldades de comunicação, apesar da versatilidade que tem demonstrado o militar português, têm origem nas dificuldades linguísticas. É muito recomendável que o mais cedo possível o EM se encontre constituído e o Quadro Orgânico (QO) de pessoal o mais completo possível, sem qualquer outra missão atribuída, fora das tarefas atinentes à sua projecção. Neste âmbito, saliente-se a importância da formação de enfermeiros e socorristas, quer na área técnica⁶⁸, quer na preparação militar específica para a missão. As faltas em pessoal nesta fase, têm repercussões na preparação da unidade, dificilmente ultrapassáveis. A opção de incluir no efectivo da força, militares com dupla especialidade, revela-se de grande utilidade, especialmente em áreas como a Engenharia Militar.

Na função desenvolvimento e manutenção do moral, deve ser dada particular atenção aos seguintes aspectos: plano de licenças⁶⁹ em que, pelo menos uma vez, o militar tenha a possibilidade de sair do TO; acompanhamento por psicólogo⁷⁰; plano de ocupação dos tempos livres⁷¹, celebração de eventos relevantes, existência de bar, capela, biblioteca, videoteca e actividades desportivas. Mesmo assim, o tempo de permanência no TO não deve ultrapassar os 6 meses para tropas combatentes e 8 meses para funções de serviços. Ainda nesta área, a reintrodução do serviço postal militar⁷² e a disponibilização de telefone satélite, a preços moderados, mostraram ter um impacto positivo.

⁶⁷ Relatório do AgrConjALFA, Cap XIV, pg. 2.

⁶⁸ O curso de socorrismo do INEM tem uma considerável utilidade prática no TO.

⁶⁹ Entre o 2º e o 5º mês, numa missão de 6 meses. 9 a 12 dias em Portugal e 2 dias no TO em áreas aconselhadas pelo escalão superior.

⁷⁰ O Oficial Psicólogo, o Capelão, o Médico, o Oficial de Operações e o Oficial de Pessoal, devem trabalhar permanentemente em conjunto.

⁷¹ A existência de equipamento musical tem um impacto muito positivo na moral e bem estar.

⁷² Quase todas as FND relataram a existência de furtos e violação de correspondência.

A experiência aconselha também que os militares que constituem o núcleo de recompletamento em território nacional, acompanhem todo o período de aprontamento. A especialidade de condutor auto, revelou-se crítica, especialmente em unidades constituídas «ad-hoc». Os Agrupamentos devem possuir elementos com especialização em informática, designadamente nas aplicações EXCEL/WORD e ACCESS e ainda na utilização do sistema CRONOS/SFOR WAN⁷³.

(b) Informações

In BH, some of our best information came to be called transportation intelligence. Drivers often had the best information on road conditions, attitude of the local populations, locations of checkpoints, and our ability to get through.

LTC R Robinson – HQ AFCENT

As informações constituem uma das chaves do sucesso deste tipo de operações e devem ser trabalhadas em conjunto com a CIMIC e as PSYOPS. No primeiro mês de missão, o conhecimento da área de responsabilidade (AOR) deve ser eleito como prioridade das prioridades. Torna-se necessário dotar as FND, com os efectivos necessários para trabalhar esta área, em ligação com uma possível célula de INTEL⁷⁴ e ainda com o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa Militar (SIEDM), o Serviço de Informações e Segurança (SIS) e a Divisão de Informações Militares (DIMil) em Portugal, de modo a fornecerem informações relevantes para a operação, desde a fase de aprontamento. Verificou-se uma tendência natural, por parte das FND, para privilegiar o canal da informações do país de origem em detrimento dos canais da força.

Grande parte da actividade operacional está directamente relacionada e, é executada em proveito das informações e da segurança, mesmo que não seja essa a sua missão principal. Esta recolha de informação, com meios HUMINT, é um elemento

⁷³ Inicialmente as FND no TO da BH não dispunham de qualquer sistema de troca de informação com o escalão Brigada. Numa 2ª fase, foi instalado um sistema italiano, tipo CRONOS, que permitia o planeamento detalhado das operações, através de cartas à escala 1/2000, bem com a localização das áreas minadas. Hoje a força que constitui reserva, está ligada ao sistema CRONOS/SFOR WAN.

⁷⁴ Intelligence – O Agr ALFA/BLI foi a primeira unidade a possuir no seu QO uma célula de informações.

fundamental na protecção da força. Uma correcta política de saídas⁷⁵, associada à responsabilização e liberdade de acção aos baixos escalões, pode contribuir muito na recolha de informações, sobretudo se associada ao relato dos factos, logo após a chegada ao aquartelamento. Outros contingentes empregam meios de VCB, meios aéreos de vigilância não tripulados (drones/RPV), sensores e guerra electrónica (GE), com técnicas e procedimentos semelhantes aos utilizados em operações convencionais. Não sendo possível dotar as forças com este tipo de meios, recomenda-se que se opte por soluções mais simples, com equipamentos de observação a longas distâncias e de observação nocturna, bem como material fotográfico digital, de modo a potenciar o sistema HUMINT. Nesta área, a vulgarização do Global Position System (GPS), deve ser uma realidade. Os meios de artilharia de campanha, com os seus sistemas radar de localização de armas e de localização de alvos móveis, entre outros sistemas, têm contribuído, para o sistema de informações das unidades em OAP.

São, normalmente, boas fontes de informação as seguintes: escalão superior, polícia internacional (IPTF), organizações não governamentais (NGO), interrogatórios a detidos, os pedidos de pesquisa ao escalão superior, actividades de recolha de notícias da força, os chefes das aldeias, os representantes das minorias, as autoridades administrativas e as crianças. Tem vindo a ser explorada a natural ambição dos líderes locais, através de um relacionamento que demonstra especial compreensão, sem nada prometer, explorando-se a expectativa criada. Em quase todos os TO, parece existir falta de articulação entre as diferentes FND e os representantes diplomáticos do Estado Português, essencialmente por falta de clarificação da sua relação, com vista à realização do interesse nacional.

Os diversos agrupamentos projectados nos diferentes TO, levantaram a ordem de batalha das partes, os seus principais meios e as suas instalações, bem como grupos minoritários, autoridades políticas e administrativas de cada uma das comunidades, com um rigor digno de registo. Este levantamento, tem vindo a ser sucessivamente actualizado e constitui uma importante fonte de informação.

⁷⁵ Na BH foi utilizada a seguinte política de saídas: 2 homens, entre as 20h30 e as 22h30, a critério dos Comandantes de Companhia. Em caso de estado de alerta, 4 homens.

(c) Operações

Definir a natureza destas operações continua sendo uma tarefa difícil... não é guerra, mas é algo parecido.

Col John Abizaid e Col John Wood

As numerosas experiências vividas pelos diferentes exércitos e pelas FND até ao momento, permitem concluir, independentemente da singularidade das condições vividas em cada um, que o ambiente operacional inerente às OAP se caracteriza como "...de parques recursos, desordenado, perigoso, muito próximo das populações locais..." em que as "...operações tendem a ser conjuntas e combinadas, em coordenação com agências e organizações civis"⁷⁶. As operações caracterizam-se por acções de curta duração, em regra inferiores a 24 horas, podendo por excepção prolongar-se entre 4 a 5 dias. Destas operações, grande parte são estáticas ou confinadas a uma área restrita e uma parte considerável são operações combinadas, de tal envergadura, que obriga normalmente, ao empenhamento da quase totalidade do efectivo dos Agrupamentos. O grande empenhamento das Companhias, levou à constituição de uma reserva⁷⁷ à custa da CCS e do Dest Eng, ao nível Batalhão, facto que se traduziu numa dificuldade para o Comandante influenciar a acção se tal fosse necessário, uma vez que a AOR⁷⁸ era extensa e o dispositivo disperso. Ainda no que respeita à escassez de meios, a experiência mostrou que é possível minimizar os seus efeitos através da iniciativa e, por exemplo, com recurso a «Check Points» móveis, conjugados com patrulhas com multifinalidades, que aumentam a incerteza das partes quanto ao efectivo da FND. Por razões de segurança todos os movimentos devem ser realizados com um mínimo duas viaturas, com três homens⁷⁹ cada. No que concerne às técnicas e procedimentos operacionais, a prática demonstrou ser adequada a doutrina.

⁷⁶ Major Matos Alves, op. cit. pg. 127.

⁷⁷ O dimensionamento da reserva deve ser função do empenhamento do efectivo da unidade e da avaliação que o Comandante faz da situação.

⁷⁸ A AOR foi definida para unidades escalão Batalhão cujo efectivo se aproxima dos 900 militares.

⁷⁹ Três homens permite o chefe de viatura abandonar a viatura, ser acompanhado e a viatura ficar guarnecida. Sendo a maior parte das missões desempenhadas por um efectivo equivalente a secção, cada viatura deve ser comandada por um graduado.

O TO dos Balcãs revelou dificuldades resultantes da falta de um mandato claro e objectivo que definisse os limites da actuação da força, como por exemplo, o comportamento relativo às Pessoas Indiciadas por Crimes de Guerra (PIFWC). Por outro lado, o número de solicitações, face ao dispositivo e ao potencial disponível, leva a que muitas missões sejam executadas ao nível secção de atiradores, de comando de sargento. Também neste caso, a preparação destes quadros, revelou-se adequada.

Embora as unidades portuguesas não se tenham envolvido directamente em operações de controlo de tumultos, devendo a força ter preparação e dispor de equipamento, uma vez que o controlo da ordem pública é um problema relacionado com a protecção da força⁸⁰. A experiência de outras unidades mostra que, a existência de atiradores especiais no seio da força, garante uma maior eficácia, no caso do confronto subir até à execução de tiro ajustado, intencionalmente não letal, sobre elementos seleccionados. O treino na área do controlo de tumultos deve ter a participação da Guarda Nacional Republicana (GNR) e deve ser encarado como uma acção de contingência possível de ocorrer, não se colocando, neste contexto, problemas constitucionais⁸¹, uma vez que não se tratam de medidas de polícia a aplicar na ordem interna, mas de técnicas operacionais que visam a protecção da força no exterior do território nacional.

Os Comandantes dos Agrupamentos devem considerar a alteração do dispositivo inicial, para combater os perigos das rotinas, tendo em atenção o conhecimento e a experiência obtida, bem como o estado de fadiga do pessoal. Todavia, nenhum dos Agrupamentos optou por realizar qualquer rotação interna de unidades.

A segurança dos aquartelamentos, não se enquadra no modelo do RGSUE, pelo que a experiência aconselha a implementação de um plano de segurança e defesa que preveja as ameaças, no que respeita ao bloqueamento de saídas, atiradores especiais, campos de tiro, localização no interior de localidades, entre outros factores. A construção de torres de observação, a implementação de rondas móveis e a constituição de uma força de reacção, podem ser boas soluções.

⁸⁰ Em Timor não há forças locais, pelo que as unidades militares são amiudemente confrontadas com problemas de ordem pública. Estas unidades também fazem o reforço às unidades de polícia (CivPol), pelo que trocam informação com estas sobre ordem pública. Os acontecimentos que tiveram lugar no estádio de Dili, demonstram a necessidade a que nos referimos.

⁸¹ Professor Doutor Rui Medeiros (UCP/IAEM).

Pensamos que em OAP, os factores de análise para a adopção das modalidades de acção no estudo de situação de operações (MITM-T), devem merecer uma análise adaptada à situação, incluindo, por exemplo, no relacionado com os meios, o CIMIC, as PSYOP e a IP. Relativamente aos assuntos civis, deve ser dada uma importância ao nível dos outros factores (MITM-T-C), de forma a ponderar o modo como as atitudes dos líderes locais e da população em geral, influenciarão a conduta das operações.

As operações no TO de Timor⁸², parecem fornecer pistas interessantes sobre um eventual reforço da participação conjunta e combinada das FND, com vantagens na resolução das dificuldades de unidades escalão Batalhão com o efectivo adequado. A este propósito, muito se tem falado no emprego dos Batalhões portugueses com um efectivo que ronda os 300 homens. Os nossos parceiros na OTAN, têm revelado sobre este assunto as maiores reservas, não sendo esta matéria consensual. Se uma das soluções parece ser o emprego de forças combinadas, no âmbito das NU, com os nossos parceiros da lusófia.

(d) *Logística*

Os logísticos lidam com incertezas e tentam eliminá-las, uma por uma...

LTG William G Pagonis⁸³

A prática das operações logísticas nos TO, aponta para uma logística por funções, mostrando que, apesar da existência dos memorandos de entendimento (MOU), num contexto multinacional, a logística tem de ter uma componente nacional própria e muito acentuada. Exceptuando alguns artigos da Classe I e todos da Classe III, a cadeia de reabastecimento tem sido, em grande parte, nacional.

<i>Fontes de apoio</i>	<i>Classe (PO)</i>
<i>Escalão Superior e Local</i>	I,III,IV,V,VII e IX Classe VII só meios intermutáveis
<i>Nacional</i>	I,II,IV,V,VI,VII,VIII e IX Dificuldades na classe I congelados e classe II fardamentos

⁸² As principais dificuldades neste TO, parecem ser as comunicações e o reabastecimento Classe IX e Classe II fardamentos.

⁸³ USARMY, Peace Operations, FM 100-23, 1994.

A capacidade de sustentação nacional é vital para o apoio às FND em OAP, especialmente em TO, onde os recursos locais são escassos. A experiência mostra que, a constituição de um NSE⁸⁴, tal como o foi em 1996, para apoio ao 2.º BIAT/IFOR, através de um DestApSvc, só se justifica para um efectivo da ordem dos 900 homens e desde que exista um Comandante do contingente designado. No momento presente, os Agrupamentos dispõem de um efectivo de cerca de 320 militares, pelo que, o PelReabSvc da CCS, tem executado com êxito estas mesmas tarefas, através de uma pequena célula do próprio Agrupamento⁸⁵. Todavia, qualquer que seja a solução, há a absoluta necessidade de existirem níveis de apoio no TO, constituídos face à nossa experiência passada. Em OAP não se aceitam condições similares às de um teatro de guerra, pelo que deve ser dada prioridade aos aspectos logísticos, com influência directa no moral e bem estar do contingente.

Os principais problemas verificaram-se no reabastecimento das Classes II e IX. A experiência aconselha a que a competência para autorizar o consumo de munições, deva ser do Comandante da FND. No que respeita à função manutenção, os principais problemas foram os relacionados com as viaturas Chaimite⁸⁶. Os UMM revelaram-se uma boa viatura para este tipo de operações, excepto no que respeita à blindagem (é inexistente) e ao aquecimento do habitáculo⁸⁷. Nas áreas do reabastecimento e da manutenção⁸⁸, as Direcções dos Serviços devem nomear um interlocutor para apoio a cada missão em concreto, para que o Comandante do Agrupamento, através da sua célula «NSE», tenha sempre uma única entidade com quem dialogar. No que respeitante às operações de terminal, destaca-se a quase total dependência de outros contingentes e/ou da contratação local no que respeita ao manuseamento de contentores. Embora não tenham tido lugar problemas graves nesta área, devido à existência

⁸⁴ Em Timor existe um ponto avançado de apoio logístico em Darwin, na dependência hierárquica do Comandante do Contingente Português.

⁸⁵ O Comandante da FND, deve ter capacidade de controlar, ainda que parcialmente, a carga dos meios aéreos afectos ao apoio logístico.

⁸⁶ Não se verifica o princípio da interoperabilidade e da intermutabilidade, nem a Brigada onde a FND está inserida no TO da BH, dispõe deste tipo de viaturas, o que faz com que toda a manutenção, tenha de ser nacional.

⁸⁷ Há registos de temperaturas de 40 graus negativos, congelando os óleos das viaturas e impossibilitando o funcionamento do serviço de banhos e lavandaria.

⁸⁸ VPO, à guarda da Secção de Manutenção e à ordem do Comandante do Agrupamento.

de recursos locais e à disponibilidade de outros contingentes, este facto deve ser muito bem equacionado, face a futuros cenários de emprego, tendo em atenção a experiência do Agrupamento Bravo/KFOR⁸⁹. No que concerne à evacuação e hospitalização, a presença de dois médicos⁹⁰ e a possibilidade de recurso à telemedicina, são factores de segurança moral para todo o contingente. A sua nomeação deve assentar no seguinte critério: um dos médicos, deve ser subalterno e estar no período de tempo entre o internato geral e o complementar, o outro deve ser Capitão e já ter completado o internato geral ou, em alternativa, ser um médico especialista após um internato complementar. O regime de evacuação praticado, tem sido em regra de 15 dias. Nesta função logística uma das principais preocupações, tem sido a acção dos enfermeiros e socorristas, uma vez que são estes os primeiros responsáveis pela estabilização do indisponível, permitindo a sua evacuação nas melhores condições. Finalmente, a experiência acumulada desde 1996, permite desde já, que se colija um conjunto de dados estatísticos, com interesse para o planeamento de futuras missões e com relevância para o treino de EM, designadamente níveis de abastecimentos⁹¹, base de dados de recursos locais, estimativa de perdas, dotação de fardamento, etc. Relativamente à administração e finanças a experiência mostra que os encargos com a locação das instalações, aconselha a aquisição de sistemas modulares de contentores⁹², considerando o seu tipo, capacidades de alojamento e disponibilidade financeira. No que respeita à contentorização do material⁹³ a embarcar, a experiência aconselha a que todo o material seja verificado por uma equipa designada pela FND.

O material, à responsabilidade das FND, deve ser aumentado à carga destas e não às unidades organizadoras, uma vez que para cada TO, existem várias unidades organizadoras, facto que provoca dificuldades burocráticas excessivas.

⁸⁹ Avaliação do Comandante, RFM Agrupamento Bravo/KFOR, pg. 3/5, ponto 3.

⁹⁰ A média de consultas em alguns TO, rondou as 30 diárias/Médico.

⁹¹ Devem ser, entre outras, função de: efectivo, intervalo de sustentação, condições de entrada no TO, dispositivo, canal de reabastecimento (envolve ou não outras forças), características do terreno e condições meteorológicas, obstáculos, etc.

⁹² Relatório da visita do Gen COFT ao Agrupamento ALFA/SFOR em 28Ago98, pg. 5 e RFM, Agrupamento Bravo/KFOR, pg. 36.

⁹³ Nota-se a falta de um maior número de contentores frigoríficos para transporte de víveres.

(e) *Cooperação Civil Militar (CIMIC)*

Para ter sucesso nesta área, uma FND não deve prometer o que não possa cumprir, devendo, com imparcialidade, privilegiar o colectivo em detrimento do particular.

O CIMIC pode caracterizar-se pela sua complexidade⁹⁴, bem como por ser uma actividade em permanente ligação às informações e às operações. A relevância desta área coloca-se ao nível da protecção da força e do cumprimento da missão. As OAP não são exclusivamente CIMIC, mas esta actividade tem uma função complementar importante, especialmente se pensarmos que o Exército é o único Ramo que tem verdadeiro contacto com as populações e outras organizações a operar no TO. Presentemente, neste contexto, os outros Ramos não passam de forças de apoio. O CIMIC está presente no TO desde o primeiro instante, ainda antes da chegada da FND, uma vez que as primeiras acções CIMIC começam com o emprego do Destacamento de Operações Especiais (DOE) ou, se for o caso, através dos elementos destacados para preparar a projecção.

A nossa idiossincrasia, a nossa capacidade de relacionamento, algum dinheiro e uma pitada de tecnologia, parecem ser uma combinação interessante com resultados práticos já firmados. É que, embora as grandes potências também o possam fazer, temos a vantagem de não ser ameaçadores, dada a nossa dimensão e posição no mundo⁹⁵. A grande qualidade que aqueles com quem temos trabalhado ressaltam é, o modo como contactamos com as populações e com os denominados grupos chave. Os exemplos dos TO da Bósnia e do Kosovo, são importantes. Convivemos com as três comunidades que lutavam entre si⁹⁶ e tínhamos boa aceitação⁹⁷, mantendo a transparência de procedimentos, a imparcialidade e cumprindo a missão. Todavia, quase paradoxalmente, esta é uma das áreas onde

⁹⁴ No TO de Timor, já actuaram cerca de 300 ONG, das quais 4 portuguesas: AMI, OIKOS, Médicos do Mundo, CIC.

⁹⁵ Embora não diga respeito à área do CIMIC, julgamos que o seguinte exemplo é sintomático: no estudo de situação que o contingente japonês fez, aquando do seu emprego no TO de Moçambique, indicava-se que a melhor área de instalação seria junto ao contingente português. Pouco depois da sua chegada, era usual ver-se militares nipónicos a comer broa com sardinhas e a ouvir música dos Madredeus.

⁹⁶ General Espírito Santo, op. cit., pg. 232 (adaptado).

⁹⁷ Iniciativas como a implementação de um centro de atendimento em KLINA, podem trazer bons resultados.

os elementos doutrinários são menores e as experiências escritas mais escassas. É possível sistematizar as actividades nesta área em cinco componentes: ligação com as autoridades civis e população local, autoridades militares das facções, Organizações Internacionais (OI) e ONG, canal de assuntos civis da força e comunicação social. Nesta e noutras áreas, a inexistência de intérpretes «militares» de língua local, dificulta as operações, designadamente no que respeita à lealdade e ao estatuto dos civis, que não lhes permite o acesso a determinadas instalações. Esta é também uma área onde se faz sentir directamente a acção diplomática, uma vez que sem esta intervenção, seria mais difícil levantar projectos de ajuda humanitária, que muito contribuem para a visibilidade e credibilidade da força, através da construção de uma «almofada de segurança». A experiência mostra que a célula CIMIC, composta por elementos especialmente escolhidos pelo seu perfil, deve chegar ao TO na primeira leva, para de imediato iniciar os contactos com todas as forças/organizações em presença. Finalmente, uma nota que julgamos importante. Quando as FND são empregues no âmbito de organizações internacionais, como é o caso da SFOR e quando são utilizadas no âmbito exclusivamente nacional, como foram os casos de evacuação de não combatentes (NEO), há uma diferença fundamental na filosofia de emprego. É que, no que respeita a estas últimas, é sempre mais fácil justificar perante a opinião pública qualquer perda humana. Este facto, leva-nos a ser mais calculistas, relativamente a qualquer tendência para eventuais excessos de boa vontade, sempre muito difíceis de controlar.

(f) *Instrução e Treino*⁹⁸

The key to this business (PSO) is absolute impartiality. Favoritism will get you in trouble if you show the slightest hint of it.

Col H C Ross – Canadian Army

O melhor treino é a prática diária no TO. A instrução e o treino durante o cumprimento da missão, tem vindo a ser entendida como uma mais valia, especialmente pelo seu contributo para a credibilidade da força, uma vez que se trata de um bom complemento do treino recebido em Portugal. Todavia, deve ser equacionado nos

⁹⁸ Major Mendes Dias op. cit. e Relatório Agrupamento Bravo/Kosovo.

seguintes termos. Por um lado, quase todos os relatórios de missão, bem como os testemunhos pessoais são unânimes em afirmar o grande empenhamento da força, a tal ponto que, por vezes, é difícil constituir uma reserva. Ora um exercício de tiro real, por exemplo, ao escalão Companhia implicará, necessariamente, a paragem de algumas das actividades normais. Por outro lado, a preservação da credibilidade da força aconselha, utilizando uma vez mais o exemplo da execução de tiro real, a que este tenha lugar em instalações afectas à força e não em instalações cedidas pelas partes, uma vez que a ser realizado desta forma, permite às facções a observação dos nossos eventuais pontos fracos. Contudo, é sempre possível encontrar outras formas de conduzir treinos «on job», desde que devidamente planeados e coordenados. Neste sentido, foram solicitados, pelas FND ao escalão superior, sessões de instrução sobre minas e armadilhas, sobre equipamentos diversos e actualizações várias.

(g) *Informação pública (IP)*

Eu sou, há muitos anos, pago para contar factos.

Hernani Carvalho⁹⁹

No presente, os Órgãos de Comunicação Social (OCS) são um actor inegável, tendo especialmente em atenção que «a realidade é aquilo que aparece nos telejornais». Só para se ter uma ideia da importância deste assunto, houve até, em tempos, quem defendesse que o 6º membro permanente do Conselho de Segurança das NU era a CNN. As relações com a imprensa, não devem ser encaradas como uma actividade de ocasião. Devem ser preparadas e desenvolvidas por forma a fomentar a confiança mútua. No que respeita à credenciação, esta deve ser tida como um passo em frente nessa confiança. Todavia, o Ministério da Defesa Nacional (MDN), não tem vindo a credenciar jornalistas, porque entende que a informação é livre e a credenciação, não respeita inteiramente essa liberdade. Esta situação tem sido ultrapassada pela intervenção da SIPRP/GabCEME. A experiência mostra também que os jornalistas, mesmo os credenciados, devem pernoitar fora das instalações militares nacionais, embora mereçam preocupações de segurança,

⁹⁹ Jornalista do grupo dos 4 que ficou em Timor, (Setembro de 1999) – pg. 94 do livro «Timor um país para o século XXI».

como qualquer outro cidadão nacional¹⁰⁰. Para qualquer militar, especialmente para um Comandante, há três vectores que nesta área, são muito importantes: o cenário e a missão, as NPM¹⁰¹ e as ROE para a informação pública¹⁰² e, finalmente, a política de IP.

É absolutamente decisivo que a imprensa internacional e nacional passe uma mensagem de legitimidade e de credibilidade da força. Para que tal aconteça, a utilização da imprensa é mais um dos factores caracterizadores do ambiente operacional, para o qual o EM, deve estar vocacionado, de acordo como o conceito de operação. Pode mesmo afirmar-se que, as grandes prioridades de um Comandante são a estabilização da sua AOR e a IP.

Todas as operações conduzidas por FND apontam para a necessidade de um plano de actuação relativamente aos *media*, plano esse que deve possibilitar, quer às forças militares, quer os jornalistas, o cumprimento das suas missões. Na elaboração desse plano deve ter-se em conta a política de IP, definida pela entidade que lidera a missão. Essa política tem sido activa¹⁰³, embora combinada com as ROE. A elaboração do anexo à OOp para IP, deve contemplar um centro de imprensa com equipas móveis de IP, fundos, visitas VIP (onde há VIP's há *media*), contactos, meios, etc.

O desenvolvimento de um clima de confiança, de profissionalismo e de serviço, pode ser muito útil no cumprimento das missões militares¹⁰⁴. O respeito pela independência do jornalista e o uso em todas as circunstâncias da verdade, ou de pelo menos, da parte possível da verdade, podem contribuir decisivamente para o sucesso. O jogo da verdade possível e um clima de mútuo entendimento, parece ser uma das chaves do relacionamento. É hoje por todos reconhecida, a extrema importância da presença do jornalista, por mais remoto que seja o TO onde actuem forças militares. As FND devem tomar medidas que visem a sua protecção da acção negativa dos *media* e simultaneamente aprender a aproveitar a sua componente positiva, deste factor em seu próprio

¹⁰⁰ Sobre segurança de jornalistas, ver JE n.º 489, pg. 36, bem como 4ª Convenção de Genebra. Em Timor, a INTERFET criou uma Media Support Unit (MSU) que fornecia alimentação, alojamento e segurança aos jornalistas. Major Miguel Silva Machado, op. cit., pg. 30.

¹⁰¹ Nato Percussionary Measures que aos contrário das ROE que se aplicam a uma missão em concreto, aplicam-se a forças cometidas à NATO e que, ao designarem o seu grau de prontidão, podem determinar, por exemplo, a constituição de um centro de imprensa.

¹⁰² Como por exemplo, só conceder entrevistas a jornalistas credenciados.

¹⁰³ Há um clima de informalidade e colaboração com os jornalistas.

¹⁰⁴ Major Miguel Silva Machado, op. cit., pg. 34.

proveito¹⁰⁵. Os *media*, podem funcionar como uma ponte ao próprio cidadão nacional e, indirectamente, como um catalisador da opinião pública, em proveito da força. Bastará, para tal, recordar os acontecimentos que se seguiram ao referendo em Timor Lorosae, em 1999. Há, todavia, uma outra função que importa referenciar. É que, quando a 5Out2000, o Ten Cor Marquilhas¹⁰⁶, se dirigiu às famílias dos dois militares que faleceram, dois dias antes, em Timor num acidente de Alouette III, através da RTP1, estava aberta uma outra página dessa presença jornalística: tinha sido dada a possibilidade de um Comandante, num TO a 14 500Km de Portugal, se dirigir às famílias enlutadas e, simultaneamente, ao intimo de cada português, fazendo com que cada telespectador se confrontasse com o valor dessas missões, o valor de cada um dos militares do Exército e o sentido da própria presença portuguesa.

Finalmente, torna-se necessário reforçar dois velhos clichés, à guisa de notas finais deste assunto: uma má campanha de informação pública das nossas forças, é uma excelente campanha das forças adversárias e os *media* são hoje um factor a ter em conta, tal como o terreno e as condições meteorológicas. As palestras sobre linhas orientadoras das relações com os OCS e os folhetos distribuídos, complementados com a definição da política de IP e formação e treino específico nesta área para o EM, podem contribuir para melhorar esta área.

(h) *Operações de Informação (IO)*¹⁰⁷

The real target in war is the mind of the enemy commander, not the bodies of his troops.

Sir Basil Liddell Hart

O principal objectivo do oficial de IO, é o decisor adversário. Pode definir-se IO em OAP, como o conjunto de acções, de natureza integrada, com vista a afectar ou proteger informação (em OAP dá-se preponderância a esta última), sistemas de informação e o próprio processo de decisão. A IO é antes de tudo uma forma de integrar capacidades, num esforço conjunto, dirigido ao opositor que tem que decidir. Apesar de neste trabalho serem apresentadas as várias

¹⁰⁵ Idem, ibiden.

¹⁰⁶ Comandante do 2º BIPara.

¹⁰⁷ De acordo com MC 422, Draft.

áreas de uma forma individualizada, a experiência da IFOR/SFOR mostrou a necessidade de criar, ao nível Brigada, uma célula de IO junto das operações, de modo a integrar IP, GE, CIMIC, destruição física e PSYOPS¹⁰⁸. Deste modo, julgamos ser de acompanhar atentamente a evolução nesta área, uma vez que, ao nível da Divisão onde estamos integrados, bem como no nosso escalão superior, a Brigada, poderão ocorrer alterações na sua articulação orgânica, onde temos todo o interesse em participar, uma vez que ao nível Agr/Batalhão, a IO, tem reduzida expressão. A participação com elementos de EM nesta área relativamente nova, será certamente um valor acrescentado que importa acautelar, tendo especial atenção à estreita coordenação com as operações.

(i) *Diversos*

The arms are fair, when the intent of bearing them is just.

William Shakespeare

O apoio do Instituto Geográfico do Exército na operação do GPS e no fornecimento de informação cartográfica digitalizada, revelou-se decisivo para o trabalho de informações e de operações. A dimensão das AOR e o relevo, aconselham a adopção de meios de comunicações veiculares com possibilidade de transporte a dorso, com maiores alcances, desejavelmente operando em HF. Para tal, torna-se necessário recuperar o «culto» do HF, perdido desde as Campanhas de África. Isto é, importa treinar os operadores para o estudo das frequências adequadas a cada hora do dia, para aquele local em concreto, tal como fazíamos em África. O constante recurso aos repetidores móveis, aumenta a necessidade de efectivos para a sua segurança e a inexistência de um sistema de cifra «on line» pode tornar-se um grave problema.

A experiência mostrou que a constituição do Destacamento de Engenharia Militar deve ter duas vertentes: uma de sapadores e outra de vias de comunicação e construções, possuindo meios que concretizem o binómio pá carregadora – viatura basculante.

¹⁰⁸ Major Costa dos Reis op. cit. IO tem sido usado para camuflar as Peace Support Psychological Activities e PI, que são das ferramentas mais potentes ao dispor do Comandante – JPW 3-50, pg. 7-2. RFM do Agr/Bravo, pg. 29. Produtos mais utilizados: panfletos, posters, participação na estação de rádio do escalão superior, etc. Recurso a tipografias contratadas pelo escalão superior. Esta célula deve ser dotada de: viatura com altifalantes, máquina fotográfica digital, computador e scanner, ligação à rede telefónica local e intérprete.

A experiência do Agr ALFA/BLI, unidade que se pode caracterizar pela sua dispersão territorial, deve ser objecto de alguma reflexão. Esta unidade ecléctica, isto é, possuidora de uma multiplicidade de elementos de várias origens, conseguiu transformar aquilo que à partida parecia a sua maior vulnerabilidade, numa riqueza baseada na diversidade. A partir de orientações, que transformaram cada actividade, mesmo uma simples recolha de material, numa aproximação através do desenvolvimento do espírito de corpo. Todavia, fica-nos a sensação que este não é o modelo a seguir, uma vez que, num Exército profissional, o treino deve ser contínuo para missões de artigo 5º e orientado especificamente para OAP, logo que tal se torne necessário. Deste modo, as unidades já devem estar constituídas à partida, pelo menos no seu “core” e preparadas para crescer, facto que obsta inúmeros inconvenientes.

O emprego de unidades de forças especiais¹⁰⁹ em controlo táctico (TACON) do escalão Brigada, na recolha de notícias na AOR e em operações de segurança, revelou-se adequado e com bastantes resultados práticos, faltando apenas pequenos ajustamentos na preparação para a missão e no material de que dispõem.

(3) *Extracção e desactivação*

Apesar de algumas referências, entretanto coligidas sobre a extracção, julga-se que esta fase da missão, pode caracterizar-se por uma necessidade de planeamento e coordenação, quer com a força a destacar, quer com o comando da força no TO, quer ainda com os meios envolvidos.

O momento em que é executada a extracção, ainda que faseada, é um momento de vulnerabilidade. Deste modo, no momento da rendição do grosso das forças, que por vezes se prolonga por mais de 24 horas, o efectivo chega a estar reduzido a 1/3. Esta vulnerabilidade deve ser colmatada, através da solicitação de um reforço ao escalão superior. Neste contexto, a ordem de extracção da FND, deve obedecer a um critério, privilegiando as necessidades da força nacional a projectar e as necessidades da força a extrair, no que respeita à sua chegada ao território nacional¹¹⁰. O tempo de sobreposição mínima em áreas chave, para este tipo de forças, estima-se em

¹⁰⁹ Ver relatório do DOE/KFOR. Torna-se importante a participação nacional no Allied Military Intelligence Battalion, com quadros permanentes.

¹¹⁰ Nesta fase bem como, em qualquer deslocamento de militares a Portugal, é importante existir acompanhamento do pessoal em Portugal por uma equipa (Ex: um Alferes, um Sargento e uma praça – para cuidar dos arranjos relativos a: horas do avião, GM, correio, apoio, etc.).

duas semanas. Esta ocasião tem-se revelado a melhor escola preparatória de quadros que é possível organizar. Outro aspecto, que em conjugação com o anterior, não deve fugir à atenção de qualquer Comandante, é o momento da rendição. De facto, por imperativos que se prendem com a rentabilização dos meios aéreos, a rendição é executada normalmente em três ou quatro «levas».

No que diz respeito à desmobilização, no caso de unidades formadas «ad-hoc», julga-se que, para além da comissão liquidatária, formada por elementos de todas as áreas de EM, que tem vindo a ser constituída, seria de muita utilidade que esta não só se mantivesse em funções no mesmo local físico, como ainda deveria produzir o RFM, onde seria incluído um capítulo dedicado às LA. Neste contexto, os últimos a desmobilizar serão sempre o Oficial de Pessoal (justiça), Logística e Comandante. Nesta fase pós missão, deve ser equacionado o apoio psicológico¹¹¹ a prestar a todos os elementos da força, a elaboração da história da unidade, a execução de testes sanitários para o despiste de eventuais doenças contraídas no TO e a participação em exercícios como «plastron» e como elementos de controle e arbitragem.

c. Elementos de Estado Maior

Still in thy right hand carry gentle peace, to silence envious tongues.

William Shakespeare

A participação de oficiais nacionais em estados maiores internacionais, no âmbito das missões de OAP, pode caracterizar-se por ser, em termos gerais, muito enriquecedora no cômputo do Exército. Tendo como válidas muitas das considerações anteriores, designadamente quanto à preparação e ao valor dessa presença em termos de projecção de imagem, poder-se-á afirmar que esta participação representa uma grande mais valia, sempre que estes oficiais, venham a ser chamados ao comando directo de forças e/ou a integrarem EM nacionais destacados. Embora nem só os oficiais com o CEM integrem EM internacionais, no que diz respeito a estes, esta participação afirma-se como um teste à preparação individual, após a frequência do CEM.

Um dos elementos mais identificados durante as entrevistas que conduzimos, para além dos já referidos e que merece especial relevo, é o designado «battle rhythm» que, conjugado com o domínio da língua inglesa, reafirmam a necessidade de estruturação do CEM, com picos de trabalho intenso, tal como vem acontecendo, mas dando outro peso curricular ao estudo da língua inglesa associada ao desempenho. A participação em EM

¹¹¹ Estágio de dessensibilização para militares após regresso das OAP, no mínimo um questionário de auto-percepções.

internacionais constitui, por vezes, uma oportunidade única para trabalhar o nível operacional da guerra. A experiência comprova que as funções de EM, num TO como o da SFOR, são um instrumento de muitíssima utilidade, para um oficial que se prepare para assumir funções, por exemplo, no Supreme Headquarters of Allied Powers in Europe (SHAPE). Do ponto de vista do emprego das forças, a presença em EM de forças onde se integrem forças nacionais é importante para o condicionamento do emprego da força, tendo reflexos, designadamente, ao nível da própria protecção da força.

Finalmente, uma palavra para algumas dificuldades da multinacionalidade. O TO da Bósnia e Herzegovina mostrou que uma das dificuldades, quer dos elementos de EM, quer dos oficiais de ligação junto da Brigada, era a sintonia com o Batalhão, resultante de diferentes processos de nomeação¹¹² e de diferente integração. Esta dificuldade acabou por ser corrigida, em parte, com a integração dos oficiais de ligação no quadro orgânico dos Batalhões, mas persiste no que respeita aos elementos de EM, que por vezes são utilizados para pressionar a FND em determinado sentido. Estas dificuldades, pese embora o bom relacionamento com italianos e franceses, podem vir a ser potenciadas, no caso de emprego das forças nacionais, em operações combinadas com outros países. A participação em funções de EM, pode constituir uma área de formação e treino em áreas do saber militar, menos desenvolvido no Exército ou ainda uma excelente oportunidade para colocar em prática conhecimentos adquiridos, mas que por inexistência de meios em Portugal, dificilmente poderiam ser praticados. Citam-se os casos das Operações de Informação, das células de INTEL, do Allied Military Intelligence Battalion, das PSYOPS e em certos casos do CIMIC.

d. Comando de Forças Internacionais (NU)

Wars spring from unseen and generally insignificant causes, the first out break being often but an explosion of anger.

Thucydides – History of Peloponnesian Wars – 404 bC

Importa, em primeiro lugar, distinguir o entendimento do comando de uma força internacional, do comando de uma unidade constituída que integra uma força multinacional. Neste parágrafo, tratar-se-á apenas o comando de uma força internacional, facto que só aconteceu no comando da Missão das NU para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). O interesse pelo comando da MINURSO, fez parte da estratégia de Portugal, na candidatura a um dos lugares de membro não permanente do CSNU, em 1996,

¹¹² A DAMP nomeava estes elementos de acordo com critérios próprios, fora do âmbito do Batalhão.

Este facto, conduz a uma das mais importantes LA nesta área: nada no campo das relações internacionais, acontece por um mero exercício de solidariedade, sem que exista um claro objectivo associado ao interesse nacional.

O Exército detém uma modesta experiência neste campo, uma vez que apenas dois oficiais gerais tiveram essa oportunidade, no decorrer da missão da MINURSO¹¹³. Todavia, após recolha das suas experiências, podemos constatar o que essa participação foi muitíssimo proveitosa, no campo das LA. Qualquer Comandante nomeado para o comando de uma operação de paz, deve em primeiro lugar, entender o contexto estratégico e o problema político que está subjacente à operação, tendo em vista que a operação de apoio à paz não é um fim em si mesmo, servindo apenas para criar condições que conduzem às necessárias decisões políticas e diplomáticas¹¹⁴.

Em segundo lugar, a um Comandante deste tipo de forças, exige-se uma especial sensibilidade multilateral político-diplomática, quer no tratamento das questões relacionadas com as partes, quer no comando do pessoal das diferentes nacionalidade ao serviço das NU. O equilíbrio, o bom senso e a consistência dos relatórios que remete ao DPKO¹¹⁵ e ao representante especial do secretário geral, são o espelho da sua acção.

Em terceiro lugar, uma imagem de isenção, rigor e total imparcialidade, tem inegáveis reflexos no cumprimento da missão, na própria protecção da força e indirectamente em próximas escolhas para futuros comandos. Estas missões constituem uma verdadeira escola ao mais alto nível, pelo que, todas as oportunidades para o comando de forças desta natureza, devem ser aproveitadas. A experiência mostrou que, neste campo, o um dos maiores desafios a vencer é a capacidade que um Comandante deve ter para lidar com a falta de confidencialidade do sistema das NU. Torna-se necessário revestir todos os documentos com origem no comando da força de uma «almofada» capaz de, por um lado, tornar o documento inatacável, quer pelas partes, quer pelos países contribuintes com forças, quer ainda pelos órgãos das NU e, por outro, servir o propósito a que se destina.

Em quarto lugar, a visibilidade internacional que o país adquire no comando destas forças, designadamente através da obtenção de uma legitimidade de exercício, favorece a obtenção de resultados políticos noutras áreas, completamente estranhas à própria missão. Este facto, conduz a uma necessária proximidade do Comandante da força com os representantes do estado português directamente envolvidos na questão. O problema do relacionamento com a nação, pode ser visto de dois ângulos: um político e outro administrativo. No que respeita ao primeiro

¹¹³ Major General Garcia Leandro e o Major General Barroso de Moura.

¹¹⁴ Coronel Lee Hockman, *Military Review*, Editorial, 4th quarter, 1997.

¹¹⁵ Department of Peace Keeping Operations.

há uma tendência para ser informal, uma vez que a intervenção em tempo útil, para acautelar o interesse nacional, esmaga qualquer esquema formal. No que respeita à componente administrativa, e uma vez que o CEMGFA detém apenas o comando operacional, a ligação permanente ao ramo é fundamental, devendo este acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos.

Finalmente, torna-se absolutamente decisivo, o entendimento com a componente administrativa civil das NU, onde o Comandante deste tipo de forças, deve ter uma atitude activa de propostas e negociações constantes, que conduzam ao cumprimento da missão, sem esquecer que o controlo financeiro da operação não lhe pertence.

2. MARINHA

O sistema de LA da Armada, está implementado e tem funcionado com base num sistema de relatórios (o FIR¹¹⁶ e o Relatório de Missão), envolvendo o Comando Naval e o Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN). O CITAN tem trabalhado as LA, apenas na componente operacional, a partir de uma base de dados (BDLA – Base de dados de lições aprendidas) e do sistema NIP (Navy Input Program), este último em fase de substituição. O Comando Naval, desenvolveu inclusivé, instruções temporárias sobre esta matéria, as IT 20/98, onde tipificou o formato sob o qual as LA devem ser enviadas ao CITAN. Deste modo, os comandantes das unidades navais, submetem ao CITAN informação normalizada, que após ser trabalhada pelo órgão encarregue de desenvolver a doutrina relativa às operações navais, a submete para validação. A Marinha, em resultado das operações no TO dos Balcãs, teatro onde efectuou operações conjuntas com a Força Aérea Portuguesa (FAP), designadamente no que respeita ao emprego das aeronaves P3P, forneceu a BDLA ao Comando Operacional da Força Aérea (COFA), à BA n.º 6 e ao EMGFA, por forma a potenciar as capacidades do sistema já desenvolvido. Apesar do COFT figurar na proposta inicial de fornecimento da BDLA, tal distribuição não foi considerada de utilidade efectiva.

Finalmente, as transformações que se referem no ponto seguinte deste trabalho, relativas à transformação do PAT¹¹⁷ (Permanent Maritime Analysis Team) em JALLC (Joint Analysis LL Centre), irão provavelmente implicar alguns ajustamentos neste sistema, especialmente no que diz respeito aos canais de informação. A Marinha trata esta matéria, com o grau de segurança reservado.

¹¹⁶ First Impression Report.

¹¹⁷ Localizado em Northwood, UK e que se dedica às LA da componente marítima.

3. FORÇA AÉREA PORTUGUESA/ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

Importa, em primeiro lugar, fornecer uma explicação, para o facto de termos tratado em conjunto, numa só alínea, FAP e OTAN. De facto, estando a FAP em fase de implementação do seu sistema de LA, uma vez que o sistema que possuíam era insuficiente, este ramo viu na evolução do PAT para um JALLC a possibilidade de instalar no COFA em Monsanto, um centro de LA, que será aproveitado para servir as suas necessidades específicas nesta área. Nestes termos, julgou-se adequada a junção, uma vez que o JALLC funcionará no modelo OTAN. Neste preciso momento, a OTAN não tem um sistema institucionalizado, à excepção daquele que funciona para a componente marítima e o que resulta do processo de planeamento de exercícios, cuja base são as EPG. Tal não significa que não sejam montados os mecanismos de recolha de lições no decurso das suas operações. Aliás, a ideia de montagem de um centro conjunto, o JALLC, destina-se exactamente a suprir essa lacuna, embora a OTAN tenha vindo a produzir as suas próprias LA, designadamente a partir do seu envolvimento na ex-Jugoslávia. Em termos nacionais, com a implementação do JALLC, surge a necessidade de ligação do COFT a este centro, através do EMGFA.

Apesar do sistema se encontrar em fase de instalação permanente a OTAN, decorrente das necessidades sentidas durante as operações no Kosovo, implantou um Lessons Learned Branch, no QG do ACE Rapid Reaction Corps (ARRC), que recolhia, analisava, validava e implementava LA, através do contacto com os estados maiores e com as unidades. Para tal, dispunha de equipas no terreno, uma base de dados, um plano de acção dirigido pessoalmente pelo Chefe de Estado Maior do ARRC e ainda capacidade para analisar os SITREP, os ASSESSREP, as notas das reuniões e discussões, os relatórios das equipas de LA, etc.

A OTAN considera que as finalidades das LA compreendem o aproveitamento das experiências de desempenhos operacionais e possibilitar a validação das alterações aos procedimentos com vista à melhoria dos desempenhos, quer durante uma operação, quer com vista a futuros desempenhos¹¹⁸.

Existe já alguma experiência nesta área, em operações e em exercícios. A influência da doutrina de referência e de publicações específicas relativas a exercícios, tais como as EPG, tem vindo a contribuir para o levantamento das LA, mas o sistema não se encontra institucionalizado. Em termos de

¹¹⁸ NATO, Military Operations Other Than War, AJP-3.4, 1999 (1st Study Draft), pg. 4-19.

exercícios, o maior contributo para as LA, é dado pela maneira como é conduzida a avaliação do próprio treino. O processo inicia-se com a tomada de consciência da responsabilidade do Officer Scheduling Exercise (OSE), em fazer reflectir nas Exercise Specifications (EXESPEC), o nível de análise desejado, uma vez que este determina o contributo para as LA. Todos os Comandantes OTAN são chamados a produzir um relatório de LA, sendo o Comandante conjunto e combinado solicitado a produzir também o seu relatório de LA, a que é dada muita importância, uma vez que é a partir dele que a OTAN melhora os seus procedimentos de treino específico das operações de âmbito OTAN. A categorização dos acontecimentos, neste e noutros casos, pode revelar-se decisiva¹¹⁹. Em termos operacionais e relativamente às missões OTAN em que temos participado, parece só terem sido colhidas lições ao nível operacional e estratégico.

Capítulo IV – CONCLUSÕES/PROPOSTAS

Let us learn our lessons. Never, never, never believe any war will be smooth and easy...

Winston Churchill

A importância crescente das designadas novas missões das Forças Armadas e a experiência recolhida em TO fora do território nacional, apontam para a necessidade de um de estudo continuado, tal como outros exércitos vêm a realizar. Esse estudo, deve acompanhar a experiência, enquadrando-a nas transformações conceptuais que se estão a verificar, especialmente no seio da OTAN, procurando hoje uma identificação das OAP com um conceito mais vasto de CRO. Hoje mais que no passado é necessário prevenir e antecipar, atributos que requerem uma aprendizagem constante. Neste contexto, julgamos que a primeira ideia a prosseguir é o estimular os hábitos de partilha da informação, introduzindo procedimentos de auto avaliação após a execução de acções de treino e operacionais (AAAA) passando a incluir, em todos os relatórios de fim de missão, um capítulo dedicado às Lições Aprendidas.

Passados que são cerca de dez anos da nossa participação em OAP com FND, julga-se que é tempo de estabilizar e atingir a eficácia da estrutura, apesar das alterações que se estão a verificar no sistema de recrutamento e das soluções que foram sendo construídas para fazer face às diferentes solicitações. Tendo em vista as diversas fontes de preocupação evidenciadas ao longo do trabalho, apresentam-se as seguintes propostas:

¹¹⁹ NATO, Military Operations Other Than War, AJP-3.4, 1999 (1st Study Draft), pg 4-20.

- implementação de um sistema institucionalizado de produção de LA, através de uma célula de LA, em estreita coordenação com o COFT, o CITOAP e o IAEM;
- designar previamente e com carácter de permanência, um conjunto de duas unidades territoriais, capazes de organizar e aprontar forças para manter dois TO simultaneamente;
- atribuir as cargas do material orgânico às FND e não às unidades organizadoras;
- levantar as FND, sempre que possível, à custa de unidades já constituídas, devidamente reforçadas;
- designar previamente 4 unidades já constituídas, orientadas para a participação em OAP e incluir no seu planeamento anual de instrução objectivos de treino da 1ª fase do aprontamento e alguns da 2ª fase;
- constituir duas «pool» de equipamentos de aprontamento a serem utilizados por todas as unidades em aprontamento para um determinado TO;
- elaborar manuais de apoio ao aprontamento/treino e dados estatísticos logísticos, a partir do estudo dos dados disponíveis;
- construir uma logística por funções para apoio às OAP, onde existam interlocutores singulares;
- aumentar a preponderância da língua Inglesa nos curricula dos cursos de formação e promoção de quadros e implementar a sua respectiva validação e especialização funcional;
- aumentar a coordenação com as autoridades diplomáticas com vista à prossecução do interesse nacional¹²⁰;
- proporcionar o acompanhamento psicológico das FND a tempo inteiro;
- organizar no COFT apoio especializado à família do militar destacado, apoio esse a ser prestado através, por exemplo, de uma linha azul;
- organizar o CITOAP num «core» permanente base, com capacidade para se constituir no centro de treino nacional em OAP, tendo em vista:
 - a que a instrução das FND, na fase de aprontamento, decorra sob a sua coordenação e orientação;

¹²⁰ Por exemplo, através da inclusão nos curricula do CEM contactos com a carreira diplomática, onde intervissem diplomatas consagrados e diplomatas em fase de formação ou em início de carreira, de modo a proporcionar a aquisição de conhecimentos e a possibilitar o conhecimento mútuo.

- ministrar cursos conjuntos e combinados para observadores militares e a futuros oficiais de EM de QG combinados, designadamente nas áreas da CIMIC, da IP e das PSYOPS;
- ministrar estágios de curta duração para actualização/familiarização com a situação, a todos os militares que são nomeados para integrar qualquer força, não nacional, em OAP;
- fardar e equipar todos os militares que são nomeados para integrar qualquer força, não nacional, em OAP;
- manter as unidades regressadas de uma OAP, estacionadas na sua totalidade, por um curto período de tempo, de modo a que sejam produzidos, entre outros, o Relatório de Fim de Missão e a história da unidade, bem como a participação no estágio de dessensibilização.

As organizações não podem partir permanentemente do zero, deixando escapar a experiência adquirida no dia a dia. É necessário registar essa experiência. Tendo por base esta ideia, as Operações de Apoio à Paz têm de ser objecto de um processo contínuo e estruturado de interacção, onde as lições aprendidas têm o seu lugar, com vista a aprofundar o nosso conhecimento e a erguer as bases para desenvolver os nossos próprios conceitos¹²¹ e modo de actuar. À guisa de finalização este trabalho, gostaríamos de referir que, embora nem todas as lições aprendidas, possam ou devam constituir doutrina, todas elas devem ser recolhidas, analisadas e organizadas no contexto em que foram produzidas, com vista a constituírem futuros indicadores. Importa saber sempre responder à pergunta: e se fosse hoje, fariamos da mesma maneira? É necessário contar com a experiência, colaboração e cooperação de todos em geral, para que cada um em particular, se torne capaz de servir melhor o Exército, as Forças Armadas e Portugal.

“Os ensinamentos colhidos durante cerca de 2 anos de campanha no Norte de Angola, ensinamentos tanto mais valiosos quanto é certo terem resultado da nossa experiência com os escassos meios de que realmente se dispõe... Apesar disso, a experiência de operações futuras demonstrará, sem dúvida, que alguns dos princípios e procedimentos nele estabelecidos estão errados... Espera-se por isso, que todos, na medida das suas possibilidades, contribuam com críticas e propostas...”

O Exército na Guerra Subversiva, Vol. I, pg. XIII

¹²¹ Owe Wiktorin, Supreme Commander of the Swedish Army.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Experiências de todos para todos*, Região Militar de Moçambique, n.º 1 – 2ª série, s.d.
- AAVV, *El Ejercito em misiones de paz*, n.º 657, 1994.
- AAVV, *Timor um país para o século XXI*, IAEM/UCP, Janeiro 2000.
- AAVV, *Operações de Paz*, Military Review, 4th quarter, 1997 (edição brasileira).
- AAVV, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Bertrand, Lisboa, 1982.
- AAVV, *ABC de las Naciones Unidas*, NU, NY, 1995.
- AAVV, *Bósnia 1996*, EME, 1997.
- AAVV, *United Nations Military Observers Handbook*, DPK, NY, 1995.
- AAVV, *As organizações internacionais e o seu envolvimento em operações de paz (1994-2000)*, MDN, súmula n.º 67, Set2000
- AAVV, *Practical Guide for Journalists*, UNESCO, 1998.
- AAVV, *Sustentação da Força no TO*, TAG, CEM 1999/01, GT n.º 3, IAEM, 1999.
- AAVV, *Organizações internacionais e o seu envolvimento em PSO*, súmula n.º 67, MDN, Set2000.
- AAVV, *Jornal do Exército*, n.º 462-463,466,475,483,485,487, EME.
- AAVV, *Mais Alto*, n.º 283, 299, EMFA.
- AAVV, *Military Review*, 4th Quarter, 1997.
- AAVV, *De Pace*, Boletim Informativo de experiências e ensinamentos colhidos em Operações de Apoio à Paz, n.º 1 e 2, EME, 2000.
- AAVV, *El Ejercito en misiones de paz*, Ejercito n.º 657, 1994.
- AAVV, *Portugal*, Nation's Nations, Special Issue, 2000.
- AAVV, *Revisão após a acção*, Revista Azimute, n.º 169, pg. n.º 66, Agosto 2000.
- AAVV, *Army Doctrine and Training News*, numbers 12 and 13, English Army, 2000.
- AAVV, *A aquisição de objectivos nas operações de paz*, Revista de Artilharia n.º 896/898, 2000.

- ABIZAID, Col John e Col John Wood, *Preparação para as operações de manutenção de paz*, Military Review, 1995.
- ALVES, Major Matos, *O batalhão nas operações de apoio à paz: contributos para a sua organização, instrução e levantamento*, Boletim do IAEM n.º 151, pg. 123, 2000.
- BRANCO, Ten Cor Martins, *O insucesso das operações de manutenção de paz, na resolução de conflitos intra-estados – experiências recentes e contributos para nova doutrina*, XII EEM, AM, 1996.
- FRANCHET, *Casque bleu pour rien*, JC Lattés, 1995
- CARREIRAS, Helena, *O que pensam os militares portugueses do peacekeeping?*, Revista Estratégia, n.º 14, 1999.
- COELHO, Ten Cor Adelino Matos, *Legitimidade e limites do uso da força nas operações de paz*, XII EEM, AM, 1996.
- DIAS, Major Mendes, *A instrução no Exército para as Operações de Apoio à Paz*, TILD, CEM 1998/2000, IAEM, 1999.
- DIEHL, Paul, *International Peacekeepers*, University Press, 1994
- DOMENEC OMEDAS, José Louis, *Las Operaciones de Paz de las Fuerzas Armadas Españolas*, Revista Española de Derecho Militar, n.º 65, Madrid, 1995.
- COSTA, João Paulo, *Envolvimento de Portugal na ex-Jugoslávia*, Revista Estratégia, n.º 14, 1999.
- GOMES, Ten Cor Médico Abílio, *A medicina militar e os desafios dos novos cenários de actuação*, Boletim do IAEM n.º 151, pg. 151, 2000.
- LEANDRO, Lt Gen Garcia, *Command, Military Doctrine and Peace Support Operations*, ICLFD, 1998.
- LEANDRO, TGen Garcia, *Se eu fosse comandante (Forças de paz para Timor)*, 1999.
- LEANDRO, TGen Garcia, *O comando da MINURSO, um testemunho pessoal*, JE, 1997.
- LEANDRO, TGen Garcia, *Relatório da visita à SFOR e ao Agrupamento ALFA, COFT*, Agosto 1998.
- LEANDRO, Capitão Francisco José, *O pensamento militar face às operações de paz: ensinamentos colhidos para o futuro*, XII EEM, AM, 1996.
- MACÁRIO, Ten Cor Carlos Ribeiro, *O emprego do poder aéreo na Europa Ocidental em operações de paz*, Revista Mais Alto, Março 1996.
- MACHADO, Major Miguel Silva, *Informação Pública em Timor Leste*, JE n.º 487, 2000.
- MCCLURE, Robert, *Is the UN peacekeeping role in eclipse*, Parameters, Vol. XXIX, n.º 3, 1999.

- OTTE, LTC John L., *Conceito da ONU para adestramento em OAP*, Military Review, 2º Trimestre, 1999.
- PEREIRA, Carlos Santos, *Da Jugoslávia à Jugoslávia*, Cotovia, 1995.
- REIS, Major Costa dos, *Ação psicossocial no conflito ultramarino 1961/74*, TILD, CEM 1998/2000, IAEM, 1999.
- SANTO, Gen. Augusto do Espírito, *A experiência das Campanhas de África no contexto actual: as operações de paz*, Estudos sobre Campanhas de África (1961-1974), IAEM, 2000.
- SANTOS, Loureiro dos, *Incursos no domínio da estratégia*, Gulbenkian, 1982.
- SANTOS, 1º Sargento José Manuel Alves dos, *O Factor M&M's*, JE n.º 487, 2000.
- SHINSEKI, Gen Eric K., *The army transformation: a historic opportunity*, Army Green Book 2000-01, USArmy, 2000.
- SHEA, J., *Modern conflicts, the media and public opinion*, Military Spectator, pg. 169, August, 2000.
- SILVA, Major Álvaro Guerreiro, *A doutrina das operações de apoio à paz, no quadro da teoria da guerra*, TILD, CEM 1997/1998, IAEM, 1998.
- SULLIVAN, Gen Gordon, *Hope is not a method: what leaders can learn from America's Army*, paperback, 1997.
- SOUSA, Teresa de, *A Imprensa Portuguesa e o Conflito na Bósnia: os meses decisivos*, Revista Estratégia, n.º 14, 1999.

Manuais e Regulamentos:

- AAVV, *Operações de Apoio à Paz*, ME-20-76-04, IAEM, Lisboa, 1996.
- AAVV, *Observer Handbook*, Federal Department of Defense, Bern, Switzerland, 1992.
- AAVV, *Nordic UN, Tactical Manual*, Volume I e II, Sweden, Denmark, Norway, Finland, 1992.
- AAVV, *Apoio logístico em Operações de Apoio à Paz*, NC 20-76-03, IAEM, 1996.
- AAVV, *Orientação para a elaboração de trabalhos escritos*, DD 00-00-01, IAEM, Lisboa, 1992.
- BRITISH ARMY, *Peace Support Operations*, JWP 3-50, 1998
- EME, *RC 130-1 Operações*, Vol I, 1987.
- EME, *O Exército na Guerra Subversiva*, Vol I, IV e V, 1963.
- EPI, *Notas para os estudos de EM em OAP*, 1996.

- KFOR, *Operation Joint Guardian 1998/99 – Lessons Learned Report*, ARRC, 1999.
- NATO, *Exercise planning guide (EPG)*, November 1998.
- NATO, *Generic Crisis Management Handbook*, 1999.
- NATO, *Allied Joint Logistic Doctrine*, AJP-4, 1998.
- NATO, *Military Operations Other Than War*, AJP-3.4, 1999 (1st Study Draft).
- NATO, *Peace Support Operations*, AJP-3.4.1, 1999.
- SWEDISH ARMY, *Peace Support Operations*, Joint Military Doctrine, 1997.
- UNITED NATIONS, *Standby arrangements in the service of peace*, 1998.
- USARMY, *Joint Tactics, Techniques and Procedures for Peace Operations*, Joint Pub 3-07.3, 1999.
- USARMY, *The challenges of US military participation in peace operations*, February 2000.
- USARMY, *Public Affairs Operations*, FM 46-1, 1997.
- USARMY, *Peace Operations*, FM 100-23, 1994.
- USARMY, *Joint Doctrine for Military Operations Other Than War*, Joint Pub 3-07, 1995.
- USARMY, *CGSC Student text 100-40 – offensive and defensive tactics*, 1999.

Sites acedidos:

- <http://www.abca.call.army.mil>, consultado em 15Ago2000
- <http://www.allc.com>, consultado em 15Ago2000.
- <http://carlisle-www.army.mil/search/parameters.asp>
- <http://www.vn.fi/plm/eshr.htm>
- <http://www.pat.nato.int>, consultado em 11Out2000
- <http://www.rsf.fr>, consultado em 11Out2000
- <http://www.lemonde.fr/article/0,2320,seq-2077-91284-quo,00.htm>, consultado em 08Set00
- <http://www.swedint.mil.se>, consultado em 13Out2000
- <http://www.mil.se/FM/doctrine.htm>, consultado em 25Out2000
- <http://www.bipara-timor-lorosae.web.pt>
- <http://www.marinha.pt>
- <http://www.mdn.gov.pt>
- <http://www.emgfa.pt>
- <http://www.un.org/depts/dpko/troops.htm>



A PROPÓSITO DO “ESPÍRITO ARTILHEIRO”

Pelo Tenente-Coronel da GNR
AGOSTINHO LOBO DE CARVALHO

Há muito que desejava dar a conhecer alguns episódios do meu passado, no ambiente da Artilharia, em publicação adequada que servisse de elo de ligação entre os artilheiros. O objectivo seria, obviamente, exaltar o espírito artilheiro, do companheirismo e da entre ajuda, que sempre encontrei.

Sendo assinante da *Revista de Artilharia* há mais de dez anos, e constituindo este espaço de comunicação entre artilheiros um campo ideal para o efeito – desviando-me, embora, do tecnicismo que caracteriza os artigos insertos na Revista – houve que ganhar coragem (no que ajudou imenso a leitura do artigo do Sr. General Espírito Santo, inserto na publicação relativa a Abril/Junho de 2002) e alinhar ideias, desde logo solicitar a entrada neste *fórum*, onde insignes artilheiros, do passado e do presente, trouxeram e continuam a trazer a público artigos especializados e relacionados com a Arma de Artilharia ou com actividades do foro castrense.

O facto de ter feito o segundo ciclo do COM, na Escola Prática de Artilharia, foi marcante em toda a minha trajectória profissional, ainda mais porque, não tendo sido militar do QP, não deixei por isso de continuar a sentir-me ligado à nossa Arma em muitas e variadas circunstâncias da minha vida, como mais à frente se verá.

Foi em Janeiro de 1966 que dei entrada na EPA, em Vendas Novas, ido de Mafra, para frequentar o segundo ciclo do COM e ser preparado para a guerra do *então* Ultramar português, tendo saído com a especialidade de

Atirador de Artilharia, o que para os verdadeiros artilheiros significa que a preparação técnica e tática para o emprego de materiais de Artilharia foi nula. É que a guerra de guerrilha, pela sua natureza, exigia, como é sabido, maior afectação de recursos humanos e materiais às Unidades de Infantaria, pela sua maior mobilidade.

Na sequência do processo, vi-me integrado num Batalhão de Caçadores, sendo os Pelotões da minha Companhia comandados por Alferes, todos eles saídos da EPA com a mesma especialidade que eu, isto é, artilheiros na teoria e infantes na prática.

Em S. Salvador do Congo, onde chegámos num dia quente dos princípios de Fevereiro de 1967, logo sentimos o calor humano do pessoal artilheiro de uma Bateria ali instalada, comandada pelo então capitão Melo Antunes, que, juntamente com os seus oficiais – estes, sim, todos verdadeiros artilheiros de gema na sua formação – foram magnânimos connosco, tanto na chegada como durante o ano que passámos naquele sector militar (Sector F), fazendo daquela casa artilheira a nossa própria casa sempre que ali nos deslocávamos, vindos da nossa Companhia da Magina, situada próximo da fronteira com a designada RDCongo.

Servindo nós numa Unidade de Infantaria, foi contudo entre os artilheiros, cujo ambiente de óptima camaradagem *tínhamos bebido* na EPA e do qual éramos portadores, que sentimos uma atmosfera mais envolvente e familiar que muito nos ajudou não só a suportar o ambiente próprio de um conflito armado, traiçoeiro, em que se vivia, como também a resolver situações mais complexas.

No Campo Militar do Grafanil, próximo da Cidade de Luanda, onde a minha Companhia foi colocada no segundo ano de comissão, em missões de segurança à rede periférica, e de intervenção, e pese embora o esforço desenvolvido na melhoria das condições do aquartelamento que nos destinaram, foi, no entanto, no GAC de Luanda, sob o comando do então TCor Torres de Magalhães – um oficial distinto, humano e amigo – que encontrei com os meus camaradas a nossa nova casa, nas horas vagas, para recuperar as forças de natureza sobretudo anímica, casa onde o seu comandante oferecia um ambiente verdadeiramente artilheiro, onde nada nos faltava, até mesmo situações de aconselhamento de conduta operacional, de profunda utilidade, de quem já tinha muita mais experiência do que nós.

Terminada a comissão de serviço, em Março de 1969, passei à disponibilidade, tendo ficado a pertencer à Arma de Artilharia.

Ingressei no Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), a funcionar no Palácio do Governo-Geral, em Luanda, e, como não poderia deixar de ser, a Artilharia ali pontificava, na pessoa do

Director do Serviço, o TCor José Emídio Andrade Pereira da Costa, outro excelente oficial com quem aprendi e dei os meus primeiros passos no campo da Informações, e que me ajudou a *fazer a ponte* da vida militar para a vida civil.

Destino dos destinos, em Março de 1973, fui nomeado para assumir o cargo de Chefe de Delegação do SCCIA, no Distrito de Malanje, em cuja capital estava aquartelado um Batalhão de Artilharia, onde reencontrei o meu antigo comandante de Bateria do COM, o já Major José Manuel Castro de Figueiredo, com quem mantive um intenso relacionamento institucional, face aos objectivos comuns que então se prosseguiram no âmbito da contra-subversão, e em que aquela Unidade constituiu um ponto de encontro frequente, onde se respirava um verdadeiro espírito artilheiro que jamais esquecerei.

Em 1974, mudei de vida, por opção, e concorri à Guarda Fiscal, ao abrigo de um Decreto-Lei de 1973, tendo entrado ao serviço no ano seguinte. Até essa altura, a admissão de oficiais do QC, na GNR e GF, só era permitida aos das Armas de Infantaria e Cavalaria.

Alguns anos mais tarde, e como do efectivo da GF era eu o único oriundo da Arma de Artilharia, tive de ir frequentar o CPC na EPA, em Vendas Novas, voltando assim à casa donde saíra anos antes como Aspirante.

A GF mandava os seus oficiais frequentar o CPC em Mafra, já que a sua orgânica assentava na da Infantaria, mas eu, por ser oriundo da Artilharia, fui para Vendas Novas, e disso me orgulho, porque sou o único oficial da ex-GF e da GNR que teve o enorme prazer de frequentar o curso de promoção a Capitão de Artilharia.

Imaginem os camaradas artilheiros as dificuldades que eu senti em acompanhar o ritmo do curso, eu, que de Artilharia nunca tinha recebido conhecimentos de base, e competir (no bom sentido) com oito companheiros licenciados pela Academia Militar!

Apesar das dificuldades iniciais, foram oito meses de intenso esforço, mas também de profundo espírito de camaradagem e de entre ajuda, nunca me tendo sentido isolado, porque os meus ilustres professores e companheiros tiveram sempre comigo as melhores atenções. Deste grupo de camaradas de curso não posso deixar de destacar o actual Coronel José Caetano de Almeida e Sousa que, voluntariamente, me deu explicações em sua casa, tantas e tantas tardes depois das aulas, e todos os outros, pelos incentivos, força anímica, esclarecimentos em dúvidas pontuais e disponibilidade oferecidas. São eles os camaradas Guedes da Silva (hoje na PSP), Sérgio Falcão, Teixeira dos Santos, Costa Santos, Fraga, Albuquerque e Vaz Simões (já falecido).

Dos professores, destaque para os Coronéis Galamba de Castro e Silva Dias, que foram comandantes da Escola, e para os então Majores Canelas, Serafim, Castro Pires e Pereira da Silva, não esquecendo o prestimoso contributo dos *então* TCor António Albuquerque (Director de Instrução) e Cunha.

Desde os estudos da Artilharia de Campanha, na EPA, aos de Artilharia de Costa e Antiaérea, respectivamente em Oeiras e Cascais, sempre este verdadeiro espírito artilheiro de camaradagem permaneceu neste grupo de professores e alunos, contribuindo fortemente para que eu pudesse terminar o CPC com o aproveitamento desejado, eu, que tinha partido do zero! A todos presto a minha homenagem sincera.

Anos mais tarde, mais concretamente em 1991, chegou a vez de ir para o IAEM frequentar o CPOS. Quando seria suposto ser integrado na turma da Artilharia, como sequência normal dos conhecimentos adquiridos no CPC, a Guarda Fiscal entendeu que deveria ser integrado no curso da Infantaria.

Deste modo, *lá embarquei em nova aventura*, porque não tinha os conhecimentos de base do CPC de Infantaria, absolutamente essenciais para a prossecução do curso. E foi assim que, em vez de trabalhar com *bocas de fogo* e planear o emprego da Artilharia em *Apoio Directo, Acção de Conjunto e Reforço de Fogos*, me vi a contar Companhias de Atiradores, carros de combate, etc, felizmente tendo concluído com êxito, à custa de muita aplicação e estudo.

Também aqui, alguns camaradas artilheiros, com quem frequentava as aulas de Técnicas de EM, me ajudaram bastante, num misto de solidariedade artilheira e de amizade desinteressada, que também não esquecerei. Destaco o TCor Vieira Borges, então capitão como eu, e o professor, TCor Alfredo Piriquito, que nesta altura é o comandante do Regimento de Artilharia nº 5, em VNGaia. Estes oficiais, pela sua postura, são portadores de grande dimensão humana e intelectual e credores da minha profunda amizade e consideração.

Para concluir, sublinho o facto de dever ser dos poucos oficiais com uma trajectória profissional tão sinuosa e invulgar, senão vejamos: Alferes miliciano de Artilharia (só na teoria); Tenente da Guarda Fiscal; Capitão do QC de Artilharia; Major de Infantaria e Tenente-Coronel da G.N.R. E como a minha carreira ainda não terminou, aguardo a assinatura da Portaria para a promoção a Coronel.

Do que fica exposto, quero sublinhar que permanecerá para o resto da vida o forte espírito artilheiro de que me vi rodeado em tantos momentos da minha carreira, e ainda hoje, com ilustres oficiais da nossa Arma – de que é

exemplo mais recente o Major-General Pinto de Oliveira, actual CEM/CGGNR – que têm dado contributo importante nas Instituições onde servi e sirvo.

Por aqui se compreende a minha admiração e interesse pela Arma de Artilharia e por todos aqueles que diariamente se esforçam para a fazer evoluir.

E é este espírito de camaradagem, de solidariedade e de entre ajuda em que sempre me vi envolvido entre o pessoal artilheiro, que efusivamente saúdo, fazendo votos para que se mantenha nas novas gerações de artilheiros, como garante de um verdadeiro espírito de corpo e de coesão, tão necessário nos dias de hoje, onde os valores morais estão a dar lugar ao egoísmo, à competição desenfreada e ao materialismo.





“OBJECTIVE FORCE”

Um Modelo de Forças para o Exército dos EUA do Séc. XXI

A Artilharia de Campanha

Pelos Capitães de Artilharia
MARQUÊS DE SOUSA
GILBERTO GARCIA
CORREIA MENDES
MAGRO DO GAGO

1. INTRODUÇÃO

Realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) que frequentamos no IAEM no ano lectivo 2001/2002, este trabalho que temos o grato prazer de publicar na Revista de Artilharia, foi desenvolvido no âmbito da cadeira de Tática de Artilharia e procura abordar os aspectos relevantes relacionados com a organização e emprego Tático da Artilharia de Campanha, resultantes da organização de forças, proposta pelo projecto “Objective Force” que o exército dos EUA tem em desenvolvimento.

No âmbito do projecto “Força XXI”, através do qual o Exército dos EUA desenvolve um processo de modernização das suas forças para o século XXI, encontra-se em desenvolvimento o programa “Objective Force” com a finalidade de criar um modelo de forças do Exército a implementar em 2030. Com este propósito, encontram-se em desenvolvimento desde 2000, os programas: “Legacy Force”, “Interim Force” e “Objective Force”, que serão desenvolvidos

em fases e têm como finalidade atingir em 2030 um modelo de forças mais ágil, versátil, letal, com mais capacidade de sobrevivência e de sustentação.

Este trabalho procura abordar alguns dos aspectos com mais importância relativamente à organização e emprego Tático da Artilharia de Campanha, resultantes da organização de forças proposta pelo projecto “Objective Force” na fase 2003 a 2015.

2. IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO E EMPREGO TÁTICO DA AC

Com a implementação do novo modelo de Forças proposto pelo projecto “Objective Force”, a Artilharia de Campanha verá aumentada a sua importância no contexto das armas combinadas, após um conjunto de transformações que deverão ocorrer ao nível da sua organização e emprego. Neste capítulo procuramos identificar e analisar essas transformações e responder a algumas das questões, que foram colocadas no âmbito deste projecto tais como:

Continuaremos a ter necessidade de ter um GAC em A/D a uma Brigada no futuro ? ou podemos ter mais potencial com mais dinâmica, com Baterias de bocas de fogo a apoiar Batalhões/Agrupamentos? Ou deveremos ter algo semelhante ao A/D, mas nos dois níveis: um para os Batalhões/Agrupamentos através de Baterias com relações de comando com os Bat/Agr e outro para o nível Brigada como um multi-funcional “Grupo de Fogos” ou ainda outra forma, em que a Brigada pode receber o apoio, com base em unidades de apoio de fogos organizadas num nível abaixo da Brigada?

O órgão de planeamento e coordenação de apoio de fogos ao nível do comando da Brigada (EAF/Brig) continuará a existir? O sistema lança-foguetes múltiplo MLRS será substituído?

2.1 A NOVA ORGANIZAÇÃO DA BRIGADA E DO GAC

O programa “Objective Force”, pretende criar uma Brigada ligeira, capaz de ser projectada para uma missão no exterior em qualquer parte do mundo em 96 horas, com capacidade de sustentação para conduzir operações durante 180 dias sem substituição, vocacionada para conduzir operações de Estabilização e de Apoio (SASO-Stability and Support Operations) e operações de Contingência (SSC-Small Scale Contingency operations), contra ameaças de baixa e média intensidade e se reforçada também operações de Guerra (MTW-Major Theater War).

Esta Brigada¹ que se encontra em organização em Fort Lewis, Washington, deve ter capacidade para ser empregue em combate em áreas urbanas e em áreas de campo e as suas principais potencialidades são a Alta Mobilidade (estratégica, Operacional e Tática) e a sua capacidade para conduzir acções decisivas através de assaltos com forças de Infantaria apeada.

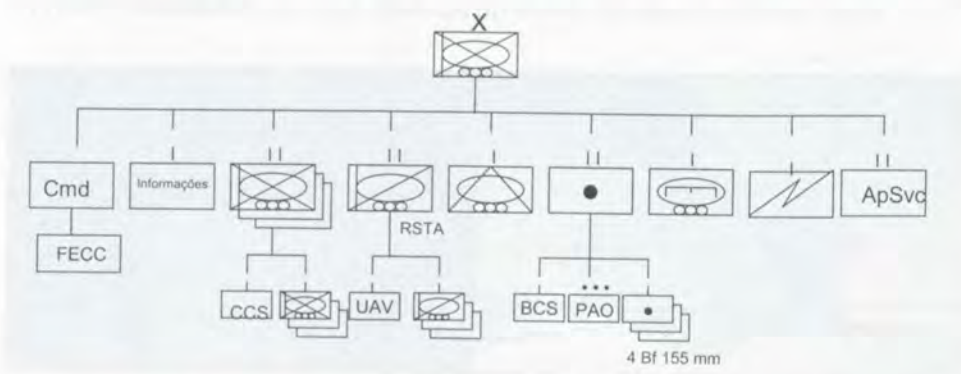


Figura 1 – A organização da Brigada IBCT (Initial Brigade Combat Team).

No que diz respeito ao Apoio de Fogos, a Brigada terá um GAC 155 Rebocado orgânico, com 3 Baterias de bocas de fogo a 4 bocas de fogo cada (3x4). O GAC da Brigada IBCT (Initial Brigade Combat Team) está equipado ainda com o Obus 155 Reb M198, mas numa fase posterior será equipado com o novo modelo 155 mm XM 777 Light Weight (LW) que será produzido num programa conjunto do Exército e dos Fuzileiros (Marines). Em termos de meios de Aquisição de Objectivos o GAC da Brigada IBCT possui um Pelotão de Aquisição de Objectivos com dois Radares Q-36 e um Radar Q-37.

A Brigada apresenta ainda novas sub-unidades e órgãos como sejam, o Grupo² de Reconhecimento, Vigilância e de Aquisição de Objectivos com 4 veículos aéreos não tripulados (UAV) orgânicos e uma Célula³ de Coordenação de Fogos e de Efeitos do Comando da Brigada.

Esta nova Brigada dispõe de maior quantidade de Morteiros, em relação à orgânica tradicional, tendo 66 morteiros, orgânicos dos Batalhões e do Grupo RSTA assim distribuídos:

¹ IBCT – Initial Brigade Combat Team – Modelo Inicial da Brigada na fase de estudos e experimentação de 2000 até 2003.

² Squadron RSTA (Reconnaissance, Surveillance and Target Acquisition)

³ Fires and Effects Coordination Cell (FECC)

- 36 Morteiros 120 mm (10 em cada Batalhão e 6 no Grupo RSTA);
- 12 Morteiros 81 mm (4 por cada Pelotão de morteiros de Batalhão);
- 18 Morteiros 60 mm (6 por cada Batalhão: 2 em cada Secção de Morteiros de Companhia). A quantidade de morteiros na IBCT aumenta a sua importância como meio de apoio de fogos e podemos considerar que os Morteiros serão o principal meio para assegurar o apoio próximo, sendo os meios de apoio de fogos do Batalhão.



Figura 2 – Obus 155 XM 777 Light Weight (LW) e Morteiro 60 mm.

O GAC da Brigada “Interim Force”⁴ com o novo modelo de obus 155 XM 777 Light Weight terá mais mobilidade Estratégica e Tática. Este obus tem maior alcance e cerca de metade do peso em relação ao modelo M198 e tem uma guarnição com menos 4 homens (6 homens) do que o obus M198 (10 homens).

A Brigada está vocacionada para operações de Estabilização e Apoio (SASO – Stability and Support Operations) e Operações de Contingência (SSC – Small Scale Contingency Operations) pela capacidade de projecção e mobilidade da Infantaria que dispõe de Snipers, maximizando o emprego desta força em áreas urbanas, especializada em limpeza de edifícios e de acções rápidas sobre o inimigo. Mas com reforço de meios adequados ao cenário onde vai operar, esta Brigada pode combater em todo o espectro de conflitos. Por isso o Plano de treinos desta Brigada dedica 50 % do plano, ao treino de Combate em áreas edificadas (MOUT – Military Operations in Urban Terrain) e apenas 20 % para treino de operações convencionais.

Nas unidades Mecanizadas de acordo com as conclusões dos estudos e dos exercícios já realizados pela 4^a DIMec que é a força experimental do

⁴ Interim Force – Modelo de forças na fase de estudo e experimentação que decorrerá de 2003 até 2015.

programa "Digital Divison"⁵, a Artilharia de Campanha, deverá manter em serviço numa fase de transição, os dois sistemas: Obus 155mm M109A6 PALADIN e o Lança Foguetes Múltiplo M 270A1 MLRS. Mas a longo prazo e para a consecução do "Objective Force" tudo indica que o sistema MLRS M270A1 será substituído pelo HIMARS (High Mobility Artillery Rocket System) e que o futuro Obus 155 mm CRUSADER substituirá o modelo M109A6 PALADIN.



Figura 3 – Meios de AC das Divisões Mecanizadas: Sistema HIMARS (High Mobility Artillery Rocket System) e Obus 155 mm CRUSADER.

Na fase seguinte à fase IBCT, que será a fase "Interim Force" com início em 2003, o Exército estará empenhado na formação da Brigada segundo o modelo FCS⁶ com vista a constituir uma força ligeira totalmente aerotransportada, com grande mobilidade estratégica, operacional e tática, capaz de conduzir acções decisivas através de assaltos com forças de Infantaria apeada, organizadas em Batalhões de Combate segundo o modelo FCS (Future Combat System).

O FCS será o sistema dos sistemas, que equipará o novo modelo do Batalhão de Combate, muito versátil e multifuncional que constitui a base do projecto "Objective Force" e que pode desempenhar as missões anteriormente dadas às Unidades ligeiras de Infantaria, às Unidades Mecanizadas, de Reconhecimento etc.:

O sistema FCS é muito vasto envolvendo satélites, plataformas para forças terrestres etc. pelo que prevê uma plataforma comum para as

⁵ Fase de implementação de um sistema de comando e controlo para o escalão Divisão que decorrerá até ao ano 2003.

⁶ FCS (Future Combat System) –Sistema de Combate do Futuro que será a base do programa Objective Force.

viaturas das unidades de Infantaria, de Reconhecimento etc.: muito mais ligeira, com mais mobilidade, maior capacidade de sobrevivência e de sustentação. Algumas plataformas FCS serão multifuncionais e modulares, combinando duas ou mais funções de combate como Fogo Directo, Fogo Indirecto, Defesa Antiaérea, Comando e Controlo.

2.2 FIRES AND EFFECTS COORDINATION CELL (FECC)

Relativamente ao Apoio de Fogos, outra alteração, será a implementação da Célula de Coordenação de Fogos e de Efeitos (FECC – Fires and Effects Coordination Cell) que substituirá o EAF/Brig (Elemento de Apoio de Fogos da Brigada) e que funcionará no comando da Brigada sendo responsável pela integração e sincronização de todos os fogos/efeitos letais e não letais. Conseguirá consolidar esta integração e assegurar 2 (duas) funções para o targeting, através da selecção de objectivos para os fogos não letais complementando estes, com fogos letais e também sincronizar estes fogos letais de acordo com a intenção do comandante. A célula FECC(Fires an Effects Coordination Cell) que funcionará no Comando da Brigada no TOC (Tactical Operation Center) será articulada em duas sub-células:

- Célula de Operações e Contrabateria;
- Célula de Targeting e de Planeamento.

A célula de Operações e Contrabateria funciona no PC avançado (Táctico) da Brigada e tratará das operações correntes enquanto a célula de Targeting e de Planeamento se ocupará das operações futuras e do Combate em profundidade e funciona no PC Principal da Brigada. As duas células funcionam numa estreita ligação com todos os meios de informações da Brigada. A célula FECC (Fires an Effects Coordination Cell) é composta por militares que são orgânicos do Comando e EM da Brigada e não do GAC e articula-se de forma a poder operar 24 h, sendo de salientar a existência de um Oficial de Contrabateria para facilitar a condução da Contrabateria pro-activa e melhor apoio ao esquema de manobra e protecção na Defesa e em operações de SASO.

Célula de Coordenação de Fogos e Efeitos FECC (Fires and Effects Coordination Cell)	
No PC Tact/Brig Sub-Célula de Operações e Contrabateria (FECC Forward)	No PC Princ /Brig Sub-Célula de Targeting e Planos (FECC Main)
Equipa A: Oficial de Operações e de Contrabateria Elemento de Contrabateria Condutor/ Operador AFATDS Equipa B: Oficial de Contrabateria Elemento de Operações Condutor/Operador AFATDS	Equipa A: Oficial de Targeting Elemento de Planos Condutor/ Operador AFATDS Equipa B: Oficial de Targeting e de Planos Elemento de Targeting Condutor/ Operador AFATDS
O Chefe da célula FECC(ECOORD-Effects Coordinator) é o Cmdt do GAC e opera no PC Tact /Brig com o Adjunto do ECOORD: AECOORD (Assistant Effects Coordinator). O Sub-Chefe do FECC é o DECOORD (Deputy Effects Coordinator) que opera no FECC.	

Figura 4 – Organização da Célula de Coordenação de Fogos e de Efeitos.

A célula FECC (Fires and Effects Coordination Cell) é coordenada pelo Comandante do GAC que mantém a sua função de coordenador (ECOORD – Effects coordinator) e tem como adjunto o AECOORD (Assistant Effects Coordinator). O Sub-Chefe do FECC é o DECOORD (Deputy Effects Coordinator). A existência de mais Oficiais de Artilharia no FECC/TOC da Brigada permite satisfazer a antiga necessidade de um adjunto para o OAF da Brigada (FSO – Fire Support Officer).

A célula FECC deverá funcionar em estreita ligação com o Oficial de Apoio de Fogos (OAF/Brig), com o representante do Grupo RSTA (Reconnaissance, Surveillance and Target Acquisition) e com o FAIO⁷ da Companhia de Informações, possibilitando uma fácil e mais eficaz sincronização das Informações com o Targeting. Desta forma é possível por exemplo de forma rápida e eficaz, utilizar o JSTARS⁸ na orientação dos UAVs para áreas com interesse, depois atribuir os objectivos adquiridos ao meio de apoio de fogos mais adequado, quando por exemplo os objectivos se encontram fora do alcance da Artilharia.

Pelo facto da situação tática se poder alterar inesperadamente, por exemplo de um ambiente de SASO (Stability and Support Operations) para MTW (Major Theater War) o targeting deverá poder transitar de uma

⁷ Field Artillery Intelligence Officer (FAIO) – Oficial de AC que opera no ACE (Analisis Control Element) da Companhia de informações.

⁸ Joint Surveillance And Target Attack Radar System.

situação onde têm ênfase os efeitos não letais: Operações de Informação, Op Psicológicas, Assuntos Cíveis etc.: para uma situação em que passam a ter prioridade os fogos/efeitos letais.

A vertente das Operações não letais, conduzidas também na célula FECC é precisamente a grande diferença do FECC em relação ao tradicional EAF da Brigada sendo a Brigada o escalão mais baixo onde se planeia e coordena o emprego de efeitos não letais, pois ao nível Batalhão e inferior, esta vertente não é assegurada.

Ao nível Batalhão e Grupo RSTA continuarão a existir os EAF junto dos Comandos destas unidades assegurando a Coordenação do apoio de fogos nestas unidades de manobra tal como do antecedente.

O grande número de morteiros na Brigada IBCT aumenta a sua importância como meio de apoio de fogos e podemos considerar que os Morteiros serão o meio principal de apoio próximo dos Comandantes de Batalhão e de Companhia.

No caso de se tratar de uma acção massiva de assalto de Infantaria a FECC (Fires an Effects Coordination Cell) é usada para integrar e sincronizar o emprego dos morteiros das diferentes unidades e da Artilharia de Campanha para empregar fogos de massa sobre o Objectivo Decisivo, embora os fogos de massa com morteiros seja utilizado em caso de excepção.

Esta Brigada pode estabelecer uma Área de Operações muito superior em relação ao normal (10 por 10 km), e que pode ir até aos 100 km por 100 km, conduzindo Operações não lineares e não continuas e por isso será difícil movimentar os morteiros para conduzir fogos de massa em conjunto com a AC. Se for necessário mais poder de fogo de apoio próximo podemos empregar CAS (Close Air Support) ou outros fogos conjuntos.

2.3 O NOVO AMBIENTE OPERACIONAL, IMPLICAÇÕES NO EMPREGO DA AC

Num ambiente operacional muito variado, onde se pode estar a conduzir em simultâneo operações de Estabilização e Apoio (SASO- Stability and Support Operations), Operações de Contigência (SSC–Small Scale Contingency Operations) e de Guerra (MTW – Major Theater War) com o emprego das unidades em áreas de operações muito extensas e não lineares, com o emprego de pequenos escalões num dispositivo mais disperso para cobrir as extensas áreas e também o emprego em áreas edificadas, vem colocar problemas ao nível do Comando e controlo, demonstrando que não é prático utilizar Observadores avançados (OAVs) apenas no escalão Companhia/SubAgr sendo necessário ter Observadores avançados também ao nível Pelotão.

Esta Brigada pode ser projectada por meios aéreos para uma área de operações noutra continente, como o primeiro escalão de uma força de maiores dimensões e estabelecer uma área de segurança para permitir o desembarque em segurança de outras unidades. O GAC desta Brigada deverá fazer mais do que o tradicional A/D, será totalmente aerotransportado e é considerado uma unidade essencial e elemento crítico no que diz respeito à protecção da força e pela sua potência de fogos.

Num cenário de maior intensidade, esta Brigada pode ser integrada numa outra força e constituir-se por exemplo na 5ª Brigada (além da BrigAvCbt) de uma Divisão Mecanizada e ser utilizada em economia de forças para proteger um flanco ou se reforçada com carros de combate e meios de apoio de fogos, pode ser empregue como força de Cobertura.

2.3.1 *Aquisição de Objectivos*

O aumento da área de operações da Brigada, que em operações de Estabilização e Apoio (SASO- Stability and Support Operations) pode ir até aos 100 km por 100 km, implica maior necessidade de cobertura Radar e de Comunicações. A necessidade de operar numa área de operações muito superior ao normal (10 km por 10 km), exige uma maior cobertura Radar, e por isso embora o PAO/GAC da Brigada tenha sido equipado inicialmente com um Radar Q-36 e um Radar Q-37, foi necessário dotá-lo de outro radar Q-36, pois os radares são de importância vital para conduzir a ContraBateria e para a Protecção da força.

As novas áreas de operações muito extensas e não lineares obrigam a correr alguns riscos, desprezando algumas zonas em favor de outras zonas seleccionadas onde devemos focar o esforço de pesquisa. Tirando partido do Sistema⁹ Multifontes de Análise de Informação, reforça-se a capacidade de Aquisição de Objectivos, utilizando as capacidades dos novos sistemas de Informação para orientar/ajustar os nossos radares para as Zonas com mais interesse, nomeadamente para a condução da Contra-Bateria reactiva.

A introdução do segundo radar Q-36 resulta da necessidade de ampliar, não apenas a cobertura radar em áreas de 100 km por 100 km mas também em 40 km por 40 km, em particular quando necessitamos de combater contra forças de guerrilha simultaneamente com forças convencionais, pois com apenas 2 radares (Q-36 e Q-37) tínhamos limitações para cobrir os 360° e adicionalmente detectar forças convencionais com o Q-37.

⁹ ASAS (All Source Analysis System) - Sistema de Informações, que será desenvolvido no Capítulo seguinte deste trabalho.

O GAC terá organicamente um Pelotão de Aquisição de Objectivos que no âmbito do programa "Interim Force" será equipado com o novo Radar Q-47¹⁰ que possibilitará o aumento da cobertura radar em alcance. O Radar de localização de armas Q-37 tinha um alcance de 50 km enquanto o Q-47 terá um alcance de 60 km para obuses, 100 km para foguetes e 300 km para mísseis. O Comandante do Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO/GAC) deverá operar no TOC (Tactical Operation Center) da Brigada durante o planeamento das operações e depois opera no PC/GAC onde os radares estão atribuídos.

A Aquisição de Objectivos existe para apoiar o esquema de manobra do Comandante durante a Ofensiva, para assegurar a protecção da força na Defesa e em Operações de Estabilização e Apoio (SASO) e no que diz respeito aos OAVs, a necessidade de operarem em áreas mais extensas e em áreas edificadas, torna mais eficaz utilizar observadores avançados também no escalão Pelotão. As equipas de Observação avançada (OAVs), tal como existiam deixarão de existir, transferindo-se a sua responsabilidade de pedidos de fogos indirectos para os elementos das unidades de manobra de escalão Pelotão e inferior, cujo programa de instrução passará a incluir também formação relativa à observação avançada de Morteiros e de Artilharia de Campanha.

2.3.2 A Missão do GAC em A/D

O GAC deverá estar preparado para desempenhar o conjunto de tarefas próprias da missão Tática de A/D a uma Brigada, mas considerando que esta Brigada é principalmente uma unidade de Infantaria Ligeira e como tal muito vulnerável aos fogos indirectos, a missão primária do GAC será a Contra-Bateria. Isto porque os Fogos de apoio próximo poderão agora ser essencialmente assegurados com os meios orgânicos dos Batalhões, contando com o potencial de fogos indirectos dos Morteiros.

Mas a Brigada deverá ser capaz de operar em todo o espectro de conflitos, e por isso a missão do GAC dependerá do cenário, se a Brigada conduz operações de nível mais baixo de intensidade (SASO – Stability and Support Operations) ou Operações de Contigência (SSC – Small Scale Contingency Operations) a missão do GAC é diferente em relação a situações em que a Brigada conduz operações nos níveis mais elevados de intensidade MTW (Major Theater War) situação em que pode, inclusivamente, ser reforçada com outros meios de AC como foguetes etc.

¹⁰ Radar de Localização de Armas (Artilharia) Q-47, que substituirá o Radar de Localização de Armas (Artilharia) Q-37.

A Artilharia de Campanha deverá ser capaz de responder aos desafios impostos pelo novo ambiente operacional em constantes alterações e de elevado grau de incerteza, no apoio a operações convencionais e não convencionais adoptando tácticas assimétricas. A transformação da AC deve conferir-lhe capacidade de adaptação e versatilidade.

Embora os estudos respeitantes ao apoio de fogos do FCS (Future Combat System) ainda não estejam concluídos, é já possível admitir que os principais desafios para a Artilharia de Campanha no novo ambiente Operacional serão:

- Minimizar os efeitos colaterais.
- Emprego em áreas urbanas.
- Possibilidade de bater Objectivos de pequenas dimensões, formações In dispersas e em movimento.
- Empenhamentos em muito pouco tempo sobre um In cada vez menos exposto.
- Maximizar a capacidade para atacar o In o mais cedo possível.

As necessidades de apoio de fogos da Brigada e dos Batalhões serão satisfeitas com os Morteiros e com os obuses 155 mm, e o modelo FCS permite obter um melhor equilíbrio entre os fogos orgânicos dos Batalhões e os fogos de meios de apoio de fogos externos. Os fogos do GAC serão os meios primários para assegurar fogos adicionais ao Batalhão e embora a organização das unidades de AC para o "Objective Force" ainda não esteja completa é possível adiantar que o GAC será provavelmente organizado como uma "pool de forças" unidade que será muito diferente do GAC actual. Podemos designá-la como "Grupo de Fogos" e terá uma organização modular, com Pelotões e Baterias de bocas de fogo como conhecemos hoje, em que estes Pelotões e Baterias estão aptos a operar como unidades subordinadas assegurando o apoio de fogos aos Batalhões FCS conforme as necessidades. Por esta razão, espera-se aumentar a capacidade de Comando e Controlo dos Grupos e das suas baterias, por ser necessário ao Grupo ter 4 a 6 Baterias.

A Missão da Brigada ditará a composição e organização das forças de AC e as relações de comando a estabelecer com as unidades de manobra em diferentes escalões, podendo o GAC empregar apenas uma Bateria, numa modalidade designada por MRB (Mission Ready Battery). Se a Brigada for empenhada com o dispositivo muito disperso as Baterias serão posicionadas e movimentadas juntamente com os Batalhões, ocupando posições do tipo "Bases de Fogos" e executando "Raids" com movimentos rápidos a partir da base de fogos (posição principal) para ocupar posições temporárias.

O GAC terá como principais tarefas, executar Contrabateria e garantir o Apoio Próximo às unidades de manobra, mas neste novo conceito assume muita importância o apoio de fogos ao combate em áreas urbanas no apoio de forças apeadas, com utilização de fogos Iluminantes, Fumos, Tiro vertical e Tiro Directo.

A AC deverá assegurar o apoio de fogos à manobra decisiva, o apoio às acções secundárias (Shaping Operations) e ao ataque o mais cedo possível ao In (Combate em profundidade), tarefas que já eram realizadas pelos escalões táticos de armas combinadas, mas agora a diferença será ao nível das unidades e dos escalões que executarão aquelas tarefas.

Com o aumento das capacidades orgânicas de apoio de fogos dos Batalhões FCS (Future Combat System), podemos também admitir que estas unidades façam mais do que fogos de apoio próximo, embora o "Objective Force" reconheça a necessidade de apoio de fogos por meios não orgânicos dos Batalhões.

Este conceito¹¹ envolve fogos de longo alcance, fogos de precisão e os efeitos de meios externos, como críticos para as operações de Shaping (Ataques secundários) cuja finalidade no âmbito do "Objective Force" é:

- Isolar os Combates próximos dos Batalhões.
- Reforçar o nível dos fogos contínuos em apoio dos Batalhões quando solicitado.
- Aumentar o volume de fogos para obter rápidas decisões.
- Assegurar liberdade de acção às unidades subordinadas.
- Garantir fogos especiais como mascaramento etc.

No novo modelo de Forças "Objective Force", deve-se assegurar uma eficaz rede de comunicações para garantir que o apoio de fogos seja integrado, permita estabelecer prioridades e seleccionar o meio de apoio de fogos mais adequado em tempo real. Com o novo conceito em que os Batalhões FCS(Future Combat System) executam com mais potencial, fogos indirectos, ainda se torna mais necessário integrar o apoio de fogos no âmbito das armas combinadas.

Esta rede deverá partilhar informação em tempo real de diferentes sensores e permitirá ultrapassar algumas barreiras que ainda existem a uma perfeita integração do apoio de fogos com a manobra.

¹¹ Conceito de Apoio de Fogos às Operações Shaping (Ataques secundários) por meios de AC não orgânicos dos Batalhões.

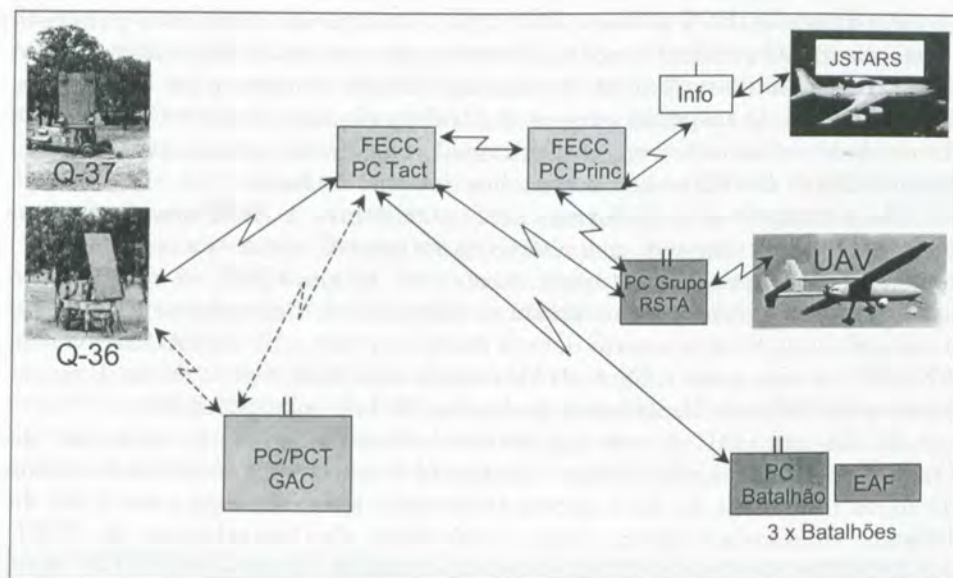


Figura 5 – Estrutura das Comunicações AFATDS

Estas forças ainda na fase de experimentação têm vindo a realizar exercícios, nos quais tem participado um GAC¹² e onde têm sido treinadas as tarefas de Coordenação e Controlo de movimentos, Contrabateria, Manobra de Fogos e Operações de apoio de Serviços. Foram também realizados exercícios de postos de Comando com os TOC (Tactical Operation Center) digitais desde o nível Bateria/Companhia/Batalhão até Batalhão/Brigada/JTF (Joint Task Force) onde pela primeira vez foi utilizada uma célula FECC (Fires an Effects Coordination Cell).

2.3.3 A Contrabateria

Considerando que esta Brigada é uma unidade de Infantaria Ligeira muito vulnerável aos fogos indirectos In, uma das preocupações é assegurar a protecção da força, em face das acções da Artilharia In. Anteriormente as missões de Contrabateria constituíam exclusivamente uma Missão da Artilharia e no escalão Brigada era dado ênfase à Contrabateria reactiva em detrimento da Contrabateria pro-activa. Segundo este novo conceito estudado na IBCT, a Contrabateria pro-activa é um conceito vital, pois é dada grande importância à protecção da força.

¹² Field Artillery Battalion / 37th Field Artillery em Fort Lewis - Washington

Na Brigada IBCT o Grupo RSTA dará um grande contributo para esta missão, e embora a doutrina de Contrabateria não tenha sido alterada (FM 6-121 Field Artillery Target Aquisition) mudou o método de executar a Contrabateria. O responsável pela Contrabateria será ainda o Comandante da unidade de manobra e o seu principal conselheiro e coordenador será o ECOORD/FSCoord como coordenador do apoio de fogos.

Para cumprir as duas formas de Contrabateria, a IBCT organizou uma nova estrutura de Comando com alterações em pessoal, meios e procedimentos.

Uma das mais importantes tarefas da célula FECC, é coordenar o emprego dos Radares para conduzir as operações de Contrabateria, pelo que a sub-célula de Contrabateria deverá coordenar com o S2 do GAC através do AFADTS, assim como o S2 do GAC deverá coordenar com o S2 da Brigada através do Sistema Multifontes de Análise de Informação (ASAS).

O S2 do GAC é um importante elemento para a condução da Contrabateria pro-activa tendo com tarefa fundamental localizar os meios de fogos indirectos do In e depois transmitir a sua análise para o S2 da Brigada via sistema ASAS e para a sub-célula de Contrabateria da FECC via AFADTS. A célula FECC fará depois a escolha do meio de apoio de fogos adequado (AC ou apoio aéreo) para bater aqueles objectivos.

Para conduzir a Contrabateria reactiva, a sub-célula de Contrabateria, com base nas informações do S2 da Brigada e do S2 do GAC estabelece as zonas CFFZs (Call For Fire Zones) e CFZs (Critical Friendly Zones). Em resultado da aquisição de objectivos a célula FECC transmite os pedidos de tiro ao GAC em A/D. Outra opção pode ser o Radar estabelecer uma rede rápida de comunicações digital com a unidade (GAC) a empenhar.

Exemplo: Para realizar a designada "Manobra de Contra Bateria", numa situação em que uma unidade de Morteiros In faz fogo e se move para mudar de posição, e após o nosso Radar ter adquirido os Morteiros a dispararem, a célula FECC comunica na rede rápida de Contrabateria, com a unidade de manobra mais próxima ou melhor posicionada para detectar o movimento da unidade de morteiros e atacá-la ou localizá-la com precisão para ser batido pela Artilharia. Esta rede rápida (Quick.Fire) é especialmente adequada e eficaz em áreas urbanas ou em áreas de restrição de fogos definidas pelas regras de empenhamento (ROE- Rules of Engagement).

O GAC da Brigada IBCT no âmbito da "Interim Force" será totalmente aerotransportado e terá 3 Baterias cada uma das quais com 4 Bf. Será equipado com um novo modelo de obus LW 155 (LightWeight) rebocado, com vista a melhorar a sua capacidade para ser projectado, tendo metade do peso do modelo M198, com uma guarnição com menos 4 homens (6 homens)

do que o obus M198 (10 homens). Este novo modelo de obus será equipado com um sistema digital de controlo de tiro (TAD-Towed Artillery Digitization).

As Baterias embora sejam equipadas com material Rebocado, terão grande autonomia em relação ao GAC, pois serão equipadas com um sistema GLPS (Gun Laying and Positioning System) que lhe conferem controlo direcciona e de posicionamento podendo assim cada BBF ter o seu próprio controlo topográfico e autonomia sem necessidade do sistema PADS (Position and Azimuth Determining System) do Pelotão de Aquisição de Objectivos, que continua a ser necessário para estabelecer controlo topográfico comum para as 3 Baterias, Radares e quando possível também para os Morteiros.

A nova orgânica prevê também que os órgãos de apoio de serviços anteriormente integrados no GAC passem a integrar o Batalhão de Apoio de Serviços e a operar na Área de Apoio de Serviços da Brigada, conferindo grande mobilidade e capacidade de projecção ao GAC.

3. SISTEMA FUNCIONAL DE COMANDO E CONTROLO DAS INFORMAÇÕES

Neste ponto pretendemos descrever de forma sucinta, o Sistema Funcional de Comando e Controlo das Informações, ASAS, e o ACE¹³ existente no programa da Força XXI nos escalões FTTO¹⁴, Corpo de Exército, Divisão, Brigada Independente e Endivisionada e Regimento de Reconhecimento.

Embora não seja uma matéria puramente artilheira é importante a compreensão de como se articulam e funcionam os canais de orientação, pesquisa, processamento e difusão da informação ao nível táctico. Esta exigência, deriva da necessidade da Artilharia de Campanha integrar o apoio de fogos de uma forma sincronizada, sem sobreposições e redundâncias, com o conceito geral de operações. Através do processo de Targeting consegue-se satisfazer os três requisitos. Mas o que é o Targeting?

O processo de Targeting é uma metodologia simples e rápida, que permite uma correcta adequação do apoio de fogos aos objectivos do comandante da força e uma utilização racional dos meios disponíveis. No entanto, só por si as unidades de Artilharia de Campanha não dispõem dos meios que permitam executar de forma integrada as 4 fases do processo de Targeting, Decidir, Detectar, Executar e Avaliar.

¹³ Analysis and Control Element.

¹⁴ Forças Terrestre do Teatro de Operações.

ASAS

O sistema ASAS dá suporte ao G2 e ao “seu” ACE na condução de todas as actividades específicas que satisfarão as necessidades de informação dos Comandantes. O ASAS pode automaticamente receber, armazenar e rapidamente integrar com outra informação disponível no Campo de Batalha, a informação uma vez tratada é difundida em tempo real sob a forma de vários produtos, que auxiliem os Comandantes e Estados-maiores no MDP¹⁵ e na condução das operações. O ASAS permite igualmente a interoperabilidade entre os vários tipos de sensores das diferentes disciplinas de informações, e as actividades das informações nos diferentes escalões.

O sucesso das operações ao nível tático requer uma capacidade acrescida de sincronizar os fogos, acesso a informações e actualização da situação tática. O ASAS é uma ferramenta essencial capaz de satisfazer estes três requisitos e ainda automatizar o Sistema de Informações do Campo de Batalha, IBOS¹⁶. É constituído por módulos de equipamento (hardware e software) que suportam as tarefas de gestão das Informações e da Guerra Electrónica, IEW¹⁷ nos escalões FTTO, Corpo de Exército, Divisão, Brigada Independente e Endivisionada e Regimento de Reconhecimento.

Basicamente o sistema ASAS é constituído por três tipos de Workstation, RWS¹⁸, ASW¹⁹ e SSW²⁰. As RWS disponibilizam ao G2 os meios para integrar a sua componente de informações no ABCS²¹, as ASW e SSW disponibilizam os meios ADP²² que ajudam no controlo da IEW, desenvolvimento de Bases de Dados e produção de informação dentro do ACE. Estas Workstation's dão ao G2 e ao ACE a capacidade de processarem, em tempo oportuno, grandes quantidades de “informação de combate”.

¹⁵ Military Decision Process.

¹⁶ Intelligence Battlefield Operating System.

¹⁷ Intelligence and Electronic Warfare.

¹⁸ Remote Workstation.

¹⁹ All-Source Workstation.

²⁰ Single-Source Workstation.

²¹ Army Battle Command System.

²² Automated Data Processement.

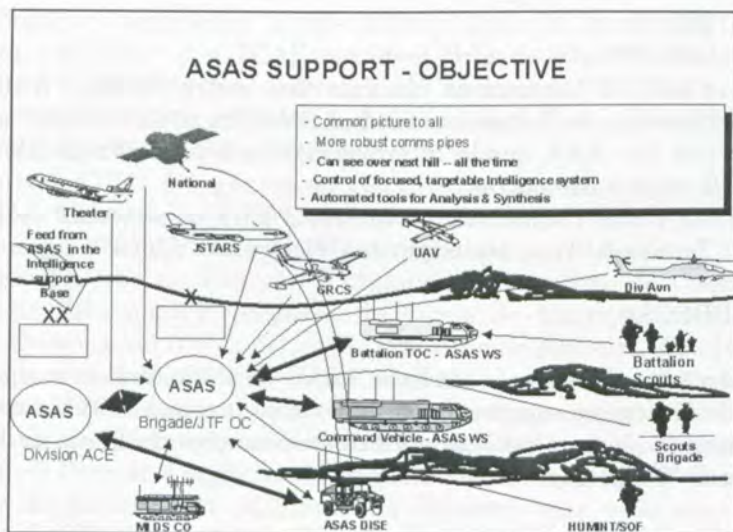


Figura 6 – Sistema ASAS.

Referimos anteriormente que as RWS do ASAS permitiam integrar os G2 dos diferentes escalões no ABCS, para isso lançam RWS para o PCPrinc, PCTact e G2 das unidades subordinadas. Importa clarificar o que é o ABCS.

O ABCS fornece aos Comandantes a informação que satisfaça os seus CCIR's²³, podendo os dados serem apresentados de formas diversas, mapas de situação, produtos gráficos, relatórios escritos, etc. É composto pelas seguintes componentes:

- 1) AGCCS²⁴ é a componente do ABCS nos escalões acima de Corpo de Exército.
- 2) ATCCS²⁵ consiste em BFACS²⁶ servindo as áreas da manobra, apoio de fogos, defesa antiaérea, informações e apoio de serviços, desde o escalão Brigada até ao Corpo de Exército. A interoperabilidade do ATCCS é garantida pelos interfaces ACUS²⁷, CNR²⁸ e ADDS²⁹. O ASAS mais os seguintes sistemas constituem o BFACS:

²³ Commander Critical Information Requirement.

²⁴ Army Global Command and Control System.

²⁵ Army Tactical Command and Control System.

²⁶ Battlefield Functional Area Control System.

²⁷ Area Common User System.

²⁸ Combat Net Radio.

²⁹ Army Data Distribution System.

- a) MCS³⁰.
- b) CSSCS³¹.
- c) FAADC³²I³², constitui um interface entre outros FAAD³³ e os Sistemas de Armas, apoiando ABMOC³⁴, A²C²³⁵, TOC³⁶ e os PC³⁷ das Btr AAA, sendo interoperável com os sistemas AWACS³⁸ e Patriot entre outros.
- d) AFATDS³⁹, constitui um interface para os sistemas de Direcção Táctica de Tiro, Aquisição de Objectivos e MLRS⁴⁰, entre outros.

3) ABBCCS⁴¹

A estrutura do sistema onde o ASAS se enquadra é composto por sensores (estratégicos, operacionais e táticos), processadores e comunicações, garantindo que as necessidades de informações do Plano de Pesquisa bem como do "Targeting" são satisfeitas.

ACE

O ACE equipado com o ASAS constitui a principal organização da estrutura G2 para controlar as actividades de IEW e produzir informações. Funciona junto do Posto de Comando Principal do respectivo escalão e se possível junto da célula do G2/S2.

A missão do ACE é fazer a gestão da pesquisa, produção de informações Multi-Fonte (All-Source), controlo técnico das actividades de IEW, difusão da informação e de dados de targeting e apoiar o Comandante no comando e no planeamento das operações futuras.

O ACE aglutinou em si as missões, atribuições e os meios dos antigos TCAE⁴² e TOCSE⁴³, nos escalões Corpo de Exército, Divisão, Brigada

³⁰ Maneuver Control System.

³¹ Combat Service Support Control System.

³² Forward Area Air Defense Command, Control, Communications and Intelligence.

³³ Forward Area Air Defense.

³⁴ Air Battle Management Operations Center.

³⁵ Army Airspace Command Control Cell.

³⁶ Tactical Operations Center.

³⁷ Posto de Comando.

³⁸ Airborne Warning and Control System.

³⁹ Advanced Field Artillery Tactical Data System.

⁴⁰ Multiple Launch Rocket System.

⁴¹ Army Brigade and Below Command and Control System.

⁴² Technical Control and Analysis Element.

⁴³ Tactical Operations Center Support Element.

Independente e Regimento de Reconhecimento. Ao nível FTTO o ACE substituiu o EACIC⁴⁴ e o TCAE, ao nível Brigada Endivisionada o ACT⁴⁵ substituiu o IEWSE⁴⁶. Está sob controlo operacional do G2, procurando balancear os produtos resultantes da Análise Multi-Fonte e das operações de CI⁴⁷, HUMINT⁴⁸, SIGINT⁴⁹ e IMINT⁵⁰.

Ao nível FTTO é orgânico do Batalhão de Operações da Brigada de Informações Militares do FTTO, está sob a direcção do G2 do FTTO, trabalhando em colaboração com o JIC⁵¹ para satisfazer os CCIR's do CFTTO⁵².

Ao nível Corpo de Exército é orgânico do Batalhão de Operações da Brigada de Informações Militares do Corpo de Exército, mas está sob Controlo Operacional (OPCON) do G2 do Corpo de Exército. Ao nível Corpo de Exército existe o CMISE⁵³ que pertence à Brigada de Informações Militares do FTTO, funcionando como interface entre o Corpo de Exército e as estruturas de Informações dos escalões acima de Corpo de Exército.

Ao nível Divisão é orgânico do Comando da Companhia de Comando do Batalhão de Informações Militares da Divisão, mas está sob Controlo Operacional (OPCON) do G2 da Divisão. Trabalha em colaboração com TOC do Batalhão de Informações Militares da Divisão. No âmbito da CM⁵⁴ o ACE executa as tarefas relacionadas com a RM⁵⁵ e MM⁵⁶, o TOC faz o AM⁵⁷.

Ao nível Brigada Independente e Regimento de Reconhecimento é orgânico da Companhia de Informações Militares, mas está sob Controlo Operacional (OPCON) do S2.

Ao nível Brigada endivisionada não existe ACE mas sim ACT, que é orgânico da Companhia de Informações Militares em A/D⁵⁸ da Brigada ficando localizado no TOC da Brigada. Não está sob Controlo Operacional do S2 da Brigada. É servido por ASAS Workstation. O ACE têm o organigrama que se apresenta:

⁴⁴ Echelons Above Corps Intelligence Center.

⁴⁵ Analysis and Control Team.

⁴⁶ Intelligence and Electronic Warfare Support Element.

⁴⁷ Counter-Intelligence.

⁴⁸ Human Intelligence.

⁴⁹ Signal Intelligence.

⁵⁰ Image Intelligence.

⁵¹ Joint Intelligence Center.

⁵² Comando das Forças Terrestres do Teatro de Operações.

⁵³ Corps Military Intelligence Support Element.

⁵⁴ Collection Management.

⁵⁵ Requirements Management.

⁵⁶ Mission Management.

⁵⁷ Assets Management.

⁵⁸ Apoio Directo.



Figura 7 – Organograma do ACE.

As Secções do ACE tem as seguintes tarefas:

1) Cmd do ACE:

- Supervisão das operações correntes e futuras do ACE;
- Condução das operações de acordo com os requisitos de informação definidos;
- Controlo dos meios de comunicações do ASAS e do TROJAN SPIRIT⁵⁹.

2) Secção de Informação Multi-Fonte:

- Desenvolvimento do quadro da situação pelos analistas de informação;
- Produção do IPB⁶⁰;
- Manutenção das ASCDB⁶¹;
- Desenvolvimento do Targeting;
- BDA⁶²;
- CM;
- Coordenação do processamento e apoio de comunicações ao módulo terrestre (GSM⁶³) do JSTARS⁶⁴.

⁵⁹ Special Purpose Intelligence Remote Integrated Terminal.

⁶⁰ Intelligence Preparation of Battlefield.

⁶¹ All Source Correlated Data Base.

⁶² Battle Damage Assessment.

⁶³ Ground Station Module.

⁶⁴ Joint Surveillance Target Attack Radar System.

3) Secção de Controlo Técnico e Processamento:

Análise singular das fontes de SIGINT, HUMINT, CI e IMINT.

Como já referido anteriormente uma das missões do ACE é difundir dados de Targeting. Compete à Equipa de Designação de Objectivos da Secção de Informações Multi-Fonte esta missão, também participam neste processo o G2, FAIO⁶⁵ e EWO⁶⁶. No entanto, é essencial a interacção do ACE com a FSC⁶⁷ e a DOCC⁶⁸ para a eficácia da IEW no apoio ao processo de Targeting, tanto para os fogos letais como não letais.

Os principais intervenientes no processo de Targeting têm as seguintes atribuições:

1) G2:

- a) É membro da Equipa de Designação de Objectivos;
- b) Trabalha com o G3 e FSO⁶⁹ para desenvolver o BDA, que avalia o sucesso das operações em curso e das acções de Targeting;
- c) Usa os produtos do IPB para identificar Pontos de Decisão e HVT's, durante o processo de Targeting alguns destes HVT's⁷⁰ são transformados em HPT's⁷¹;
- d) Aconselha o FSO sobre as capacidades dos meios IEW adquirirem e seguirem os HPT's, bem como fazer o BDA destes HPT's designados no início como PIR's⁷².

2) FAIO:

- a) É uma ligação entre a FECC e o ACE;
- b) Ajuda o ACE a desenvolver o Plano de Pesquisa incluindo os PIR's relacionados com o Targeting e o BDA;
- c) Durante o desenrolar do combate identifica e designa potenciais objectivos para a FSC.

⁶⁵ Field Artillery Intelligence Officer.

⁶⁶ Electronic Warfare Officer.

⁶⁷ Fire Support Cell.

⁶⁸ Deep Operations Coordination Cell.

⁶⁹ Fire Support Officer.

⁷⁰ High Value Targets.

⁷¹ High Payoff Targets.

⁷² Primary Intelligence Requirements.

3) EWO:

- a) Trabalha com G3, FSE e DOCC para que os meios de EW⁷³ sejam bem posicionados e atribuídos de acordo com o esquema de manobra e apoio de fogos;
- b) Trabalha com o ACE para desenvolver o Plano de Pesquisa;
- c) Trabalha com o SO⁷⁴ para reduzir a possibilidade de fratricídio electrónico.

4. UMA TENDÊNCIA PARA OS MEIOS DE RODAS

No âmbito do projecto “Objective Force” a Interim Brigade Combat Team (IBCT) é uma força que representa um estado intermédio (2003 A 2015) de evolução do Exército Americano em direcção ao “Objective Force”, o seu estado final de evolução em 2030.

Este projecto, visa criar um modelo de forças destinada a actuar em qualquer parte do mundo, capaz de efectuar operações situadas ao longo de todo o vasto espectro de conflitos existentes, em operações desde o âmbito da estabilização e apoio, “stability and support operations” (SASO), até operações situadas no limite superior do espectro, de grande intensidade e elevados riscos (MTW – Major Theater War) tendo que, para o efeito, reajustar a sua constituição orgânica de material de modo a fazer face às dificuldades decorrentes da diferença do ambiente operacional. Deve estar apta para actuar em áreas edificadas, para a qual está particularmente vocacionada, ou em qualquer outro tipo de área de intervenção, indiferente do tipo de área e terreno.

Foram impostos, para a sua constituição, determinado tipo de requisitos considerados fundamentais de que se destacam: Grande mobilidade, elevada capacidade de sobrevivência e sustentabilidade.

Vamos fixar-nos na característica a que dedicamos este capítulo: A mobilidade, estratégica e operacional.

4.1 MOBILIDADE ESTRATÉGICA

Até aos dias de hoje, a dificuldade em projectar forças para locais de conflito era suplantada através do “pré-posicionamento” das mesmas. A estratégia Norte-Americana para a colocação das suas bases pelo mundo, nomeadamente em Território Europeu, permitiu uma presença dissuasória, garantindo, numa primeira fase, o volume de forças necessário para o início de qualquer tipo de intervenção.

⁷³ Electronic Warfare.

⁷⁴ Signals Officer.

Razões de vária ordem, nomeadamente económica, têm vindo, a pouco e pouco, a "impor" a redução do volume de forças Norte-Americanas no exterior o que implicará um aumento urgente da capacidade de mobilidade estratégica das forças que compõem o seu Exército, isto é, um aumento da capacidade de projecção das suas forças.

O desenrolar do recente conflito no Afeganistão é um exemplo elucidativo das dificuldades sentidas na projecção da força e da consequente importância do aumento da capacidade de fazer transportar o volume de forças necessário e suficiente ao desenrolar das operações.



*Fig 8 – Sistema Lança Foguetes Múltiplo HIMARS
desembarcando de Aeronave.*

O meio de transporte necessário para dotar a força de uma tão rápida capacidade de projecção é o meio aéreo. O avião utilizado, terá de ter a capacidade de efectuar o transporte até à área de operações, tendo a capacidade de realizar aterragens e descolagens em curtas distâncias, utilizando pistas de terra batida, e dispor da capacidade de transporte de considerável volumetria de material.

Nos dias de hoje, e considerando a tecnologia existente, o meio aéreo que, de forma relativamente eficaz, satisfaz os requisitos mencionados é o avião da Lockheed Martin, o C-130 Hércules. A utilização deste avião evita o empenhamento de elevados recursos financeiros e de tempo, possibilitando, desde já, dispor-se de um meio de transporte eficaz, sendo um facto o empenhamento Norte-americano na modernização deste modelo.

Mantêm-se em curso projectos alternativos visando melhorar as capacidades de transporte e considerando a implementação de tecnologia que permite a aterragem e descolagem vertical. De referir neste âmbito, o projecto Europeu da Airbus Military Company, que está a desenvolver o modelo A400M. O primeiro protótipo estará a voar em 2005 e terá uma capacidade de carga de 37 tons contra as 22 tons do C-130J.

O meio aéreo utilizado terá que permitir o transporte de material e pessoal, pelo que deverá dispor de comodidade suficiente para fazer face às longas horas de voo previstas até à área de operações.

Desde já se identifica a necessidade de existir uma relação estreita entre o material a transportar, incluindo todo o tipo de viaturas, e o meio aéreo, impondo, como se compreende, limites de peso e dimensões o que implicará algum cuidado na escolha dos veículos que irão equipar a Força.

4.2 MOBILIDADE OPERACIONAL

A necessidade de impor limitações quanto ao peso e dimensões do material a transportar, implica uma escolha criteriosa do tipo de viaturas que equipará a IBCT. Para a escolha foram confrontadas viaturas blindadas de rodas e viaturas blindadas de lagartas, ambas apresentando vantagens e desvantagens. As viaturas de lagartas destacam-se pela capacidade de deslocamento em todo-o-terreno e pela capacidade de blindagem. As desvantagens incidem no elevado peso e na limitação da mobilidade quando o movimento se efectua em terreno asfaltado, não sendo possível o aproveitamento do factor velocidade.

As viaturas de rodas vêm surgir as suas limitações quando empregues em deslocamentos em todo-o-terreno. O reduzido peso, os menores consumos, o menor ruído durante os deslocamentos e a velocidade de que poderá tirar partido quando em terreno asfaltado, como é o caso de operações em áreas edificadas, são as vantagens que oferecem.

A escolha ideal seria a que permitisse conjugar as duas capacidades, isto é, ter uma viatura de rodas, com boa capacidade de se deslocar em todo-o-terreno.

As maiores dificuldades que as viaturas de rodas enfrentam em deslocamentos tácticos, surgem quando confrontados com terreno agrícola molhado e lavrado, o pior que se poderá encontrar na Europa. Apenas os veículos mais leves terão maiores capacidades para se conseguirem movimentar, limitando o seu peso máximo a 13ton.

Para contrariar estas dificuldades os veículos deverão ser equipados com um Sistema Central de Controlo de Pressão de Pneus. Este sistema

permite diminuir ou aumentar a pressão dos pneus, aumentando ou diminuindo a área de contacto com o solo. Um veículo de rodas para poder efectuar deslocamentos em terreno solto terá que diminuir a pressão dos pneus, aumentando, desta forma, o contacto com o solo.

Outro factor importante é a definição do número de rodas que um veículo poderá ter. Veículos até 7 ton. poderão ter quatro rodas. Os mais pesados necessitarão de aumentar esse número para seis ou oito. Um maior número de rodas permite que a distribuição do peso do veículo se faça por mais pontos, diminuindo a pressão sobre o solo, aumentando ainda as capacidades para a transposição de obstáculos.

Papel importante têm as escolhas das suspensões. Este tipo de veículo utiliza suspensões independentes, permitindo aliar a mobilidade em todo-o-terreno a velocidades mais elevadas, ultrapassar obstáculos sem que o efeito possa ser transmitido às outras rodas e ao veículo, aumentando desta forma o conforto das tripulações e ocupantes.

A direcção encontra-se, num veículo de seis rodas, nas duas da frente. O raio de viragem é diminuído substancialmente, sendo o factor mobilidade igualmente potenciado.

A perfuração e rebentamento dos pneus é uma vulnerabilidade que este tipo de veículos enfrentam. Está disponível tecnologia que permite minorar esta desvantagem. O sistema "Countermine Variable Function Insert", CM-VFI, que consiste num disco de borracha maciço, é colocado dentro do pneu, em volta da jante e que tem uma dupla função, a de, em caso de perfuração do pneu, o centro maciço de borracha permitir continuar o deslocamento, ou no caso de rebentamento de uma mina, atenuar os efeitos de sopro sobre o veículo e tripulantes.

De referir que enquanto uma viatura de lagartas ficaria imobilizada ao rebentamento de uma mina, uma viatura de seis ou oito rodas poderá a continuar a mover-se.

4.3 *BLINDAGEM*

A necessidade de limitar o peso dos veículos, tendo em vista a possibilidade de transporte aéreo e o aumento da capacidade de deslocamento em todo-o-terreno, poderá significar um aligeiramento das blindagens.

Os veículos destinados a equipar a IBCT, são empregues no transporte de secções de Infantaria, de comando e controlo, de reconhecimento, de engenharia e para a instalação de sistemas de armas como as anti-carro, morteiros, etc.

O aligeiramento das blindagens não deverá esquecer que estes veículos deverão enfrentar situações de combate directo, pelo que será necessário uma relação de compromisso entre a protecção mínima necessária e o peso máximo do veículo, para que a tripulação, e os restantes elementos da secção, não sejam sujeitos a riscos desnecessários.

As necessidades de diminuição do peso já se fez sentir em alguns programas, nomeadamente o Norte-americano "Crusader", que viu, o seu peso total, reduzido de 60ton. para 40ton.

A resposta tecnológica às necessidades de reforço de protecção ao nível das blindagens não se fez esperar e estão em curso programas para a produção de novos sistemas de protecção que permitirão obter maior protecção e menos peso.

4.4 AS VIATURAS E ARMAS DE AC

O modelo da viatura Piranha III 8X8, com a designação de LAV III nos EUA, tem sido considerado o mais adequado para constituir a plataforma base para as várias plataformas dos sistemas funcionais: Manobra, Apoio de Fogos, Defesa AA etc.

Dispõe de um volume interno de 11,5m³, a capacidade de carga de 6ton., sendo de esperar um aumento desta capacidade para 10ton. no futuro modelo. Está equipado com suspensões de tipo McPherson, de tirantes, com amortecedores hidropneumáticos, tendo os dois conjuntos de rodas da frente direcção simultânea e assistida. Dispõe de travões de disco às rodas da frente, ABS e ainda do Sistema Central de Controlo de Pressão de Pneus. Este sistema permite a escolha e uma pré-programação da pressão dos pneus para estrada e todo-o-terreno. Permite ainda pressões distintas nas várias rodas do veículo. Os motores disponíveis variam a sua potência entre os 350 e os 400 cavalos.

A viatura é construída totalmente em aço, tendo a possibilidade de ser reforçada com blindagem suplementar montada pela tripulação.

Na sua versão "standard" permite a protecção contra minas anticarro, de 8kg de TNT, detonadas sob a roda. O casco possui uma placa deflectora, que permite atenuar os efeitos produzidos por minas de 6kgs de TNT detonados sob o mesmo.

A possibilidade de fazer subir ou descer a suspensão permite ainda, ao passar por áreas suspeitas, elevar o casco, de forma a ser menos vulnerável às detonações. Se estiver equipado com blindagem suplementar, do tipo cerâmica reforçada, obtém protecção no seu arco frontal contra os efeitos de projectéis convencionais de 30mm, perfurantes. Lateralmente oferece ainda protecção contra estilhaços de granadas de 155mm a 10 metros.



Fig 9 – Modelo de Obus 155 AP sobre a viatura LAV III 8X8.

O obus 155 Rebocado XM777

Designado por “Ultra Light Weight Howitzer” (UFH), está a ser desenvolvido pela “BAE Systems” há alguns anos. O desenvolvimento deste obús 155 mm, tem como finalidade primária, na sua versão rebocada, a substituição do modelo M198 que equipa o Exército e o Corpo de Fuzileiros Norte-Americanos.

Com vista a uma significativa redução do seu peso, têm sido utilizadas duas frentes de desenvolvimento. As ligas metálicas que o constituem e o sistema de recuo, o que permitirá a redução de 4 tons para 2.2 tons. Poderá ainda optar-se, tendo em vista a redução do peso da estrutura, por substituir as peças em titânio por outras fabricadas em ligas mais leves e igualmente resistentes. O tubo canhão sofrerá importantes modificações nos compostos utilizados na sua composição, passando a ser constituído por três camadas diferentes de materiais.

O sistema tem a possibilidade de ser transportado em aviões do tipo C-130 Hércules, podendo ainda ser adaptado a viaturas com base no LAV III. O próximo passo será o de criar espaço para o transporte de munições, tripulação e o respectivo equipamento. O número de munições possível de transportar, mantendo a possibilidade de transporte no mesmo tipo de avião, é de 16 munições.



Fig 10 – Obus Rebocado LW 155 (LightWeight).

O GAC da Brigada “Interim Force” será totalmente aerotransportado e terá 3 Baterias cada uma das quais com 4 Bf. Será equipado com o modelo de obus LW 155 (LightWeight) rebocado, com vista a melhorar a sua capacidade para ser projectado, tendo metade do peso do modelo M198, com uma guarnição com menos 4 homens (6 homens) do que o obus M198 (10 homens). Este novo modelo de obus será equipado com um sistema digital de controlo de tiro (TAD-Towed Artillery Digitization). As Baterias embora sejam equipadas com material Rebocado, terão grande autonomia em relação ao GAC, pois serão equipadas com um sistema GLPS (Gun Laying and Positioning System) que lhe conferem controlo direcciona e de posicionamento podendo assim cada BBF ter o seu próprio controlo topográfico e autonomia sem necessidade do sistema PADS (Position and Azimuth Determining System) do Pelotão de Aquisição de Objectivos.

Light Weight Self-Propelled Artillery Sistem (LW 155 mm)

Este tipo de material utiliza, como viatura base, o LAV III (Fig 9), dispondo de todas as características técnicas já referidas, dispõe de um sistema de carregamento automático, utilizando para o efeito, um sistema de cargas modulares.

Para dar apoio e estabilidade ao veículo, durante o tiro, existe na sua retaguarda um ferrão único accionado por um sistema hidráulico, semelhante a um prato-base usado nos morteiros.

A tripulação é constituída por condutor, comandante de secção e apontador que está sentada, em fila, do lado esquerdo do motor, deixando o restante espaço livre para transportar 18 munições completas. Estas munições poderão ser as já existentes, bem como as que se encontram em desenvolvimento, possibilitando alcances máximos de 24.7Km com munições convencionais, 30Km com munições assistidas e 40Km com a M982. A cadência de tiro será de 5 TOM nos primeiros 3 minutos e 2 TOM em cadência prolongada.

O peso total do conjunto será cerca de 19 tons. Permite protecção NBQ e pode ser transportado em aviões do tipo C-130 Hércules.

Obus 155mm AP “CRUSADER”

Este projecto tem vindo a ser questionado, nomeadamente pelo facto de ser duvidoso o seu emprego em forças com características de elevada mobilidade e necessidade de transporte aéreo. A resposta foi dada no sentido de realçar as vantagens que as suas capacidades e inovações tecnológicas poderão trazer ao seu emprego no campo de batalha do futuro.

High Mobility Artillery Rocket System – HIMARS

O sistema é destinado à substituição do “Multiple Launch Rocket System” (MLRS) e será montado em novas viaturas tácticas médias 4x4 ou 6x6 “Satewart & Stevenson”. Tem todas as características e possibilidades para poder ser utilizado em forças altamente móveis.



Fig 11 – High Mobility Artillery Rocket System – HIMARS.

Desta breve análise se conclui que, a utilização das rodas não é uma tendência mas um facto. As vantagens de se utilizar este tipo de materiais suplantam claramente as desvantagens e contribuem para o reforço das características de elevada mobilidade, facilidade de projecção e flexibilidade de emprego que se pretende para este novo conceito de Força.

Os cenários em que decorrem as novas operações, predominantemente em áreas edificadas, onde se situam os focos de tensão dos conflitos, implica necessariamente o emprego das unidades em áreas edificadas no cumprimento de missões, que exigem meios de elevada mobilidade em asfalto, velocidade e manobrabilidade, traduzida na possibilidade das viaturas/plataformas manobrem com grande capacidade de reacção e de sobrevivência.

A tendência para utilizar viaturas de Rodas parece notória pelas vantagens que apresentam em relação às viaturas de lagartas, no que diz respeito à aptidão para percorrer grandes distâncias em asfalto e em áreas edificadas, com maior velocidade, autonomia, manobrabilidade e com elevada mobilidade Estratégica.



Fig 12 – Emprego de Viatura de Rodas em Área Edificada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Artilharia de Campanha deverá ser capaz de responder aos desafios impostos pelo novo ambiente operacional em constantes alterações e de elevado grau de incerteza, no apoio a operações convencionais e não convencionais. A transformação da AC deve conferir-lhe capacidade de adaptação e versatilidade, pelo que ao nível da Brigada que é o escalão em estudo nesta fase do programa "OBJECTIVE FORCE", o GAC deverá estar preparado para desempenhar o conjunto de tarefas próprias da missão Tática de A/D, mas considerando que esta Brigada é principalmente uma unidade de Infantaria Ligeira e como tal muito vulnerável aos fogos indirectos, a missão primária do GAC será a Contra-Bateria. Isto porque os Fogos de apoio próximo poderão agora ser essencialmente assegurados com os meios orgânicos dos Batalhões, contando com o potencial de fogos indirectos dos Morteiros que na nova orgânica, surgem em maior quantidade ao nível da Brigada.

Nos sistemas de armas do futuro, a utilização de meios de rodas, não é uma tendência mas um facto, as vantagens de se utilizar este tipo de materiais suplantam claramente as desvantagens e contribuem para o reforço das características de elevada mobilidade, facilidade de projecção e flexibilidade de emprego que se pretende para este novo conceito de Força.

No que diz respeito às Informações Tácticas, a criação do órgão de gestão da pesquisa, ACE, nas unidades de informações conjugado com a nova célula FECC, veio complementar e integrar a capacidade de pesquisa dos meios próprios da Artilharia de Campanha, potenciando a qualidade dos fogos de Artilharia em proveito da manobra, graças a um processo de Targeting apurado. O ACE permite a gestão eficaz do esforço de pesquisa, contribuindo para a satisfação das necessidades de informação, da Força, em tempo real. No entanto, a eficácia do ACE só é possível através das ferramentas disponibilizadas pelo sistema ASAS.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Jane's International Defense Review nº33, Setembro de 2000, Pag 25 a 28.
- AAVV, Jane's International Defense Review nº34, Abril de 2000, Pag 44 a 48.
- AAVV, Jane's International Defense Review nº34, Dezembro de 2001, Pag 48 a 52.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 16 de 20 de Outubro de 1999, Pag 9.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 7 de 16 de Fevereiro de 2000, Pag 4.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 17 de 26 de Abril de 2000, Pag 4.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 19 de 10 de Maio de 2000, Pag 7.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 20 de 7 de Junho de 2000, Pag 5.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 15 de 11 de Outubro de 2000, Pag 39.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 21 de 22 de Novembro de 2000, Pag 3.
- AAVV, Jane's Defense Weekly, nº 17 de 25 de Abril de 2001, Pag 5.
- BAILEY, (Colonel) Steven, *Fires for the IBCT*, FA Journal, November-December 2001.
- ENGEL, (Brigadier General) William F., *Transforming Fires for the Objective Force*, FA Journal, November-December 2001.
- FM 6-20-20. *Tactics, Techniques, and Procedures for FIRE SUPPORT AT BATTALION TASK FORCE AND BELOW*. HEADQUARTERS DEPARTMENT OF THE ARMY - Washington, DC, 27 December 1991.
- FM 6-20-50. *Tactics, Techniques, and Procedures for FIRE SUPPORT FOR BRIGADE OPERATIONS (LIGHT)*. HEADQUARTERS DEPARTMENT OF THE ARMY - Washington, DC, 5 January 1990.
- FM 34-25-3 All-Source Analysis System and the Analysis and Control Element: Department of the Army, Washington, DC, 1995.
- FM 90-10-1. *AN INFANTRYMAN'S GUIDE TO COMBAT IN BUILT-UP AREAS*. HEADQUARTERS DEPARTMENT OF THE ARMY - Washington, DC.
- GOEDKOOPT, (Colonel) Thomas, *Força Tarefa XXI, Visão Geral*, Página da Web US Army 2001.

- GORDON IV, (MAJ) John, *Battle in the Streets Manila 1945*, FA Journal, August 90.
- LARSEN, (Lieutenant Colonel) Henry, *Counterfire for the IBCT*, FA Journal, November-December 2001.
- NEWSLETTER Nº 91-1. *REHEARSALS*. CENTER FOR ARMY LESSONS LEARNED (CALL), Apr 91.
- NEWSLETTER from JRTC Fire Support, Jan 97.
- RODRIGUES, (MAJ) Carlos Manuel Cordeiro, *O Sistema de Informações Táticas em Apoio às Forças Terrestres*, TILD CEM 97/99, IAEM, Dez 1998.
- SHOEMAKER, (LTC) Christopher, *Shakin' the Cities*, FA Journal, April 88.
- SIMÕES, (TEN), *A Mobilidade Estratégica e a Opção Rodas*, Revista de Artilharia, nº 908 a 910, Abril a Junho de 2001, Pag 169 a 184.





EXERCÍCIO RELÂMPAGO 2002

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
MORGADO BAPTISTA

Entre os dias 17 e 21 de Novembro, o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 (RAAA1) realizou, em conjugação com a Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada Independente (BAAA/BMI), o Exercício “RELÂMPAGO 2002”, o qual teve por finalidade a execução de fogos reais com os sistemas míssil SHORAD Chaparral e Stinger, que equipam as Baterias de Artilharia Antiaérea da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.

Globalmente foram envolvidos cerca de 15 Oficiais, 30 Sargentos e uma centena de Praças das duas Unidades anteriormente referidas, bem como um considerável número de viaturas e meios de apoio, dos quais se destacam 4 unidades de tiro Chaparral, sendo duas do RAAA1 e duas da BAAA/BMI, duas esquadras de Stinger, pertencentes ao RAAA1 e dois radares AN/TPQ 32-B FAAR, um de cada Unidade.

O exercício teve lugar numa região conhecida como Fonte dos Morangos, a qual faz parte de uma vasta área de pinhal situada entre as praias de S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria, onde foi criada uma “carreira de tiro” temporária. Este facto, levou à necessidade de interditar a utilização, por meios aéreos e marítimos, de uma área de cerca de 30 Quilómetros de largura por 20 de profundidade. A escolha desta área teve em linha de conta as restrições de segurança que o tiro antiaéreo obriga, as quais levam a que este tipo de sessões sejam, em Portugal, sempre efectuadas para alvos lançados sobre o mar.

Os alvos são um dos elementos que mais complexidade trazem à execução de fogos reais com sistemas míssil antiaéreos. As sessões de fogos

reais de Artilharia Antiaérea não se realizavam há já algum tempo, em virtude da não disponibilidade, no Exército, de alvos aéreos adequados para o tiro com sistemas míssil SHORAD. A última sessão tinha sido realizada em Maio de 1999, na mesma região, tendo sido efectuados três disparos de míssil Chaparral e dois de míssil Stinger, sendo utilizado como alvo o *Ballistic Aerial Target System* (BATS). Este alvo aéreo, de origem norte americana, com cerca de 5 metros de comprimento e cerca de 80 Kg de peso, obrigava à instalação de uma rampa de lançamento e a um conjunto aturado de trabalhos de apropriação do terreno, com vista a assegurar a adequada protecção da equipa que os operava.

Depois de alguma pesquisa de mercado, o Exército veio a adquirir, a uma empresa alemã, o alvo aéreo LZS 5000, bastante diferente do BATS, quer em termos de dimensão (cerca de um metro) quer de requisitos para o lançamento (o sistema de lançamento do alvo tem uma configuração semelhante a um morteiro, permitindo que um só elemento o coloque em posição e o opere).

O processo de aquisição deste alvo aéreo, extenso e por vezes complexo, como a maioria dos processos relativos à aquisição de material para as Forças Armadas, chegou a por em risco a efectivação do exercício, na data prevista (21 de Novembro). Só um elevado empenhamento das diversas estruturas intervenientes no processo – COFT, Comando da Logística e Direcção do Serviço de Material – permitiram que, no espaço de uma semana, ao alvos aéreos fossem recepcionados e fornecidos ao RAAA1, que os transportou para a área do exercício, em 17 de Novembro, conjuntamente com os restantes meios participantes no exercício, devidamente escoltados pela Polícia do Exército.

A utilização dos alvos, durante o exercício foi assegurada por dois técnicos da empresa fabricante, *Silberhutte Pyrotechnik*, acompanhados por um Oficial e um Sargento do RAAA1, que puderam assim verificar os procedimentos necessários à operação dos alvos e, simultaneamente, assegurar a coordenação do seu lançamento com os procedimentos globais utilizados durante a sessão de fogos reais.

O facto de se estar em presença de novos alvos aéreos, nunca testados em Portugal, cuja interacção com os sistema míssil Chaparral e Stinger não estava absolutamente garantida, trouxe a esta sessão de fogos reais um



Alvo aéreo LZS 5000

conjunto adicional de incertezas que levaram o Comandante do RAAA1, na qualidade de Director do Exercício, a classificar esta como uma sessão experimental, com as inerentes consequências ao nível das medidas de segurança adoptadas e na redução do número de observadores e visitantes, sobretudo se se tiver em conta anteriores sessões de fogos reais de Artilharia Antiaérea.

A incerteza foi também potenciada pelas condições meteorológicas adversas, que se fizeram sentir durante todo o período do exercício, em particular no dia 21 de Novembro, data prevista para a execução dos fogos reais. Chuva forte e ventos superiores a 30 nós, dificultaram os trabalhos de organização da posição e levantaram dúvidas quanto ao comportamento da trajectória do alvo aéreo, face às condições de vento. Os próprios técnicos alemães, que iriam proceder ao seu lançamento, estavam receosos, afirmando nunca terem efectuado o lançamento dos mesmos em condições tão adversas.

Tal facto levou a Direcção do Exercício a decidir efectuar um lançamento apenas de ensaio, permitindo, por um lado, indagar da interferência do vento na trajectória e, por outro, possibilitar aos apontadores das unidades de tiro Chaparral e Stinger a verificação da identificação do alvo, nos aparelhos de pontaria. Este primeiro lançamento foi efectivamente benéfico, tanto mais que no segundo lançamento se verificou um empenhamento eficaz de um míssil Chaparral, facto que provocou a natural satisfação de todos os participantes e observadores.



Lançamento de míssil Chaparral

No exercício Relâmpago 2002 foram lançados 7 alvos aéreos LZS 5000 e consumidos 4 mísseis Chaparral e 1 Stinger. Qualquer leitor atento, fazendo um raciocínio elementar, dirá “falta um alvo”. Efectivamente, a incerteza fez sentir a sua acção e o terceiro alvo aéreo lançado “escondeu-se” rapidamente

nas nuvens baixas e não permitiu ao apontador adquiri-lo e, consequentemente, impediu o seu empenhamento pelo sistema míssil Chaparral, que não chegou a sair da rampa.

Contudo, fazendo uso da estatística, uma percentagem de sucesso de mais de 83% (5 empenhamentos em 6 alvos aéreos lançados) pode considerar-se bastante satisfatória, sobretudo se for tido em conta o espaço que mediou entre as duas sessões de fogos reais de Artilharia Antiaérea (apenas um dos apontadores presentes nesta sessão tinha participado na sessão de 1999) e o facto de não existirem sistemas de simulação, em que as guarnições possam treinar antecipadamente a aquisição e seguimento de alvos aéreos.



Lançamento de míssil Stinger

Por todas estas razões, em sem pretender fazer juízos em causa própria, se pode considerar que esta sessão de fogos reais foi um êxito, permitindo testar as condições de operacionalidade dos sistemas míssil que equipam a Artilharia Antiaérea Portuguesa e verificar da adequação dos alvos aéreos recentemente adquiridos. Resta fazer votos para que a execução de fogos reais de Artilharia Antiaérea passem a ser efectuados com uma regularidade, no mínimo, anual, por forma a manter a eficiência das guarnições e a operacionalidade dos sistemas de armas. Estes podem não ser “o último grito” da tecnologia, mas temos a obrigação de os manter e de os saber utilizar.

Uma última palavra para as entidades exteriores ao Exército que apoiaram a execução deste exercício. Com efeito, desde o Comando da Base

Aérea nº5, até à Capitania do Porto da Nazaré, passando pelos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande e de S. Pedro de Moel e GNR de Vieira de Leiria, a maneira fraterna e sincera como se disponibilizaram a apoiar o exercício Relâmpago 2002, foi demonstrativa do carinho e consideração que lhes merecem os militares do Exército e só nos resta pedir para continuar a contar com o seu apoio, em futuras sessões de fogos reais. Bem Hajam.

Nota do Editor – o TCor MORGADO BAPTISTA desempenha as funções de Director de Estudos e Instrução do RAAA1 e assumiu, neste exercício, a função de Chefe do Grupo de Planeamento.





NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA



RECEPÇÃO DOS NOVOS ARTILHEIROS

Realizou-se, na Academia Militar, no passado dia 30 de Outubro de 2002 a tradicional cerimónia de recepção aos novos Artilheiros. O convívio iniciou-se com um jogo de futebol de 11 onde participaram os aspirantes a oficial tirocinantes e os alunos do 2.º, 3.º e 4.º anos dos cursos de Artilharia. Após o que se seguiu, no exterior da AM, o célebre jantar do Filinto Elísio que reuniu oficiais convidados, todos os oficiais de artilharia colocados na AM e os alunos do 2.º ano ao tirocínio.

Foi lida a mensagem do Director Honorário da Arma de Artilharia, Ex.mo Sr. Tenente General Abrantes dos Santos, dando “as Boas Vindas aos que agora se juntam à família Artilheira” e desejando “aos camaradas finalistas que terminem com sucesso a última etapa da formação”. O Presidente da Comissão Técnica da Arma de Artilharia, Ex.mo Sr. Major General Ferreira da Silva, abrilhantou o convívio com a sua presença proferindo algumas palavras aos recém-chegados à nossa Arma, que se traduz “num rejuvenescimento e uma entrada de sangue novo na Arma”, realçando o espírito que nos caracteriza e nos distingue e alertando-os para “a necessidade de muito querer, determinação e perseverança para ultrapassar os muitos obstáculos que surgirão”.



O jantar permitiu uma agradável confraternização entre os Artilheiros de várias gerações, onde se estreitaram os laços de sã camaradagem e companheirismo. Foi desta forma, que uma vez mais, se reavivou o espírito da nossa Arma. Como disse o General Espírito Santo “sem esquecer o bom que fica do passado mas não temendo o que de novo nos traz o futuro”, assim se cultivou, com os camaradas mais novos, o sentimento comum a todos os que se orgulham de servir na Artilharia – o *Espírito Artilheiro*.

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

**CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA FESTIVO DO
REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1**

Realizaram-se, no passado dia 03 de Outubro de 2002, as comemorações do aniversário do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, presidida pelo Exmo. Tenente-General Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto, Governador Militar de Lisboa.

Esta data tem como referência o estabelecimento do Comando de Defesa Antiaérea de Lisboa, em 1943, e a criação do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa em 1947, do qual o RAAA1 é herdeiro das tradições e património.

A efeméride contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Ex.mo Senhor Doutor Fernando Seara, do Exmo Tenente-General Samuel Matias do Amaral, do Presidente da Liga dos Combatentes, Ex.mo Tenente-General Júlio Faria Ribeiro de Oliveira, de Ex-Comandantes do Regimento e dos Presidentes das Juntas de Freguesia locais, entre diversas outras Entidades militares, civis e das Forças de Segurança.

Na parada D. João VI, perante a Formatura do Regimento, decorreu uma cerimónia de homenagem aos mortos em defesa da Pátria, onde foi deposta uma coroa de flores e onde foram evocados os militares das numerosas Unidades que foram mobilizados para o ex-Ultramar Português pelo Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, numa participação alargada deste Regimento por terras de aquém e além-mar.

O Comandante Interino do Regimento, Tenente-Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo, proferiu uma alocução onde enunciou as principais acções realizadas, traçou as linhas orientadoras das actividades futuras e enfatizou algumas das expectativas que o Regimento gostaria de ver concretizadas: *“o aprontamento de mais um Pelotão Chaparral pelas Oficinas Gerais de Material de Engenharia, com vista a completar o encargo operacional que nos foi estabelecido, e a entrega dos radares e rádios ao Regimento que, embora em menor número relativamente ao planeamento inicial, não deixam de merecer uma grande premência, face à situação actual dos sistemas em utilização”*.

Foi lida uma mensagem do Excelentíssimo Tenente-General, Director Honorário da Arma de Artilharia, alusiva à efeméride, de que se transcreve: *“um profundo reconhecimento por todas as acções desenvolvidas e o meu apelo e incentivo para que continuem nesta senda, para bem da Artilharia e do Exército a que todos temos orgulho de pertencer”*.



Após a imposição de condecorações aos militares do Regimento, as forças em parada desfilaram com o seu Estandarte Nacional, ostentando as Condecorações da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor Lealdade e Mérito e da Cruz de Guerra de 1.^a Classe, acompanhado dos Estandartes à guarda do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1: os extintos Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais e Regimento de Artilharia de Costa. A escolta foi formada pelos alunos do Curso de Formação de Sargentos de Artilharia e por um Pelotão da Bateria de Artilharia Antiaérea.

Após o desfile das forças em parada, assistiu-se a uma actuação da Banda do Exército e, no âmbito dos Alvos Aéreos, a uma demonstração de aeromodelismo com o voo de um helicóptero modelo JR-46, rádio controlado, operado pelo Tenente-Coronel de Infantaria João Otílio Passos Gonçalves, praticante da modalidade desde 1990, actual tri-campeão nacional na classe F3C e membro do clube “Aeromania” que opera na Base Aérea N.º 1 da Força Aérea Portuguesa, localizada em Sintra. Os convidados tiveram ainda oportunidade de visitar uma exposição de diversos modelos, no ginásio do Regimento, patrocinada pela Federação Portuguesa de Aeromodelismo.

Pela ocasião, foi inaugurado pelo Ex.mo Governador Militar de Lisboa o Salão Nobre do Regimento, baptizado Salão Infante D. Afonso, totalmente recuperado, ostentando agora o espólio histórico do RAAF, do CIAAC e do RAC. Neste Salão foi apresentado oficialmente, pelo Comandante Interino do Regimento, o Boletim Anual da Artilharia Antiaérea, Órgão de Informação e Divulgação do RAAA1, e o Regulamento da Bateria de Artilharia Antiaérea, recentemente aprovado por despacho do Ex.mo General CEME, ampliando e consolidando o edifício doutrinário nacional, enriquecido já com o Regulamento de Tática de Artilharia Antiaérea e com o Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo.

As comemorações culminaram com uma demonstração e desfile mecanizado do encargo operacional do Regimento.

TOMADA DE POSSE COMANDANTE DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1



Em 11Nov02, tomou posse do Comando do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, o Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo, nomeado por escolha, por despacho de 30 de Outubro de 2002 do GenCEME, na sequência do exercício de funções, **que vinha exercendo** como Comandante Interino, desde 05Ago02.

O Coronel de Artilharia Raul Rebelo terminou a Academia Militar em 1981, e foi colocado na EPA até 1985. Tendo assumido funções no CIAAC a

partir de 1985, comandou, desde o seu início, a BAAA levantada no RASP, ainda em 1986, função que exerceu até 1990. Posteriormente, desempenhou funções no QG/BMI e na DivOper/EME, foi professor do IAEM de 1995 a 2000, e exerceu o cargo de 2.º Comandante do RAAA1 até Agosto de 2002.

Para além da licenciatura em Ciências Militares (76/81), possui numerosos cursos civis e militares em Portugal e no estrangeiro, onde se destacam o Curso de Estado Maior no IAEM (91/93), o Estágio de Estados-Maiores Conjuntos no IDN, o *Command and General Staff Course*, em Fort Leavenworth, USA (98/99), o *Intelligence Officers Course*, em Fort Huachuca, USA (1990), o *ACE Staff Orientation Course* na NATO (S) School, Oberammergau, Alemanha, o *Certificate of Proficiency in English* pela Universidade de Cambridge, o Mestrado em Ciências de Gestão pelo ST. Mary College, Kansas, USA, e o *Master in Business Administration (MBA)* pela European University, Suíça.

CURSO DE COMANDO E CONTROLO DO ESPAÇO AÉREO NA ZONA DE COMBATE - 2002

No período de 04Nov02 a 22Nov02, decorreu no RAAA1, o Curso de Comando e Controlo do Espaço Aéreo na Zona de Combate, frequentado por Oficiais Superiores e Capitães de Infantaria, Cavalaria e Artilharia das diversas Unidades do Exército.



O curso teve como objectivo, habilitar os alunos a desempenhar funções de comando e controlo do espaço aéreo, nos diversos escalões tácticos da componente terrestre de uma força conjunta, e contou com uma participação

alargada da Marinha, da Força Aérea e do Grupo de Aviação Ligeira do Exército, com Oficiais respectivamente, do Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN), do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, do Combined Air Operations Centre 10 (CAOC10), da Esquadra 301 e do GALE.

Esta participação estendeu-se à realização de um exercício conjunto CPX, que permitiu que os Oficiais trabalhassem um tema, baseado numa operação ofensiva de uma força conjunta e combinada, **com incidência própria no comando e controlo do espaço aéreo da componente terrestre, no âmbito do processo de decisão, para aquele escalão.**

O programa seguiu a doutrina do novo Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo, elaborado no Regimento e aprovado por despacho de 09 Maio de 2002, do GenCEME.

Ao longo do curso e na véspera das respectivas sessões, as apresentações foram sendo disponibilizadas pelos instrutores, *on-line*, no *site* do Regimento, permitindo aos discentes uma maior participação e interacção durante as aulas, através da sua preparação prévia.

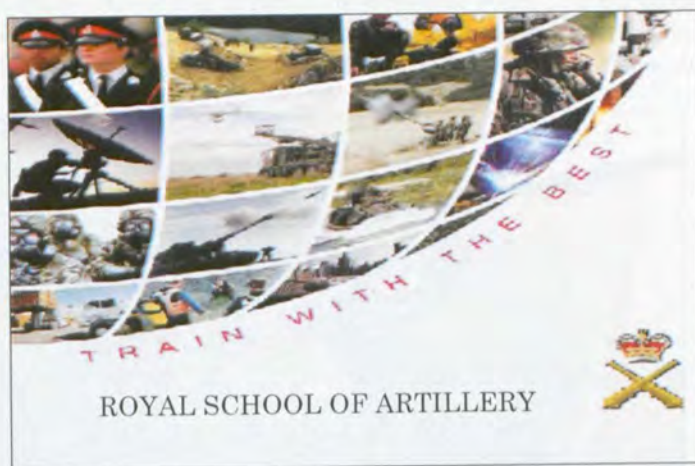
NOTÍCIAS DA EPA

*SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARTILHARIA***1. Situação**

Decorreu no período de 22 a 25 de Outubro de 2002, em Larkhill, Reino Unido, o Simpósio Internacional de Artilharia (SIA). Estiveram presentes 18 países, OTAN e não OTAN, bem como as empresas patrocinadoras do evento.

2. Finalidade

O SIA é um evento anual de países membros da OTAN, a que se associam, por convite, países não membros daquela organização. O SIA realiza-se desde 1999, por iniciativa da Alemanha, país que considerou urgente proceder à análise de assuntos do âmbito de artilharia. Face ao êxito alcançado, o evento implantou-se, tendo sido sucessivamente organizado pela França, Itália e Reino Unido (2002).



Os temas a discutir são propostos pelo país organizador, encontrando-se directamente relacionados com problemas concretos no âmbito do emprego do apoio de fogos.

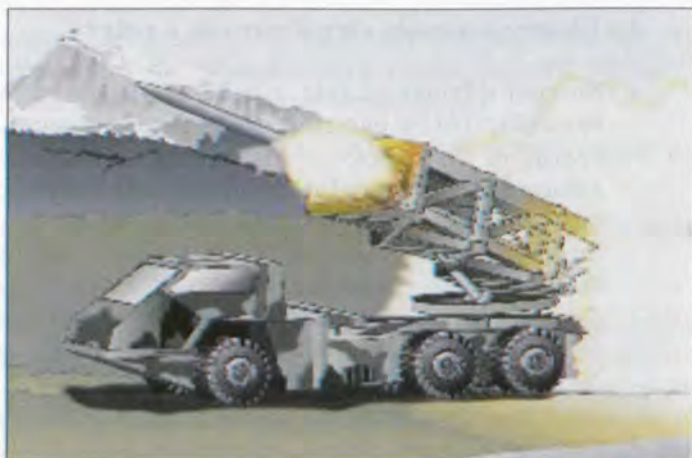
De acordo com temas propostos pelo Reino Unido, o SIA 2002 teve por finalidade discutir assuntos de interesse mútuo, a fim de desenvolver o

conceito, princípios e procedimentos no âmbito da cooperação e interoperabilidade multinacional. Este mesmo país sugeriu que em 2003 se abordasse a interoperabilidade, de meios e procedimentos.

Para atingir esta finalidade, foram estabelecidos os seguintes dois temas:

Tema 1: *Developing artillery capability to match the changing strategic situation* – *The strategic trend over the last 10 years has been towards expeditionary operations, requiring more rapid deployment by more capable equipment to have a greater early effect.*

*Projecto LIMAWS
(Lightweight Mobile
Artillery Weapon
System)*



Tema 2: *The interaction of the artillery system in the Joint Battlespace* – *Artillery systems must increasingly be seen in the context of the Joint 3D Battlespace and the Electro Magnetic Spectrum.*

Para discutir estes assuntos a audiência esperada era de alto nível, como se verificou quase na generalidade. Estiveram representados, em média, dois oficiais por país, cujas delegações foram constituídos por inspectores de artilharia e/ou comandantes das escolas de artilharia ou campos de treino de artilharia/armas combinadas.

3. Interesse

O interesse é extremamente elevado, uma vez que se trata de uma oportunidade única para observar o que se está fazendo noutros países em termos de organização de exércitos e de artilharia, analisar programas em desenvolvimento, discutir assuntos técnicos e aferir do andamento da doutrina. No caso presente e decorrente da recente participação de uma

unidade de artilharia do Reino Unido no Afeganistão, foi possível discutir assuntos a quente com o comandante da força bem como analisar as lições obtidas.

No final do SIA obtém-se uma ideia muito precisa do posicionamento da artilharia portuguesa. Este conhecimento é considerado extremamente útil para aferir dos programas de reequipamento em curso, bem como da evolução desejada.

O SIA transforma-se, consequentemente, numa oportunidade única para discutir assuntos especificamente artilheiros e em áreas onde por vezes se verifica alguma dispersão (por grupos de trabalho OTAN e FINABEL).

4. Elementos mais significativos a reter

- a. Surgem dúvidas quanto à validade da organização tradicional (por exemplo, GAC e bateria). Com efeito e tomando como referência as operações de apoio à paz mais recentes, começam a surgir subunidades de artilharia organizadas de acordo com requisitos operacionais específicos que distorçam a organização tradicional. Surgem, com alguma insistência, referências directas à modularidade, remetida para um nível mais baixo, em que a capacidade da subunidade a constituir se encontra voltada para a produção de efeitos, não necessariamente de apoio de fogos letais. Neste mesmo âmbito e relativamente aos países da Europa do Leste, verifica-se uma efectiva preocupação em adaptar uma organização semelhante aos países ocidentais, tarefa que levanta enormes preocupações face ao peso que a artilharia assumia no antigo Pacto de Varsóvia. Na prática, está-se verificando uma enorme redução das unidades de artilharia a par de uma clara preocupação em valorizar os equipamentos do seu sistema (materiais, viaturas, meios de aquisição, comando e direcção de tiro, etc.).
- b. Sob o ponto de vista doutrinário parece verificar-se uma ampliação do espectro de actuação. Neste aspecto o espectro considerado por Portugal enquadra-se no leque considerado pela maioria dos países ocidentais, nomeadamente no alargamento ao combate contra o terrorismo.
- c. Função dos requisitos operacionais estabelecidos para alguns equipamentos constantes em programas directamente relacionados com o apoio de fogos, os desenvolvimentos esperados para os próximos 20 anos apontam para uma evolução significativa do sistema de artilharia de campanha. Como ideia geral, refere-se o seguinte:

Factor de análise	Aumento esperado (número de vezes)
Cobertura	5
Efeitos	10
Efectivos	1/2
Logística projectada	1/10

Como se deduz facilmente, estes requisitos/assunções alteram de forma significativa a composição das forças e o seu emprego operacional.

- (a) Os programas em desenvolvimento relativos ao aumento do alcance e melhoria da precisão (diminuição do erro provável circular, – CEP) assentam em duas áreas básicas:
- Desenvolvimento das plataformas de lançamento, com ênfase ao nível do MLRS;
 - Actuação ao nível das munições (cargas propulsoras e sistemas de guiamento).
- (b) A interoperabilidade é uma das condições desejada em forças multinacionais. Algumas áreas, nomeadamente comando e direcção de tiro, estão a ser objecto de atenção redobrada. Associando a esta desejada interoperabilidade os resultados já existentes em termos de digitalização e melhoria das capacidades das redes, esperam-se alterações significativas no âmbito doutrinário.



Plataformas consideradas para o programa Watchkeeper.

- (c) O reconhecimento da importância dos meios de aquisição de objectivos parece ter atingido o seu expoente máximo. Conjugado com a preocupação em reduzir os danos colaterais, este subsistema encontra-se em franca evolução, parecendo funcionar como congregador de efeitos – *bring all arms battle*. Não dispondo Portugal de doutrina nem experiência relativa ao emprego destes meios, embora já estejam previstos programas na LPM, torna-se necessário analisar com objectividade o tipo e a afectação destes meios por forma a tirar partido das suas enormes e poderosas capacidades.
- (d) O *targeting* é outra das áreas que continua a merecer elevada atenção. Face à situação existente entre nós, a formação de pessoal nesta área deverá ser equacionada com maior acuidade. Preconiza-se uma acção determinante por parte da artilharia de campanha, nomeadamente por parte da EPA, a qual deverá assumir responsabilidades na área. Trata-se de um assunto que tem sido tradicionalmente esquecido, à excepção das abordagens realizadas no IAEM, por ocasião dos cursos aí ministrados.

Radar de localização de armas ARTHUR, utilizado no Afeganistão com a designação MAMBA.



- (e) Um último aspecto com repercussões na doutrina prende-se com a ameaça. Face aos novos cenários, o emprego da artilharia deve ter em conta a existência de uma ameaça tridimensional e fragmentada exigindo novas posturas tácticas.

5. Conclusões

Em termos gerais o evento teve elevado interesse. Os ensinamentos obtidos são considerados extremamente úteis para que a EPA disponha de elementos de referência objectivos e essenciais para o desenvolvimento de estudos no âmbito da Comissão Técnica da Arma.

RA 5 – GAC/BLI

EXERCÍCIO “POLACO 024”

No âmbito da instrução e treino operacional do **GAC/BLI** para o 2.º semestre/02, foi realizado na região da Serra da Lousada, no período de 21 a 23 de Outubro de 2002 o exercício “**POLACO 024**”.

Como actividades de planeamento e instrução de preparação para o exercício foi realizado no dia 09 de Outubro um exercício de Fogos Reais com o calibre reduzido (**REDEX**), no qual participou a Bateria de Tiro e as Seções de Observação Avançada da 2.ª BBF (este exercício foi visitado pelo **Oficial de Operações da BLI**, o qual verificou no local as vantagens deste tipo de exercício) e no dia 16 de Outubro foi efetuado um **Reconhecimento Aéreo (REVIS)** à área do exercício utilizando uma **aeronave FTB**, para reconhecimento e escolha das posições das Baterias do Grupo e dos itinerários principais e de alternativa.



GAC/BLI - Obus OM 105 mm/14, com o objectivo de exercitar e aperfeiçoar os procedimentos operacionais no domínio da técnica do **Tiro de Artilharia de Campanha**.

Assistiram aos fogos reais o **Comandante do Regimento de Artilharia N.º 5** e o **Chefe do Estado Maior da BLI**.

O exercício “**POLACO 024**” iniciou-se no dia 21 de Outubro com o deslocamento para o local de bivaque, seguindo-se o treino tático, designadamente, reconhecimento, escolha e ocupação de posições (principal, alternativa e suplementar), reacção a emboscadas à coluna de marcha e ocupação nocturna de uma posição preparada.

No dia seguinte sob condições atmosféricas adversas com forte vento e chuva, realizaram-se os Fogos Reais com o material orgânico do

Na manhã do dia 23 pelas 10H00, efectuou-se uma mudança de posição da bateria, utilizando para o efeito um *helicóptero SA 330 "PUMA"* da Força Aérea Portuguesa, esta operação consistiu no helitransporte do destacamento de reconhecimento e da Bateria de Tiro da 2ª BBF a seis Bocas de Fogo.

A experiência da tripulação da aeronave e dos militares da Bateria neste tipo de exercício permitiu que, em menos de uma hora, com apenas um helicóptero todo helitransporte fosse realizado.

Durante o ano de 2002 o *GAC/BLI* já realizou os seguintes exercícios de Artilharia:



Nome Código	Período	Área	Custos	Observações
Polaco 021	23 e 24Jan02	Serra da Lousada	304,59	Fogos Reais
REVIS 021	06Fev02	Serra da Lousada		Reconhecimento Aéreo
Redex 021	07Fev02	Serra da Lousada	138,71	Fogos Reais
Polaco 022	19 a 21Fev02	Serra da Lousada	724,84	Fogos Reais /Helitransporte
Redex 022	03Abr02	Serra da Lousada	137,28	Fogos Reais
REVIS 022	04Abr02	Serra da Lousada		Reconhecimento Aéreo
Polaco 023	09 a 11Abr02	Serra da Lousada	668,76	Fogos Reais /Helitransporte
Eficácia	20 a 24Mai02	<i>Santa Margarida</i>	2.027,10	Fogos Reais
Daring Eagle02	01 a 02Jul02	<i>Santa Margarida</i>	1304,81	Helitransporte
Redex 023	09Out02	Serra da Lousada	142,70	Fogos Reais
REVIS 023	16Out02	Serra da Lousada		Reconhecimento Aéreo
Polaco 024	21 a 23Out02	Serra da Lousada	1061,00	Fogos Reais/Helitransporte

Participou ainda no exercício *Hermes 021 A*, de aprontamento do 2.º BI/BLI, realizado no período de 26Mai a 02Jun02 em Viseu, com uma Bateria(-) para as Forças Laranja e uma célula para Controlo e Arbitragem do exercício.

Estando ainda prevista a realização de mais um exercício da série *REDEX* e do âmbito da BDTN/RMN, o exercício *Frente Norte 02* que se realizará em Chaves (RI19) no período de 25 a 29Nov02.

No total dos exercícios realizados foram gastos cerca de 12000 litros de gasóleo e consumidas nos exercícios da série *Polaco* e *Eficácia* 364 munições HE, 60 munições HE/EspT, 18 munições WP e nos exercícios da série *REDEX* consumidos 113 Cartuchos c/Esp P e 55 Cartuchos c/ Esp T.

PARTE OFICIAL

I. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Grã-cruz da Medalha de Mérito

TGEN (50447111) Samuel Matias do Amaral
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

Cruz de São Jorge 1ª Classe

GEN (51061411) Gabriel Augusto do Espírito Santo
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART RES (51463911) Alberto Ribeiro Soares
TCOR ART (13032082) José António Figueiredo Feliciano
MAJ ART (15369685) João Luís Morgado Silveira
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

TCOR ART (03783680) Carlos Alberto de Bigares Serra
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART (10433591) Jorge Manuel Macedo Agostinho
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (05802864) Eliseu Augusto Morais
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

3. PROMOÇÕES

Ao posto de Major

CAP ART (04149087) Fernando Joaquim da Luz Costa
CAP ART (13502183) Isidro Nunes Ferreira
CAP ART (00562083) António Orlando Leal Correia
CAP ART (19327287) António Pedro Negrão de Sousa
(OE n.º 8/31 AGO02 - 2ª SÉRIE)

4. OBITUÁRIO

COR ART REF (50260611) João Mascarenhas Viana de Lemos
COR ART REF (51373511) José Maria Raposo Resendes
(OE n.º 7/31 JUL02 – 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Cobre de Serviços Distintos

SCH ART (02800280) António Manuel Fialho Fortunato
(OE n.º 7/31 JUL02 - 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe

SAJ ART (00016680) Francisco Manuel da Cruz Pinto
(OE n.º 7/31 JUL02 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

1SAR ART (01597784) Rodrigo da Silveira e Lorena Pinto
(OE n.º 8/31 AGO02 - 2ª SÉRIE)

3. PROMOÇÕES

Ao posto de Sargento-Mor

SCH ART (16577876) Rui Manuel Simões de Abreu
SCH ART (07855478) Tito Rodrigues Ribeiro
(OE n.º 7/31 JUL02 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Sargento-Chefe

SAJ ART (02122479) José Raposo Sousa
SAJ ART (02149380) António José Santos Banhudo
SAJ ART (162227081) Jorge Manuel Silva de Almeida
(OE n.º 7/31 JUL02 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Sargento-Ajudante

1SAR ART (07325884) Luís Filipe Cardoso Domingues
1SAR ART (11583786) Vitor Manuel de Oliveira Martins
1SAR ART (15815786) José Carlos Ramos Gaspar
(OE n.º 7/31 JUL02 - 2ª SÉRIE)

4. OBITUÁRIO

SMOR ART REF (50042711) Américo Bastos Pereira

